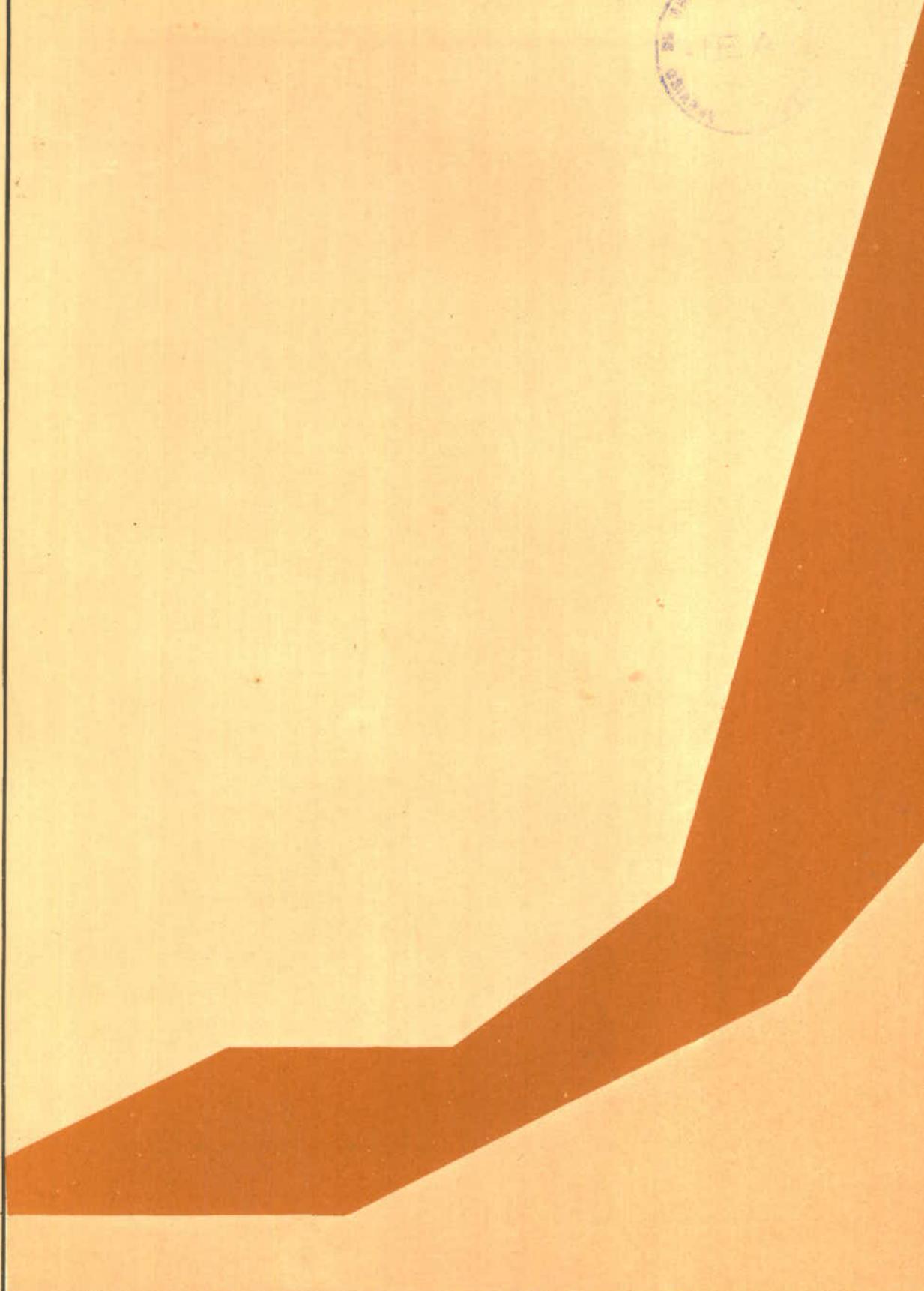


Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola



**Prognóstico
80/81**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

GOVERNADOR

Paulo Salim Maluf

SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

SECRETÁRIO

Guilherme Afif Domingos

Chefe de Gabinete

Edson Pitta Lima

Assessoria Especial

Ruy Miller Paiva

Coordenador da Assessoria Técnica

Claus Floriano Trench de Freitas

Diretor do Instituto de Economia Agrícola

Natanael Miranda dos Anjos

Diretor do Departamento de Cooperativismo

José Barroso Junqueira

Coordenador da Pesquisa Agropecuária

Benedicto Pedro Bastos Cruz

Coordenador da Pesquisa de Recursos Naturais

Francisco José do Nascimento Kronka

Coordenador da Assistência Técnica Integral

Victor André de Argollo Ferrão Netto

Presidente da Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora

Hygino Antonio Baptiston

Presidente da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo

José Pilon

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA



São Paulo,
vida nova.

GOVERNO PAULO MALUF



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

Prognóstico 80/81

ISSN 0100 526x

Prognóstico 80/81	São Paulo	v. 9	p. 1 - 242	1980
-------------------	-----------	------	------------	------

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA

Corpo Técnico em exercício

Diretor Geral: Natanael Miranda dos Anjos

Assistência Técnica de Acompanhamento e Controle

Antonio Ambrosio Amaro
Afonso Negri Neto
Constantino Carneiro Fraga
Fernando Sebastião Gomes Junior
Oscar José Thomazini Ettori
Paul Frans Bemelmans
Paulo Edgard Nascimento de Toledo
Persio de Carvalho Junqueira

Divisão de Comercialização

Diretor: Mauro de Souza Barros

Adalberto de Oliveira Rodrigues (1)
Alfredo Tsunehiro
Ana Maria Futino
Antonio José Braga do Carmo
Célia Regina R. P. Tavares Ferreira
Clotilde Cantos
Domingos Desqualdo Netto
Eloisa Elena Bortoleto (1)
Everton Ramos de Lins (1)
Flávio Condé de Carvalho (1)
Flávio Loureiro Paes Junior
Gilberto Correia Godoy
José Roberto da Silva
Lidia Hatue Ueno
Marina Brasil Rocha (1)
Maria de Lourdes do Canto Arruda
Michael David Holzacker
Nelson Giulietti
Paulo Augusto Wiesel
Paulo David Criscuolo
Roxana Maria Moraru Topel
Sebastião Nogueira Junior
Sylvia Regina Hellmeister
Waldemar Pires de Camargo Filho
Yuly Ivete Miazaki de Toledo

Divisão de Política e Desenvolvimento

Diretor: Nelson Batista Martin

Alceu de Arruda Veiga Filho
Ana Elisa Brito Garcia
Elcio Umberto Gatti
Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva
José Ricardo Cardoso de Mello Junqueira
José Sebastião de Lima
Luiz Carlos Assef
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero
Malimíria Norico Otani
Maria Auxiliadora de Carvalho
Maria Elisa Benetton Junqueira
Maria Tanajura Cruz Gimenez
Nelson Kazaki Toyama
Regina Junko Yoshii (1)
Sergio Gomes Vassimon
Sonia Martins Giordano (1)

Divisão de Economia da Produção

Diretor: Minoru Matsunaga

Alfredo de Almeida Bessa Junior
Arthur Antonio Ghilardi (1)
Cesar Roberto Leite da Silva
Denyse Chabaribery
Eduardo Pires Castanho Filho
Fernando Villela
Hiroshige Okawa (1)
Ikuyo Kiyuna
José Edson Rosolen
José Roberto Viana de Camargo
Jovelino de Souza Barbosa Filho
Nilda Tereza Cardoso de Mello
Richard Domingues Dulle (1)
Roberto de Assumpção
Selma de Ataíde do Paço
Sílvia Toledo Arruda (1)
Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos

Divisão de Levantamento e Análises Estatísticas

Diretor: Salomão Schattan

Abel Ciro Minniti Igreja
Ana Maria Montraggio Pires de Camargo
Denise Navas Viani
Elizabeth Alves
Fernando Antonio de Almeida Séver
José Carlos Gomes dos Reis Filho
José Roberto Vicente
Julio Humberto Jimenez Ossio
Laura Olitta de Souza Barros
Luiz Henrique de Oliveira Piva
Manuel Joaquim Martins Falcão
Maria Angélica Ferraz de Toledo Machado (1)
Maria Carlota Meloni
Maria de Fátima Packer
Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi
Maristela Simões do Carmo (1)
Maura Maria Demetrio Santiago
Milton Nogueira de Camargo
Rosa Maria Pescarin Pellegrini

Divisão de Apoio à Pesquisa

Diretor: Francisco Alberto Pino

Antônio Augusto Botelho Junqueira
Antonio Roger Mazzei
Celuta Moreira Cesar Machado
Devancyr Aparecido Romão
Ismar Florencio Pereira
Luiz Carlos Miranda
Maria de Lourdes Barros Camargo

Serviço de Biblioteca e Documentação

Diretor: Maria Rodrigues

Aguri Sawatani (1)
Alice May R. X. de Mendonça
Gabriella Menni Ferreri
Maria Luiza Alexandre Peão
Tita Norma Miki

(1) Realizando programa de pós-graduação ou de aperfeiçoamento.

PROGNÓSTICO 80/81

Índice

APRESENTAÇÃO	5
1 - INTRODUÇÃO	9
2 - RESULTADO ECONÔMICO E ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL	13
- Resultado Econômico da Safra Agrícola 1979/80	14
- Estimativa de Custo Operacional da Safra 1980/81	15
3 - MERCADO DE FATORES	35
- Fertilizante	35
- Trator	46
- Terra	51
- Defensivo	58
- Mão-de-obra	64
- Semente	76
4 - MERCADO DE PRODUTOS	87
- Trigo	87
- Feijão	95
- Cana-de-açúcar	101
- Pecuária de Corte	107
- Pecuária de Leite	112
- Algodão	115
- Oleaginosas: Soja e Amendoim	121
- Mandioca	130
- Cebola	131
- Milho	138
- Tomate	147
- Suinocultura	152
- Avicultura	155
- Silvicultura	164
- Café	168
- Laranja	179
- Banana	182
- Frutas	187
- Batata	194
- Arroz	198
5 - PROJEÇÕES DE OFERTA AGRÍCOLA	207
6 - POLÍTICA AGRÍCOLA	213
- Comércio Exterior	216
- Preços Mínimos	218
- Crédito Rural	219
- Seguro Rural e PROAGRO	221
- Tributos na Agricultura	222
7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA	233
- Indicadores de Preço e de Quantidade	233
- Índices de Área e de Rendimento	234

APRESENTAÇÃO

A safra de 1979/80, não obstante ter respondido em grande parte aos desejos e estímulos governamentais, para o que contou, também, com condições climáticas favoráveis, ficou ainda longe de trazer o desejado desafogo à situação econômica que o País atravessa e de resolver os complexos problemas do próprio setor agrícola.

É óbvio que não seria possível chegar a tal resultado com uma única safra. Ela é apenas o ponto de partida de uma longa e árdua caminhada que poderá trazer, caso permaneçam as condições favoráveis, a continuidade na obtenção de boas colheitas. São assim a agricultura poderá atender, de forma concreta e satisfatória, às exigências e expectativas de curto, médio e longo prazo: uma abundante oferta interna de alimentos, a preços acessíveis à população, consideráveis sobras exportáveis, apoio ao mercado interno pela maior procura de bens industriais, ajuda efetiva para a solução da crise energética e contribuição direta à melhoria das condições sócio-econômicas do homem do campo.

Para que tais objetivos sejam alcançados é indispensável que continue a haver apoio amplo, decidido e bem direcionado das autoridades governamentais que, acertadamente, colocaram a agricultura como meta prioritária da atual administração. Com isso, a resposta do setor privado virá segura e rapidamente.

Ao apresentar o Prognóstico 1980/81, estou certo de que nossos agricultores, técnicos, empresas agroindustriais e instituições, nele encontrarão subsídios para o maior acerto de suas decisões. Pois a Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo tem a convicção de que a orientação técnica deve-se somar informações que incluam desde a administração da empresa até os fatos econômicos mais recentes e suas implicações sobre o setor agrícola.

São Paulo, agosto de 1980



Guilherme Afif Domingos
Secretário de Agricultura
e Abastecimento

IEA

introdução



1 - INTRODUÇÃO

A safra 1979/80 desenvolveu-se sob a égide de ter sido a agricultura brasileira colocada como setor prioritário da economia, com significativas mudanças na política agrícola, objetivando a produção de alimentos para o mercado nacional, o aumento das exportações de produtos primários e a produção de energia a partir de biomassa.

De outra parte, as frustrações de safras anteriores haviam descapitalizado o setor, que se caracteriza pela dificuldade da realocação dos recursos produtivos a curto prazo e, em certas áreas, pela falta de informações tecnológicas, ao mesmo tempo que os estoques de diversos produtos se encontravam em níveis muito baixos ao início do ano agrícola.

Dentre as principais políticas traçadas destacam-se alterações no crédito rural; a fixação dos Valores Básicos de Custeio (VBC), desvinculando-os da política de preços mínimos; a reorganização do PROAGRO acompanhada, posteriormente, por outras medidas na área do seguro rural; a instituição do imposto de exportação, concomitantemente, com a maxidesvalorização do cruzeiro (dezembro 1979) e as sucessivas alterações desse tributo; a isenção de taxas aduaneiras e do imposto sobre operações financeiras (IOF) na importação de insumos para a lavoura; algumas modificações no ICM e as alterações no imposto territorial rural (ITR).

Em resposta aos estímulos governamentais e às condições climáticas favoráveis, a agricultura paulista apresentou na safra 1979/80 aumentos de 1,6% na área plantada com 16 produtos e de 9,8% no rendimento agregado. A estimativa de renda bruta de 26 produtos (Cr\$254 bilhões), em relação à da safra anterior, aumentou 77,2% em termos correntes.

Por sua vez, no período maio de 1979 a abril de 1980, enquanto os índices de preços recebidos aumentaram 89,7%, os índices de preços pagos por fertilizantes elevaram-se 182%, de inseticidas e fungicidas 112%, de combustíveis 145%, de salários rurais 84% e de máquinas e equipamentos 72%.

Para a safra 1980/81 que se inicia, as decisões de plantio deverão estar bastante influenciadas pelas afirmações de prioridade à agricultura e pelas perspectivas de um apoio governamental crescente no sentido de expandir a oferta agrícola, apoio esse que deverá mais que compensar os constantes incrementos nos preços dos fatores de produção. Um primeiro indício desse apoio é evidenciado nos níveis de preços mínimos aprovados recentemente pelo CMN.

Contudo, não se entenda por isso que essa prioridade deva ser levada às últimas conseqüências, já que obviamente terá de ser harmonizada com os interesses de outros segmentos. Entretanto, o que não pode perdurar é que, em nome dessa harmonização, fique a prioridade agrícola subordinada e, o que é muito mais importante, freqüentemente contrariada por outras prioridades, algumas de caráter apenas imediatista, embora muitas vezes justificáveis.

Dentre os exemplos desse conflito de prioridades em que, às vezes, sai perdendo a agricultura, cite-se a importação extemporânea de alimentos, o tabelamento dispensável dos preços de diversos produtos, a limitação ou mesmo proibição das exportações sob os mais diversos

motivos, os níveis até a pouco deprimidos dos preços mínimos e, até mesmo, o apoio a certas campanhas entendidas pelo público como contrárias ao consumo de determinados alimentos.

Esses aspectos, entretanto, poderão ser vistos ou entrevistados nos diversos capítulos que compõem o presente trabalho, que visa analisar indicadores econômicos disponíveis para tornar mais eficientes as decisões dos agricultores paulistas e instituições ligadas ao setor agrícola.

Há que se insistir em que a política de prioridade ao setor, embora já venha recebendo grande apoio governamental, está a exigir ainda mais. Será preciso conciliar as medidas contraditórias, à luz sempre que possível da prioridade setorial, corrigir erros e distorções, não sobrepor os efeitos imediatos aos duradouros já que a luta é prolongada e, enfim, procurar direcionar a atuação em termos decididos e que contemplem, acima dos efeitos circunstanciais e passageiros, o eficaz e efetivo desenvolvimento da nossa agricultura.

Para a estimativa 1980/81, este percentual médio está ao redor dos 6,8%.

Também o valor do combustível tem sua participação nos custos operacionais modificada em proporções maiores ou menores conforme o produto. Assim, na safra 1977/78 coube a esse item percentuais de 7,8%, 4,0% e 7,0%, respectivamente em algodão (TM), batata das águas (TM) e cana-de-açúcar (TM - 1º corte). Nas estimativas para a próxima safra, a participação é quase constante para os dois primeiros (8,8% e 4,0%) e dobra na cana-de-açúcar, atingindo 14,4%.

- Resultado Econômico da Safra Agrícola 1979/80

O custo operacional da safra agrícola 1979/80 consiste na atualização das estimativas constantes no Prognóstico passado, apresentando-as em termos do que efetivamente ocorreu. Os quadros 2, 3, 4 e 5 mostram custo operacional, por item, das principais atividades do Estado de São Paulo.

No decorrer desse ano agrícola, alguns insumos sofreram grandes alterações de preços, não tendo sido possível prevê-los com precisão quando da elaboração das estimativas preliminares de custos. Entre eles estão os componentes do adubo químico, N, P e K, os defensivos, o óleo diesel e o valor da mão-de-obra de colheita para algumas culturas.

O resultado econômico apresentado para as principais culturas do Estado (quadros 6, 7, 8 e 9) consiste na diferença entre a receita auferida pelos produtores e o custo operacional por hectare, tendo como base de cálculo os preços recebidos por unidade de produto e sua respectiva produtividade. Deve-se ter em mente que este resultado econômico deverá apresentar resíduo líquido positivo, necessário à remuneração dos fatores fixos de produção não considerados no cômputo do custo operacional.

Este resíduo ou receita líquida mostrou-se positivo para quase todas as culturas, destacando-se: o arroz de sequeiro que obteve receita líquida por hectare de Cr\$6.377,85 e de Cr\$265,74 por saca; o feijão, principalmente o da seca, que obteve em média Cr\$16.501,00 e Cr\$1.375,09; o trigo com Cr\$10.493,26 e Cr\$437,22 e a soja com Cr\$9.085,40 e Cr\$245,55, respectivamente, por unidade de área e de produto. No grupo "raízes e tubérculos", a batata apresentou resultado econômico bastante favorável, principalmente na safra da seca, alcançando em média Cr\$208.126,37 por hectare e Cr\$757,25 por saca, assim como a cebola, que em média alcançou Cr\$110.335,28 por hectare e Cr\$312,95 por saca. O café também é um dos produtos que apresentou um bom desempenho em termos de resultado econômico, com um resíduo de Cr\$29.494,42 por hectare e Cr\$2.949,44 por saca para o cafezal com produtividade de 10 sacas. Entretanto, no cálculo da receita deste produto, o preço agrega as possíveis variações do próximo semestre, procedimento este diferente do utilizado na estimativa da safra passada que não considerava estas variações.

Das culturas que obtiveram receita líquida negativa destacaram-se as do amendoim e da banana, com preços abaixo das expectativas.

Os resultados líquidos positivos, apresentados para quase a totalidade dos produtos analisados nesta safra 1979/80, parecem estar associados à produtividade que, em relação à média de anos anteriores, mostra-se superior para quase todos os produtos. Os acréscimos de rendimento podem ser explicados pelas condições climáticas favoráveis durante a safra agrícola. Pode-se também fazer referência à política agrícola adotada, aumentando a disponibilidade de crédito de custeio, de forma a permitir aos agricultores maiores cuidados com as lavouras.

A favor da tese, de que os resultados líquidos positivos foram frutos da boa safra, observa-se que poucos produtos tiveram acréscimos reais de preços em relação à safra passada. Somente feijão, batata, cana-de-açúcar, mandioca e tomate tiveram acréscimos reais significativos, com ganhos variando entre 20% e 55% aproximadamente. Amendoim, banana, algodão, laranja

IEA

**resultado econômico
e estimativa de custo operacional**

2

2 - RESULTADO ECONÔMICO E ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL

Regra geral, a característica da agricultura é a de vulnerabilidade, seja aos fatores de clima, seja por interferência nos preços pelas autoridades governamentais. Entretanto, a produção da safra 1979/80 se desenvolveu a contento, haja vista que as informações correntes evidenciam um volume apreciável da produção agrícola brasileira, algo em torno de 52 milhões de toneladas de grãos, bastante superior às duas anteriores, frustradas principalmente por problemas climáticos, e superior à produção da safra 1976/77, uma das maiores nos últimos anos.

Essa situação favorável mascara, em certa medida, a preocupação com a futura safra 1980/81 admitindo-se que interessa ainda ao Governo Federal, pelo menos, a manutenção dos níveis de produção da corrente safra, porém, com a preocupação de adequar um volume de recursos que estimule o produtor e ao mesmo tempo seja compatível com uma expansão monetária a níveis desejados. A definição dos VBCs para a futura safra buscou esse equilíbrio através dos níveis percentuais diferenciados por produto, bem como favorecendo, em certa medida, pequenos e médios produtores, na concessão de crédito.

O resultado econômico da safra 1979/80, como uma retrospectiva do desempenho dos principais produtos agrícolas do Estado, provém dos dados dos custos operacionais apresentados no ano anterior como estimativas, os quais corrigidos a posterior permitem uma visão mais próxima do desempenho de cada um. A estrutura básica do custo operacional adotado pelo IEA envolve os gastos desembolsados pelo produtor, considerando os dispêndios com mão-de-obra, operação de máquinas e animais de trabalho, materiais gastos, juros bancários, conservação de máquinas e equipamentos, gasto com sementes, empreitas e arrendamentos. Além disso, incluem as depreciações de máquinas e equipamentos e de benfeitorias específicas.

Esse custo é um indicativo, no sentido em que oferece parâmetros para decisão do agricultor no curto prazo, e que é apresentado somente para aquelas regiões mais representativas do produto.

Os preços recebidos são aqueles vigorantes na safra passada, os quais, conjuntamente com o volume, definem as rendas brutas dos diferentes produtos agropecuários.

A diferença entre a renda bruta e o custo operacional determina um resíduo ou receita líquida que se destina a remunerar os fatores fixos de produção: terra, capital e empresário, dada a própria definição de custo operacional.

As estimativas de custos operacionais 1980/81 procuram evidenciar as alterações em itens como fertilizantes, defensivos e valor de mão-de-obra, que por certo apresentaram maior peso nas estimativas, dadas as altas elevações de preços que estes fatores sofreram ultimamente.

Com relação às taxas de juros, cujos valores de 24% a 33% passaram a vigorar a partir de março do corrente ano, terão nas estimativas de custos operacionais participações relativas maiores ou menores, dependendo do produto.

Na safra 1977/78, quando as taxas de juros eram de 13% e 15%, a participação deste item em valor no custo operacional representava, em média, 4,6% nos produtos então analisados.

Para a estimativa 1980/81, este percentual médio está ao redor dos 6,8%.

Também o valor do combustível tem sua participação nos custos operacionais modificada em proporções maiores ou menores conforme o produto. Assim, na safra 1977/78 coube a esse item percentuais de 7,8%, 4,0% e 7,0%, respectivamente em algodão (TM), batata das águas (TM) e cana-de-açúcar (TM - 1º corte). Nas estimativas para a próxima safra, a participação é quase constante para os dois primeiros (8,8% e 4,0%) e dobra na cana-de-açúcar, atingindo 14,4%.

- Resultado Econômico da Safra Agrícola 1979/80

O custo operacional da safra agrícola 1979/80 consiste na atualização das estimativas constantes no Prognóstico passado, apresentando-as em termos do que efetivamente ocorreu. Os quadros 2, 3, 4 e 5 mostram custo operacional, por item, das principais atividades do Estado de São Paulo.

No decorrer desse ano agrícola, alguns insumos sofreram grandes alterações de preços, não tendo sido possível prevê-los com precisão quando da elaboração das estimativas preliminares de custos. Entre eles estão os componentes do adubo químico, N, P e K, os defensivos, o óleo diesel e o valor da mão-de-obra de colheita para algumas culturas.

O resultado econômico apresentado para as principais culturas do Estado (quadros 6, 7, 8 e 9) consiste na diferença entre a receita auferida pelos produtores e o custo operacional por hectare, tendo como base de cálculo os preços recebidos por unidade de produto e sua respectiva produtividade. Deve-se ter em mente que este resultado econômico deverá apresentar resíduo líquido positivo, necessário à remuneração dos fatores fixos de produção não considerados no cômputo do custo operacional.

Este resíduo ou receita líquida mostrou-se positivo para quase todas as culturas, destacando-se: o arroz de sequeiro que obteve receita líquida por hectare de Cr\$6.377,85 e de Cr\$265,74 por saca; o feijão, principalmente o da seca, que obteve em média Cr\$16.501,00 e Cr\$1.375,09; o trigo com Cr\$10.493,26 e Cr\$437,22 e a soja com Cr\$9.085,40 e Cr\$245,55, respectivamente, por unidade de área e de produto. No grupo "raízes e tubérculos", a batata apresentou resultado econômico bastante favorável, principalmente na safra da seca, alcançando em média Cr\$208.126,37 por hectare e Cr\$757,25 por saca, assim como a cebola, que em média alcançou Cr\$110.335,28 por hectare e Cr\$312,95 por saca. O café também é um dos produtos que apresentou um bom desempenho em termos de resultado econômico, com um resíduo de Cr\$29.494,42 por hectare e Cr\$2.949,44 por saca para o cafezal com produtividade de 10 sacas. Entretanto, no cálculo da receita deste produto, o preço agrega as possíveis variações do próximo semestre, procedimento este diferente do utilizado na estimativa da safra passada que não considerava estas variações.

Das culturas que obtiveram receita líquida negativa destacaram-se as do amendoim e da banana, com preços abaixo das expectativas.

Os resultados líquidos positivos, apresentados para quase a totalidade dos produtos analisados nesta safra 1979/80, parecem estar associados à produtividade que, em relação à média de anos anteriores, mostra-se superior para quase todos os produtos. Os acréscimos de rendimento podem ser explicados pelas condições climáticas favoráveis durante a safra agrícola. Pode-se também fazer referência à política agrícola adotada, aumentando a disponibilidade de crédito de custeio, de forma a permitir aos agricultores maiores cuidados com as lavouras.

A favor da tese, de que os resultados líquidos positivos foram frutos da boa safra, observa-se que poucos produtos tiveram acréscimos reais de preços em relação à safra passada. Somente feijão, batata, cana-de-açúcar, mandioca e tomate tiveram acréscimos reais significativos, com ganhos variando entre 20% e 55% aproximadamente. Amendoim, banana, algodão, laranja

e uva sofreram as maiores reduções de preços reais.

Comparando esses resultados com os da safra agrícola passada (1978/79), nota-se que as culturas que apresentavam receita líquida negativa passam a apresentá-la positiva, com exceção do pêssego e do amendoim da região de Pompéia (DIRA de Marília) que mantêm, nesta safra, resultados desfavoráveis.

Deve-se ressaltar que no caso das culturas que possuem mais de uma safra no ano agrícola, tais como feijão, amendoim, batata e tomate, o preço utilizado para o cálculo de receita se constituiu na média dos preços correspondentes aos meses em que cada safra deve ter sido comercializada, o que não ocorreu em anos anteriores, onde considerou-se uma média anual no compute da receita.

- Estimativa de Custo Operacional da Safra 1980/81

O processo inflacionário vigente e mudanças frequentes e imprevisíveis nos preços dos insumos, com ênfase nos importados, fazem com que qualquer projeção esteja sujeita a grande margem de erro, de forma que as previsões aqui apresentadas devem ser vistas com cautela.

Os preços dos insumos para o cálculo das estimativas foram determinados levando-se em conta vários elementos, tais como resoluções das políticas agrícolas, entrevistas com técnicos ligados ao setor industrial e agrícola e as mudanças ocorridas em anos anteriores. Os preços dos insumos referem-se a maio de 1980, acrescidos de um percentual, de acordo com o critério acima citado. Comparando-se os valores projetados para a próxima safra com os ocorridos na safra anterior (1979/80), constata-se um aumento de 145% para adubos, 112% para defensivos, 123% para óleo diesel e em média 103% para mão-de-obra comum.

Os critérios adotados nas estimativas, para cada componente do custo, foram:

a) mão-de-obra - existe uma diferenciação entre as regiões tanto na competição pela mão-de-obra como na proporção de uso das diversas categorias de trabalhadores rurais, levando a regionalizar-se o valor da diária por DIRA. Dos salários rurais obtidos nos levantamentos de previsão de safra de abril de 1980, tomaram-se os valores das diárias do mensalista, do diarista e do volante, ponderando-os pelas respectivas populações por categoria, obtendo-se então um valor de diária projetado para 1980/81 com base nas alterações do salário mínimo de maio de 1980 e o previsto para novembro deste mesmo ano. A estimativa da diária do tratorista seguiu as mesmas normas adotadas para o cálculo da diária comum (quadro 1);

b) máquinas - o custo diário de maquinaria foi obtido levando-se em conta os itens de reparos, depreciação, combustível, lubrificante, graxa, seguro e garagem. O custo anual de cada máquina foi calculado baseando-se em informações obtidas em pesquisa feita diretamente com o agricultor. Reparos e depreciação foram estimados a partir do valor atual da máquina nova. Para o combustível, lubrificante e graxa consideraram-se os respectivos preços acrescidos de 37,5%;

c) fertilizantes - foram utilizados os preços tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), adicionando-se os valores do processo de mistura (Cr\$907,00) e o do transporte (Cr\$425,00/t), sobre este total acresceu-se 20%;

d) sementes e mudas - foi considerado o preço das sementes e mudas vendidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento no ano agrícola 1979/80 acrescido de 30%, visto que a lista de preço para a próxima safra ainda não havia sido elaborada;

e) empreita - aos valores atuais das operações realizadas por empreita acresceu-se 50% para o caso de empreita de colheita e para as demais, 30%;

f) encargos financeiros - os juros bancários foram calculados, levando-se em conta as novas taxas atualmente em vigor;

QUADRO 1. - Estimativa do Valor de Diária da Mão-de-obra ⁽¹⁾ por DIRA, Estado de São Paulo, 1980/81 (em cruzeiro)

DIRA	Diária para 1980/81	
	Comum	Tratorista
São Paulo	229,00	341,00
Vale do Paraíba	211,00	317,00
Sorocaba	253,00	312,00
Campinas	251,00	351,00
Ribeirão Preto	268,00	344,00
Bauru	246,00	313,00
São José do Rio Preto	296,00	333,00
Araçatuba	246,00	306,00
Presidente Prudente	256,00	303,00
Marília	248,00	300,00
Média do Estado	248,00	322,00

⁽¹⁾ Valor ponderado para diarista, mensalista e volante.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

g) aos defensivos e demais insumos classificados como "outros", tais como embalagens, mourões, arame, alimento para rebanho leiteiro, etc, considerou-se um acréscimo de 30% sobre o valor atual;

h) calcário - na composição do valor do corretivo foi considerado o preço atual na fonte produtora acrescido de um custo médio de transporte para cada DIRA; e

i) produtividade - nas estimativas de custo por unidade de produto utilizou-se o rendimento médio por hectare observado nas pesquisas realizadas em anos anteriores, com modificações quando necessárias, baseadas em estudos paralelos mais recentes.

Os cálculos das estimativas das culturas de café, tomate Santa Cruz, tomate rasteiro, trigo, banana de várzea e de morro, efetuaram-se com base em novas matrizes de coeficientes técnicos, oriundas de recentes pesquisas realizadas pelo IEA.

Os quadros 10, 11, 12, 13, 14 e 15 apresentam as estimativas do custo operacional, safra 1980/81, detalhado em seus diversos componentes.

A elevação prevista dos custos operacionais para safra 1980/81 em relação a de 1979/80 varia, por produto, de 49% (algodão TM, região de Orliândia) a 141% (tomate Santa Cruz envarado). As culturas que sofreram aumentos maiores que 100% foram: laranja em produção, mandioca, cebola de muda, mamona, pêssego (formação e produção), figo (formação e produção) e tomate Santa Cruz. No caso da laranja, explica-se pela elevação nos preços dos componentes adubo e defensivos, com maior porcentagem na estrutura de custos. Aumentos nos preços das embalagens e da mão-de-obra refletiram-se nos custos do pêssego e figo. Para a mandioca, mamona, cebola de muda o componente de maior peso no custo foi a mão-de-obra. O caso do tomate Santa Cruz é explicado pela mudança na matriz de coeficientes técnicos.

Analisando-se separadamente cada item das estimativas dos custos operacionais por cultura, constata-se que no geral os gastos com adubos e corretivos tiveram participação elevada na composição dos custos. Além deste componente, outros também merecem destaque: para o grupo

de cereais, operação de máquinas; para as oleaginosas, mão-de-obra empreitada para a colheita; para as culturas perenes e semiperenes, de um modo geral, gastos com a mão-de-obra e embalagens; para "raízes e tubérculos", mão-de-obra de maneira geral; e, especificamente para a cana-de-açúcar, operação de máquinas e mão-de-obra empreitada.

(IEA, 02/07/80)

QUADRO 2 - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1979/80

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máqui- nas (1)	Outros(2)	Colheita por empreita	Deprecia- ção (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado (TM) (Região do Vale do Paraíba)	34	60kg	1.523,86	1.053,00	2.239,42	1.767,45	2.770,24	1.831,07	-	721,33	11.906,37	350,19
Arroz de sequeiro (TM)(Município de Barretos)	24	60kg	811,83	288,99	1.144,70	44,55	2.279,96	576,88	1.560,00	578,20	7.285,11	303,55
Feijão das águas (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	2.040,22	540,28	1.058,88	391,15	148,63	629,65	-	88,85	4.897,66	408,14
Feijão das águas (TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	2.181,20	537,10	3.239,70	2.096,29	1.837,61	387,27	-	443,55	10.722,72	893,56
Feijão da seca (TA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	2.831,89	525,06	1.687,59	586,42	170,30	779,55	-	98,19	6.679,00	556,58
Feijão da seca (TMA) (Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	2.317,15	633,06	1.955,62	586,42	2.078,95	336,36	-	411,35	8.318,91	693,24
Milho (TM)(Estado)	41	60kg	1.265,86	165,49	2.913,96	-	2.835,02	742,93	-	719,33	8.642,59	210,79
Milho (TM)(Região de Ribeirão Preto)	47	60kg	713,42	169,58	3.448,43	36,15	2.233,92	805,20	-	569,06	7.975,76	169,70
Milho (TMA)(Regiões de Tatuí e Capão Bonito)	34	60kg	1.792,34	155,30	2.117,76	37,27	1.395,22	609,21	-	353,04	6.460,14	190,00
Sorgo grânifero (TM) (Região de Jaboticabal)	47	60kg	596,00	353,60	3.641,94	61,19	2.033,21	818,54	1.880,00	504,71	9.889,19	210,41
Trigo (TM)(Sub-região de Assis) (1979)	24	60kg	216,26	1.262,50	2.131,97	459,84	1.217,53	220,67	-	325,17	5.833,94	243,08

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos sacaria, beneficiamento e juros bancários.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3 - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1979/80

Cultura	A		C (em cruzeiro)	D	E	F	G	H	I	J	K	L
	Produtividade Por ha	Unidade										
	Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máqui- nas (1)	Outros(2)	Colheita por empreita	Deprecia- ção (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida		
Algodão (TMA)(Sub-região Or- lândia)	154	15kg	2.256,07	255,28	5.844,70	2.857,88	1.911,26	1.599,60	13.552,00	484,68	28.761,47	186,76
Algodão (TM)(Sub-região Or- lândia)	154	15kg	2.279,99	281,52	4.378,72	3.276,72	3.182,25	1.830,20	13.552,00	654,90	29.436,30	191,14
Algodão (TMA)(Sub-região A- varê)	119	15kg	2.603,69	320,00	5.060,48	2.628,79	1.955,82	1.359,90	10.472,00	541,88	24.942,56	209,60
Algodão (TMA)(Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	124	15kg	1.954,20	298,80	4.885,98	1.782,93	2.088,46	1.242,30	9.300,00	520,75	22.073,42	178,01
Algodão (TM)(Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	124	15kg	1.595,60	298,80	4.880,03	2.241,00	3.031,77	1.311,00	9.300,00	732,70	23.390,90	188,64
Algodão (TM)(Sub-região Ara- çatuba)	106	15kg	1.479,78	324,48	1.593,73	3.757,73	2.804,59	1.421,10	6.360,00	361,85	18.103,26	170,79
Amendoim das águas (TM) (Mu- nicípio de Guaíra)	88	25kg	3.402,78	4.156,11	4.343,01	1.593,36	2.578,60	2.288,35	-	775,27	19.137,47	217,47
Amendoim das águas (TM)(Mu- nicípio de Pompéia)	67	25kg	1.375,01	5.262,40	1.992,58	2.044,48	3.609,83	2.053,84	3.999,60	964,80	21.302,54	317,95
Mamona (TMA)	23	50kg	4.145,54	37,13	1.518,32	48,95	1.191,46	474,46	-	411,35	7.827,21	340,31
Soja (TM)(Região de Ribeir- ão Preto)	37	60kg	487,04	733,93	2.950,15(4)	1.013,45	1.730,82	201,81	-	462,57	7.579,77	204,86

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos sacaria, beneficiamento, transporte, juros bancários e seguro obrigatório, desbaste e pulverização para o algodão.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Foi incluído inoculante.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TH = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 4 . - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Raízes e Tubérculos, Cana-de-Açúcar, Batata, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1979/80
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Colheita por empreita	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Batata das águas(TA)(Município de Divinolândia e S.S. da Grama)	201	60kg	9.227,40	15.795,00	9.844,33	3.371,68	420,84	3.791,54	-	221,61	42.672,40	212,30
Batata das águas(TMA)(Município de Divinolândia e S.S. da Grama)	201	60kg	8.930,00	16.389,00	11.860,94	3.520,18	1.449,41	3.855,12	-	465,84	46.470,49	231,20
Batata da seca(TMA)(Município de Divinolândia e S.S. da Grama)	203	60kg	12.981,31	24.283,80	13.130,43	3.980,38	5.550,01	4.492,79	-	1.775,31	66.194,03	326,08
Batata da seca(TM)(Município de Itapetinga e Ibiúna)	354	60kg	8.920,59	60.510,00	42.023,35	25.906,78	9.611,68	8.748,82	-	2.664,01	158.385,23	447,42
Batata das águas(TM)(Município de Itapetininga e Ibiúna)	338	60kg	7.481,46	43.992,00	30.503,35	29.454,76	9.811,62	7.990,69	-	2.647,88	131.881,76	390,18
Cana-de-açúcar(nova)(TM)(4)(Região de R.Preto)	96	t	2.887,44	5.158,40	8.403,69	1.564,50	8.847,54	2.883,96	5.952,00	2.215,90	37.913,43	394,93
Cana-de-açúcar(soca)(TM)(Região de Rib.Preto)	74	t	1.766,02	-	2.802,33	938,84	3.839,09	834,84	4.588,00	1.208,62	15.977,74	215,92
Cana-de-açúcar(ressoca)(TM)(Região de R.Preto)	60	t	1.487,97	-	2.995,60	1.012,93	3.680,18	742,56	3.720,00	967,31	14.606,55	243,44
Cana-de-açúcar(nova)(TMA)(4)(Região de Piracicaba)	85	t	6.513,30	3.411,20	5.317,05	20,61	8.524,02	1.436,39	-	2.663,93	27.886,50	328,08
Cana-de-açúcar(soca)(TMA)(Região de Piracicaba)	55	t	3.282,10	-	3.825,13	19,49	4.304,25	570,43	-	1.372,39	13.373,79	243,16
Cana-de-açúcar(ressoca)(TMA)(Região de Piracicaba)	46	t	2.942,50	-	3.310,20	20,61	3.852,86	511,98	-	1.208,62	11.846,77	257,54
Cebola de muda(TMA)(Sub-região de Casa Branca)(1979)	326	45kg	9.871,47	9.900,00	7.508,18	2.350,79	3.609,80	5.062,34	-	965,66	39.269,24	120,46
Cebola de muda(TM)(Sub-região de Sorocaba)(1979)	372	45kg	13.802,26	9.900,00	13.495,59	2.779,16	4.761,60	5.782,33	-	1.208,49	51.729,43	139,06
Cebola bulbilho(TM)(Sub-região de sorocaba)	373	45kg	23.260,94	31.735,00	31.329,09	6.127,14	9.439,69	8.012,11	-	2.217,85	112.121,82	300,69
Mandioca(TMA)(4)(Sub-região de Assis)	13	t	3.755,15	2.320,00	1.362,60	28,37	71,65	1.172,63	-	38,35	8.748,75	672,98
Tomate sta. cruz envarado(TM)(Dira Vale do Paraíba)	1.355	cx.	93.124,99	410,70	55.690,82	20.694,01	16.687,67	66.922,44	-	4.558,06	258.088,69	190,47
Tomate rasteiro irrigado(TM)(safra 1980)(Estado de São Paulo)	30,4	t	14.838,63	1.030,25	15.481,17	20.943,37	15.062,02	5.195,28	-	3.294,23	75.844,95	2.494,90

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos sacaria, beneficiamento, juros bancários e arrendamento.

(3) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(4) Cultura de ano e meio.

Obs: tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada e TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 5. - Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1979/80
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)	Outros(2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi(TM) implantação e 2º ano (4)	31.507	kg	19.703,73	11.700,00	28.179,52	1.939,71	9.979,38	3.726,46	2.037,25	77.266,05	2,45
Banana na várzea formação (2.200 pés)	-	-	10.465,74	21.840,00	28.002,63	1.958,40	10.458,57	8.520,88	2.921,53	84.167,75	-
Banana na várzea manutenção	18,5	t	9.228,30	-	22.376,08	16.982,25	3.851,95	3.796,76	742,59	56.977,93	3.079,89
Cafê formação 1º ao 4º ano(1.000 covas)	-	-	26.508,98	5.060,00	14.778,27	4.988,90	5.515,48	3.165,36	1.575,09	61.592,08	-
Cafê	20	60kg	3.490,36	92,00	6.288,24	2.996,14	2.062,35	22.083,31	3.021,79	40.034,19	2.001,71
Cafê	15	60kg	3.002,36	138,00	3.925,78	2.996,14	1.985,27	21.050,75	2.987,18	36.085,48	2.405,70
Cafê	10	60kg	2.684,86	184,00	2.749,03	2.996,14	1.753,17	17.532,12	2.606,26	30.505,58	3.050,56
Cafê	5	60kg	1.513,36	-	-	2.860,79	1.443,99	15.031,32	2.451,93	23.301,39	4.660,28
Figo formação 1º e 2º ano (2.250 pés)	-	-	35.997,18(5)	-	23.302,50	9.359,39	4.574,84	15.989,92	1.352,33	90.576,16	-
Figo produção	10.823	engrad.	62.943,46	-	30.800,93	33.890,69	10.870,57	60.252,78	6.371,62(6)	205.130,05	18,95
Laranja formação 1º ao 4º ano (TM) (200 pés)	-	-	11.143,78	4.875,00	10.646,01	6.329,08	10.423,60	2.738,69	2.932,59	49.088,75	-
Laranja produção	403	cx.	3.740,80	-	4.491,52	4.656,70	3.008,42	908,18	2.198,65(6)	19.004,27	47,15
Maracujã formação(TMA) (1.000 pés)	-	-	13.699,60	20.475,00	4.115,37	791,07	7.440,69	25.519,25	1.756,78	73.797,76	-
Maracujã produção	662	cx.	9.284,00	-	8.799,53	4.865,43	10.440,49	8.915,59	7.630,01(6)	49.935,05	75,43
Pêssego formação 1º ao 4º ano(TM) (220 pés)	-	-	93.825,30	10.560,00	50.681,79	43.899,70	18.199,80	75.074,91	5.558,73	297.800,23	-
Pêssego produção(TM) (220 pés)	5.042	cx.	56.887,50	-	27.225,66	22.563,93	13.316,61	86.714,60	12.597,42	219.305,72	43,50
Uva niagara formação 1º ano e 2º ano (4.000 pés)	-	-	61.012,70	60.000,00	61.599,50	5.939,88	15.372,61	39.340,48	4.027,88	247.293,05	-
Uva niagara produção	1.720	cx.	44.531,00	-	47.818,51	5.063,17	1.534,71	22.836,32	12.138,45(6)	133.922,16	77,86
Chã da Índia - mudas(400 m ²)45.900u	-	-	45.808,00	-	69,40	-	2.983,81	54.108,90	902,94	103.873,05	-
Chã da Índia formação 1º ao 3º ano (TM) (9.000 pés)	-	-	54.563,23	35.059,50	32.326,33	432,00	6.778,18	7.649,57	1.767,44	138.576,25	-
Chã da Índia produção (9.000 pés)	11.200	kg	20.395,91	-	16.583,00	1.431,53	12.369,65	2.854,25	9.573,54	63.207,88	5,64

(1) Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Foram incluídos juros bancários e outros insumos, e no café, administração, despesas gerais, colheita e empreita.

(3) Somente do capital em máquinas, exceto para o café que inclui benfeitorias específicas e cafezal.

(4) Cultura semiperene.

(5) O serviço de preparo de estacas está incluído na mão-de-obra.

(6) Inclui depreciação do pomar baseada no custo de formação, deduzida a receita auferida no período.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 6.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1979/80
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Arroz irrigado (TM)(Região do Vale do Paraíba)	34	60kg	18.352,52	539,78	11.906,37	350,19	6.446,15	189,59
Arroz sequeiro (TM)(Município de Barretos)	24	60kg	13.662,96	569,29	7.285,11	303,55	6.377,85	265,74
Feijão das águas (TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	12.000,00	1.000,00	4.897,66	408,14	7.102,34	591,86
Feijão das águas (TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	12.000,00	1.000,00	10.722,72	893,56	1.277,28	106,44
Feijão da seca (TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	24.000,00	2.000,00	6.679,00	556,58	17.321,00	1.443,42
Feijão da seca (TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	12	60kg	24.000,00	2.000,00	8.318,91	693,24	15.681,09	1.306,76
Milho (TM) (Estado)	41	60kg	11.890,00	290,00	8.642,53	210,79	3.247,41	79,21
Milho (TM)(Região de Ribeirão Preto)	47	60kg	11.862,80	252,40	7.975,75	169,70	3.887,04	82,70
Milho (TMA)(Sub-regiões de Tatuí e Capão Bonito)	34	60kg	8.690,40	255,60	6.460,14	190,00	2.230,26	65,60
Sorgo granífero (TM)(Sub-região de Jaboticabal)	47	60kg	12.220,00	260,00	9.889,19	210,41	2.330,81	49,59
Trigo (TM)(Sub-região de Assis)(1979)	24	60kg	16.327,20	680,30	5.833,94	243,08	10.493,26	437,22

(¹) Rendimento estimado para o ano agrícola 1979/80 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA e a produtividade das culturas à tração animal obedecem à proporção observada em levantamento específico.

(²) Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 7.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1979/80
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento ⁽¹⁾		Receita		Custo operacional		Receita líquida ⁽²⁾	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Algodão (TMA) (Sub-região Orlândia)	154	15kg	34.303,50	222,75	28.761,47	186,76	5.542,03	35,99
Algodão (TM) (Sub-região Orlândia)	154	15kg	34.303,50	222,75	29.436,30	191,14	4.867,20	31,61
Algodão (TMA) (Sub-região Avaré)	119	15kg	26.398,96	221,84	24.942,56	209,60	1.456,40	12,24
Algodão (TMA) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	124	15kg	28.941,60	233,40	22.073,42	178,01	6.868,18	55,39
Algodão (TM) (Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	124	15kg	28.941,60	233,40	23.390,90	188,64	5.550,70	44,76
Algodão (TM) (Sub-região Araçatuba)	106	15kg	21.683,36	204,56	18.103,26	170,79	3.580,10	33,77
Amendoim das águas (TM) (Guaíra)	88	25kg	19.160,24	217,73	19.137,47	217,47	22,77	0,26
Amendoim das águas (TM) (Pompéia)	67	25kg	13.498,49	201,47	21.302,54	317,95	- 7.804,05	- 116,48
Mamona (TMA) (Presidente Venceslau)	23	50kg	11.086,00	482,00	7.827,21	340,31	3.258,79	141,69
Soja (TM) (Região Ribeirão Preto)	37	60kg	16.665,17	450,41	7.579,77	204,86	9.085,40	245,55

⁽¹⁾ Rendimento estimado para o ano agrícola 1979/80 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA e a produtividade das culturas à tração animal obedecem à proporção observada em levantamento específico.

⁽²⁾ Receita líquida = receita menos custo operacional.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 8.- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1979/80

(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento (1)		Receita		Custo operacional		Receita líquida (2)	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Batata das águas(TA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Grama)	201	60kg	86.832,00	432,00	42.672,40	212,30	44.159,60	219,70
Batata das águas(TMA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Grama)	201	60kg	86.832,00	432,00	46.470,49	231,20	40.361,51	200,80
Batata da seca(TMA)(Municípios de Divinolândia e S.S. da Grama)	203	60kg	227.360,00	1.120,00	66.194,03	326,08	161.165,97	793,92
Batata da seca(TM)(Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	354	60kg	413.472,00	1.168,00	158.385,23	447,42	255.086,77	720,58
Batata das águas(TM)(Municípios de Itapetininga, Capão Bonito e Ibiúna)	338	60kg	142.974,00	423,00	131.881,76	390,18	11.092,24	32,82
Cana-de-açúcar(nova)(TM)(3)(Região de Ribeirão Preto)	96	t	56.602,56	589,61	37.913,43	394,93	18.689,13	194,68
Cana-de-açúcar(soca)(TM)(Região de Ribeirão Preto)	74	t	43.631,14	589,61	15.977,74	215,92	27.653,40	373,69
Cana-de-açúcar(ressoca)(TM)(Região de Ribeirão Preto)	60	t	35.376,60	589,61	14.606,55	243,44	20.770,05	346,17
Cana-de-açúcar(nova)(TMA)(3)(Região de Piracicaba)	85	t	50.116,85	589,61	27.886,50	328,08	22.230,35	261,53
Cana-de-açúcar(soca)(TMA)(Região de Piracicaba)	55	t	32.428,55	589,61	13.373,79	243,16	19.054,76	346,45
Cana-de-açúcar(ressoca)(TMA)(Região de Piracicaba)	46	t	27.122,06	589,61	11.846,77	257,54	15.275,29	332,07
Cebola de muda(TMA)(Sub-região de Casa Branca)	326	45kg	169.940,54	521,29	39.269,24	120,46	130.671,30	400,83
Cebola de muda(TM)(Sub-região de Sorocaba)	372	45kg	181.848,48	488,84	51.729,43	139,06	130.119,05	349,78
Cebola de bulbilho(TM)(Sub-região de Sorocaba)	373	45kg	182.337,32	488,84	112.121,82	300,59	70.215,50	188,25
Mandioca(TMA)(3)(Sub-região de Assis)	13	t	14.800,37	1.138,49	8.748,75	672,98	6.051,62	465,51
Tomate santa cruz envarado(TM)(DIRA do Vale do Paraíba)	1.355	cx.	359.711,85	265,47	258.088,69	190,47	101.623,16	75,00
Tomate rasteiro(TM) irrigado (Estado de São Paulo 1980)	30,4	t	107.616,00	3.540,00	75.844,95	2.494,91	31.771,05	1.045,10

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1979/80 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA e a produtividade das culturas à tração animal obedecem à proporção em levantamento específico.

(2) Receita líquida = receita menos custo operacional.

(3) Cultura de ano e meio.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 9 .- Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1979/80
(em cruzeiro)

Cultura	Rendimento (1)		Receita		Custo operacional		Receita líquida (2)	
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano (3)	31.507	kg	103.027,89	3,27	77.266,05	2,45	25.761,84	0,82
Banana várzea (ciclo 14 meses)	18,5	t	36.375,63	1.966,25	56.977,93	3.079,89	-20.602,30	-1.113,64
Cafê	20	60kg	120.000,00	6.000,00	40.034,19	2.001,71	79.965,81	3.998,28
Cafê	15	60kg	90.000,00	6.000,00	36.085,48	2.405,70	53.914,52	3.594,30
Cafê	10	60kg	60.000,00	6.000,00	30.505,58	3.050,56	29.494,42	2.949,44
Cafê	5	60kg	30.000,00	6.000,00	23.301,39	4.660,28	6.698,61	1.339,71
Figo produção (TM)	10.823	engrad.	316.789,21	29,27	205.130,05	18,95	111.659,16	10,32
Laranja produção (TM)	403	cx.40kg	21.762,00	54,00	19.004,27	47,15	2.757,73	6,85
Maracujá produção (1.000 pês)	662	cx.17kg	90.032,00	136,00	49.935,05	75,43	40.096,95	60,57
Pêssego produção (TM) (220 pês)	5.042	cx.2,5kg	194.117,00	38,50	219.305,72	43,50	-25.188,72	-5,00
Uva niagara produção	1.720	cx.8 kg	148.642,40	86,42	133.922,16	77,86	14.720,24	8,56
Chã da Índia produção (9.000 pês)	11.200	kg	62.832,00	5,61	63.207,88	5,64	-375,88	-0,03

(1) Rendimento estimado para o ano agrícola 1979/80 baseado no 4º levantamento de previsão de safras do IEA e a produtividade das culturas à tração animal obedecem à proporção observada em levantamento específico.

(2) Receita líquida = receita menos custo operacional.

(3) Cultura semiperene.

Obs: Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 10.- Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Cereais, Estado de São Paulo, 1980/81
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Arroz irrigado(TM)(Região Vale do Paraíba)	39	60kg	2.881,58	1.404,00	4.365,80	4.197,66	4.338,24	3.859,13	-	1.056,76	22.103,17	566,75
Arroz sequeiro(TM)(Sub-região de Barretos)	20	60kg	1.515,88	385,32	2.235,72	75,61	3.548,20	1.487,60	1.950,00	842,67	12.041,00	602,05
Feijão das águas(TA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	10	60kg	4.374,37	703,46	2.046,72	523,65	295,19	1.139,35	-	97,26	9.180,00	918,00
Feijão das águas(TMA)(Sub-regiões de Itapeva e Avaré)	16	60kg	4.628,84	740,28	6.022,80	3.041,00	3.166,36	1.267,65	-	695,91	19.562,84	1.222,68
Milho(TM)(Estado)	41	60kg	2.489,20	239,40	5.706,08	-	4.481,07	2.690,28	-	650,58	16.256,61	396,50
Milho(TM)(Região de Ribeirão Preto)	47	60kg	1.361,56	245,33	6.547,18	61,44	3.520,91	2.614,75	-	879,73	15.230,90	324,06
Milho(TMA)(Região de Tatuí e Capão Bonito)	37	60kg	3.793,77	224,66	4.093,44	63,33	2.189,36	2.202,90	-	532,64	13.100,10	354,06
Sorgo granífero(TM)(Região de Ribeirão Preto)	52	60kg	1.104,44	832,00	7.113,20	103,97	3.152,45	2.569,78	3.120,00	633,24	18.629,08	358,25
Trigo(TM)(Sub-região de Assis)	19	60kg	567,28	1.856,00	5.521,58	3.835,24	3.018,35	807,94	-	733,56	16.339,95	860,00

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

⁽²⁾ Foram incluídos sacaria, beneficiamento e juros bancários.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 11. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1980/81

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por empreita	Depreciação ⁽³⁾	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Algodão (TMA)(Sub-região Orlândia)	109	15kg	4.315,76	331,86	11.889,47	7.289,14	3.201,93	3.698,60	12.262,50	784,31	43.773,57	401,59
Algodão (TM)(Sub-região Orlândia)	118	15kg	4.339,64	365,98	8.915,54	7.621,60	4.038,11	4.168,70	13.275,00	993,07	43.717,64	370,49
Algodão (TMA)(Sub-região Avaré)	96	15kg	5.516,43	416,00	9.791,21	6.620,74	3.087,98	3.774,10	12.672,00	847,65	42.726,11	445,06
Algodão (TMA)(Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	119	15kg	3.743,16	388,44	9.403,80	4.399,82	3.461,16	3.382,90	13.387,50	830,07	38.996,85	327,70
Algodão (TM)(Sub-regiões Campinas, Limeira e São João da Boa Vista)	119	15kg	3.028,76	388,44	9.403,80	5.472,94	4.742,99	3.577,70	13.387,50	1.084,31	41.086,44	345,26
Algodão (TM)(Sub-região Araçatuba)	72	15kg	3.013,86	421,83	3.070,08	8.502,00	4.384,22	3.443,00	6.480,00	989,36	30.304,35	420,89
Amendoim das águas (TM)(Pompéia)	86	25kg	2.938,76	6.177,60	4.110,26	1.984,19	5.618,93	5.193,29	7.740,00	1.317,00	35.080,03	407,91
Amendoim das águas (TM)(Guaíra)	97	25kg	6.506,36	4.878,90	9.053,78	4.631,29	3.906,86	6.400,09	-	1.054,51	36.431,79	375,59
Mamona (TMA)(Presidente Venceslau)	20	60kg	9.229,50	44,07	3.070,08	83,17	2.382,41	1.951,60	-	633,82	17.394,65	869,73
Soja (TM)(Região Ribeirão Preto)	35	60kg	902,52	983,28	5.483,67	2.120,61	2.717,70	647,15	-	675,97	13.530,90	386,60

⁽¹⁾ Foram incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes, e tração animal.

⁽²⁾ Foram incluídos sacaria, beneficiamento, juros bancários, desbaste e seguro.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

OUADRO 12. - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1980/81
(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Operação de máquinas ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Colheita por premita	Depreciação ⁽³⁾	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade										
Batata das águas(TA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	149	60kg	17.815,98	20.533,50	18.947,68	7.213,46	845,21	8.972,96	-	505,89	74.834,68	502,25
Batata das águas(TMA)(Municípios Divinolândia e S.S. da Gramma)	157	60kg	17.222,12	21.305,70	22.650,36	7.536,15	2.378,20	8.046,28	-	806,07	79.944,88	509,20
Batata das águas(TM)(Municípios de I tapetininga e Ibiúna)	313	60kg	15.749,97	60.840,00	58.259,80	64.847,69	16.178,03	20.858,38	-	5.265,90	241.999,77	773,16
Cana-de-açúcar(nova)(TM) ⁽⁴⁾ (Região de Ribeirão Preto)	96	t	5.435,96	7.440,00	16.698,38	3.930,29	15.521,85	9.248,56	8.928,00 ⁽⁵⁾	3.676,27	70.879,31	738,33
Cana-de-açúcar(soca)(TM)(Região de Ribeirão Preto)	74	t	3.348,84	-	5.634,00	2.493,50	6.653,13	2.761,28	6.882,00 ⁽⁵⁾	1.784,77	29.557,52	399,42
Cana-de-açúcar(ressoca)(TM)(Região de Ribeirão Preto)	60	t	2.813,60	-	6.023,30	2.648,93	6.386,94	2.483,70	5.580,00 ⁽⁵⁾	1.621,88	27.558,35	459,30
Cana-de-açúcar(nova)(TMA) ⁽⁴⁾ (Região de Piracicaba)	85	t	12.434,49	4.920,00	9.897,54	34,96	13.640,56	7.742,88	-	4.302,23	52.972,66	623,21
Cana-de-açúcar(soca)(TMA)(Região de Piracicaba)	55	t	6.265,67	-	7.432,88	33,08	6.907,79	1.881,93	-	2.216,85	24.738,20	449,78
Cana-de-açúcar(ressoca)(TMA)(Região de Piracicaba)	46	t	5.617,27	-	6.432,30	34,96	6.176,74	1.685,52	-	1.940,33	21.887,12	475,81
Cebola de muda(TMA)(Sub-região de Casa Branca)	230	45kg	21.128,45	16.020,00	17.883,27	4.980,32	7.903,89	11.984,96	-	2.137,44	82.038,33	356,69
Cebola de muda(TM)(Sub-região de Sorocaba)	281	45kg	29.430,99	16.020,00	25.793,88	5.349,80	7.574,65	10.084,51	-	2.006,25	96.260,08	342,56
Cebola de muda(TM) ⁽⁶⁾ (Sub-região de Sorocaba)	400	45kg	36.268,65	21.360,00	63.630,32	6.226,97	6.585,72	18.877,84	-	2.718,87	155.668,37	389,17
Cebola de bulbilho(TM)(Sub-região de Sorocaba)	248	45kg	41.521,16	51.353,00	40.576,08	7.291,62	15.904,66	19.324,73	-	4.241,34	180.212,59	726,66
Mandioca(TMA)(Sub-região de Assis)	20	t	8.622,96	3.036,80	2.890,80	48,20	145,39	3.677,05	-	90,40	18.511,60	925,58
Tomate Santa Cruz envarado(TM)(Estado de São Paulo)	2.350	cx.	167.131,90	879,00	128.610,50	63.786,42	46.361,19	207.680,19	-	10.045,51	624.494,71	265,74
Tomate rasteiro irrigado (Estado de São Paulo)	28,9	t	8.524,76	2.457,00	30.879,22	35.224,70	15.503,05	5.276,22	12.342,46	4.277,38	114.484,79	3.961,41
Tomate rasteiro não irrigado (Estado de São Paulo)	24,1	t	6.445,26	2.496,00	18.062,28	31.584,17	10.830,83	4.394,58	10.322,26	2.838,80	86.974,18	3.608,89

⁽¹⁾ Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

⁽²⁾ Foram incluídos: embalagem, beneficiamento e juros bancários. Para a mandioca, estão incluídas as operações de aração e gradeação.

⁽³⁾ Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

⁽⁴⁾ Cultura de ano e melo.

⁽⁵⁾ Inclui somente o corte de cana-de-açúcar.

⁽⁶⁾ Cultura de tecnologia mais avançada.

Obs: Tecnologia utilizada: TA=tração animal; TM=tração motomecanizada; TMA=tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 13 - Estimativa de Custo Operacional por Hectare e por Unidade de Produção de Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1980/81

(em cruzeiro)

Cultura	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (1)	Outros (2)	Depreciação (3)	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade									
Abacaxi (TM) implantação e 2º ano (4)	22.260	kg	40.488,80	15.000,00	53.952,00	4.728,35	14.746,75	11.420,37	2.984,06	143.320,33	6,44
Banana na várzea	30	t	17.413,38	-	48.697,00	15.619,29	7.075,21	13.204,32	1.554,96	103.564,16	3.452,14
Banana no morro	22,6	t	20.855,03	-	30.157,50	28.328,70	-	14.225,73	-	93.566,96	4.140,13
Cafê (DIRA de Ribeirão Preto)	10,4	60kg	19.439,52	-	25.845,36	14.924,66	6.748,48	6.954,63	1.416,28	75.328,93	7.243,17
Cafê (DIRA de Campinas)	12,2	60kg	21.763,31	-	29.205,15	5.967,48	4.589,50	6.335,59	739,99	68.601,02	5.623,03
Cafê (DIRA de Bauru)	13,3	60kg	17.083,73	-	16.428,93	6.572,16	5.496,17	4.763,48	987,33	51.331,80	3.859,53
Figo formação 1º e 2º ano (2.250 pés)	-	-	73.132,86	- (5)	46.408,89	22.373,66	9.257,46	35.894,84	2.711,86	189.779,57	84,35
Figo produção	13.500	engrad.	127.950,64	-	62.639,43	82.469,10	24.333,40	125.132,70	17.318,91	439.844,18	32,58
Laranja formação 1º e 4º ano (TM)(200 pés)	200	cx.	22.359,40	7.500,00	16.544,58	13.982,89	16.076,68	8.980,65	4.198,71	89.642,91	448,21
Laranja produção	400	cx.	7.485,40	-	10.328,94	11.319,21	4.657,82	3.429,68	5.367,31 (6)	42.588,36	106,47
Maracujá formação (TMA) (1.000 pés)	280	cx.	27.646,60	26.617,50	7.758,55	1.485,77	10.889,77	33.611,96	3.360,44	111.370,59	397,75
Maracujá produção	880	cx.	18.596,00	-	17.615,22	9.681,92	17.386,72	6.507,21	11.871,42 (6)	81.658,49	92,79
Pêssego formação 1º ao 4º ano (TM)(220 pés)	4.062	cx.	174.603,50	13.200,00	99.420,60	99.264,44	33.706,19	169.267,15	14.863,52	604.325,40	148,78
Pêssego produção (TM)(220 pés)	6.140	cx.	105.912,50	-	53.081,40	50.883,19	25.137,31	193.620,24	21.830,07 (6)	450.464,71	73,37
Uva niagara formação 1º e 2º ano (5.400 pés)	180	cx.	107.622,43	80.000,00	105.650,00	16.250,39	24.653,40	80.470,42	6.986,90 (6)	421.633,54	2.342,41
Uva niagara em produção	3.100	cx.	78.492,90	-	53.894,00	13.818,70	2.566,38	71.522,00	21.089,42	241.383,40	77,87
Chã da Índia - mudas (400m ²)	45.900	u.	66.746,00	-	131,92	-	4.712,30	104.007,06	1.541,99	177.139,27	3,86
Chã da Índia formação 1º ao 3º ano (TM)(9.000 pés)	9.000	u.	79.601,30	37.800,00	57.836,02	712,74	11.853,15	19.514,10	2.750,63	210.067,94	23,34
Chã da Índia produção (9.000 pés)	11.200	kg	29.960,40	-	29.887,54	2.361,80	21.830,34	8.322,78	12.739,51 (6)	105.102,37	9,38

(1) Incluídos reparos de máquinas, combustível e lubrificantes.

(2) Incluídos juros bancários.

(3) Somente do capital em máquina.

(4) Cultura semiperene.

(5) O serviço de preparo das estacas está incluído na mão-de-obra.

(6) Inclui depreciação do pomar com base no custo de formação. Do custo de formação deve ser excluída a receita auferida pela produção no período.

Obs: Tecnologia utilizada: TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 14. - Estimativa de Custo Operacional de Atividades de Avicultura, Pecuária de Leite e Sericultura, Estado de São Paulo, 1980/81

(em cruzeiro)

Produto	Produção	Mão-de-obra	Operação de máquinas	Compras ⁽¹⁾	Alimentação	Vacinação e defensivo	Reparo de máquinas e benfeitorias	Transporte e FUNRURAL	Depreciação de máquinas e/ou benfeitorias	Outros	Total	Custo por unidade produzida
Frango de corte (1.000 aves)	1.755kg	1.120,00	-	12.730,00	35.197,50	1.984,38	151,11	1.368,39	4.728,95	4.300,44 ⁽²⁾	59.495,77 ⁽³⁾	33,90
Ovo (1.000 aves)	649 cx.30dz.	49.862,08	-	28.000,00	392.594,34	15.119,23	3.324,00	13.279,32	20.971,20	79.475,48 ⁽⁴⁾	520.876,80 ⁽³⁾	802,58
Leite C	1.000 l	3.965,75	226,10	-	6.164,32	414,97	-	525,00	892,23	2.232,68	14.421,05 ⁽⁵⁾	14,42
Leite B	1.000 l	2.141,65	241,36	-	10.643,15	345,80	-	380,00	1.238,53	2.910,67	17.901,16 ⁽⁵⁾	17,90
Casulo (6 criações/ano) (1ª e 2ª anos)	1.16 kg	30.198,24	7.384,13	14.040,00	-	49.060,80	-	-	3.434,63	12.247,64	166.361,49	77,02
Casulo produção (6 criações/ano)	2.700kg	83.273,44	6.073,78	17.550,00	-	61.326,00	-	-	3.272,09	13.875,59	185.370,90	68,66

⁽¹⁾ Corresponde à reposição do plantel avícola e compra de ovos na sericultura.

⁽²⁾ Energia, gás, cama e juros bancários menos os rendimentos indiretos.

⁽³⁾ Deduziu-se Cr\$2.085,00 referentes à venda de esterco e sacaria para frango de corte e Cr\$81.748,85 na venda de poedeiras velhas, esterco, sacaria e ovos trincados.

⁽⁴⁾ Energia elétrica, cama, gás, juros bancários.

⁽⁵⁾ Não foi considerada a receita referente a esterco, sacaria, bezerros, couro, etc.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 15.- Estimativa de Custo Operacional de Pastagem e Formação do Amoreiral, por Hectare, Estado de São Paulo, 1980/81
(em cruzeiro)

Item	Mão-de-obra	Operação de máquinas	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo	Depreciação de máquinas	Outros	Custo por hectare
Pastagem colônião (método CATI)	1.751,38	4.543,31	2.016,00	3.563,60	99,23	1.363,42	299,61	13.636,55
Pastagem colônião (plantio muda)	1.710,40	4.756,69	- (1)	-	94,51	1.399,06	623,36	8.584,02
Pastagem brachiária	2.660,20	4.902,77	- (1)	-	94,51	1.431,08	682,05	9.770,61
Pastagem napier	3.577,80	4.885,95	- (1)	-	94,51	1.424,54	609,78	10.592,58
Amoreiral formação (1º e 2º anos 8.265 pés)	19.030,12	2.031,31	-	34.080,32	75,60	613,13	4.552,15	60.382,63
Amoreiral produção (8.265 pés)	9.359,88	462,52	-	12.882,98	37,80	200,93	1.405,08	24.349,19

(1) O custo de mudas está incluso na mão-de-obra.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

mercados de fatores



3 - MERCADO DE FATORES

- Fertilizante

- Panorama internacional

Nos últimos meses de 1979, os preços internacionais de fertilizantes e matérias-primas vinham crescendo para os vários produtos conforme atestam as figuras 1 e 2. Assim, as cotações na América do Norte, indicadoras das tendências dos preços mundiais, continuaram a se elevar durante 1979, tendo o preço da uréia aumentado 29,0% e o da amônia 59,0%, enquanto o cloreto de potássio canadense aumentou 73,0%. Verificou-se, também, que os preços dos produtos fosfatados mostraram fortes acréscimos, como o registrado pelo ácido fosfórico, da ordem de 30,0% e o do superfosfato concentrado, de 91,0%.

A expectativa é de que os preços, em sua maioria, continuem subindo na estação de plantio das lavouras de 1980, desde que a demanda mundial permaneça forte. Contudo, se os preços dos fertilizantes continuarem subindo a taxas iguais ou maiores que em 1979, o consumo esperado poderá não se concretizar, particularmente na América do Norte, onde outros fortes aumentos em custos de insumos, especialmente combustível e crédito, devem aumentar ainda mais os custos de produção.

A reação americana à intervenção soviética no Afeganistão afetou o mercado de fertilizantes de diversas formas, sendo que um dos resultados mais importantes será a redução substancial nas importações da amônia russa pelos EUA, tendo o Governo, para tanto, submetido à aprovação do Congresso Americano o limite de importação de 1 milhão de toneladas de amônia, em 1980, o que poderá significar que mais de 500.000t do produto previamente destinadas aos EUA deverão ser colocadas em outros mercados.

Em 1979, o aumento da produção de potássio no Canadá foi de 9,4% em relação a 1978, atingindo 6,7 milhões de toneladas de K_2O , enquanto a produção dos EUA subiu 2,8%, atingindo 2,1 milhões de toneladas de K_2O .

Apesar da produção mais alta, os estoques caíram consideravelmente em decorrência do aumento das demandas internas. Os estoques dos produtores canadenses em dezembro de 1979 diminuíram 56,0%, em relação a dezembro de 1978, atingindo o total de apenas 402.000t de K_2O , sendo que os estoques dos produtores dos EUA estiveram 32,0% abaixo do total de dezembro de 1978, equivalendo a 269.000t de K_2O .

Em 1980/81, o consumo mundial de fertilizantes é estimado em 58,10 milhões de toneladas de nitrogênio; 33,56 milhões de toneladas de fósforo e 27,69 milhões de toneladas de potássio, perfazendo o total de 119,35 milhões de toneladas de nutrientes, aproximadamente 5,5%

superior à estimativa para 1979/80.

A oferta mundial, em 1980/81, deverá ser superior à demanda, estimando-se que os saldos para nitrogênio serão de 2,97 milhões de toneladas de N; para o fósforo, de cerca de 2.000.000t de P_2O_5 ; e para o potássio, de 1,64 milhão de toneladas de K_2O . Em termos globais (NPK), o saldo deve situar-se em torno de 6.610.000t (quadro 16).

Para os cinco próximos anos, é esperada uma crescente capacidade excedente de produção de nitrogênio. Contudo, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), este excedente poderia ser eliminado se as fábricas de amônia na Europa e na Ásia, dependentes da nafta e de outros derivados do petróleo, fossem forçadas a encerrarem suas atividades pelos excessivos custos de manutenção dos estoques. Também, para o fósforo e o potássio, espera-se que a produção potencial exceda o consumo nos próximos cinco anos, mas o tamanho do excedente provavelmente diminuirá.

- Situação interna

O preço médio de fertilizante no Estado de São Paulo, em 1979, foi estimado em Cr\$4.818,70/t, com acréscimo de 58,3% em relação ao ano anterior, em termos correntes. Em termos reais, houve acréscimo de 2,8%, ao contrário de 1978 quando ocorreu decréscimo de 4,7% em relação a 1977 (quadro 17). O cloreto de potássio foi o fertilizante que apresentou maior aumento no preço corrente, pois passou de Cr\$2.815,00/t em 1978 para Cr\$4.917,00/t (74,7%) em 1979.

No início de 1980, observou-se considerável aumento nos preços dos fertilizantes; em apenas cinco meses houve acréscimo de 117,3% em termos correntes e 38,4% em termos reais, podendo-se admitir, como consequência, que venha a ocorrer menor nível de utilização desse insumo, com naturais reflexos sobre a produtividade agrícola.

No período de maio de 1979 a maio de 1980, os preços correntes dos cinco principais fertilizantes (cloreto de potássio, sulfato de amônio, uréia, superfosfato simples e superfosfato triplo), no mercado interno, apresentaram tendência crescente. O cloreto de potássio foi o que teve maior acréscimo no preço corrente, passando de Cr\$3.838,00/t para Cr\$13.753,00/t (258,3%), enquanto o superfosfato simples subiu de Cr\$2.549,00/t para Cr\$7.238,00/t (184,0%), o superfosfato triplo de Cr\$6.549,00/t para Cr\$18.420,00/t (181,3%), a uréia de Cr\$6.351,00/t para Cr\$17.629,00/t (177,6%) e o sulfato de amônio de Cr\$3.635,00/t para Cr\$9.489,00/t (161,0%). Nesse período, os preços reais desses produtos oscilaram bastante, no entanto a tendência de modo geral é crescente (figura 3).

Em 1979, os preços máximos de venda de fertilizantes ensacados aos consumidores finais, controlados pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), sofreram quatro reajustes. Em decorrência da maxidesvalorização cambial, do aumento de preços das matérias-primas no mercado internacional e dos fretes marítimos, no primeiro bimestre de 1980 já ocorreram mais dois reajustes.

Na última Portaria do CIP (nº 138/80 - Diário Oficial da União de 26/02/80), os preços de venda de fertilizantes ensacados, em todo o território nacional, foram considerados para pagamento em 30/06/80; às vendas com pagamentos antecipados foi concedido desconto mínimo de 2,5% ao mês. Por essa portaria, os preços máximos de venda de elementos simples ensacados tiveram aumentos, em termos correntes, que variaram de 13,4% a 43,2%, comparados com aqueles constantes da resolução anterior (CIP nº 131 de 21/12/79 - D.O.U. de 10/01/80). Os nutrientes N, P e K sofreram aumentos, respectivamente, de 35,3%, 26,1% e 34,9%.

Cumprе ressaltar que o Conselho Monetário Nacional (CMN), em maio de 1980, isentou

do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) as importações de fertilizantes e matérias-primas, de forma a não onerar ainda mais o preço do fertilizante.

As importações brasileiras de fertilizantes e matérias-primas, em 1979, foram da ordem de 6,3 milhões de toneladas de produto, com os fertilizantes representando 65,7% desse total. Entre as importações de matérias-primas, o ácido fosfórico foi a de maior representatividade (53,0%), seguido da de fosfato natural bruto (39,7%) e de amônia anidra (7,3%). No que concerne aos fertilizantes, as importações mais relevantes foram de cloreto de potássio (42,2%), sulfato de amônio (21,3%), fosfato di-amônio (11,8%), uréia (11,3%) e superfosfato triplo (7,3%). Relativamente ao ano anterior, os fertilizantes experimentaram crescimento nas importações de 10,6%, enquanto as matérias-primas decresceram 5,3%.

Em vista da produção agrícola nacional estar concentrada na Região Centro-Sul do Brasil, os desembarques nos portos brasileiros se verificaram nas seguintes proporções: Santos 3.314.900t de produto; Rio Grande, 1.533.400t; Paranaguá, 451.600t; Porto Alegre, 348.100t; Recife, 279.200t; Maceió, 148.000t; e Belém, Fortaleza, Salvador, Ilhéus e Vitória, somando apenas 195.900t.

Em 1979, a produção nacional de fertilizantes, exclusive fosfato natural moído, foi estimada em 1.478.000t de nutrientes, sendo 288.000t de nitrogênio e 1.190.000t de fósforo. No primeiro quadrimestre de 1980, segundo o Sindicato da Indústria de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes, a produção nacional de ácido sulfúrico foi de 401.700t e a de amônia 41.800t, enquanto a produção de rocha fosfática e ácido fosfórico, em termos de P_2O_5 , foi estimada, respectivamente, em cerca de 267.600t e 56.100t. Relativamente a igual período do ano anterior, houve acréscimo na produção de ácido sulfúrico de 13,0% e na de amônia de 43,1%, enquanto que para a rocha fosfática e ácido fosfórico os aumentos respectivos foram de 41,6% e 9,8%.

Quanto ao consumo aparente de fertilizantes no Brasil, verificou-se que em 1978 foi da ordem de 3.221.600t de nutrientes, passando para 3.437.000t em 1979, segundo estimativa do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo. No entanto, nesse volume não está incluído o fosfato natural moído, cujo consumo provável foi em torno de 60.000t, perfazendo, então, para 1979 cerca de 3.497.000t de nutrientes, representando incremento de 8,6% em relação ao ano anterior (quadro 18).

A produção nacional de fertilizantes fosfatados e nitrogenados cresceu em todo o período de 1969-79 (quadro 18), embora suas participações no consumo aparente variassem entre 33,0% (1972) e 76,0% (1979) no caso dos fosfatados e de 3,9% (1969) a 40,4% (1974) no dos nitrogenados. Considerando-se o agregado NPK, a participação da produção nacional a partir de 1974 se situou entre 30,0% e 44,0%. Contudo, é importante observar que larga parcela da produção nacional ocorre a partir de matéria-prima importada e que todo o consumo de fertilizantes potássicos está sendo suprido por importações (quadro 18).

No Estado de São Paulo, no período 1969-79, o consumo estimado por unidade de área cultivada cresceu 227,6%, fixando-se em 170,0kg/ha em 1979, representando acréscimo de 5,5% em relação a 1978. Considerando-se o pasto formado como área cultivada, os níveis de consumo por hectare caem para cerca de 78,9kg/ha em 1979 (quadro 19).

A análise da evolução da relação de preços fertilizantes/terra no Estado de São Paulo, no período 1969-80, visando avaliar as alternativas de emprego desses insumos pelos agricultores, mostra o número de hectares de terra nua de primeira necessário para adquirir 10t de fertilizantes. Até 1976, houve uma tendência decrescente da relação de preços e inversão da tendência a partir de então. Em 1979, o fator terra teve decréscimo de 16,7% no seu preço real, em relação a 1978, enquanto o fator fertilizante apresentou acréscimo de 2,8%, fatos que levaram nesse ano ao aumento de 40,0% na relação. Assim sendo, em 1979, foi necessário

1,4ha de terra de primeira para adquirir 10t de fertilizantes, quando em 1978 era necessário 1,0ha. Nos primeiros cinco meses de 1980, a relação aumentou 7,1% quando comparada com a de 1979; entretanto, é de se esperar um valor maior quando for considerado o preço médio de fertilizantes para o ano todo de 1980.

A fim de se avaliar o ganho ou perda de poder aquisitivo do agricultor para compra de fertilizante, procedeu-se à análise da relação de preços produto/fertilizante, ou seja, quantidades de produtos agrícolas necessárias para adquirir 10t de fertilizantes, no período 1969/80 (quadro 20).

Observa-se que seis importantes produtos da agricultura paulista selecionados para essa análise apresentaram diversidade de comportamento no período analisado. Em 1976, milho, café, soja, algodão e cana-de-açúcar apresentaram a melhor relação de preços dos últimos 11 anos, exceção ao arroz, quando isso ocorreu em 1976. Esse fato pode ser explicado pelos preços dos fertilizantes mais favoráveis aos agricultores nesses anos, em face do subsídio de 40,0%. É interessante observar-se, também, que o índice máximo da relação se deu em 1974 para todos os produtos, indistintamente.

Arroz, café, soja e cana-de-açúcar, em 1979, apresentaram ganho de poder aquisitivo, relativamente ao dispêndio com fertilizantes, quando se compara com o ano anterior. Verifica-se que o arroz foi o produto que se apresentou mais favorável para o agricultor, passando de 122 sacas de 60kg para adquirir 10t de fertilizantes em 1978 para 112 sacas em 1979, cujo índice decresceu 8,2%. No caso do café, o número de unidades decresceu de 16 para 15 (6,2%); na cana-de-açúcar, de 146t para 141t (3,4%); e na soja, de 142 sacas para 136 sacas (4,2%). Em contrapartida, algodão e milho apresentaram perda de poder aquisitivo.

Informações preliminares para 1980 indicam que todos os produtos agrícolas em análise deverão apresentar perda de poder aquisitivo, no que concerne ao dispêndio com fertilizantes. Para os cinco primeiros meses de 1980, a soja foi o produto que apresentou maior aumento no índice estimado, comparativamente ao de 1979, passando de 105 para 161 (aumento de 53,3%), enquanto os demais produtos apresentarão os seguintes aumentos: milho, 45,6%; algodão em caroço, 36,0%; cana-de-açúcar, 26,8%; arroz, 19,6%; e café, 13,3%.

A previsão de consumo de fertilizantes no Brasil, para 1980, é da ordem de 3,8 milhões de toneladas de nutrientes, baseando-se na demanda ocorrida em 1979, e incremento esperado de cerca de 10,0%, em função de vários fatores, como: a) expansão da fronteira agrícola com a incorporação de grandes áreas de cerrado; b) o PROALCOOL, que deverá aumentar a área cultivada com cana-de-açúcar, aumentando a quantidade consumida de fertilizantes; c) a possível relação favorável de preços de alguns produtos agrícolas de exportação, importantes consumidores de fertilizantes; d) a não incidência de juros sobre adubos nas operações de crédito de custeio; e e) elevação dos preços reais dos fertilizantes.

(IEA, 18/07/80)

QUADRO 16. - Estimativas da Oferta e Consumo Mundial de Fertilizantes, 1980/81

(em milhão de toneladas de nutriente)

Item	Nitrogênio (N)	Fósforo (P ₂ O ₅)	Potássio (K ₂ O)	Total
Oferta	61,07	35,56	29,33	125,96
Consumo	58,10	33,56	27,69	119,35
Saldo	2,97	2,00	1,64	6,61

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), Janeiro/80.

QUADRO 17. - Evolução dos Preços de Fertilizantes (¹), Estado de São Paulo, 1969-80

(preço médio ponderado em Cr\$/10t)

Ano	Preço corrente	Preço real (²)	Índice (³)	
			Corrente	Real
1969	2.603,00	35.871,00	100,0	100,0
1970	2.846,00	32.683,00	109,3	91,1
1971	3.552,00	33.871,00	136,5	94,4
1972	4.419,00	36.027,00	169,8	100,4
1973	5.472,00	38.704,00	210,2	107,9
1974	14.319,00	78.828,00	550,1	219,8
1975(⁴)	10.014,00	43.125,00	384,7	120,2
1976(⁴)	10.609,00	32.326,00	407,6	90,1
1977(⁵)	23.033,00	49.198,00	884,9	137,1
1978	30.448,00	46.890,00	1.169,7	130,7
1979	48.197,00	48.197,00	1.851,6	134,4
1980(⁶)	104.739,00	66.723,00	4.023,8	186,0

(¹) Preço à vista posto São Paulo.

(²) Em cruzeiro de 1979, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(³) Índice simples, 1969=100.

(⁴) Sem subsídio o preço corrente, em 1975, seria de Cr\$16.689,00/10t e em 1976 de Cr\$17.682,00/10t.

(⁵) Valor retificado.

(⁶) Média dos cinco primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 18. - Evolução da Produção Nacional, Importação e Consumo Aparente de NPK, Brasil, 1969-79

(em tonelada de nutriente)

Ano	Nitrogenados ¹				Fosfatados				Potássicos	NPK			
	Produção (a)	Importação	Consumo aparente (b)	a/b (%)	Produção (a)	Importação	Consumo aparente (b)	a/b (%)	Importação	Produção (a)	Importação	Consumo aparente (b)	a/b (%)
1969	6.460	157.969	164.429	3,93	127.799	137.867	265.666	48,11	200.290	134.259	496.126	630.385	21,30
1970	20.836	255.576	276.412	7,54	169.437	246.535	415.972	40,73	306.692	190.273	808.803	999.076	19,05
1971	69.167	209.159	278.326	24,85	242.714	293.150	535.864	45,29	350.846	311.881	853.155	1.165.036	26,77
1972	88.492	323.114	411.606	21,50	289.853	585.082	874.935	33,13	459.984	378.345	1.368.180	1.746.525	21,66
1973	114.337	231.766	346.103	33,04	332.750	471.762	804.512	41,36	528.532	447.087	1.232.060	1.679.147	26,63
1974	157.369	231.814	389.183	40,44	435.920	478.231	914.151	47,69	521.302	593.289	1.231.347	1.824.636	32,52
1975	160.755	245.474	406.229	39,57	516.686	497.142	1.013.828	50,96	557.615	677.441	1.300.251	1.977.692	34,25
1976	200.272	298.000	498.272	40,19	875.444	432.885	1.308.329	66,91	721.540	1.075.716	1.452.425	2.528.141	42,55
1977	231.367	469.113	700.480	33,03	1.055.484	489.992	1.545.476	68,30	962.940	1.286.851	1.922.045	3.208.896	40,10
1978 ⁽¹⁾	273.052	434.620	707.672	38,58	1.132.604	390.456	1.523.060	74,36	990.856	1.405.656	1.815.932	3.221.588	43,63
1979 ⁽¹⁾	288.000	497.000	785.000	36,69	1.190.000	377.000	1.567.000	75,94	1.085.000	1.478.000	1.959.000	3.437.000	43,00

⁽¹⁾ Estimativa preliminar. Em 1979, não inclui fosfato natural moído.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SIACESP). Dados elaborados pelo IEA.

QUADRO 19. - Estimativa do Consumo por Hectare de Fertilizantes (N + P₂O₅ + K₂O) em Relação à Área Cultivada no Estado de São Paulo, 1969-79

Ano	kg/ha ⁽¹⁾	Índice ⁽²⁾	kg/ha ⁽³⁾	Índice ⁽²⁾
1969	51,9	100,0	24,7	100,0
1970	69,1	133,1	30,7	124,3
1971	81,2	156,4	36,7	148,6
1972	93,6	180,3	39,8	161,1
1973	113,6	219,0	47,9	194,0
1974	110,9	213,7	48,0	194,3
1975	115,0	221,6	50,1	202,8
1976	129,4	249,3	60,5	244,9
1977	158,7	305,8	74,5	301,6
1978 ⁽⁴⁾	161,2	310,6	75,0	303,6
1979 ⁽⁴⁾	170,0	327,6	78,9	319,4

⁽¹⁾ Área cultivada inclui as destinadas às culturas anuais, culturas perenes e terra em descanso.

⁽²⁾ Índice simples, 1969=100,0.

⁽³⁾ Área cultivada mais área de pasto formado.

⁽⁴⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 20. - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes ⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1969-80

Ano	Arroz em casca		Milho		Cafê beneficiado		Soja		Algodão em caroço		Cana-de-açúcar	
	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	15kg	Índice ⁽²⁾	t	Índice ⁽²⁾
1969	110	100	240	100	20	100	130	100	320	100	145	100
1970	130	118	250	104	20	100	110	85	300	94	142	98
1971	80	73	250	104	30	150	110	85	250	78	145	100
1972	90	82	260	108	20	100	120	92	260	81	151	104
1973	100	91	200	83	20	100	90	69	230	72	156	108
1974	170	155	450	188	40	200	210	161	410	128	248	171
1975 ⁽³⁾	76	69	207	86	17	85	120	92	276	86	124	85
1976 ⁽³⁾	106	96	183	76	5	25	96	74	133	42	92	63
1977	149	135	339	141	9	45	135	104	262	82	137	94
1978	122	111	231	96	16	80	142	109	252	79	146	101
1979	112	102	247	103	15	75	136	105	284	89	141	97
1980 ⁽⁴⁾	134	122	361	150	17	85	209	161	388	121	178	123

⁽¹⁾ Preço médio ponderado, posto São Paulo.

⁽²⁾ Índice simples, base 1969=100.

⁽³⁾ Considerando o subsídio de 40,0% nos preços médios de fertilizantes.

⁽⁴⁾ Média dos preços de fertilizantes de janeiro/maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

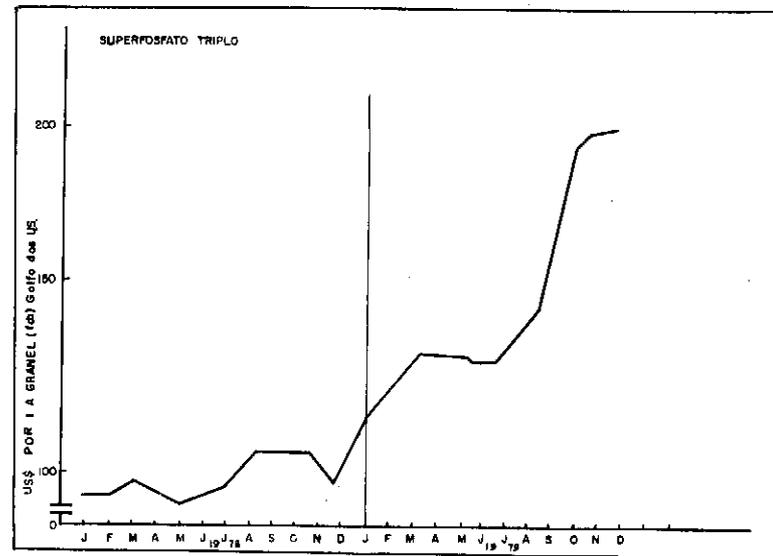
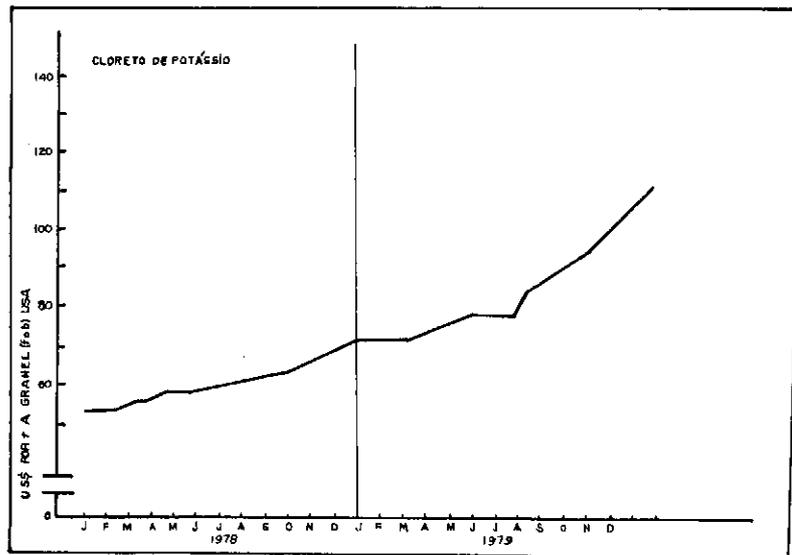
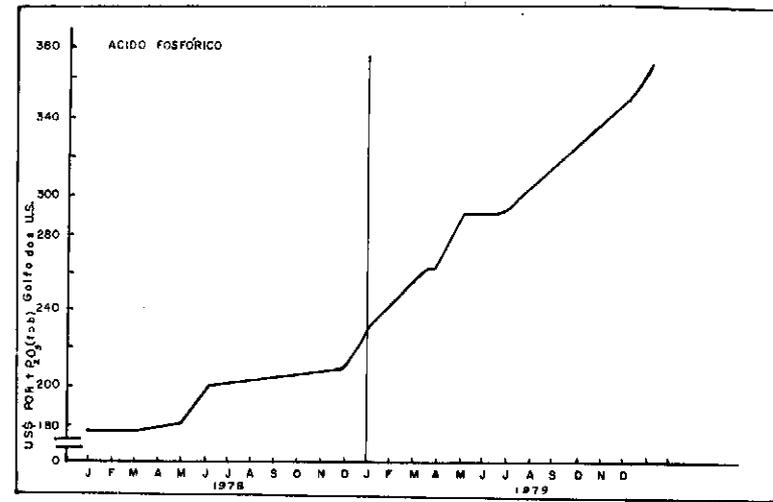
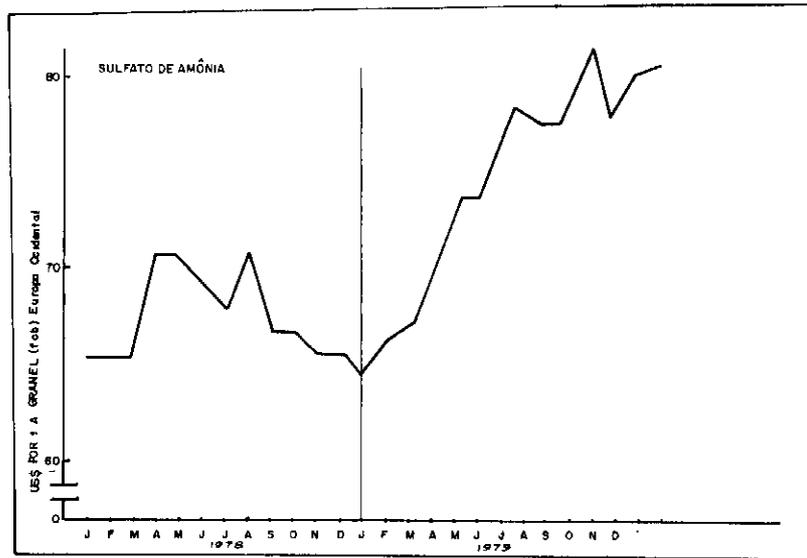


FIGURA 1. - Evolução dos Preços de Sulfato de Amônio, Ácido Fosfórico, Cloreto de Potássio e Superfosfato Triplo em Algumas Regiões do Mundo, 1978-79.

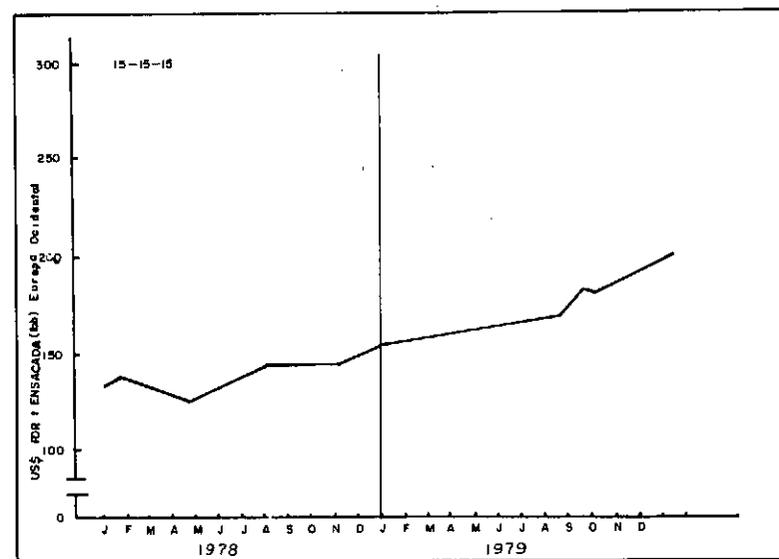
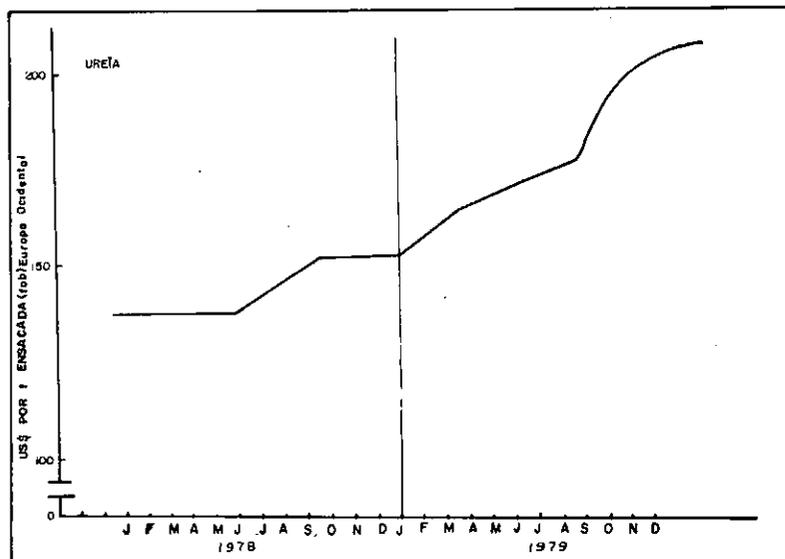
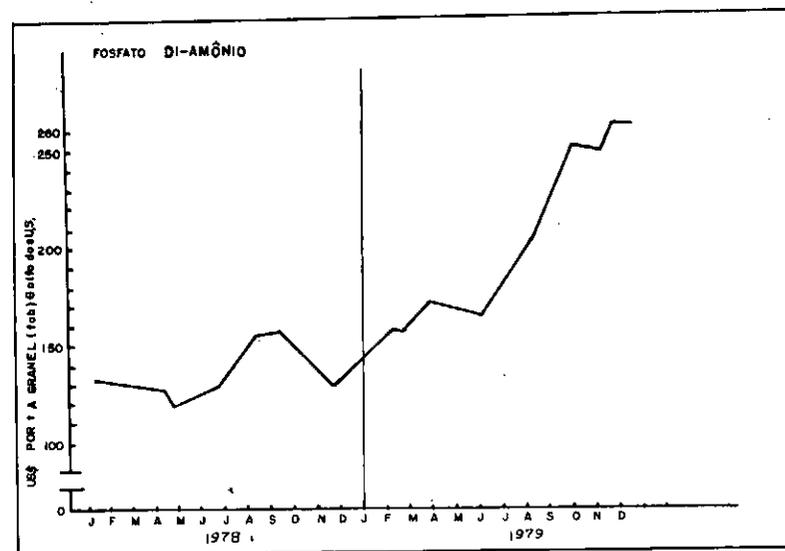
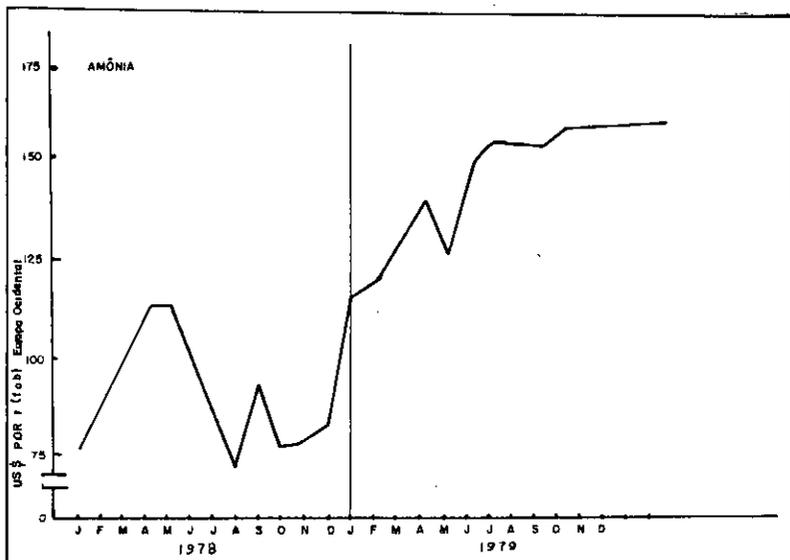


FIGURA 2. - Evolução dos Preços de Amônio, Fosfato Di-amônio, Uréia e 15-15-15 em Algumas Regiões do Mundo, 1978-79.

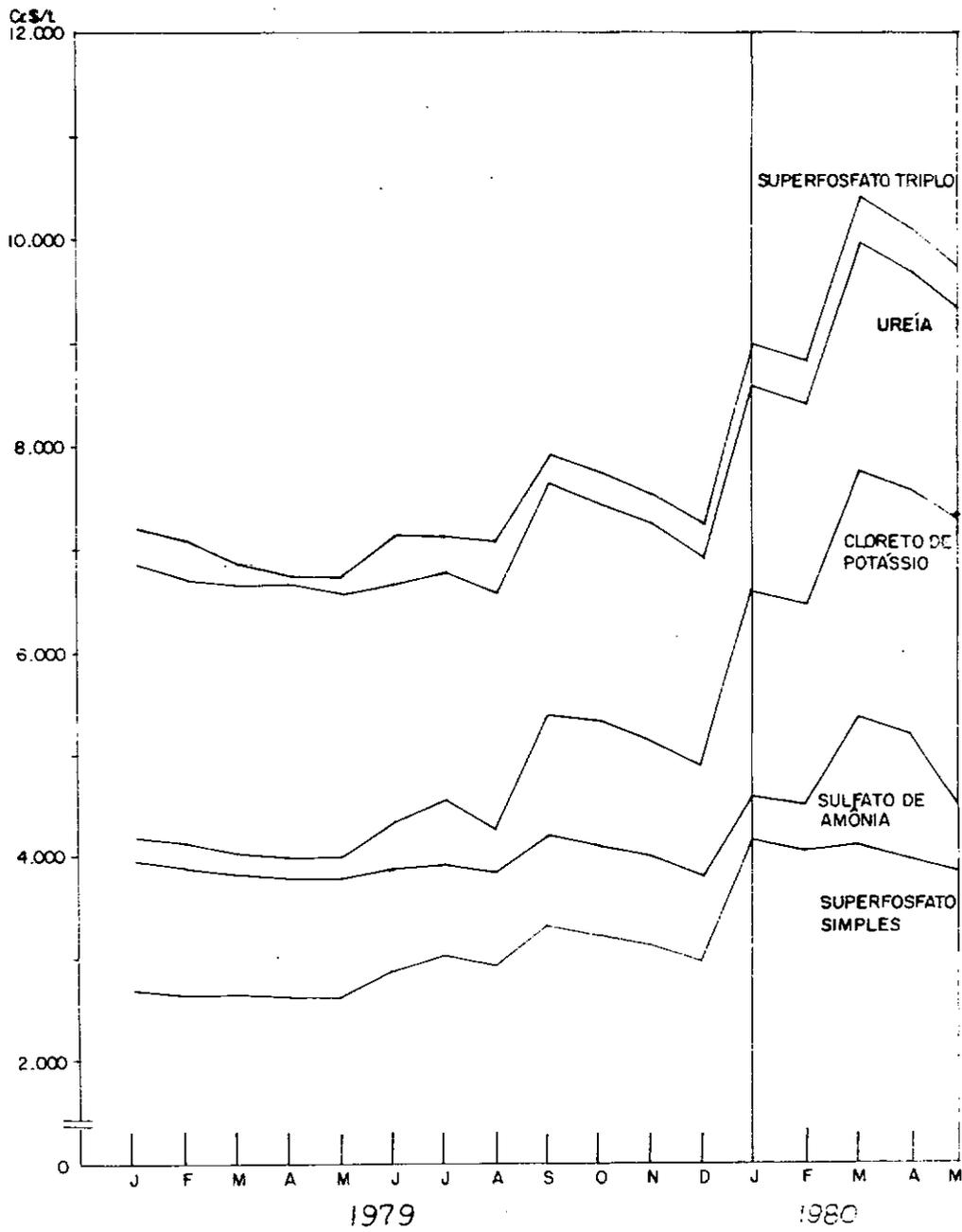


FIGURA 3. - Evolução dos Preços Correntes dos Principais Fertilizantes no Mercado Interno, 1979-80.

- Trator

A produção brasileira de tratores de quatro rodas, em 1979, somou 55.268 unidades, significando acréscimo de 13,6% em relação ao ano anterior, quando foram produzidas 48.668 unidades. Comparando-se a produção de janeiro a maio de 1980 (21.295 unidades) com a do mesmo período de 1979 (17.610), verifica-se que ocorreu um aumento de 20,9% (quadro 21).

Em 1979, a produção de tratores de esteira atingiu 3.190 unidades, apresentando um acréscimo de 6,5% em relação ao ano anterior; nos cinco primeiros meses de 1980, foram produzidas 1.536 unidades, segundo dados ainda preliminares.

A produção de cultivadores motorizados e microtratores, em 1979, alcançou 5.372 unidades, superior em 64,3% àquela do ano anterior.

As vendas de tratores de quatro rodas para o mercado local (excluindo microtratores), em 1979, atingiram 44.064 unidades, representando acréscimo de 20,0% em relação a 1978, quando se venderam 36.729 unidades; em 1980, para os cinco primeiros meses as vendas atingiram 17.318 unidades, com acréscimo de 28,4% em relação aos 13.492 tratores vendidos em idêntico período do ano passado.

As exportações de tratores de quatro rodas em 1979 somaram 6.800 unidades, crescendo 19,3% em relação a 1978, quando se exportaram 5.700 unidades. Em 1980, as exportações para os cinco primeiros meses atingiram 2.376 unidades, quantidade 14,3% inferior à de igual período do ano anterior, quando foram exportadas 2.771 unidades. Se bem que as exportações de tratores de quatro rodas tenham crescido bastante a partir de 1977, ainda assim não ultrapassam a 13,0% do total produzido anualmente (quadro 22).

O preço real do trator de 44HP, em 1979, sofreu decréscimo de 3,3%, em relação ao ano anterior; o índice de preço real, que vinha declinando até 1974, passa a crescer atingindo em 1978 um ponto de máximo. Em maio de 1980 o preço do referido trator era Cr\$282.916,00 (quadro 23).

Para os tratores de quatro rodas de 61HP, o preço médio corrente, em 1979, situou-se em Cr\$250.041,58, atingindo nos cinco primeiros meses de 1980 o valor de Cr\$338.829,40; em maio de 1980 o preço desse trator era Cr\$349.651,00.

Comparando-se os preços vigentes em maio de 1980 com os de maio do ano anterior, observa-se que o valor corrente do trator de 44HP elevou-se 39,0%, enquanto o de 61HP aumentou 40,4%, ou seja, bastante abaixo da inflação ocorrida no período.

A análise da evolução da relação de preços produto/trator, visando inferir o comportamento do poder aquisitivo do agricultor para adquirir um trator de 44HP, mostra que em 1979, relativamente ao ano anterior, os seguintes produtos melhoraram suas relações de preço: arroz, café, soja e cana-de-açúcar (quadro 24). No período 1969-79, todos os produtos agrícolas considerados melhoraram substancialmente suas relações de troca. Em 1969, eram necessárias 834 sacas de arroz para se adquirir um trator de 44HP, enquanto em 1979, 481 sacas; para o café, a relação se mostra ainda mais favorável, caindo de 187 sacas em 1969 para 65 em 1979. O mesmo comportamento favorável, nos mesmos anos de comparação, ocorreu para milho (queda de 1.717 sacas para 1.062), soja (de 928 sacas para 584), algodão (de 2.337 arrobas de 15kg para 1.218) e cana-de-açúcar (de 1.061t para 607).

Embora fosse importante para a viabilização da expansão da área cultivada, o Conselho Monetário Nacional (CMN) até o presente momento não definiu a política creditícia para financiamento de investimento, notadamente de máquinas e implementos agrícolas, o que poderá trazer sérias dificuldades para a comercialização desses produtos.

(IEA, 11/07/80)

QUADRO 21. - Produção da Indústria Brasileira de Tratores, 1969-80

Ano	Trator de 4 rodas		Trator de esteira		Cultivador motorizado ⁽¹⁾		Total	Índice ⁽²⁾
	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾	Produção	Índice ⁽²⁾		
1969	9.548	100	91	100	2.281	100	11.920	100
1970	14.048	147	185	203	2.474	108	16.707	140
1971	22.122	232	770	846	2.556	112	25.448	213
1972	29.142	305	1.282	1.409	3.773	165	34.197	287
1973	37.170	389	1.961	2.155	5.080	223	44.211	371
1974	43.810	459	2.415	2.654	5.659	248	51.884	435
1975	57.041	597	3.925	4.313	5.330	234	66.296	556
1976	63.161	661	3.850	4.231	4.684	205	71.695	601
1977	50.390	528	2.867	3.150	5.380	236	58.637	492
1978	48.668	510	2.996	3.292	3.270	143	54.934	461
1979	55.268	579	3.190	3.505	5.372	235	63.830	535
1980 ⁽³⁾	21.295	...	1.536	...	4.001	...	26.832	...

⁽¹⁾ Inclusive microtrator de 4 rodas.

⁽²⁾ Índice simples 1969=100.

⁽³⁾ Acumulado até maio de 1980.

Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 22. - Evolução das Exportações Brasileiras de Tratores, 1971-80

Ano	Trator de 4 rodas	Trator de esteira	Motocultivador motorizado	Microtrator de 4 rodas	Trator florestal	Outros ⁽¹⁾	Total
1971	104	2	10	-	-	4	120
1972	188	13	31	10	-	5	247
1973	316	88	22	29	-	34	489
1974	668	175	49	83	-	85	1.060
1975	671	176	101	75	-	189	1.212
1976	390	44	220	60	2	168	884
1977	4.353	202	123	88	1	353	5.120
1978	5.700	206	149	160	-	788	7.003
1979	6.800	141 ⁽³⁾	-	248	-	-	7.189
1980 ⁽²⁾	2.376	73 ⁽³⁾	-	85	-	-	2.534

⁽¹⁾ Incluindo: tratores para semi-reboque, tratores rodoviários (2 rodas), tratores rodoviários (4 rodas), trator escavo-carregador e outros.

⁽²⁾ Acumulado até maio.

⁽³⁾ Não inclui as empresas Caterpillar, Fiat-Allis e Komatsu.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX) e empresa do setor de tratores.

QUADRO 23. - Evolução do Preço de Tratores, Estado de São Paulo, 1969-80⁽¹⁾

Ano	Preço corrente (Cr\$)	Preço real (²)	Índice corrente (1969=100)	Índice real(³) (1969=100)
1969	19.102,00	263.237,88	100,0	100,0
1970	19.120,00	219.571,61	100,1	83,4
1971	21.900,00	208.832,21	114,6	79,3
1972	24.786,00	202.072,12	129,8	76,8
1973	26.439,00	186.999,02	138,4	71,0
1974	29.662,00	163.293,90	155,3	62,0
1975	39.280,00	169.157,42	205,6	64,3
1976	61.689,00	187.971,05	322,9	71,4
1977	92.660,83	174.535,74	485,1	66,3
1978	138.957,50	213.996,55	727,4	81,3
1979	207.065,50	207.065,50	1.084,0	78,7
1980 ⁽⁴⁾	268.778,00	176.486,26	1.407,1	67,0

(¹) Tomou-se como referência a média anual de preços básicos (sem acessórios) do trator de 44HP, posto fábrica, isento de ICM e IPI. São repassados ao comprador o valor de frete e seguro.

(²) Em cruzeiro de 1979, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(³) Índice simples, 1969=100.

(⁴) Média dos cinco primeiros meses.

QUADRO 24. - Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Trator Leve (44HP), Estado de São Paulo, 1969-80

Ano	Arroz em casca		Milho		Cafê beneficiado		Soja		Algodão em caroço		Cana-de-açúcar	
	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	sc.60kg	Índice	15kg	Índice	1.000kg	Índice
1969	834	100	1.717	100	187	100	928	100	2.337	100	1.061	100
1970	881	106	1.698	99	131	70	754	81	2.021	86	955	90
1971	524	63	1.531	89	162	87	684	74	1.537	66	894	84
1972	518	62	1.475	86	116	62	681	73	1.449	62	850	80
1973	499	60	979	57	91	49	456	49	1.125	48	750	71
1974	362	43	927	54	89	48	443	48	847	36	514	48
1975	302	36	818	48	67	36	473	51	1.091	47	488	46
1976	617	74	1.064	62	41	22	561	60	771	33	536	51
1977	598	72	1.363	79	37	20	545	59	1.053	45	552	52
1978	556	67	1.054	61	73	39	648	70	1.148	49	668	63
1979	481	58	1.062	62	65	35	584	63	1.218	52	607	57
1980 ⁽¹⁾	363	44	976	57	47	25	566	61	1.048	45	480	45

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Terra

Em 1980, os preços reais da terra nua apresentaram variação pequena em relação ao anterior: positiva para as terras de primeira (9,9%), de segunda (7,0%), para pastagens (6,0%), para reflorestamento (0,8%) e negativa para terra de campo (-7,8%). Considerado o período 1975-80, observa-se que todos os tipos de terra apresentaram pequena valorização real, com exceção da terra de primeira (quadro 25). Porém, ao se analisar um período mais longo, 1969-80, o mercado de terras mostra uma elevação substancial dos preços reais para todos os tipos; assim, neste período, a terra de primeira apresentou valorização, em termos reais, de 362,6% e a de segunda, de 454,7%, enquanto que terra para pastagens, para reflorestamento e terra de campo valorizaram-se, respectivamente, em 428,1%, 469,1% e 517,4%. Observe-se que essa valorização não ocorreu a uma taxa anual constante, destacando-se que entre 1973 e 1974 houve uma elevação brusca nos preços reais de todos os tipos de terra, que pode ser explicada, em parte, pelos altos preços alcançados pela maioria dos produtos agrícolas, principalmente os de exportação, e também por constituir a terra uma forma de reserva de valor.

Considere-se, também, que sendo o mercado de terras altamente inter-relacionado, maior procura de determinado tipo de terra acaba influenciando os preços dos demais, face à possibilidade relativa de substituição entre os diferentes tipos pela utilização de insumos como fertilizantes, drenagem e irrigação, possibilitando até certo ponto melhorar a qualidade da terra, embora envolvendo custos para essa melhoria.

Em fevereiro de 1980, as terras de primeira atingiram o valor médio de Cr\$70.969,00 por hectare; as terras de segunda foram cotadas a Cr\$63.090,00 por hectare; as terras para pastagens, a Cr\$53.121,00 por hectare, enquanto as terras para reflorestamento alcançaram Cr\$40.160,00 por hectare e as de campo Cr\$34.509,00 por hectare. Fatores como uso e qualidade da terra, facilidade de infra-estrutura, proximidade de mercados consumidores da produção agropecuária levam a variações amplas em torno do valor médio; dessa forma, as terras de primeira têm preços médios que vão de Cr\$39.018,00/ha na DIRA do Vale do Paraíba, até Cr\$114.543,00/ha na DIRA de Campinas. A evolução do preço do arrendamento em dinheiro de terras para lavouras no Estado de São Paulo tem sofrido flutuação pequena no período 1975-78, embora em 1979 tenha sofrido um decréscimo, em termos reais, da ordem de 11,0% relativamente ao ano anterior, sendo o seu valor médio em novembro de 1979 igual a Cr\$2.160,00/ha. Por outro lado, o arrendamento em espécie tem sofrido variação mais ampla. De um modo geral, algodão, amendoim, arroz e milho pioraram sua relação de troca em 1979, relativamente ao ano anterior. Considerando-se o período 1975-79, o milho foi o que apresentou comportamento mais adverso, do qual eram exigidas 17,5 sacas de 60kg para arrendar um hectare de terra em 1979, enquanto em 1975 exigiam-se apenas 11,3 sacas (quadro 26).

A relação valor da terra de primeira e valor de arrendamento, para o período 1975-79, tem variado muito pouco. O valor de arrendamento tem correspondido a aproximadamente 4,0% do preço corrente da terra. No curto e médio prazo, a relação entre valor de terra e valor de arrendamento não é fixa, podendo variar em sentido contrário. Em época de inflação acentuada, a tendência dos investidores é procurar investimentos protegidos contra a desvalorização da moeda, como aplicações em terras agrícolas que têm sofrido elevações de preços superiores à taxa de inflação. Já o valor de arrendamento está mais intimamente ligado ao valor da produção agrícola, isto é, ao potencial econômico da terra em termos de produção.

As terras com benfeitorias no Estado de São Paulo são classificadas de acordo com o tamanho da propriedade. De um modo geral, à medida em que aumenta o tamanho, o preço por hectare diminui; assim, em 1980, as propriedades com área inferior a 7,26ha (3 alqueires) apre

sentam preços médios de Cr\$130.025,00 por hectare, enquanto as propriedades com área superior a 242 hectares têm um preço de Cr\$62.796,00 por hectare. Ressalte-se que esses valores correspondem a valores médios para o Estado, portanto com variações que dependem basicamente da localização, condições de infra-estrutura, uso e qualidade da terra (quadro 27).

De um modo geral, as propriedades com benfeitorias sofreram valorização em termos reais no período 1975-80. As propriedades com área entre 7,26 e 24,20 hectares foram as que mais se valorizaram, com cálculo de capitalização anual de 5,2%, ou seja, apenas do ponto de vista de aplicação de capital, a propriedade de terras tem se constituído em um bom negócio, particularmente numa economia inflacionária e com alternativas oferecidas no mercado de capitais pouco favoráveis.

Quanto ao aluguel anual de pasto por hectare, observou-se elevação do seu valor, de Cr\$922,70 por hectare em 1978 para Cr\$1.354,68/hectare; em termos reais, equivalendo a um aumento de apenas 1,1%. Considerando-se o período 1975-79, ocorreu uma elevação de 4,9%, enquanto as terras para pastagem tiveram uma valorização real de 17,5% no período. Embora o aluguel mensal por hectare tenha sofrido uma elevação, em termos reais, de 13,4% em 1979 comparativamente ao ano anterior, ainda assim seu valor é ligeiramente inferior àquele que ocorria em 1975; por outro lado, o aluguel mensal por cabeça também sofreu uma valorização, em termos reais, de 3,0% em 1979 relativamente ao ano anterior, estando entretanto o seu valor real bastante abaixo daquele vigente em 1975. A elevação no aluguel de pasto poderia ser explicada, em parte, pela substituição de áreas de pastagem por outras explorações (cana-de-açúcar, principalmente, e também café e soja). Informação preliminar, a nível das DIRAs de Presidente Prudente, Araçatuba e São José do Rio Preto, mostra que o aluguel de pasto por cabeça teria sofrido uma elevação acima de 150% em seu valor nominal, de junho/79 a junho/80 (quadro 28).

Fato que pode vir a ter impacto sobre o mercado de terras é a modificação na legislação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (Decreto nº 84.685, de 6/5/80, que regulamentou a Lei nº 6.746 de 10/12/79), que visou um aumento da produção e da produtividade agrícola, pois permite reduções de até 90,0% dos tributos, sendo 45,0% pelo grau de utilização da terra e até 45,0% pelo grau de eficiência na exploração. O INCRA, pelo novo sistema de incidência do ITR, fixou para cada município brasileiro um módulo fiscal, representado por uma unidade de medida em hectare, a fim de igualar os critérios para tratamento fiscal a serem aplicados aos imóveis rurais em todo o território nacional. Entretanto, esse instrumento de política econômica perderá muito dos efeitos esperados, se não for reduzida a evasão do tributo, decorrente do não pagamento das guias calculadas ao redor de 50,0%.

É interessante observar como tem evoluído a relação preço de terra e preço do produto agrícola. De um modo geral, para a maioria dos produtos pioraram as relações de troca em 1980, comparativamente a 1979. Comparando-se os valores de 1980 com os de 1975, verifica-se que os produtos cujas relações de troca pioraram foram arroz, milho, soja, carne bovina e leite, enquanto os demais sofreram melhora bastante acentuada (quadro 29).

De um modo geral, para 1980/81, espera-se uma pequena elevação nos valores reais dos diversos tipos de terra no Estado de São Paulo, tendo em vista a falta de alternativas no mercado de capitais com rentabilidade suficiente para atrair os investidores. Espera-se, também, uma elevação nos valores reais de arrendamento de terras para lavouras e nos aluguéis de pasto, a julgar pela tendência verificada nos últimos meses.

(IEA, 11/07/80)

QUADRO 25. - Valor da Terra Nua, por Tipo, Estado de São Paulo 1975-80 (1)

Item	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Terra de primeira						
Cr\$/ha (2)	10.270	15.020	22.080	29.783	35.385	70.969
Cr\$/ha (3)	71.186	78.429	79.149	77.500	64.567	70.969
Índice (4)	100	110	111	109	91	100
Terra de segunda						
Cr\$/ha (2)	7.690	11.200	16.180	22.855	32.316	63.090
Cr\$/ha (3)	53.303	58.483	58.000	59.472	58.967	63.090
Índice (4)	100	110	109	112	111	118
Terra para pastagens						
Cr\$/ha (2)	6.520	9.520	12.520	17.723	27.464	53.121
Cr\$/ha (3)	45.193	49.710	44.880	46.118	50.113	53.121
Índice (4)	100	110	99	102	111	118
Terra para reflorestamento						
Cr\$/ha (2)	5.120	6.880	9.340	14.082	21.828	40.160
Cr\$/ha (3)	35.489	35.925	33.481	36.644	39.829	40.160
Índice (4)	100	101	94	103	112	113
Terra de campo						
Cr\$/ha (2)	4.290	6.240	8.120	12.077	20.507	34.509
Cr\$/ha (3)	29.736	32.583	29.107	31.426	37.419	34.509
Índice (4)	100	110	98	106	126	116

(1) Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro de 1980, deflacionado pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1980. Base de comparação: 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 26. - Arrendamento de Terras para Lavouras, Estado de São Paulo, 1975-79 (1)

Ano	Em dinheiro			Em espécie							
	Cr\$/ha(2)	Cr\$/ha(3)	Índice(4)	Algodão		Amendoim		Arroz		Milho	
				15kg/ha(5)	Índice(6)	25kg/ha(5)	Índice(6)	60kg/ha(5)	Índice(6)	60kg/ha(5)	Índice(6)
1975	504	2.430	100	19,7	100	16,6	100	8,1	100	11,3	100
1976	760	2.508	103	18,0	91	16,0	96	10,0	123	19,0	168
1977	986	2.342	96	17,0	86	16,0	96	9,0	111	15,0	133
1978	1.447	2.426	102	18,9	96	20,1	121	9,7	120	15,3	135
1979	2.160	2.160	89	23,0	117	21,5	130	11,4	141	17,5	155

(1) Informações coletadas em novembro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de novembro de 1979, pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1979. Base de comparação: 1975 = 100.

(5) Média do Estado, ponderada pela produção em cada Divisão Regional Agrícola (DIRA).

(6) Índice simples. Base de comparação: 1975 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 27. - Valor da Terra com Benfeitorias, Segundo o Tamanho da Propriedade, Estado de São Paulo, 1975-80 (1)

Item	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Inferior a 7,26ha						
Cr\$/ha (2)	16.390	22.910	34.340	49.711	73.159	130.025
Cr\$/ha (3)	113.642	119.667	123.137	129.397	133.535	130.025
Índice (4)	100	105	108	114	118	114
De 7,26 a 24,20ha						
Cr\$/ha (2)	11.720	17.820	26.080	39.545	58.612	104.898
Cr\$/ha (3)	81.262	93.080	93.518	102.935	106.983	104.898
Índice (4)	100	115	115	127	132	129
De 24,20 a 72,60ha						
Cr\$/ha (2)	11.250	15.220	22.050	33.719	46.520	83.906
Cr\$/ha (3)	78.003	79.499	79.067	87.770	84.912	83.906
Índice (4)	100	102	101	113	109	108
De 72,60 a 242ha						
Cr\$/ha (2)	9.830	13.180	19.230	29.132	52.284	74.088
Cr\$/ha (3)	68.158	68.844	68.955	75.830	95.433	74.088
Índice (4)	100	101	101	111	140	109
Superior a 242ha						
Cr\$/ha (2)	8.430	11.410	17.210	24.917	32.348	62.796
Cr\$/ha (3)	58.450	59.598	61.712	64.859	59.044	62.796
Índice (4)	100	102	106	111	101	107

(1) Informações coletadas em fevereiro de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente.

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de fevereiro de 1980, pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado a partir do valor em cruzeiro de 1980. Base de comparação: 1975 = 100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 28. - Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, 1975-79

Ano (1)	Aluguel mensal por hectare			Aluguel anual por hectare			Aluguel mensal por cabeça		
	Corrente (2)	Real (3)	Índice (4)	Corrente (2)	Real (3)	Índice (4)	Corrente (2)	Real (3)	Índice (4)
1975	32,04	131,32	100,00	315,16	1.291,70	100,00	26,83	109,96	100,00
1976	53,00	154,44	117,60	488,10	1.422,26	110,11	32,98	96,10	87,40
1977	59,50	118,64	90,34	619,90	1.236,08	95,69	43,31	86,36	78,54
1978	78,60	114,18	86,95	922,70	1.340,40	103,77	61,51	89,36	81,26
1979	129,47	129,47	98,59	1.354,68	1.354,68	104,88	92,08	92,08	83,74

(1) Informações coletadas em junho de cada ano.

(2) Média do Estado, valores em cruzeiro corrente, ponderada pela área de pastagem por Divisão Regional Agrícola (DIRA).

(3) Média do Estado, valores em cruzeiro de junho de 1979, corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(4) Índice simples, calculado com base nos valores reais, 1975=100

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 29.- Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir um Hectare de Terra, Estado de São Paulo, 1975-80 ⁽¹⁾

Produto	Unidade	Unidades necessárias para compra de um hectare					
		1975	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽²⁾
Cafê	sc.60kg	17,41	7,71	8,83	15,68	11,06	11,83
Cana-de-açúcar	t	127,53	130,52	131,43	143,17	103,78	120,37
Milho	sc.60kg	213,96	258,97	324,71	225,90	181,46	244,72
Algodão	15kg	285,28	187,75	250,91	246,14	208,15	262,85
Laranja	cx.40kg	1.283,75	1.251,67	736,00	827,31	693,82	804,27
Arroz	sc.60kg	79,00	150,20	146,46	119,13	82,25	90,99
Batata	sc.60kg	137,48	117,34	119,35	114,99	95,64	130,70
Feijão	sc.60kg	57,06	33,91	44,16	59,57	47,00	47,31
Soja	sc.60kg	123,73	136,55	129,88	138,91	99,79	141,94
Carne bovina	15kg	34,32	68,00	63,23	51,37	38,07	44,27
Leite	1.000l	3,00	5,12	4,64	4,67	4,99	4,81

⁽¹⁾ Para produtos vegetais, o valor da terra refere-se à terra de primeira, sem benfeitorias.
Para pecuária, refere-se à terra de pastagem.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Defensivo

O consumo aparente de defensivos, crescente até 1974 quando foi de 100.674 toneladas, apresentou a partir de então volume variando entre 78 e 88 mil toneladas. Em 1979, resultados ainda preliminares mostram que teriam sido consumidas 86.279 toneladas, com decréscimo de 2,5% em relação ao ano anterior. De modo geral, a produção nacional no período 1970-79 foi crescente, passando de 14.887 para 44.144 toneladas, ou seja, crescimento médio anual da ordem de 12,8%; no mesmo período, o consumo aparente cresceu à taxa anual média de 9,1%, significando ter sido relativamente bem sucedido o esforço de substituição de importações.

Os inseticidas são os defensivos agrícolas mais utilizados na agricultura brasileira, equivalendo em 1979 a 50,5% do volume físico consumido, distribuindo-se o restante em partes mais ou menos iguais entre fungicidas e herbicidas. A partir de 1973, iniciou-se a produção nacional de herbicidas, tendo sido produzidas apenas 450 toneladas, passando em 1979 para 9.043 toneladas, equivalentes à quase metade do consumo aparente de herbicidas (quadro 30).

Em 1975, o Governo brasileiro criou o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA), que tinha como objetivos principais diminuir a dependência brasileira das importações e atender à demanda interna de defensivos com relação a 19 produtos prioritários, dos quais 9 eram inseticidas, 4 fungicidas e 6 herbicidas. Os resultados obtidos mostram que as metas foram cumpridas e que outros projetos não previstos foram implantados.

As vendas de defensivos agrícolas em 1979 atingiram 228.441 toneladas em volume físico; resultados ainda preliminares mostram que teria ocorrido um acréscimo de 24,6% comparativamente ao ano anterior. O valor corrente das vendas evoluiu de 4,08 bilhões de cruzeiros, em 1976, para 18,09 bilhões de cruzeiros em 1979; em valores reais, o aumento foi de 45,7%, crescimento bastante acentuado e bem superior ao de 12,6% do volume físico transacionado (quadro 31).

O valor dos financiamentos, para aquisição de defensivos no período 1976-79, em termos reais manteve-se praticamente estável. A partir desses financiamentos para a atividade agrícola é possível inferir que as culturas que mais demandaram defensivos agrícolas em 1978, no Brasil, foram: soja (33,8%), trigo (19,8%), algodão (7,7%), arroz (7,3%), frutas em geral (4,9%) e cana-de-açúcar (4,1%), as quais responderam por 77,5% aproximadamente do total financiado (quadro 32).

É claro que poderia haver modificações de um ano para outro em decorrência de maior ou menor incidência de pragas, mudanças da rentabilidade relativa, e efeito das condições climáticas sobre determinadas culturas; no entanto, pode-se afirmar com relativa segurança que o conjunto das culturas assinalado responde pela quase totalidade do consumo brasileiro de defensivos agrícolas.

No Estado de São Paulo, em 1978 o valor corrente dos financiamentos de defensivos para atividade agrícola foi da ordem de 1,14 bilhão de cruzeiros, correspondendo a aproximadamente 18,1% do total brasileiro. As culturas que receberam as maiores parcelas do valor financiado foram: frutas em geral (18,7%), algodão (17,4%), cana-de-açúcar (15,2%), soja (10,0%), hortaliças (7,6%), café (6,5%) e trigo (4,7%), correspondendo a aproximadamente 80,2% do valor total financiado.

Além da concentração do valor de financiamentos para defensivos agrícolas em um conjunto relativamente pequeno de culturas, há também uma concentração geográfica da sua distribuição. Assim, em 1978, os estados que mais utilizaram financiamento para aquisição de defensivos foram: Paraná (33,7%), Rio Grande do Sul (33,4%) e São Paulo (18,1%). Ressalte-se que todos os estados das regiões Norte e Nordeste, em conjunto, receberam apenas 4,5% do total brasileiro desses financiamentos naquele ano.

Em 1979, os preços médios reais de alguns defensivos, no Estado de São Paulo, sofreram diminuição em relação ao ano anterior, caso de Aldrin 5% (-5,7%), Brometo de metila (-5,8%), Dithane M-45 (-16,4%) e Sulfato de cobre (-4,0%); outros aumentaram, como por exemplo BHC 2%, cujo preço se elevou em 7,5% (quadro 33). A maxidesvalorização cambial, em fins de 1979, veio trazer impacto sobre o setor, bastante dependente de importações, o que explica parcialmente as substanciais elevações de preços dos defensivos. Dados disponíveis para a média dos cinco primeiros meses de 1980, comparativamente a igual período de 1979, mostram as seguintes variações dos preços correntes de defensivos: Oxícloreto de cobre 35% (142,0%), Oxícloreto de cobre 50% (137,7%), Brometo de metila (131,3%), Sulfato de cobre (128,2%), Dithane M-45 (108,9%), Aldrin 5% (106,4%), Manzate-D (101,6%), BHC 2% (72,4%) e Folídol 1,5% (54,7%).

Devem ser feitas observações quanto às quantidades, eventualmente excessivas, de defensivos agrícolas usadas no Brasil, colocando em risco a saúde humana, prejudicando o meio ambiente e, por vezes, comprometendo exportações potenciais de produtos agropecuários. Parece claro, entretanto, que a questão fundamental é a determinação das quantidades a serem racionalmente utilizadas, de forma a conciliar os objetivos da produção de alimentos e da preservação do meio ambiente.

Trabalhos recém divulgados e em andamento revelam o uso excessivo de inseticidas, operando desnecessariamente a produção, caso da cultura da soja, na qual os agricultores fazem cerca de 4 a 5 aplicações de defensivos durante o período de custeio. Em grande parte, esses gastos ocorrem pela falta de informação aos agricultores no tocante às reais necessidades de defensivos no combate às pragas, que poderiam ser reduzidos pelo acompanhamento sistemático da lavoura.

A utilização da tecnologia recomendada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para a soja, que consiste em, no máximo, duas aplicações de inseticidas (uma para controlar lagartas e outra para percevejos), seria suficiente para manter o potencial produtivo da lavoura e diminuir consideravelmente o custo de produção por unidade de área. Se viesse a ser plenamente utilizada, estima-se que seriam economizadas, a nível de produtor, 6,6 bilhões de cruzeiros, o que equivaleria à redução de Cr\$772,48 por hectare em relação à tecnologia normalmente aplicada pelo agricultor.

A partir de 1975, segundo fontes do setor industrial de defensivos, as exportações brasileiras expandiram bastante. Entre os produtos que estão sendo exportados tem-se: Clorocanfeno, Malation, Ditiocarbamatos, Oxícloreto de cobre, Parathion e Propanil.

Através da resolução nº 143 de 09/05/80 da Secretaria do Planejamento (SEPLAN) - Conselho Interministerial de Preços (CIP), os preços dos defensivos agrícolas ficaram enquadrados na sistemática de controle do CIP e os fabricantes só poderão aumentar os vigentes desde o reajuste de 01/02/80, mediante autorização desse órgão.

As perspectivas de utilização de insumos pela agricultura brasileira, em vista de sua modernização, embora muito dependente das condições do crédito rural, são de elevação do consumo de um modo geral e, em particular, de defensivos agrícolas.

(IEA, 21/07/80)

QUADRO 30. - Consumo Aparente ⁽¹⁾ de Defensivos Agrícolas no Brasil, em Volume Físico, 1970-79

(em tonelada)

Defensivo	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979 ⁽²⁾
Inseticida										
Importação	15.059	16.264	19.894	21.623	30.793	26.187	20.762	23.794	22.827	24.173
Produção nacional	<u>13.247</u>	<u>10.959</u>	<u>14.005</u>	<u>16.271</u>	<u>14.454</u>	<u>15.616</u>	<u>7.738</u>	<u>10.052</u>	<u>19.927</u>	<u>19.378</u>
Subtotal	28.306	27.223	33.899	37.894	45.247	41.803	28.500	33.846	42.754	43.551
Fungicida										
Importação	6.107	8.574	20.446	30.792	32.929	4.994	7.305	12.682	7.760	7.468
Produção nacional	<u>1.640</u>	<u>2.939</u>	<u>4.250</u>	<u>6.150</u>	<u>7.558</u>	<u>9.245</u>	<u>9.328</u>	<u>11.903</u>	<u>15.153</u>	<u>15.723</u>
Subtotal	7.747	11.513	24.696	36.942	40.487	14.239	16.633	24.585	22.913	23.191
Herbicida										
Importação	3.416	5.037	4.888	9.018	14.114	20.718	22.767	15.595	17.318	10.494
Produção nacional	-	-	-	450	826	1.700	1.500	4.331	5.541	9.043
Subtotal	3.416	5.037	4.888	9.468	14.940	22.418	24.267	19.926	22.859	19.537
Importação total	24.582	29.875	45.228	61.433	77.836	51.899	50.834	52.071	47.905	42.135
Produção nacional total	14.887	13.898	18.255	22.871	22.838	26.561	18.566	26.286	40.621	44.144
Total geral	39.469	43.773	63.483	84.304	100.674	78.460	69.400	78.357	88.526	86.279

⁽¹⁾ Excluídas as exportações de produtos nacionais obtidos por síntese.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 31. - Quantidade ⁽¹⁾ e Valor das Vendas de Defensivos no Brasil, 1976-79

Classe	Quantidade (t)				Valor (Cr\$1.000)			
	1976	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1976	1977	1978	1979 ⁽²⁾
Inseticida	136.349	135.875	113.639	134.735	1.456.860	2.869.561	4.082.250	7.846.548
Acaricida	3.414	3.257	4.247	5.412	89.918	115.768	292.841	475.661
Formicida	10.653	8.892	11.648	12.233	114.893	144.208	242.820	329.894
Fungicida	23.872	28.421	25.927	35.936	569.121	1.198.319	1.443.903	2.860.961
Herbicida	28.529	29.291	27.947	40.125	1.844.824	2.441.229	3.081.487	6.578.999
Total	202.817	205.736	183.408	228.441	4.075.616	6.769.085	9.143.301	18.092.063

⁽¹⁾ Volume físico de defensivo na forma comercializável.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Sindicato da Indústria de Defensivos do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 32. - Valor dos Financiamentos e Participação no Valor Total dos Defensivos Agrícolas⁽¹⁾ Concedidos a Produtores e Cooperativas, Brasil, 1976-79

Cultura	1976		1977		1978		1979 ⁽²⁾	
	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%	Cr\$1.000	%
Algodão	1.402.949,79	13,20	965.153,74	9,84	743.683,74	7,65	786.041,00	8,02
Arroz	1.189.858,65	11,20	886.497,67	9,04	706.948,24	7,27	467.308,00	4,77
Batata inglesa	178.817,63	1,68	146.941,85	1,50	161.382,73	1,66	113.726,00	1,16
Cacau	58.436,82	0,55	99.988,30	1,02	147.896,82	1,52	224.140,00	2,29
Cafê	117.684,15	1,11	168.985,37	1,72	215.931,58	2,21	181.147,00	1,85
Cana-de-açúcar	611.319,54	5,75	361.983,65	3,69	394.188,25	4,05	301.858,00	3,08
Feijão	36.308,95	0,34	75.088,94	0,77	79.072,04	0,81	72.502,00	0,74
Frutas em geral	340.903,77	3,21	356.000,71	3,63	480.636,96	4,94	386.884,00	3,95
Hortaliças	149.995,34	1,41	146.341,63	1,49	205.146,86	2,11	208.029,00	2,12
Milho	266.402,77	2,51	202.148,90	2,06	199.185,47	2,05	201.068,00	2,05
Pimenta-do-reino	72.511,26	0,68	14.080,51	0,14	13.133,24	0,14	10.766,00	0,11
Soja	3.692.510,21	34,75	3.485.133,91	35,54	3.286.473,93	33,79	3.369.326,00	34,37
Sorgo	25.656,38	0,24	15.167,74	0,15	10.144,07	0,10	5.919,00	0,06
Trigo	1.366.326,99	12,86	2.136.264,86	21,79	1.923.421,03	19,78	2.497.065,00	25,48
Uva	51.117,74	0,48	48.880,22	0,50	67.395,65	0,70	83.190,00	0,85
Outras lavouras	1.066.400,29	10,03	696.754,66	7,12	1.090.180,83	11,22	892.905,00	9,10
Total	10.627.200,28	100,00	9.805.412,66	100,00	9.724.821,44	100,00	9.801.874,00	100,00

⁽¹⁾ Atividade agrícola, valores em cruzeiro de 1979, pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Até setembro.

Fonte: Banco Central do Brasil. Dados elaborados pelo IEA.

QUADRO 33. - Preços Médios Reais ⁽¹⁾ de Defensivos Pagos pelos Agricultores, São Paulo, 1976-80

(em Cr\$/unidade)

Defensivo	Unidade	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽³⁾
Aldrin 5%	sc.25kg	349,77	340,86	380,03	358,33	387,43
BHC 2%	sc.25kg	151,35	149,31	176,24	189,45	162,86
1-10 (DDT Parathion)	kg	14,72	12,24	12,24	13,34	11,71
1,5-10 (DDT Parathion)	kg	17,49	13,48	15,17	16,13	14,69
Brometo de metila	cx. ⁽²⁾	3.859,12	4.118,93	3.542,88	3.335,89	3.762,77
Dithane M-45	kg	93,97	87,15	93,73	78,33	82,39
Oxicloreto de cobre 50%	kg	69,87	75,93	69,87	71,29	96,84
Sulfato de cobre	kg	40,22	38,45	37,02	35,55	43,87

⁽¹⁾ Em cruzeiro de 1979, corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Caixa com 24 latas de 393 ml.

⁽³⁾ Média dos cinco primeiros meses.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Mão-de-obra

- Estrutura do emprego agrícola

Em 1979, a força de trabalho empregada nas atividades agrícolas do Estado de São Paulo correspondia, aproximadamente, a 1 milhão e 400 mil pessoas. Desse total, 810 mil, ou seja, 58% da força de trabalho, eram trabalhadores que residiam nas propriedades, enquanto as demais 590 mil, isto é, 42% do total, eram trabalhadores não residentes. Dentre os trabalhadores residentes, a mão-de-obra familiar, ou seja, os proprietários e seus familiares, era constituída de 350 mil pessoas, e os restantes 460 mil eram residentes com as mais variadas relações de trabalho. Portanto, a mão-de-obra familiar representava 43% do total de residentes e a mão-de-obra não familiar, 57%. Quanto à força de trabalho não residente, 66% correspondiam aos volantes ou bônias-frias e os demais 44% correspondiam desde aos proprietários não residentes que trabalhavam nas propriedades até a outros tipos de trabalhadores temporários que eventualmente prestavam serviços às propriedades agrícolas. A mão-de-obra não residente utilizada pelas propriedades variou sempre conforme as necessidades sazonais, sendo a mão-de-obra volante a que mais variações apresentou. Em 1979, a demanda de volantes oscilou entre 310 mil e 548 mil pessoas, nos cinco levantamentos efetuados pelo IEA.

No que tange à mão-de-obra residente nas propriedades agrícolas, uma análise comparativa entre as médias dos biênios 1971-72, 1975-76 e 1979-80 demonstra que o contingente desta mão-de-obra que vinha decrescendo à taxa de 7,1% ao ano entre 1971-72 e 1975-76, em função do processo de modernização da agricultura, diminuiu para 2,0% ao ano no período 1975-76 a 1979-80, tendendo a se estabilizar em um mínimo necessário de mão-de-obra agrícola permanente nas propriedades (quadro 34).

Embora com tendência decrescente no total, a mão-de-obra residente manteve-se relativamente estável na sua distribuição pelas regiões agrícolas do Estado. As DIRAs de Sorocaba, São José do Rio Preto e, mais recentemente, Campinas são as que empregam maiores contingentes de trabalhadores residentes, devido à estrutura de produção regional com culturas perenes e anuais que demandam uma assistência permanente durante o ano agrícola.

A análise, para os mesmos períodos da composição da mão-de-obra residente, em termos de relações de trabalho, aponta profundas alterações decorrentes das transformações econômicas que a agricultura paulista vem sofrendo na última década. De um lado, cresce a participação relativa da categoria de proprietários, no período, principalmente nas DIRAs de Sorocaba, São Paulo e Vale do Paraíba, que possuem regiões onde predominam pequenas e médias propriedades com atividades agrícolas conduzidas principalmente pela mão-de-obra familiar (quadro 35).

De outro lado, entre os empregados há um crescimento intenso no período, em termos absolutos e relativos, do número de mensalistas que, somado ao número de administradores (estes se mantêm relativamente estáveis no período), configura o assalariamento como inerente ao processo de modernização agrícola, em detrimento de outras formas de remuneração, cujas categorias decrescem ou, quando muito, mantêm-se estáveis na década de 70. A DIRA de Ribeirão Preto, considerada das mais modernas do ponto de vista agrícola no Estado, expressa bem o processo, com o número de mensalistas correspondendo a 35% do total de trabalhadores residentes e a 58% do total de assalariados residentes nas propriedades.

Paralelamente, confirmando tal tendência, relações de trabalho tradicionais, como o arrendamento e a parceria, vêm decrescendo continuamente no período, com seus respectivos contingentes de mão-de-obra engrossando, provavelmente, o número de assalariados mensalistas.

Cabe ainda destacar a importância do trabalho da mulher e do menor entre a mão-de-

obra residente. Segundo dados preliminares para 1979/80, a participação de menores de 15 anos foi de 10% entre o total de empregados nas propriedades, e de 15%, aproximadamente, entre a mão-de-obra familiar relativa às categorias de proprietários, parceiros e arrendatários. Do total de adultos (mais de 15 anos) empregados nas propriedades, cerca de 20% eram mulheres. Ao se considerar apenas as categorias de proprietários, arrendatários e parceiros, a percentagem de mulheres trabalhando cresce para quase 30%. Tais indicadores demonstram a relevância do trabalho do menor e da mulher nas atividades agrícolas, especialmente nas chamadas propriedades familiares, responsáveis por alguns setores estratégicos da agropecuária paulista.

No que diz respeito à mão-de-obra não residente, esbarra-se em dificuldades na estimativa do total em função da sazonalidade de sua demanda e da falta de levantamentos sobre a oferta de mão-de-obra. Mesmo assim, pode-se constatar um aumento relativo na sua utilização, complementarmente ao contínuo decréscimo apontado para a mão-de-obra residente. Com efeito, o Prognóstico 1977/78 do IEA estimava a mão-de-obra não residente em 25% da força de trabalho na agricultura, dos quais 21% eram volantes; já em 1979, segundo dados preliminares do IEA, a participação da mão-de-obra não residente cresceu para 42% do total, dos quais 28% eram volantes. O aumento da demanda de trabalhadores volantes é confirmado pelo crescimento do número médio diário de volantes utilizados, segundo os levantamentos efetuados de 1974 a 1977 (média), em 1978 e em 1979. No quadriênio 1974-77, o número médio de volantes empregados foi de 334 mil pessoas; em 1978 a média cresceu para 373 mil e, em 1979, para 392 mil (quadro 36).

Ainda com relação ao aumento da importância da mão-de-obra não residente, é preciso considerar a categoria classificada nos levantamentos do IEA como outros não residentes, que inclui desde proprietários que não residem, mas trabalham nas propriedades, até trabalhadores contratados individualmente para serviços específicos nas propriedades. Essa categoria representava, em 1979, 14% da força de trabalho total e um terço do total de não residentes.

Quanto à distribuição da mão-de-obra volante pelas regiões agrícolas do Estado, observa-se que, mesmo levando em conta as variações estacionais, as DIRAs de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Campinas concentram mais de 60% do total de mão-de-obra volante utilizada. Tal fato explica-se por possuir a DIRA de Ribeirão Preto agricultura das mais diversificadas do Estado, classificando-se em primeiro lugar na área plantada com cana-de-açúcar e laranja e, em segundo lugar, no cultivo de café, algodão e amendoim. A DIRA de São José do Rio Preto é a primeira no cultivo de café, terceira em laranja, tendo também uma área bem extensa de algodão. A DIRA de Campinas apresenta-se como primeira no cultivo de algodão, segunda em cana, laranja e batata. Todas essas culturas utilizam mão-de-obra volante, especialmente nas colheitas, com poucas coincidências nos períodos de maior exigência de mão-de-obra entre elas (quadro 37).

A participação da mão-de-obra feminina vem crescendo também entre os trabalhadores temporários: em 1978 a participação média foi de 16,4%, subindo para 21,0% em 1979. Entretanto, se mantém estável a participação dos menores de 15 anos entre os volantes, ao redor de 5% nos últimos anos, bem abaixo da média de participação entre os trabalhadores residentes.

Segundo levantamentos do IEA, a área cultivada com os 21 principais produtos agrícolas do Estado, no período 1975-79, cresceu praticamente 10%, sendo as culturas permanentes as responsáveis por essa taxa de crescimento, pois enquanto essas culturas cresceram 30,5% em área cultivada, as anuais decresceram 6,5% no período. Espera-se para 1980/81 taxa ainda maior de expansão para as culturas permanentes, especialmente na área de cana, em algumas regiões, em função do estímulo esperado à implantação de destilarias autônomas pelo Plano Nacional do Alcool (algumas já em fase inicial). Em decorrência, espera-se que se expanda a utilização da mão-de-obra volante, principalmente nas regiões de maior concentração da cana, enquanto for uma alternativa economicamente mais viável que o uso de colheitadeiras mecânicas. Espera-se, paralelamente, uma estabilidade no contingente de mão-de-obra residente, já atingindo o mínimo necessário para as atividades permanentes das empresas agropecuárias.

- Salário

A evolução dos salários agrícolas, em termos reais desde 1970, pode ser dividida em três fases: de 1970 a 1975, em que os salários têm um crescimento real para todas as categorias, oscilando entre 14% para os mensalistas e 64% para os diaristas residentes; de 1976 a 1978, em que diminui o ritmo de crescimento real dos salários com pequenas oscilações; finalmente, de 1978 para cá, em que os salários passam a cair, sem exceção, em todas as categorias agrícolas (quadro 38). O salário de capataz só começou a ser levantado em 1980 e apresentou média mensal de Cr\$4.761,90.

Com efeito, comparando-se os salários agrícolas de abril de 1980 com os de abril de 1979, embora, em termos nominais, acusem aumento de 76% a 85% para as várias categorias, em termos reais todos caíram, sem exceção. Assim, para os trabalhadores residentes, exceto os administradores, os salários de abril de 1980, em termos reais, estão no mesmo nível dos salários de 1974/75. Mesmo os administradores, categoria cujo salário teve maior aumento em relação a 1970, estão com seu poder de compra atual comparável ao de abril de 1977. No caso dos volantes, os salários, em termos reais, estão com o mesmo poder aquisitivo de novembro de 1976.

Os salários rurais no Estado de São Paulo apresentam, por categoria, oscilações em função das características das empresas agrícolas, do tipo de atividade a que dedicam e de aspectos regionais. Em abril de 1980, o salário de administrador é o que apresenta maiores oscilações, variando de Cr\$4.000,00 a Cr\$18.000,00, com a média mensal de Cr\$7.179,80 para o Estado. Essa oscilação explica-se, entre outras causas, por se encontrar dentro desta categoria desde o administrador com formação superior, até o mensalista com pouca ou nenhuma instrução, responsável pelos trabalhos na propriedade. Os salários dos mensalistas e dos diaristas residentes são os que apresentam menores oscilações, talvez por estarem sempre ao nível do salário mínimo, devido ao baixo grau de qualificação exigido dessa mão-de-obra. Já o salário de mensalistas com algum nível de especialização, como os tratoristas, variam atualmente de Cr\$2.960,00 a Cr\$8.000,00, apresentando média de Cr\$4.481,70 para o Estado. A diária dos volantes oscilou entre Cr\$80,00 e Cr\$350,00, com média de Cr\$165,90, mas na época das colheitas, em função do pagamento por produção, esta média tende a subir, como no caso do amendoim e do algodão, em que levantamentos específicos apresentaram médias de Cr\$250,10 e de Cr\$253,70, respectivamente (quadro 39).

Por outro lado, a relação entre o salário mínimo urbano e o salário do trabalhador agrícola permanente que, em 1978, demonstrava uma certa tendência à homogeneização intersetorial (urbano-rural) dos salários da mão-de-obra não qualificada, voltou a se deteriorar em 1979 e 1980, com defasagem crescente em prejuízo dos salários da maior categoria de empregados agrícolas, e obviamente de todas as demais, especialmente de diaristas residentes, cujos salários de uma forma ou de outra estão sempre relacionados com o salário mínimo (quadro 40).

No Estado de São Paulo, a participação relativa do custo da mão-de-obra no custo operacional por hectare no último ano agrícola, para algumas das principais culturas com diferentes níveis de tecnologia, diminuiu em relação a 1978/79 para todos os produtos analisados, com exceção do algodão e do trigo (quadro 41).

* Nos quatro últimos anos agrícolas, constata-se que o café, embora com níveis de participação ligeiramente declinantes, continua sendo a atividade em que o fator trabalho tem maior participação, sempre acima de 50% do custo operacional total. No trigo, a participação, embora com ligeiro aumento no último ano, é mínima (ao redor de 3%). Em alguns produtos, tais como laranja, soja, tomate irrigado e mesmo o milho, a mecanização e o uso de insumos modernos determinam uma diminuição cada vez mais acentuada da participação relativa da mão-de-obra nos custos operacionais por hectare. Em outros, tais como cana-de-açúcar, algodão, amendoim,

mamona e feijão, o uso dessa tecnologia moderna induz a uma tendência declinante, mas o custo da mão-de-obra continua sendo expressivo, em função principalmente da colheita ainda não mecanizada.

Dentro desse contexto e em função do processo inflacionário e do contínuo aumento nos preços dos combustíveis, inibindo ainda certas inovações tecnológicas substitutivas de mão-de-obra, é de se esperar para o ano agrícola 1980/81 que medidas sejam adotadas com relação aos níveis salariais dos trabalhadores rurais, visando minimizar a perda do poder aquisitivo e atender à maior demanda de mão-de-obra decorrente da prioridade estabelecida para o setor agrícola.

(IEA, 25/07/80)

QUADRO 34. - Estimativa do Total de Trabalhadores Residentes nos Imóveis, por Divisão Regional Agrícola, Estado de São Paulo, Biênios 1971-72, 1975-76 e 1979-80

DIRA	1971-72		1975-76		1979-80 ⁽¹⁾	
	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%
São Paulo	118,3	10	85,3	10	73,2	9
Vale do Paraíba	54,5	5	33,8	4	32,3	4
Sorocaba	163,0	13	136,5	15	135,2	16
Campinas	136,0	11	127,5	14	107,0	13
Ribeirão Preto	122,0	10	91,0	10	86,2	10
Bauru ⁽²⁾	34,2	4	38,4	5
São José do Rio Preto	192,6	16	128,4	14	134,3	16
Araçatuba	93,2	8	62,0	7	45,7	6
Presidente Prudente	158,9	13	119,4	13	95,4	11
Marília ⁽²⁾	84,4	9	82,9	10
Bauru/Marília	170,8	14
Estado	1.209,3	100	902,5	100	830,6	100

⁽¹⁾ Dados preliminares.

⁽²⁾ As DIRAs de Bauru e Marília foram desmembradas a partir de 1974.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 35. - Estimativa do Total de Trabalhadores Agrícolas Residentes, por Categoria, Estado de São Paulo, Biênios 1971-72, 1975-76 e 1979-80

Categoria	1971-72		1975-76		1979-80 ⁽¹⁾	
	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%	1.000 pessoas	%
Proprietário	455,0	38	371,0	41	341,6	41
Administrador	29,5	3	26,0	3	24,2	3
Arrendatário	81,8	7	46,5	5	18,0	2
Parceiro	245,0	20	149,0	17	126,9	15
Colono	36,0	3	27,5	3	31,4	4
Mensalista	136,5	11	145,0	16	173,9	21
Diarista	136,0	11	92,5	10	67,4	8
Empreiteiro	51,5	4	20,5	2	15,7	2
Outros	38,0	3	24,5	3	31,5	4
Total	1.209,3	100	902,5	100	830,6	100

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 36. - Número Médio Diário de Volantes, Estado de São Paulo, Média de 1974-77 e 1978 a 1980

Mês	1974-77	1978	1979	1980
Fev.	372.181	329.526	319.560	320.743
Abr.	384.124	453.332	408.992	...
Jun.	288.612	496.233	548.445	...
Set.	321.781	259.424	310.313	...
Nov.	303.362	327.879	374.051	...
Média	334.012	373.279	392.272	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 37. - Participação Percentual da Divisão Regional Agrícola no Total Médio Diário de Volantes, 1979 e 1980

DIRA	1979					1980
	Fevereiro	Abril	Junho	Setembro	Novembro	Fevereiro
São Paulo	0,5	0,2	0,2	0,9	0,6	0,5
Vale do Paraíba	1,5	0,1	2,6	1,0	0,3	0,3
Sorocaba	8,7	16,9	7,2	7,4	13,3	9,2
Campinas	9,6	20,8	11,0	10,4	9,5	9,7
Ribeirão Preto	35,5	25,9	32,6	39,2	33,9	34,8
Bauru	4,3	3,4	6,3	4,6	3,8	4,2
São José do Rio Preto	15,0	16,1	20,6	13,7	15,3	21,1
Araçatuba	8,4	6,1	3,9	5,9	11,4	5,9
Presidente Prudente	6,8	4,6	7,1	7,9	5,4	5,8
Marília	9,7	5,9	8,5	9,0	6,5	8,5
Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 38. - Evolução dos Salários Agrícolas, por Categoria, Estado de São Paulo, 1970-80

(em cruzeiro)

Ano	Mês	Diarista residente			Volante			Administrador			Tratorista			Mensalista residente	
		Cr\$/dia		Índice (³)	Cr\$/dia		Índice (³)	Cr\$/mês		Índice (³)	Cr\$/mês		Índice (³)	Cr\$/mês	
		Nom. (¹)	Real (²)		Nom. (¹)	Real (²)		Nom. (¹)	Real (²)		Nom. (¹)	Real (²)		Nom. (¹)	Real (²)
1970	Mar.	4,62	92,46	100	5,42	108,48	100	217,79	4.358,80	100	161,45	3.231,23	100
1971	Mar.	5,68	94,59	102	6,58	109,58	101	289,53	4.821,46	111	207,80	3.460,43	107
	Nov.	7,21	107,00	116	7,49	111,15	103	333,01	4.941,94	113	259,92	3.857,27	119
1972	Mar.	7,46	104,32	113	8,92	124,74	115	379,90	5.312,52	122	259,29	3.625,91	112	216,64	3.029,49
	Nov.	9,30	118,99	129	9,80	125,39	116	424,00	5.424,99	125	290,00	3.710,49	115	...	-
1973	Mar.	9,90	120,65	131	10,30	125,53	116	506,40	6.171,60	142	321,10	3.913,31	121	262,50	3.199,14
	Nov.	12,80	142,47	154	13,50	150,26	138	558,00	6.210,60	143	432,00	4.808,20	149
1974	Mar.	13,40	133,48	144	16,30	162,37	150	625,00	6.225,75	143	429,00	4.273,36	132	329,00	3.277,24
	Nov.	18,30	152,96	165	20,20	168,84	156	787,80	6.584,67	151	576,90	4.821,90	149
1975	Abr.	17,80	134,60	146	22,10	167,11	154	854,70	6.462,90	143	592,90	4.483,27	139	455,00	3.440,53
	Nov.	23,50	151,67	164	25,40	163,94	151	1.050,00	6.776,91	155	785,00	5.066,55	157
1976	Abr.	24,50	134,12	145	30,50	166,97	154	1.200,00	6.569,16	151	795,50	4.354,81	135	616,00	3.372,17
	Nov.	31,20	137,92	149	37,60	166,21	153	1.586,80	7.014,45	161	1.057,60	4.675,12	145	833,60	3.684,93
1977	Abr.	37,60	140,09	151	49,30	183,69	169	1.921,20	7.158,20	164	1.241,50	4.625,71	143	935,30	3.484,83
	Nov.	47,40	150,74	163	58,70	186,67	172	2.515,60	7.999,86	184	1.622,30	5.159,08	160	1.235,20	3.928,06
1978	Abr.	52,40	143,97	156	66,10	181,61	167	2.885,65	7.920,32	182	1.793,40	4.927,37	152	1.548,27	4.253,87
	Nov.	65,20	146,41	158	78,80	176,95	163	3.490,30	7.837,47	180	2.257,50	5.069,22	157	1.734,64	3.895,13
1979	Abr.	71,82	134,55	146	90,27	169,11	155	3.906,07	7.317,63	168	2.551,41	4.779,81	148	1.960,24	3.672,31
	Nov.	103,36	139,24	151	122,35	164,82	152	5.105,35	6.877,42	158	3.550,10	4.782,34	148	2.821,10	3.800,30
1980	Abr.	133,00	133,00	144	165,90	165,90	153	7.179,80	7.179,80	165	4.481,70	4.481,70	139	3.478,60	3.478,60

(¹) Média do Estado em valores correntes.

(²) Em valores reais de abril de 1980, pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

(³) Índice simples, calculado a partir dos valores reais, 1970=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 39. - Salários Agrícolas Pagos a Diferentes Categorias de Trabalhador Rural, Estado de São Paulo, Abril de 1980

Categoria	Unidade	Limite superior	Limite inferior	Média	Moda
Diarista a seco	Cr\$/dia	220,00	80,00	133,00	150,00
Volante	Cr\$/dia	350,00	80,00	165,90	150,00
Administrador	Cr\$/mês	18.000,00	4.000,00	7.179,80	8.000,00
Capataz	Cr\$/mês	10.000,00	3.000,00	4.761,90	4.000,00
Tratorista	Cr\$/mês	8.000,00	2.960,00	4.481,70	4.000,00
Mensalista	Cr\$/mês	6.500,00	2.200,00	3.478,60	3.000,00

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 40. - Salário Médio do Trabalhador Agrícola Mensalista, em Valores Correntes, e Evolução em Relação ao Salário Mínimo, Estado de São Paulo, 1974-1980

(em Cr\$/mês)

Ano	Salário do mensalista ⁽¹⁾ (a)	Salário mínimo, mês de maio (b)	Relação % (a/b)
1974	329,00	376,80	87
1975	455,00	532,80	85
1976	616,00	768,00	80
1977	935,30	1.106,40	85
1978	1.548,27	1.560,00	99
1979	1.920,24	2.268,00	85
1980	3.478,60	4.164,10	83

(¹) Primeiro semestre.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 41. - Participação Percentual da Mão-de-Obra no Custo Operacional por Hectare, das Principais Atividades Agrícolas, Estado de São Paulo, 1976/77 a 1979/80

Cultura (1)	Ano agrícola			
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
Feijão das águas (TA)	40,2	49,1	43,4	41,7
Feijão das águas (TMA)	33,3	37,3	21,1	20,3
Feijão da seca (TA)	38,6	42,6	50,7	42,4
Feijão da seca (TMA)	28,7	30,5	28,5	27,8
Milho (TM)	18,4	18,7	17,8	14,6
Trigo (TM)	3,2	4,0	2,9	3,7
Cana-de-açúcar (nova)	44,6	26,8	27,1	23,4
Cana-de-açúcar (soca)	58,2	32,7	34,4	32,1
Cana-de-açúcar (ressoca)	54,4	31,7	32,3	30,2
Tomate Santa Cruz envarado (TM)	42,5	41,3	36,7	36,1
Tomate rasteiro irrigado (TM)	29,8	29,6	23,0	19,6
Algodão (TM) Orilândia	48,1	42,2	40,8	53,8
Algodão (TM) Campinas, Limeira e São João da Boa Vista	46,6	41,5	37,4	46,6
Amendoim (TA)	44,1	48,1	37,0	...
Amendoim (TM)	33,7	38,0	30,6	21,5 ⁽²⁾
Mamona (TMA)	58,5	59,4	57,7	53,0
Soja (TM)	13,0	13,4	11,8	6,4
Cafê (10sc.)	57,7	57,6	50,5	50,0
Laranja em produção (TM)	27,1	25,5	21,2	19,7

(1) TA = tração animal; TM = tração motomecanizada; TMA = tração animal e motomecanizada.

(2) Neste ano sô foi levantado o amendoim das águas - Guaíra e Pompéia.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

A obrigatoriedade do uso de sementes melhoradas no atendimento das normas do PROAGRO no ano agrícola 1979/80, objetivando a elevação da produtividade, implicou em grande aumento na demanda. Essa medida foi considerada precipitada, pois os setores produtivos de sementes, tanto público como privado, não estavam convenientemente preparados. Além de elevação substancial nos preços das sementes, devido à pequena disponibilidade, as agências bancárias se viram obrigadas a determinar a liberação de grãos para uso como semente, quando se constava a falta de sementes melhoradas.

Em vista disso, o Ministério da Agricultura realizou um levantamento das necessidades de sementes melhoradas em todo o País e, em maio de 1980, definiram-se metas governamentais visando aumentar sua produção, as quais prevêm, também, modificações na estrutura de crédito. Até agora a maioria dos agricultores que plantam e beneficiam sementes estavam recebendo empréstimos nas mesmas condições estabelecidas para outras lavouras, prevendo-se que, através desse novo programa, passem a gozar de vantagens especiais para financiamentos de plantio e comercialização.

Com relação à produção de sementes no Estado de São Paulo, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) vem reduzindo nos últimos anos sua participação, objetivando apenas o atendimento na demanda de sementes, cujas produções da iniciativa privada sejam insuficientes. Cabe ressaltar que a grande maioria das empresas produtoras de sementes não possui estrutura de aprimoramento genético de cultivares, visto que das 60 registradas como produtoras de sementes certificadas, 56 dependem totalmente de sementes básicas fornecidas pela SAA, e as demais, parcialmente.

O Estado de São Paulo, de acordo com a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), apresentou variações significativas em relação ao ano anterior no volume de sementes financiado em 1979 pelo sistema de Empréstimo do Governo Federal (EGF): amendoim, 1.881%; arroz, 1.353%; soja, 139%; e milho, 49%. O volume da soja adquirido por Aquisição do Governo Federal (AGF) também foi considerável (quadro 42).

Além de produzir sementes para as principais lavouras (cerca de 90,0% dos dispêndios totais), a SAA mantém a produção de sementes de leguminosas e outras forrageiras em pequena quantidade, destacando-se colômbia e crotalária.

De maneira geral, os preços das sementes destinadas ao plantio da safra 1980/81 sofreram acréscimos consideráveis pela elevação dos preços dos insumos necessários à sua produção. Constatou-se maior aumento nos preços de feijão (203,3%) devido à alta do preço do grão no mercado. Para o amendoim, a elevação de apenas 11,1% no preço corrente é explicada pela alta participação que a semente representa no custo de produção e pela determinação governamental de estimular a produção dessa oleaginosa no Estado de São Paulo via sementes, facilitada pelos estoques remanescentes da safra anterior (quadro 43).

Para o plantio da safra 1980/81, há indicações de que venham a faltar sementes para as culturas de feijão das águas e soja, se forem mantidas as mesmas tendências de crescimento de área apresentadas nos últimos anos. Preve-se que seja atendida a demanda por sementes das outras principais lavouras.

A produção, venda, disponibilidade e problemas com relação às principais sementes produzidas no Estado de São Paulo são analisadas a seguir.

- Algodão

A produção de sementes de algodão, exclusiva da SAA, declinou no decorrer de 1979/80, devido principalmente aos plantios antecipados e a algumas adversidades climáticas, que prejudicaram a qualidade dessas sementes, não permitindo atingir a meta proposta no plano de produção. Tal fato concorreu também, para o decréscimo do poder germinativo das sementes destinadas ao plantio em 1980/81, o que implicará na necessidade dos agricultores aumentarem a densidade na semeadura (quadro 44).

As vendas de sementes de algodão no plantio da safra 1979/80, no Estado de São Paulo, cresceram 5,2% em relação à anterior, devido à ocorrência de replantios, pois a área cultivada do produto acusou decréscimo de 6,5% (quadro 45).

Do total vendido em 1979 (335.167sc.40kg), 75,4% destinou-se à semeadura no Estado de São Paulo e o restante vendeu-se em outros estados, destacando-se: Goiás, 5,0%; Minas Gerais, 5,0%; e Pernambuco, 4,0%.

Com relação às sementes genéticas e básicas, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento passou a comercializar, a partir de 1978, a variedade IAC-17, que em condições de laboratório apresentou rendimento 30,0% superior às variedades existentes. Para o plantio 1978/79 foi lançada a IAC-18 que, além do acréscimo em produtividade semelhante à anterior, apresenta melhor fibra.

Para o plantio da safra 1980/81, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento dispõe de cerca de 509.277 sacas de 40kg, consideradas suficientes para atender à demanda.

- Arroz

Embora a disponibilidade total de sementes melhoradas de arroz no Estado apresentasse, em 1979/80, incremento de 60,5%, considerou-se seu volume insuficiente, especialmente para atender o plantio de arroz de sequeiro.

A maior participação na produção total pertence à Secretaria de Agricultura e Abastecimento (73,1%). Não obstante as firmas particulares terem duplicado sua produção, a quantidade é ainda reduzida e grande parte dela foi destinada para fora do Estado.

Enquanto a área cultivada no Estado apresenta-se estável, a taxa de utilização de semente melhorada elevou-se de 28,0% para 39,0%, o que em parte explica a falta de sementes no plantio de 1979/80, mesmo com as vendas totais aumentadas de 38,3%.

De arroz de sequeiro, a variedade mais procurada para plantio foi a IAC-25 (41,3% do total produzido), devido à sua precocidade em relação à IAC-47. De arroz irrigado, vem sendo semeada em maior porcentagem a variedade IAC-435, devido principalmente à sua rusticidade e facilidade na secagem, características deficientes nas variedades IAC-899 que, embora mais produtiva, apresenta problemas no beneficiamento. Em 1979/80 foram lançadas duas novas variedades de arroz de sequeiro: IAC-164 e IAC-165, que já estão sendo multiplicadas pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e deverão ser vendidas aos lavradores a partir de agosto de 1981.

Na safra 1980/81, considerando-se as mesmas áreas de plantio e taxas de utilização de sementes melhoradas, é esperado não haver falta desse insumo.

- Amendoim

A produção total de sementes de amendoim no Estado apresentou acréscimos consideráveis em 1979/80. O alto custo da semente e o pequeno aumento na área plantada gerou grande excedente de sementes.

Apesar das firmas particulares terem aumentado suas vendas para o Estado em 66% em relação ao ano anterior, graças às facilidades nas condições de pagamento, os remanescentes foram por elas considerados elevados em 1979, pois, em decorrência da escassez de sementes em anos anteriores, haviam aumentado substancialmente a produção (quadro 45).

A única variedade produzida é, ainda, a Tatu, apesar de estudos em busca de novas variedades visando resistência à verrugose e à cercospora.

- Feijão

A produção de sementes de feijão das águas, da seca e de inverno, considerada ainda incipiente, é sustentada basicamente pela SAA (82,3% do total produzido em 1979). As firmas particulares, apesar do incremento em sua produção, comercializam 62,8% fora do Estado (quadro 44).

O decréscimo de 8% nas vendas de sementes de feijão na safra 1979/80, em relação à anterior, deveu-se à sua menor disponibilidade pela SAA, principalmente a das águas, prejudicada pelas chuvas na época de sua colheita.

Devido à pequena disponibilidade de sementes de feijão das águas e à previsão de grande aumento na demanda para o plantio de feijão da seca e de inverno, tornou-se necessária a execução de um plano adicional de produção de sementes, fazendo com que o preço fixado por quilograma passasse de Cr\$18,00 para Cr\$26,00 na safra das águas, Cr\$28,00 na safra da seca e Cr\$54,60 na safra de inverno.

Na safra 1980/81, a disponibilidade da SAA de sementes de feijão das águas é estimada em 11.544 sacas de 40kg. Considerando a mesma área cultivada do ano anterior e igual taxa de utilização de sementes melhoradas (14%), a demanda por semente é calculada em 24,5 mil sacas de 40kg. Nessas condições prevê-se déficit, pois o volume ofertado pelas firmas particulares também é pequeno.

- Milho híbrido e milho variedade

O Estado de São Paulo mantém-se há anos bem organizado na produção de sementes de milho, especialmente do híbrido, atingindo níveis suficientes para atender à demanda paulista, além do abastecimento de outros estados. Considerável volume da produção deve-se à iniciativa privada que mantém ainda firme fluxo de comercialização com outros estados, cerca de 66% das vendas em 1979.

Acredita-se que o decréscimo de 20,7% nas vendas totais de sementes certificadas de milho híbrido para plantio em São Paulo foi devido à maior utilização de sementes fiscalizadas, com boa aceitação pelos agricultores, e em parte oriundas de Goiás.

Quanto ao milho variedade, a pequena demanda por semente faz com que a produção total no Estado mantenha-se, ainda, a baixos níveis, apesar do crescimento de 47,5% obtido em 1979/80 em relação ao ano anterior. Neste caso, a participação da produção estatal e da iniciativa privada encontram-se pareadas, embora a SAA mantenha maior participação nas vendas no Estado (61,9%).

Dentre as variedades mais produzidas de milho híbrido destacam-se o Hmd-7974, Phoenix e AG-162. Em relação ao milho variedade, destacam-se o Maya, IAC-1 e Pêrola Piracibá. Das sementes produzidas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, observou-se, em condições experimentais, que as variedades IAC-1 e Maya, apesar de restrições quanto à altura, são mais produtivas que o híbrido Hmd-7974.

- Soja

A produção de semente de soja no Estado é também caracterizada pela grande participação da iniciativa privada. O crescimento da produção total obtido em 1979/80 foi 30,7% , não correspondendo ao planejado devido às adversidades climáticas durante todo o cultivo.

As vendas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento aumentaram consideravelmente em 1979 (95,7%), devendo-se considerar que a comercialização interestadual é muito intensa, tanto no abastecimento para o Estado, como pela venda de sementes paulistas a outros estados. Em 1979, as firmas particulares venderam 43,2% de sua produção para fora do Estado (quadro 45).

A produção total de sementes em 1979/80 para o plantio de safra 1980/81, estimada em 791 mil sacas de 40kg, não será suficiente ao atendimento da demanda de 1.315 mil sacas de 40kg, caso se considere a mesma área do ano anterior e taxa integral de utilização das sementes. Acredita-se que para o próximo plantio ocorram problemas semelhantes ao do ano anterior, quando a insuficiência de sementes acarretou alta nos preços e mercados paralelos de sementes não fiscalizadas, oriundas do Sul. A variedade mais produzida tem sido a Santa Rosa, embora tenham sido bastante procuradas as variedades Paraná e Bossier.

- Trigo

A produção paulista de sementes de trigo apresentou, em 1979, acréscimo de 56,2% em relação ao ano anterior, devido ao aumento na produção da iniciativa privada (253,8%), embora a produção estatal tenha decrescido em 19,3%.

O atraso na semeadura, as condições climáticas adversas e problemas no financiamento bancário propiciaram maior procura para a variedade precoce BH-1146, mesmo com maior susceptibilidade às doenças que a variedade IAC-5.

As facilidades de pagamento oferecidas pelas firmas particulares, a retração na área cultivada com trigo no Estado (estimada em 18,4%), e o volume insuficiente de BH-1146 pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento fizeram com que as vendas da iniciativa privada obtivessem acréscimos, em 1979, calculados em 259,5%, em contraste com o decréscimo de 23,0% nas vendas da SAA (quadro 45).

Para o plantio da safra 1980/81, estima-se em 281.250 sacas de 40kg a produção de sementes de trigo pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, principalmente das variedades de BH-1146 (43,7%) e IAC-5 (41,7%).

QUADRO 42. - Volume e Valor de Sementes Financiadas pela Comissão de Financiamento da Produção pelos Sistemas EGF e AGF, São Paulo, 1978-79⁽¹⁾

Espécie	Volume (t)		Δ%	Valor (Cr\$1.000)		Δ%
	1978	1979		1978	1979	
Amendoim (EGF)	336	6.656	1.881	1.932	30.742	1.491
Arroz (EGF)	89	1.293	1.353	297	4.912	1.554
Batata (EGF)	-	322	-	-	2.159	-
Batata (AGF)	-	76	-	-	201	-
Feijão (EGF)	70	-	-	668	-	-
Milho (EGF)	19.421	28.889	49	58.704	102.007	74
Milho (AGF)	1.088	-	-	3.025	-	-
Soja	6.578	15.701	139	23.336	73.446	215
Soja (AGF)	-	8.677	-	-	65.076	-

⁽¹⁾ EGF = Empréstimo e AGF = Aquisição do Governo Federal.

Fonte: Relatório Anual de 1979 da Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 43. - Preço de Venda de Sementes Produzidas em Campos de Cooperação da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo para Plantio das Safras 1979/80 e 1980/81

Semente	Unidade	Preço 1979/80 (Cr\$)	Variação em relação a 1978/79 (%)	Preço 1980/81 (Cr\$)	Variação em relação a 1979/80 (%)
Algodão ⁽¹⁾	sc. 30kg	240,00	60,0	480,00	100,0
Arroz	sc. 50kg	600,00	33,3	1.300,00	116,6
Amendoim	cx. 20kg	540,00	17,4	600,00	11,1
Feijão	sc. 50kg	900,00	46,3	2.730,00	203,3
Milho híbrido	sc. 50kg	485,00	44,8	900,00	85,6
Milho variedade	sc. 50kg	360,00	44,0	750,00	108,3
Soja	sc. 50kg	580,00	45,0	1.100,00	89,7
Trigo	sc. 50kg	640,00	73,0	-	-
Centrosema	kg	90,00	28,6	150,00	66,7
Colonião ⁽²⁾	kg	4,50	28,6	9,00	100,0
Crotalária	sc. 50kg	1.220,00	45,2	2.900,00	137,7
Dôlicos	sc. 50kg	915,00	45,2	2.070,00	126,2
Galactea	kg	152,00	44,8	260,00	64,5
Guandú	sc. 50kg	770,00	45,3	1.550,00	101,3
Mamona	sc. 30kg	249,00	18,6	693,00	178,3
Mucuna	sc. 50kg	640,00	45,5	1.550,00	142,2
Quiabo	kg	68,00	51,1	90,00	32,4
Soja perene tardia	kg	152,00	44,8	152,00	-

(¹) Não inclui taxa de seguro contra granizo.

(²) Preço por quilograma por 1% de valor cultural.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 44. - Produção de Sementes Melhoradas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e pelas Firms Particulares, Estado de São Paulo, 1977/78 e 1979/80

Semente	Secretaria de Agricultura e Abastecimento					Firms particulares				
	Produção (unidade de 40kg)			Variação (%)		Produção (unidade de 40kg)			Variação (%)	
	1977/78 (a)	1978/79 (b)	1979/80 ⁽¹⁾ (c)	(b/a)	(c/b) ⁽¹⁾	1977/78 (a)	1978/79 (b)	1979/80 ⁽¹⁾ (c)	(b/a)	(c/b) ⁽¹⁾
Algodão	643.292	535.519	509.277	-16,8	-4,9	-	-	-	-	-
Amendoim	97.039	100.911	177.113	4,0	75,5	77.496	159.859	260.392	106,3	62,9
Arroz	90.624	100.956	149.727	11,4	48,3	16.379	26.656	55.147	62,7	106,9
Feijão	49.661	55.012	75.244	10,8	36,8	5.367	4.313	16.200	-19,6	275,6
Milho híbrido	175.425	164.782	221.336	-6,1	34,3	847.824	867.185	908.544	2,3	4,8
Milho variedade	18.791	23.700	27.125	26,1	14,5	21.218	33.465	41.418	57,7	23,8
Soja	217.481	134.529	150.007	-38,1	11,5	298.079	470.367	640.706	57,8	36,2
Trigo	223.264	180.092	-	-19,3	-	85.293	301.752 ⁽¹⁾	-	253,8	-
	Total (Secretaria de Agricultura e Abastecimento e Firms particulares)					Participação da SAA na produção total do Estado (%)				
Semente	Produção (unidade de 40kg)			Variação (%)		1977/78	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾		
	1977/78 (a)	1978/79 (b)	1979/80 ⁽¹⁾ (c)	(b/a)	(c/b) ⁽¹⁾				(b/a)	(c/b) ⁽¹⁾
Algodão	643.292	535.519	509.277	-16,8	-4,9	100,0	100,0	100,0		
Amendoim	174.535	260.770	437.505	49,4	67,8	55,6	38,7	40,5		
Arroz	107.003	127.612	204.874	19,3	60,5	84,7	79,1	73,1		
Feijão	55.028	59.325	91.444	7,8	54,1	90,2	92,7	82,3		
Milho híbrido	1.023.249	1.031.967	1.129.880	0,9	9,5	17,1	16,0	19,6		
Milho variedade	40.009	57.165	68.543	42,9	19,9	47,0	41,5	39,6		
Soja	515.560	604.896	790.713	17,3	30,7	42,2	22,2	19,0		
Trigo	308.557	481.844 ⁽¹⁾	-	56,2	-	72,4	37,4	-		

(¹) Estimativa preliminar.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 45. - Vendas de Sementes pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento e pelas Firms Particulares, para Plantio, Estado de São Paulo, 1978/79 e 1979/80

Semente	Secretaria de Agricultura e Abastecimento			Firms particulares		
	Venda (unidade de 40kg)		Variação percentual ⁽¹⁾ (b/a)	Venda (unidade de 40kg)		Variação percentual ⁽¹⁾ (b/a)
	1978/79 (a)	1979/80 ⁽¹⁾ (b)		1978/79 (a)	1979/80 ⁽¹⁾ (b)	
Algodão	240.332	252.815	5,2	-	-	-
Amendoim	85.878	66.976	-22,0	75.937	126.071	66,0
Arroz	85.316	118.160	38,5	5.804	7.874	35,7
Feijão	54.280	49.833	-8,2	1.812	2.472 ⁽²⁾	36,4
Milho híbrido	139.145	105.826	-23,9	302.001	244.159	-19,2
Milho variedade	11.161	11.603	4,0	4.535	7.144	57,5
Soja	63.892	125.010	95,7	155.051	295.530	90,6
Trigo	174.630	134.509	-23,0	77.879	280.000 ⁽³⁾	259,5

Semente	Total (SAA e Firms Particulares)			Participação percentual da Secretaria de Agricultura e Abastecimento	
	Venda (unidade de 40kg)		Variação percentual ⁽¹⁾ (b/a)	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾
	1978/79 (a)	1979/80 ⁽¹⁾ (b)			
Algodão	240.332	252.815	5,2	100,0	100,0
Amendoim	161.815	193.047	19,3	53,1	34,7
Arroz	91.120	126.034	38,3	93,6	93,8
Feijão	56.092	52.305	-6,8	96,8	95,3
Milho híbrido	441.146	349.985	-20,7	31,5	30,2
Milho variedade	15.696	18.747	19,4	71,1	61,9
Soja	218.943	420.540	92,1	29,2	29,7
Trigo	252.509	414.509	64,2	69,2	32,4

⁽¹⁾ Dados preliminares.

⁽²⁾ Inclui sobras do ano anterior.

⁽³⁾ Dados estimados.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola.

IEA

mercado de produtos

4+

4 - MERCADO DE PRODUTOS

- Trigo

- Panorama internacional

A produção mundial em 1979, avaliada pela Food and Agriculture Organization (FAO), atingiu 415,8 milhões de toneladas, 7,4% menor que a de 1978, apesar do acréscimo de 0,7% na área colhida, estimada em 237,2 milhões de hectares.

Considerável parcela desse decréscimo na produção esteve associada à pequena produtividade obtida pelas colheitas da URSS, devido às secas que também atingiram a produção do leste europeu. A quebra na produção soviética foi avaliada em 30% (cerca de 25 milhões de toneladas), mas, mesmo assim, sua produção correspondeu a 20% da produção mundial, em 1979, mantendo-se a Rússia como principal País produtor. Em outros países grandes produtores também se registraram decréscimos de produtividade, com exceção dos países asiáticos e dos EUA. Este último, devido à inesperada elevação de produtividade e acréscimo de 10% na área, ampliou sua produção em 7% em relação à de 1978, superando a China, segundo produtor mundial. Registre-se, também, que dentre os maiores produtores, a França mantém uma das maiores produtividades médias (4.773kg/ha).

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), no comércio internacional as exportações de grão e farinha de trigo, de julho de 1979 a 12 de março de 1980, atingiram 81 milhões de toneladas, destacando-se os EUA, exportando 44,5% do seu total, seguido da Austrália (17,9%), Canadá (17,5%), França (6,0%) e Argentina (4,8%). Os maiores importadores foram: URSS, 14,7% do total, China (9,9%), Japão (6,8%), Egito (6,4%) e Brasil (5,4%) (quadro 46).

Os EUA mantêm, desde 1973, grande participação no mercado internacional, devido aos seus altos estoques, que lhe garantem significativo controle de mercado. Em junho de 1979, seu estoque remanescente da safra anterior atingia 25 milhões de toneladas. Com a entrada de sua safra de inverno em agosto e a alta nas cotações internacionais em outubro de 1979, face à notícia de quebra da safra soviética, suas exportações foram bastante favorecidas, influenciando diretamente na expansão da área de trigo de inverno de 1979/80 (19.000.000ha), apresentando-se como a maior desde 1976, que somada à área de trigo de primavera é estimada em 26,8 milhões de hectares.

O embargo das exportações de grãos à URSS, decretado no início de janeiro de 1980 pelo governo dos EUA, configurando a quebra de um acordo comercial firmado em 1975 entre estes dois países, levou o governo norte-americano a reformular sua política de formação de estoques, visando a garantia das cotações internacionais. Esse acordo previa a venda de no mĩ

nimo 6.000.000t de milho e trigo dos EUA para URSS, mas, na realidade, a quantia envolvida é a maior, totalizando de 2 a 3 milhões de toneladas de trigo e de 13 a 14 milhões de toneladas de milho, além de um milhão de toneladas de soja. Essa posição deverá alterar, também, todo o padrão de relações comerciais internacionais desenvolvidas de 1973 para cá.

As medidas adotadas pelo governo norte-americano para a retenção do produto, visando assegurar as cotações internacionais, foram: a) compra direta através do "Commodity Credit Corporation" (CCC) de 4.000.000t de trigo a um preço acima dos contratos de exportação, inclusive dos já vendidos e não embarcados, gastando 2,5 bilhões de dólares; b) ampliação dos empréstimos de armazenamento de US\$2,35 para US\$2,50/bushel; c) elevação do preço de garantia de 140% a 175% por bushel fornecido ao armazenamento a curto e longo prazo; d) elevação de apenas 25 cents ao ano no custo do armazenamento; e e) extensão dos empréstimos a agricultores fora do programa de "set-aside" em 1979. Segundo o USDA, o trigo adquirido pelo governo norte-americano possivelmente não atingirá o mercado, destinando-se a programas de assistência alimentar ou ajuda à emergência internacional.

As cotações internacionais foram afetadas apenas temporariamente em janeiro com as notícias do embargo, recuperando-se imediatamente em fevereiro. De maneira geral, as cotações internacionais têm se apresentado ascendentes desde junho de 1977, principalmente devido às altas importações soviéticas e chinesas e perdas consideráveis na safra argentina, canadense e australiana.

Na Argentina apesar do pequeno volume exportável, em maio de 1980, avaliava-se que 50% de sua exportação era destinada à URSS, cerca de 1.600.000t de trigo, correspondendo a 40% do total envolvido no embargo.

Em relação à safra de 1980, os aspectos favoráveis na oferta mundial de trigo para os países importadores estão associados ao aumento na área cultivada dos principais países produtores e aos estoques remanescentes da safra anterior mantidos pelos grandes exportadores, que se apresentam levemente superiores ao do ano anterior, especialmente nos EUA. Este último ampliará sua área de cultura do trigo de inverno em 20% (2/3 da safra total norte-americana) e 5,3% do trigo de primavera; a URSS também terá sua área acrescida de 10%. Canadá 8%, França 7%, além de registrarem-se aumentos nos países do leste europeu.

Em contrapartida, notícias de quebra de produção na China, Índia, problemas de plantio na Argentina, secas nas produções de trigo de primavera norte-americana e canadense, além do déficit nos estoques soviéticos de 36.000.000t, têm acarretado ultimamente pequenas altas nas cotações internacionais. Deve-se levar em conta que o consumo mundial de trigo, ano a ano, estabelece recordes, garantindo a firmeza do mercado.

- Situação interna

Em 1979, no Brasil registrou-se área recorde, de 3.840.000ha, 37% maior que a do ano anterior e superior à de 1974. Dentre os fatores que contribuíram para esse desempenho podem ser citados o incentivo concedido pelo Governo em recursos para o custeio, considerado adequado para superar as dificuldades advindas de insucessos anteriores e os insatisfatórios resultados das duas últimas safras de soja.

No entanto, a previsão de redução nos encargos governamentais com a importação de trigo, importante componente no equilíbrio da balança comercial, não foi alcançada, devido à baixa produtividade atingida em 1979 (764kg/ha), 20% menor que a do ano anterior. Segundo estatísticas do IBGE/CEPAGRO, a produção total no País foi de 2.900.000t, apenas 9,3% maior que a do ano anterior.

Quanto à safra de 1980, as medidas governamentais para o trigo foram questionadas

pelos produtores, mormente a fixação do VBC, baseado na produtividade de uma das três últimas safras e o preço de garantia, que foi considerado insatisfatório, apesar deste último ter se elevado 119% em relação ao do ano anterior e ser superior ao índice inflacionário.

Segundo estimativas da FECOTRIGO, os custos de produção para o RS, em 1980, registraram elevação superior ao índice geral de preços. Dessa forma somente altas produtividades da cultura permitirão fazer frente ao seu custo de produção com o preço de garantia de Cr\$710,40 por saca de 60kg, fixado em abril de 1980.

Esses fatos, somados à mudança na sistemática do PROAGRO (elevação do adicional de 1% para 3% para os que já participaram do programa e cobertura limitada a 80% do financiamento) e à ocorrência de estiagens resultaram em previsões de decréscimos de área em abril, da ordem de 40% no Paraná, 40% em São Paulo e 60% no Rio Grande do Sul.

Somente em maio, após notícias das mudanças nos cálculos de produtividade para o VBC, passando a considerar uma das últimas produtividades em cinco anos e a cobertura de 100% no PROAGRO a quem nunca se utilizou deste programa, as sementeiras se intensificaram nos estados do Paraná e São Paulo. A rápida retomada na decisão de plantar deveu-se, em grande parte, à descapitalização dos produtos de soja e à falta de estrutura para a implantação de uma cultura alternativa para substituir o trigo. Constatou-se também que os agricultores paranaenses estão utilizando apenas um terço das necessidades totais de fertilizantes, devido ao baixo crédito de custeio.

As possibilidades de substituição da cultura de trigo nos estados sulinos pela cevada, girassol e colza têm sido bastante discutidas. Apesar de não preencher as grandes áreas ociosas no inverno, o Rio Grande do Sul deverá expandir a área cultivada com cevada, devido ao mercado firme para este cereal e à previsão de expansão na demanda, de 97.000t em 1979 para 370.000t em 1982. No Estado de São Paulo, as possibilidades de substituição da área ocupada pelo trigo, encontram-se ainda em discussão, visando determinar as melhores alternativas em termos técnicos e econômicos.

Encerrado o plantio de trigo nos mais importantes centros produtores do País, pode-se prever redução de 25% a 30% em sua área cultivada. A produção nacional, em 1980, é difícil de ser estimada, dada a sensibilidade desta cultura às condições climáticas e fitossanitárias. No entanto, de acordo com as informações disponíveis das diversas regiões produtoras até o momento, pode-se estimar que a disponibilidade interna de trigo para o próximo ano não deverá ser superior a 3 milhões de toneladas. No Estado do Rio Grande do Sul, o decréscimo na área cultivada foi estimado em cerca de 50%, no Paraná, na ordem de 9%, e em Santa Catarina, 30% (quadro 47).

Para o Estado de São Paulo, estima-se área cultivada de 163.000ha, 20,4% menor que a do ano anterior, com decréscimos significativos nas principais regiões tritícolas. Na DIRA de Marília, onde se concentra 85% da área de trigo do Estado, nas sub-regiões de Assis e Marília, 20% da cultura semeada em março-abril foram bastante prejudicadas por pronunciadas estiagens, apresentando desenvolvimento irregular, com presença de espigamento precoce. Seu rendimento médio é estimado em 600kg/ha. Em compensação, os 80% restantes, semeados após as chuvas de maio, apesar de estiagens posteriores, se apresentam em boas condições, em consequência das chuvas no final de junho. Seu rendimento médio é estimado em 1.200kg/ha, caso não ocorram geadas ou secas pronunciadas durante o período de formação e maturação do grão. Nestas condições, prevê-se para o Estado produção de 160 a 170 mil toneladas (quadro 48).

Quanto ao abastecimento de trigo, estima-se que o consumo nacional seja da ordem de 6,6 milhões de toneladas em 1980, o que corresponde a uma taxa média de crescimento do consumo de 10% ao ano, a partir de 1974, explicada pelo aumento gradativo de subsídio governamental concedido aos consumidores através de um preço especial aos moinhos para aquisição do trigo nacional e importado.

Diante das frustrações consecutivas de safras nacionais, que atingiram 2,9 milhões de toneladas em 1979, dos quais somente cerca de 2,5 milhões chegarão ao consumo, tornou-se necessário ampliar as importações deste cereal. Para 1980, prevê-se importação de 4,2 a 4,6 milhões de toneladas, com um dispêndio superior a 800 milhões de dólares, representando o segundo valor na pauta de importações, somente superado pelo petróleo. De outro lado, os efeitos dessas importações sobre a balança de pagamentos serão minimizados este ano, devido ao contrato de financiamento firmado entre os governos brasileiro e canadense para a importação de 3.000.000t, em 1980, que serão amortizados em três anos.

Para 1981, caso se mantenha a tendência dos últimos cinco anos, o consumo nacional de trigo deverá se situar em torno de 7,2 milhões de toneladas. A produção interna esperada é da ordem de 3.000.000t, sendo 2,7 milhões destinados ao consumo humano, o que exigirá importação de cerca de 4.500.000t, recolocando os mesmos problemas enfrentados nestes últimos anos. Entretanto, a decisão governamental de retirar gradativamente o subsídio ao consumo de trigo poderá alterar este quadro.

Caso seja mantido o preço de venda aos moinhos em Cr\$1.390,71 em vigor desde 1978, o dispêndio do governo com subsídio ao consumo de trigo será da ordem de 65 bilhões de cruzeiros, o que representa fator de desequilíbrio nas contas do Tesouro Nacional e, conseqüentemente, fator inflacionário. De outro lado, a retirada total de subsídios se mostra problemática, dados seus reflexos no custo de vida, atingindo especialmente os setores de renda mais baixa, que nos últimos anos substituem em larga escala os produtos tradicionais pelos fabricados à base de trigo, como pães e massas. O consumo per capita de trigo passou de 32,7kg/ano em 1968 para 52,4kg/ano em 1978, enquanto o arroz em 1978 mantinha os mesmos níveis de 1968 e o feijão teve seu consumo em 1978 inferior ao de 1968 (quadro 49).

A mistura de até 25% de farinha de milho integral e desengordurada na farinha de trigo para fabrico de massas e pães se apresenta tecnicamente viável, porém sua efetivação depende da resposta dos agricultores à produção de milho a curto prazo, dada a inexistência de excedentes apreciáveis deste cereal e a necessidade de investimentos industriais, ou aproveitamento da capacidade ociosa da indústria já implantada, para obtenção de farinha de milho integral e desengordurada, que substitui o trigo sem alterar as propriedades de seu produto final. Deve-se destacar que a possibilidade de substituição de trigo por milho, da ordem de 1,3 milhão de toneladas em 1980 e 1,5 milhão de toneladas em 1981, aos níveis de preços relativos atuais, teria impacto de cerca de 10% na redução dos subsídios concedidos e no dispêndio de divisas para aquisição de matéria-prima necessária ao redor de 15%, caso o milho fosse importado, e de 40% com milho nacional.

Diante desse quadro, pode-se concluir que a pressão que este cereal vem exercendo sobre o déficit do Tesouro e balança comercial poderá ser resolvida apenas a médio prazo. Será necessário desencadear uma série de medidas concomitantes para este fim: incentivo à produção de trigo nacional, além das pesquisas na obtenção de variedades mais produtivas; incentivo ao aumento da produção de milho e investimentos industriais necessários para a substituição do trigo nos fabricos de pães e massas, além de incentivo à produção de outros produtos passíveis de substituir o trigo no consumo humano. A curto prazo, seria possível reduzir um pouco o consumo geral exercendo maior fiscalização, com objetivo de coibir o uso do trigo subsidiado para o fabrico de outros produtos para consumo que não o humano.

(IEA, 28/07/80)

QUADRO 46. - Trigo e Farinha de Trigo: Comércio Internacional, Utilização e Estoques para 1976/77, 1977/78, 1978/79 e Projeções para 1979/80, Ano Iniciado em 1º Julho

(em milhão de toneladas)

País ou região	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
Exportação				
Canadá	12,9	15,9	13,5	13,8
Austrália	8,5	11,1	6,7	13,0
Argentina	5,6	2,6	3,3	3,9
Subtotal	27,0	29,5	23,5	30,7
Oeste Europeu	6,3	6,3	9,6	9,3
URSS	1,0	1,0	1,5	0,5
Restantes excluindo EUA	2,8	4,5	4,4	1,9
Subtotal excluindo EUA	37,1	41,3	38,9	42,4
Estados Unidos da América	26,1	31,5	32,4	36,1
Total mundial	63,1	72,9	71,3	78,4
Importação				
Oeste Europeu	5,6	7,1	6,6	6,7
URSS	4,6	6,6	5,1	9,8
Japão	5,5	5,8	5,7	5,5
Leste Europeu	6,3	5,0	3,9	6,1
China	3,1	8,6	7,8	7,5
Outros	38,1	39,8	42,1	42,9
Total mundial	63,1	72,9	71,3	78,4
Utilização				
Estados Unidos da América	20,4	23,1	23,3	21,5
URSS	92,5	106,8	106,5	111,3
China	48,1	49,6	52,8	57,0
Outros	217,2	220,8	233,0	233,1
Total mundial	378,2	400,3	415,6	422,9
Estoque mundial em 1º julho	99,3	81,6	104,6	86,8

Fonte: Foreign Agricultural Service. World Grain Situation - FG - 2/80.

QUADRO 47. - Área, Produção e Rendimento de Trigo, Brasil, 1976-80

Estado	Área (ha)					Produção (t)					Rendimento (kg/ha)				
	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾
Minas Gerais	10.724	12.260	1.143	...
Mato Grosso do Sul	103.645	119.011	68.991	110.000	666	924
Mato Grosso	58.705	35.839	39.469	140	75	30.233	27.242	30.541	22	76	515	760	774	157	1.013
Paraná	1.248.000	1.386.000	1.345.093	1.476.476	1.400.000	1.160.640	1.257.000	1.050.000	1.621.416	1.400.000	930	907	781	1.098	1.000
Rio Grande do Sul	2.010.000	1.523.500	1.243.800	2.004.010	1.121.800	1.809.000	689.700	1.505.000	981.964	1.200.000	900	453	1.210	490	1.070
Santa Catarina	39.818	11.620	4.659	30.649	10.000	25.557	4.553	3.995	18.864	9.000	642	392	857	615	900
São Paulo	185.000	184.000	168.440	204.800	163.000	195.000	87.380	87.810	223.100	176.000	1.054	474	521	1.089	1.080
Outros	-	-	-	...	-	-	-	-	10	-	-	-	-	...	-
Total	3.541.523	3.140.959	2.801.461	3.830.444	2.813.886	3.220.430	2.065.795	2.677.346	2.926.627	2.895.076	909	658	956	764	1.029

(¹) Estimativa de junho de 1980, não incluídos dados de Minas Gerais.

QUADRO 48. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Trigo por Regiões do Estado de São Paulo, 1976-80

DIRA	Área (ha)					Produção (t)					Rendimento (kg/ha)				
	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	1976	1977	1978	1979	1980 ⁽¹⁾
São Paulo	250	250	240	320	300	250	200	270	320	324	1.000	800	1.125	1.000	1.080
Vale do Paraíba	30	130	140	140	70	30	135	140	140	76	1.000	1.038	1.000	1.000	1.080
Sorocaba	13.400	14.600	12.450	17.620	15.080	15.900	15.815	8.210	16.500	16.286	1.186	1.083	659	936	1.080
Campinas	400	1.070	490	1.740	1.230	560	425	570	1.710	1.328	1.400	397	1.163	983	1.080
Ribeirão Preto	270	150	320	2.410	170	280	245	280	890	184	1.037	1.633	875	369	1.080
Bauru	300	350	60	-	-	370	15	40	-	-	1.233	43	67	-	-
Araçatuba	50	50	-	-	-	50	-	-	-	-	1.000	-	-	-	-
Presidente Prudente	9.000	8.600	6.240	11.440	7.660	10.260	2.785	3.660	12.210	8.273	1.140	324	586	1.067	1.080
Marília	157.500	159.000	148.500	171.100	138.550	133.300	67.760	73.960	191.330	149.634	826	426	498	1.118	1.080
Total	181.200	184.200	168.440	204.770	163.060	161.000	87.380	87.130	223.100	176.100	888	474	517	1.090	1.080

(¹) Estimativa junho de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 49. - Preço de Compra do Trigo Nacional e Preço de Venda aos Moinhos, Brasil,
1970-80

(em Cr\$/t)

Safra	Preço ⁽¹⁾	
	de compra	de venda
1970	490,00	410,00
1971	546,66	483,80
1972	600,00	556,40
1973	750,00	612,00
1974	1.400,00	734,00
1975	1.670,00	734,00
1976	2.130,00	734,00
		1.202,00
1977	3.170,00	1.202,00
1978	4.150,00	1.390,71
1979	5.400,00	1.390,71
1980	11.840,00	1.390,71

⁽¹⁾ Preço básico para peso hectolítrico 78kg.

Fonte: Banco do Brasil.

- Feijão

- Panorama internacional

A produção mundial de feijões secos, no ano agrícola 1978/79, foi estimada pela FAO, em dezembro p.p., em 17,7 milhões de toneladas, volume equivalente ao obtido no ano anterior (17,5 milhões de toneladas). Comparando-se a média do triênio 1977-79 (17,1 milhões de toneladas) com a de 1969-71 (14,2 milhões de toneladas), constata-se aumento de 20,4% na produção mundial de feijão, nos últimos oito anos.

Estatísticas mais recentes da mesma fonte apresentam dados de produção superiores aos do ano passado em 25% a 30%, pelo fato de incluírem novas estimativas de área colhida na China (inclusive Formosa). De acordo ainda com a FAO, a produção mundial de feijões secos representou, em 1978 (ano agrícola 1977/78), 27,8% da produção mundial de grãos secos de outras leguminosas, seguida de ervilhas secas (26,4%), favas secas (18,9%), grão-de-bico (11,1%) e lentilha (2%).

De acordo com as retificações realizadas pela FAO, alinham-se como países maiores produtores mundiais China (37,3%), Índia (15,4%), Brasil (12,9%), México (5,3%) e EUA (4,9%). Esses cinco países responderam por 75,8% do feijão produzido no mundo no período 1977-79. Embora não se disponha de estatística específica, acredita-se que, em termos de produção de feijão da espécie Phaseolus vulgaris, o Brasil seja, ainda, o maior produtor mundial.

Além do México e EUA, a Argentina e o Chile são parceiros comerciais do Brasil no mercado desse produto, tornando interessante, portanto, a observação do desempenho de suas safras. Nos últimos oito anos, a Argentina teve sua produção quadruplicada (314%), enquanto o Chile apresentou um crescimento de 82,2%.

No tocante à comparação dos rendimentos agrícolas da cultura de feijão de diferentes países, deve-se ter em conta que envolvem diferentes espécies e mesmo diferentes gêneros de planta, além da diversidade de tipos de solos e sistemas de produção. Como países de produtividade elevada, encontram-se os EUA (com 1.498kg/ha), o Chile (1.072kg/ha) e a Argentina (1.050kg/ha). A China (901kg/ha) e o México (574kg/ha), embora ainda de baixa produtividade, vêm apresentando sensíveis aumentos de rendimento no período em análise. O Brasil e o México apresentaram em 1977-79 níveis inferiores à média mundial (580kg/ha).

O comércio internacional de feijão é insignificante em relação ao volume de produção, porquanto os países grandes produtores são também grandes consumidores. As eventuais transações comerciais brasileiras visam cobertura de frustração de safra, sendo Argentina, México, EUA e Chile os principais fornecedores.

- Situação interna

De acordo com estimativas de maio da CFP, a produção de feijão de 1979/80 deverá atingir entre 2.068,5 mil toneladas e 2.205 mil toneladas, enquanto a FIBGE a estima em 2.284,5 mil toneladas. Desses totais, de um milhão a um milhão e cem mil toneladas correspondem à produção das águas e de 1,1 a 1,2 milhão à safra da seca.

O fraco desempenho na safra 1979/80, pelo terceiro ano consecutivo, tanto nas águas como na seca, nos diversos estados produtores, se deve ao baixo rendimento devido a condições adversas de clima, incidência de pragas e doenças e plantios fora da época normal e em zonas inadequadas. Pode-se alinhar, ainda, entre as causas do baixo rendimento da cultura, a escassez

sez crônica de sementes melhoradas, o deslocamento da cultura para áreas menos férteis e a falta de rotação de cultura em zonas tradicionais de feijão. A evolução da produção de feijão no Estado de São Paulo e Brasil pode ser visualizada no quadro 50.

As medidas de estímulo à produção, tomadas há um ano, parecem, de forma geral, ter surtido o efeito desejado, qual seja, de aumentar a área de plantio. A medida de maior impacto foi, em princípio, a obrigatoriedade da adesão ao PROAGRO pelos tomadores de crédito para custeio, além da cobertura de 100% do saldo devedor desse financiamento. O preço mínimo fixado para a safra 1979/80, no Estado de São Paulo, de Cr\$639,60 por saco de 60kg, foi considerado insatisfatório, bem como os níveis de VBC previamente divulgados.

Face à frustração da safra das águas e à alta acentuada nos preços dos fatores de produção, o Governo concedeu reajustes de 35% a 47% nos níveis de VBC e de 46% no preço mínimo, em janeiro de 1980, visando incentivar o plantio na safra da seca. Além disso, manteve as taxas de 13% e 15% vigentes até dezembro de 1979, para os financiamentos de custeio das lavou-
ras de feijão da seca. Posteriormente, visando impedir a formação de estoques especulativos, principalmente do feijão preto, foram suspensas as operações de desconto de notas promissórias rurais, duplicatas rurais e outros papéis representativos da comercialização desse produto, com recursos de qualquer origem. Excetuou-se apenas o caso das operações de Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Uma das medidas mais discutidas no último ano agrícola foi a que estabeleceu a obrigatoriedade do plantio de área mínima de 5% de feijão no período da seca, para a concessão de crédito para a formação, renovação ou custeio das lavouras de cana-de-açúcar e café da Região Centro-Sul (Carta Circular nº 406, de 06/02/80, do BACEN). Inclui, ainda, o financiamento sob a forma de custeio singular, sem a exigência de utilização de sementes certificadas ou fiscalizadas e de outros insumos e admitiu o enquadramento no PROAGRO. Essa medida, entretanto, não surtiu o efeito desejado de se obter, no curtíssimo prazo, um substancial aumento da oferta nos principais estados do Centro-Sul do País. Pode-se apontar como as principais causas do insucesso: a) decisão tardia em relação ao calendário agrícola do feijão, da cana-de-açúcar e do café; b) plantio de feijão em zonas ecologicamente inaptas; c) escassez de fatores de produção (semente e mão-de-obra); e d) aumento do risco da cultura de feijão, devido ao afrouxamento das exigências mínimas de tecnologia.

O resultado econômico da cultura de feijão no Estado em 1979/80, medido pela receita líquida de lavouras "solteiras" das sub-regiões de Itapeva e Avaré, revela que a atividade foi rentável, mormente na safra da seca, quando os preços do produto praticamente dobraram em relação aos do período das águas. O melhor resultado econômico no plantio da seca do que no das águas tem sido freqüente nos dez últimos anos, não obstante os riscos de produção serem equivalentes nas duas safras. No período da seca, ou mais precisamente, de maio a outubro, os preços do feijão têm-se apresentado em altos níveis, face à escassez sazonal do produto no mercado, o que tem atraído produtores para a produção de feijão de inverno irrigado, em zonas livres de geadas. Segundo levantamentos realizados anualmente em setembro, pelo IEA e CATI, são cultivados no período de inverno cerca de 40 mil a 50 mil hectares de feijão no Estado de São Paulo, com bons resultados econômicos.

Estima-se em Cr\$1.000,00 por saco de 60kg o preço médio recebido pelos agricultores na colheita das águas e em Cr\$2.000,00 no período da seca. De modo geral, esses preços foram considerados satisfatórios e acima das expectativas dos produtores, não havendo, portanto, necessidade de intervenção da CFP para a garantia dos preços, como ocorreu em 1977/78 (quadro 51).

A frustração parcial da safra brasileira, pela terceira vez consecutiva, aprofundou ainda mais em 1980 a crônica crise de abastecimento, que se estende de forma mais aguda desde 1973. Admitindo-se que a produção brasileira em 1979/80 se situou entre 2,0 e 2,1 milhões

de toneladas, esse volume equivaleria, em termos per capita, ao obtido em 1975/76 (1,8 milhão de toneladas). Entretanto, comparando-se os preços, nota-se que, em valor constante, o preço médio em 1980 é de 15% a 20% inferior ao de 1976, podendo indicar redução no nível de consumo per capita do produto e, em consequência, na demanda total. Essa queda no consumo, provavelmente, tem sido viabilizada pelos elevados subsídios ao preço do trigo, levando larga faixa da população a substituir o consumo de feijão. A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo lançou, em meados de junho de 1980, uma campanha de consumo de soja junto à população paulista, visando suprir em parte o déficit da oferta de feijão e suplementar a alimentação proteica. Como resultados de programas de modificação de hábitos alimentares, em geral, são obtidos em períodos mais amplos, acredita-se que essa campanha não deverá ser motivo de desestímulo à produção de feijão, mesmo a longo prazo.

As perspectivas para a safra 1980/81 devem ser analisadas sob alguns aspectos específicos, particularmente os econômicos. Ao produtor paulista interessa o mercado de feijão de cores (tipos carioca, rosinha, jalo e bico-de-ouro, como os principais), cujo principal centro de consumo é a Região Metropolitana de São Paulo onde, não obstante a existência de certos mercados cativos, como os do tipo roxinho, preto e fradinho (feijão-de-corda), a expansão relativamente maior é a de feijão de cores claras.

Comparando-se o VBC para a produtividade de 16 sacas (960kg/ha) com o custo operacional estimado pelo IEA, nota-se que o VBC representa cerca de 58% do custo de produção, mesmo que o montante financiado seja integral para qualquer classe de produtor. A redução de 100% para 80% da cobertura do PROAGRO e a cobrança de 3% de prêmio aos segurados que já se utilizaram do programa em uma das três últimas safras constituem-se em medidas desestimulantes, tendo em vista o elevado risco da cultura.

Aspecto a ser considerado é a existência, no Estado, de diferentes épocas e zonas de produção com problemas e perspectivas próprias. Há uma safra de inverno em franca expansão em São Paulo, com colheita no período de agosto a outubro, cujo risco de produção tem sido minimizado mediante irrigação e plantio em zonas livres de geadas.

Uma classe de produtores de São Paulo e de outros estados do Centro-Sul, que está sendo motivada para o plantio da próxima safra das águas, é constituída pelos cafeicultores e plantadores de cana-de-açúcar, cuja área com feijão poderia ser estimada em até 120.000 hectares, caso acatem integralmente os termos da Carta-Circular nº 431 do BACEN, de 22/04/80. Entretanto, para tal expansão acredita-se que não haverá disponibilidade de semente melhorada.

Em resumo, mesmo não se considerando o plantio obrigatório de feijão para tomadores de crédito para cana-de-açúcar e café, dado que essa medida ainda pode ser revisada, admite-se que na safra das águas haja um aumento de 10% a 20% na área plantada nas diversas regiões do Estado e do Centro-Sul, mormente nas produtoras de feijão de cores, face, principalmente, ao estímulo de preço.

(IEA, 10/07/80)

QUADRO 50. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão, Estado de São Paulo e Brasil, 1975/76 a 1979/80

Ano agrícola	Safrã das "ãguas"						Safrã da "seca"					
	Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (kg/ha)		Área (1.000ha)		Produção (1.000t)		Rendimento (kg/ha)	
	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil	S.Paulo	Brasil
1975/76	104,0	1.676,2	46,7	962,5	449	574	135,7	2.361,4	93,0	879,8	685	373
1976/77	157,5	1.844,3	81,6	1.138,3	518	617	192,0	2.717,7	120,0	1.188,9	625	438
1977/78	244,9	1.979,3	120,9	1.162,2	494	587	200,7	2.573,3	85,4	1.001,7	426	389
1978/79	172,1	1.963,3	117,4	1.116,3	682	568	179,4	...	113,7	1.040,3	634	...
1979/80 (1)	195,3	...	133,8	1.208,0	685	...	206,6	...	150,0	1.128,1	726	...

(1) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE).

QUADRO 51 . - Preços Médios Mensais de Feijão Recebidos pelos Produtores do Estado de São Paulo, 1976-80 (1)

(em Cr\$/sc. 60kg)

Mês	1976		1977		1978		1979		1980	
	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real	Corrente	Real
Jan.	250,54	929,08	491,90	1.239,03	252,20	462,79	436,20	562,97	1.228,90	873,23
Fev.	292,70	1.042,01	448,20	1.095,37	262,00	464,81	517,70	644,03	1.316,90	897,54
Mar.	365,40	1.254,81	520,40	1.220,17	356,40	612,44	594,70	699,49	1.735,20	1.109,36
Abr.	461,90	1.529,64	623,40	1.404,61	408,10	678,36	666,40	755,13	1.978,20	1.196,67
Mai.	517,80	1.658,20	655,20	1.425,15	598,30	938,30	681,50	754,63	2.116,30	1.203,52
Jun.	476,50	1.485,84	576,60	1.230,38	616,30	958,09	656,30	702,33
Jul.	490,50	1.473,56	527,60	1.102,69	569,20	860,44	735,50	754,21
Ago.	555,90	1.604,59	499,40	1.030,64	582,30	857,19	865,20	838,50
Set.	572,50	1.596,42	486,40	986,65	653,00	937,36	966,90	869,96
Out.	749,90	2.043,09	408,40	806,23	692,00	965,45	1.136,60	971,88
Nov.	711,00	1.900,74	294,00	565,75	568,20	771,56	832,00	673,92
Dez.	564,70	1.476,37	297,10	559,61	468,40	626,48	945,80	713,36

(1) Preços reais em cruzeiros de 1979. Deflator: Índice Geral de Preços (Col. 2), de "Conjuntura Econômica".

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

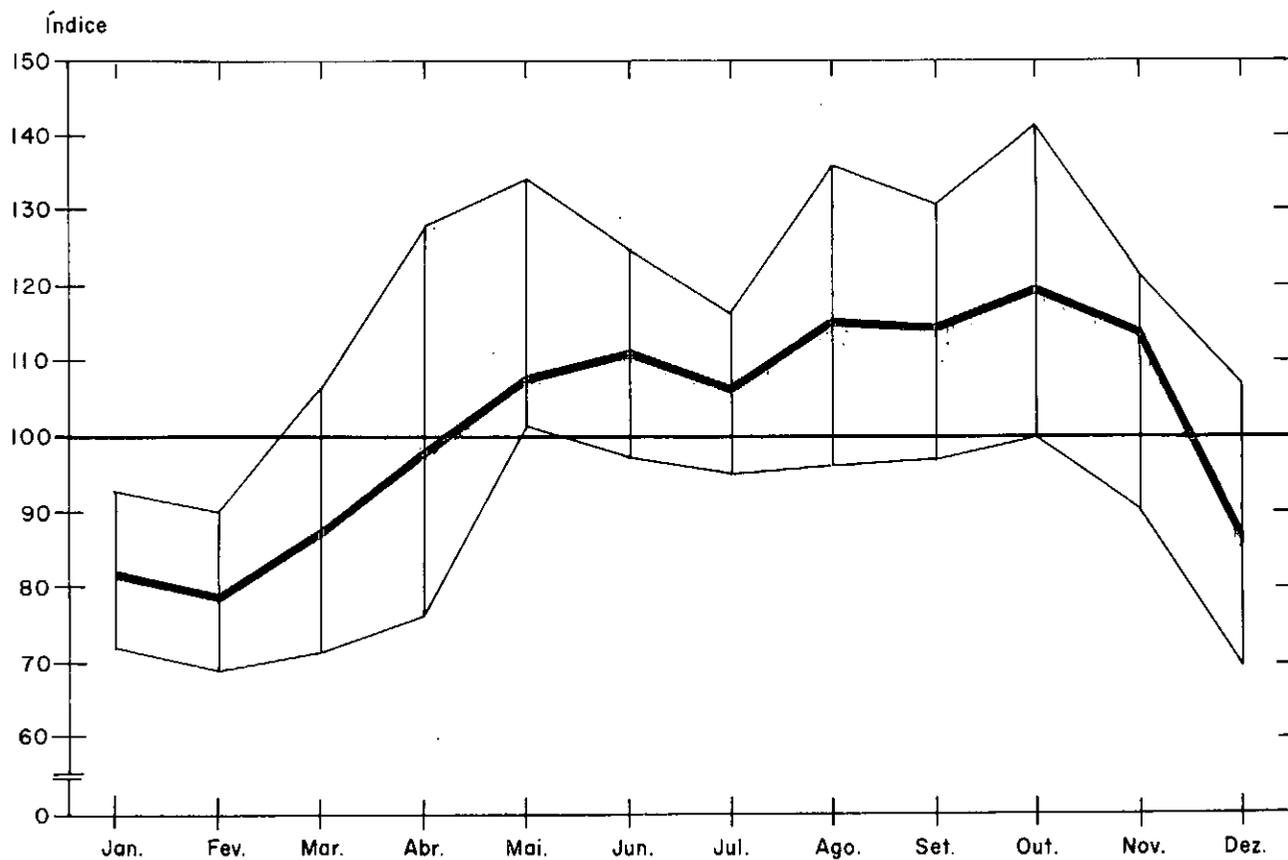


FIGURA 4. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Feijão, Estado de São Paulo.

- Cana-de-açúcar

- Panorama internacional

Com a acentuada queda de aproximadamente 5,0 milhões de toneladas na produção mundial de açúcar na temporada 1979/80, iniciou-se, a partir do segundo semestre de 1979, uma firme recuperação das cotações desse produto no mercado internacional, que desde 1975 vinham apresentando tendência de baixa (quadro 52). Essa alteração é decorrente de vários fatores, tais como: a) menor produção em diversos dos principais produtores e exportadores mundiais, em alguns casos devido a problemas climáticos e/ou fitossanitários; b) ajuste da produção e da exportação de países exportadores às cotas fixadas no Acordo Internacional do Açúcar, com a finalidade de elevar as cotações do produto, então gravosas; c) diminuição nos estoques mundiais de 30,5 para 25,0 (31/08/80) milhões de toneladas, como resultado do déficit entre a produção (84,5 milhões de toneladas) e aumento no consumo (91,0 milhões de toneladas); d) menores investimentos no setor produtivo dos países exportadores em consequência dos baixos preços do produto no mercado internacional, o qual teria tornado o setor deficitário; e e) ênfase dada à produção de álcool para fins carburantes em alguns países.

Para 1980/81, a produção mundial deverá apresentar recuperação, mas dificilmente deverá atingir o nível de consumo previsto, o que não propiciará elevação nos estoques mundiais. Conseqüentemente, os preços do produto deverão apresentar comportamento semelhante ao observado nesta temporada, porém não tão acentuado como no primeiro semestre de 1980, quando a cotação média do açúcar alcançou valores superiores a US\$692,00/t, superada apenas na temporada 1974/75. Por outro lado, tais preços poderão desincentivar o consumo, que não deverá crescer a taxas verificadas nos últimos anos, e inclusive podendo possibilitar aumento no consumo de outros adoçantes.

- Situação interna

Em 1979/80, a produção brasileira de açúcar atingiu 6,6 milhões de toneladas, 9% inferior à da safra anterior e 12% menor que a produção média das três últimas safras. Por sua vez, a produção paulista foi da ordem de 2,8 milhões de toneladas, 14% menor que a de 1978/79 e 24% inferior à produção média do período 1976/77 a 1978/79. Em termos relativos, a produção do Estado de São Paulo representou apenas 41% da brasileira, constituindo-se na menor participação de toda a década de 70 (quadro 53).

Os decréscimos nas produções brasileira e paulista de açúcar foram decorrentes da situação do mercado mundial, tendo o Brasil, país exportador e signatário do Acordo Internacional do Açúcar, incumbido de cota de exportação pré-fixada, da ordem de 1,8 milhão a 2,0 milhões de toneladas para a corrente temporada, com a finalidade de evitar aumentos nos estoques internos.

Para 1980/81, o novo Plano de Safra estabeleceu, como meta para produção, total de 7,8 milhões de toneladas, dos quais 72% destinam-se ao mercado interno e 28% ao externo. Para o Estado de São Paulo, a cota autorizada é de 3,7 milhões de toneladas, das quais 77% destinam-se ao consumo interno e 23% às exportações (quadro 54). Cotejando-se o Plano de Safra 1980/81 com o anterior, observa-se que a produção total do Brasil foi acrescida na ordem de 18%. O produto destinado ao mercado interno foi aumentado em 20%, e o destinado à exportação em 14%. No Estado de São Paulo, estes acréscimos foram de 33%, 18% e 132%, respectivamente; ressalte-se o aumento significativo da produção destinada ao mercado interno.

Em 1980, as exportações brasileiras estão sendo estimadas, inicialmente, em 2,2 a 2,6 milhões de toneladas que, em relação ao ano anterior, significam acréscimo da ordem de 20% a 42%. Em termos de receita a ser obtida no mercado internacional, o açúcar pode constituir-se numa agradável surpresa para 1980, se mantida a atual tendência do mercado, pois, possivelmente, o valor total FOB da receita superará US\$1,0 bilhão bem acima dos US\$329 milhões carreados em 1979 (quadro 55).

A produção brasileira de álcool, em 1979/80, atingiu 3,4 bilhões de litros, dos quais 2,5 bilhões produzidos no Estado de São Paulo. Ao álcool, considerado atualmente como uma alternativa energética para o País, tem sido dado incentivos, principalmente através do Programa Nacional do Alcool (PNA). Com a redução da produção de açúcar, parcela ponderável de cana colhida foi destinada à produção do álcool, devido ao fato da quase totalidade de sua produção ser ainda realizada em destilarias anexas às usinas de açúcar, principalmente na Região Centro-Sul.

Para 1980/81, foi autorizado aumento na produção brasileira de álcool da ordem de 7%, sendo que para São Paulo esse acréscimo será de 33%, enquanto na Região Norte-Nordeste, devido ao aumento proposto na produção de açúcar, o total de álcool deverá sofrer decréscimo da ordem de 12%. Parte desse aumento na produção deverá ser a destilarias autônomas que deverão entrar em funcionamento na nova safra.

Para a safra 1980/81, os acréscimos nas produções de açúcar e álcool serão devidos mais a ganhos de produtividade da cultura, do que à expansão proporcional em área cultivada com cana-de-açúcar. No Estado de São Paulo, as primeiras estimativas indicam crescimento em área de apenas 2% e aumento de produção da ordem de 14% (quadro 56).

Essa menor expansão da área seria consequência de desestímulos ao setor face aos baixos preços da cana, açúcar e álcool, administrados pelo Governo Federal, havendo inclusive alguns grupos agroindustriais com problemas financeiros. Todavia, com as mudanças no mercado internacional, não estando gravoso o preço do produto exportado, acredita-se que novos investimentos deverão ocorrer, principalmente maior estímulo ao Programa Nacional do Alcool.

Os preços fixados para esta safra geraram grande insatisfação, particularmente junto aos fornecedores de cana, visto que o preço de Cr\$589,61/t de cana, colocada na esteira, se comparado àquele em vigor desde 26 de setembro de 1979, acusou acréscimo de 53%, chegando a 98% se relacionado ao do início da safra passada. Entretanto, apesar desses acréscimos percentuais expressivos, praticamente não houve ganho real para o produtor, considerando-se as elevações bem mais acentuadas para alguns insumos agrícolas, tais como fertilizantes, combustíveis e máquinas.

(IEA, 24/07/80)

QUADRO 52. - Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional, 1970-80⁽¹⁾

(em US\$/t)

Mês	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	67,53	104,17	174,34	207,45	334,57	845,50	309,41	184,06	193,55	167,07	378,72
Fev.	69,52	106,37	180,74	198,18	465,43	749,94	297,93	189,57	187,15	181,64	502,09
Mar.	74,59	103,50	185,38	193,54	465,66	582,62	326,40	198,18	170,82	186,71	433,45 ⁽²⁾
Abr.	78,79	100,63	156,25	198,40	476,69	528,58	310,07	221,57	167,51	172,59	468,89 ⁽²⁾
Mai.	79,67	96,22	146,32	206,34	521,49	383,34	320,88	197,52	161,77	173,25	692,11 ⁽²⁾
Jun.	81,43	91,59	139,70	207,01	518,84	301,24	286,68	173,68	159,57	179,65	679,76 ⁽²⁾
Jul.	84,30	92,03	122,70	210,10	552,39	368,35	291,53	163,09	141,91	188,04	...
Ago.	84,08	93,79	138,15	197,96	675,97	410,70	221,13	167,94	156,26	195,32	...
Set.	85,41	88,06	156,03	197,30	753,66	342,07	179,42	161,33	180,31	218,49	...
Out.	86,73	92,91	163,53	209,88	871,72	310,51	177,21	156,48	197,75	263,52	...
Nov.	90,26	93,57	160,66	223,78	1.239,01	297,27	173,90	156,03	176,78	301,92	...
Dez.	90,70	127,56	201,93	261,52	990,46	291,09	166,62	178,55	176,56	329,51	...
Média anual	81,21	99,31	160,48	208,55	654,57	449,57	254,03	178,77	172,37	213,14	...

⁽¹⁾ Média aritmética das cotações do açúcar a granel em Nova York e Londres - FOB Portos do Caribe.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: International Sugar Organization.

QUADRO 53. - Produção de Açúcar e Alcool, Brasil e Estado de São Paulo, 1970/71 a 1979/80⁽¹⁾

Safr	Brasil		São Paulo			
	Açúcar (t)	Alcool (1.000 l)	Açúcar		Alcool	
			Toneladas	Participação no Brasil (%)	Mil litros	Participação no Brasil (%)
1970/71	5.119.661	637.238	2.456.365	48	436.713	69
1971/72	5.386.419	613.068	2.596.749	48	453.101	74
1972/73	5.932.460	680.972	2.836.141	48	500.104	73
1973/74	6.682.912	665.979	3.510.667	53	455.091	68
1974/75	6.720.577	624.985	3.466.269	52	408.100	65
1975/76	5.887.596	555.627	2.869.333	49	362.286	65
1976/77	7.208.214	643.158	3.563.614	49	428.945	67
1977/78	8.307.610	1.470.404	4.098.744	49	1.095.158	74
1978/79	7.342.424	2.451.576	3.194.344	44	1.812.421	74
1979/80	6.645.026	3.390.431	2.756.414 ⁽²⁾	41	2.472.340	73*

⁽¹⁾ Todos os tipos de açúcar e álcool.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 54. - Plano de Produção de Açúcar e Alcool da Safra 1980/81⁽¹⁾

Região e estado	Açúcar (tonelada)			Alcool (1.000 l)
	Total	Consumo	Exportação	
Norte e Nordeste				
Amazonas	-	-	-	3.200
Pará	9.807	9.807	-	4.500
Maranhão	21.855	21.855	-	6.700
Piauí	3.206	3.206	-	450
Ceará	42.905	42.905	-	12.500
Rio Grande do Norte	79.307	79.307	-	34.800
Paraíba	139.549	127.549	12.000	125.800
Pernambuco	1.167.341	460.462	706.879	288.100
Alagoas	1.017.797	437.393	580.404	284.800
Sergipe	96.977	96.977	-	10.900
Bahia	39.466	39.466	-	3.555
Subtotal	2.618.210	1.318.927	1.299.283	775.305
Centro Sul				
Minas Gerais	467.964	467.964	-	124.400
Espírito Santo	53.888	53.888	-	10.800
Rio de Janeiro	525.538	525.538	-	132.700
São Paulo	3.740.598	2.888.808	851.790	2.737.312
Paraná	265.950	265.950	-	182.540
Santa Catarina	55.981	25.981	30.000	6.750
Rio Grande do Sul	10.536	10.536	-	900
Mato Grosso	23.309	23.309	-	54.200
Mato Grosso do Sul	-	-	-	13.500
Goiás	38.026	38.026	-	32.700
Subtotal	5.181.790	4.300.000	881.790	3.295.802
Brasil	7.800.000	5.618.927	2.181.073	4.071.107

(1) Produção autorizada. Inclui álcool direto e residual.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 55. - Exportação Brasileira de Açúcar, 1971-80⁽¹⁾

Ano	Quantidade (t)	Valor FOB (US\$1.000)	Preço médio FOB (US\$/t)
1971	1.261.223	152.851	121,19
1972	2.534.911	403.548	159,20
1973	2.819.953	558.686	198,12
1974	2.356.731	1.321.932	560,92
1975	1.748.766	1.099.773	628,89
1976	1.167.333	306.539	262,59
1977	2.454.586	462.705	193,01
1978	1.961.516	350.071	181,54
1979	1.829.228	363.808	198,89
1980 ⁽²⁾	935.616	329.094	351,74

⁽¹⁾ Demerara, cristal e refinado.

⁽²⁾ Até abril.

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX), Banco do Brasil.

QUADRO 56. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cana-de-Açúcar para Indústria, Estado de São Paulo, 1971/72 a 1979/80²

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento ⁽¹⁾ (kg/ha)
1971/72	759,0	42.300	55.731
1972/73	740,0	40.000	54.054
1973/74	790,0	34.000	43.038
1974/75	802,0	35.600	44.389
1975/76	932,0	47.500	64.103
1976/77	1.011,0	55.300	66.339
1977/78	1.146,5	58.070	64.897
1978/79	1.214,7	63.460	67.011
1979/80 ⁽²⁾	1.237,8	72.300	72.380

⁽¹⁾ A partir da área colhida.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Pecuária de corte

- Panorama internacional

A produção mundial de carne em 1979, segundo a FAO, aumentou aproximadamente 1% em relação ao ano anterior, como resultado do incremento na produção de suínos e aves. A diminuição cíclica da produção de carne bovina permaneceu, provocando queda de 4% em 1979, quando foram atingidos 46.469 milhões de toneladas, em consequência da redução dos abates nos principais países produtores que, atualmente, acham-se em fase de recomposição dos rebanhos, estimulados pela recuperação dos preços.

Nos Estados Unidos, maior produtor e importador mundial, tem-se verificado declínio no rebanho bovino desde 1975. Entretanto, em 1979, o aumento no número de novilhos para reposição dos plantéis e a queda nos abates sugerem o início de recuperação do rebanho nos próximos anos.

Na Rússia, segundo maior produtor, o embargo de cereais pelos Estados Unidos e a fraca colheita de grãos, em 1979, deverão provocar refreamento na expansão da produção de carne, sendo provável o aumento da importação.

A produção da Austrália continuará baixa em 1980, devido à política de recuperação do rebanho, prevendo-se redução de 10% na quantidade de carne bovina disponível para exportação.

A Argentina, tradicional exportador, também diminuirá, provavelmente, suas exportações, pois deverá reduzir os abates na tentativa de recuperar os rebanhos.

Nos países membros da Comunidade Econômica Europeia (CEE), grandes exportadores e importadores, os estoques reguladores são relativamente altos e é provável que sejam mínimas as modificações no comércio líquido de carne bovina.

No mercado internacional, a demanda de carne bovina continua firme por parte dos maiores importadores (Rússia, Estados Unidos, Japão e Brasil) e superará a oferta dos principais exportadores (Austrália, Argentina e Nova Zelândia). Em 1979, os preços mostraram tendência de alta, com grandes flutuações durante o ano.

Conta-se com a recuperação cíclica na produção de carne bovina, no quinquênio 1980-85, a qual poderá levar a oferta a superar a demanda.

- Situação interna

A produção brasileira de carne bovina, que nos últimos anos girou em torno de 2,4 milhões de toneladas, segundo estimativas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sofreu redução de 8% em 1979, estimada em 2,2 milhões de toneladas.

Para 1980, as previsões indicam tendência declinante na produção de carne bovina, estimando-se queda entre 5 e 10% em relação à do ano anterior.

Em São Paulo, o rebanho bovino de corte vem mostrando taxas negativas de crescimento nos últimos anos, com decréscimo de 2% em 1979 em relação ao ano anterior, tendo sido o rebanho de corte estimado em 6,81 milhões de cabeças. Neste ano, é esperado decréscimo inferior ao do período passado, indicando tendência de reabilitação da atividade, estimulada pela elevação dos preços.

Quanto à produção de carne, dados do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SERPA-SP) mostram que em 1979 produziu-se perto de 631 mil toneladas de carne bovina proveniente do abate de, aproximadamente, 2,21 milhões de cabeças, entre bois, vacas e vites

los, nos estabelecimentos com fiscalização federal em São Paulo. Observou-se decréscimo de 4% em relação a 1978, com diminuição em torno de 19% do número de fêmeas abatidas, e por volta de 2% do de bois. A retenção de fêmeas para cria, estimulada pelo alto preço dos bezeros, resultou na queda da participação da categoria no abate total de mais de 15% em 1978, para menos de 13% em 1979.

Em 1980, espera-se outra diminuição nos abates realizados sob inspeção federal, mais acentuada do que nos últimos dois anos. Segundo o SERPA-SP, no primeiro quadrimestre deste ano teriam sido abatidas 876 mil cabeças nos estabelecimentos fiscalizados, menos 7% em relação ao ano anterior. O abate de fêmeas teria decrescido em 27% neste período, enquanto a produção de carne, resultante dos abates inspecionados, foi da ordem de 249 mil toneladas, 8% inferior à produção de igual período de 1979.

A queda prevista na produção paulista advém de algumas razões que merecem destaque, entre elas, a retenção de fêmeas e a sensível diminuição de animais terminados provenientes de estados limítrofes. Além desses, os altos preços do boi magro e o custo da engorda vêm refreando os ânimos dos invernistas desde a última safra, podendo comprometer a disponibilidade de animais terminados, inclusive para o próximo ano. A médio prazo, dado o valor da terra no Estado, é possível que grande parte das áreas destinadas às pastagens venha a ser substituída por culturas que permitam retorno mais rápido aos produtores.

Os preços médios recebidos pelos produtores (quadro 57), em 1979, apresentaram o maior crescimento real da década, superando inclusive o de 1973, quando as cotações subiram vertiginosamente por força da demanda externa. Com o início da safra de 1980, os preços médios da arroba de boi se estabilizaram até o início da entressafra, em junho, quando se começa a delinear nova tendência de alta, com perspectivas de atingir cotações de Cr\$1.800,00 a Cr\$2.000,00 por arroba até o final do período.

Essa estabilização dos preços, não acompanhada para os de animais de cria e recria, ocorreu em consequência da retração na demanda de carne bovina, devido aos altos preços no varejo e à política de formação de estoque regulador adotada neste ano pelo Governo, que consistiu na aquisição mensal, durante a safra, de quantidades que variaram de 25% a 40% dos abates, dependendo do estado.

Dessa forma, sem as grandes metas dos anos anteriores, a COBAL procurou evitar excesso de pressão de demanda sobre o mercado e alta de preços em plena safra. Estima-se que a quantidade de carne estocada para 1980 esteja em torno de 100 mil toneladas, cuja distribuição, provavelmente, iniciar-se-á em agosto.

Para São Paulo, o plano de estocagem estendeu-se de março a maio deste ano e baseou-se nos abates de fevereiro (30%), março (30%) e abril (20%), com preços pagos pela COBAL (exceto taxas de preparação, armazenagem e distribuição) de Cr\$80,00/kg de traseiro e de Cr\$60,00/kg de dianteiro. Este preço, fixado em acordo de cavalheiros entre Governo e frigoríficos, foi o mesmo para venda dos dois tipos de peças aos supermercados, vigorando desde os últimos meses de 1979 até 31 de maio deste ano. A partir desta data, foi reajustado em 20%, passando os supermercados a receber o produto a Cr\$96,00/kg de traseiro e Cr\$72,00/kg de dianteiro.

No varejo, os preços de carne bovina vêm acompanhando as elevações dos preços a nível de produtor, desde fins de 1977, embora com reajustes inferiores, graças à política de tabelamento imposta pelo Governo. Contudo, a partir de meados de 1979, os preços da carne bovina no varejo passaram a apresentar reajustes mais reais, com tendência a se manter durante 1980, provocando queda no consumo.

Talvez os altos preços da carne bovina no varejo e o empenho do Governo em promover o aumento no consumo da carne de pequenos animais venham evitar grandes importações do produto como nos últimos anos. Segundo a Carteira do Comércio Exterior (CACEX), as importa

ções de carne bovina em 1979 estiveram em torno de 190 mil toneladas, o que constitui recorde; as exportações apresentaram um comportamento declinante, principalmente do produto fresco, refrigerado ou congelado. Para 1980, embora não se disponha de números, as importações foram praticamente nulas até o momento, com exceção de carnes para a indústria ou em regime "draw back".

No setor da produção, a sanidade do rebanho está seriamente comprometida desde o último ano, em virtude da escassez de vacinas, principalmente contra aftosa e brucelose, fato que se prolongou por todo o primeiro semestre de 1980 e que não deverá ser sanado até o final do período.

Também vem causando descontentamento e preocupação aos pecuaristas a reduzida disponibilidade de créditos para custeio, comercialização e principalmente investimento. Como a pecuária de corte atravessa uma fase de preços compensatórios e apreciável remuneração, no prazo aproximado de dois a três anos há possibilidade de início de novo ciclo de baixa de preços, sendo fundamental uma rearticulação da política creditícia para o setor.

A atividade de cria, com menor poder de negociação dentro da pecuária, deve merecer atenção especial, pois é nessa fase, principalmente, que devem ser estabelecidos os planos para se atingir o desenvolvimento técnico do rebanho. No momento, faz-se imprescindível um programa especial de crédito, enfatizando a retenção de matrizes e crias, de melhora na alimentação dos animais, notadamente na entressafra, através da utilização de silagem e fenação.

Outros fatores limitantes de um estágio de desenvolvimento capaz de atenuar as oscilações de preços são a sanidade do rebanho e a evolução do padrão genético dos animais, e para solucioná-los é indispensável a intervenção governamental, tanto na forma de crédito aos produtores, como através da pesquisa e assistência técnica.

(IEA, 28/07/80)

QUADRO 57. - Preço Médio Anual Recebido pelos Produtores do Estado e da Carne Bovina no Mercado Varejista da Cidade de São Paulo, 1975-80

Ano	Boi gordo		Boi magro		Bezerro		Carne bovina no varejo	
	(Cr\$/arroba)		(Cr\$/cabeça)		(Cr\$/cabeça)		(Cr\$/kg)	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾
1975	125,00	538,31	1.067,11	4.595,46	457,99	1.972,31	13,94	60,03
1976	139,99	426,56	1.275,46	3.886,43	486,06	1.481,06	16,89	51,47
1977	198,00	422,92	1.654,73	3.534,50	653,14	1.395,11	22,53	48,12
1978	348,00	535,92	3.384,88	5.212,75	1.589,37	2.447,65	40,61	62,54
1979	754,32	754,32	7.753,00	7.753,00	4.275,00	4.275,00	76,75	76,75
1979 ⁽²⁾	572,00	669,38	6.128,30	7.171,62	3.136,00	3.669,90	59,09	69,15
1980 ⁽²⁾	1.084,00	675,63	12.000,00	7.479,32	6.676,17	4.161,10	117,46	73,21

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo índice "2" de Conjuntura Econômica (1979=100).

⁽²⁾ Média até junho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

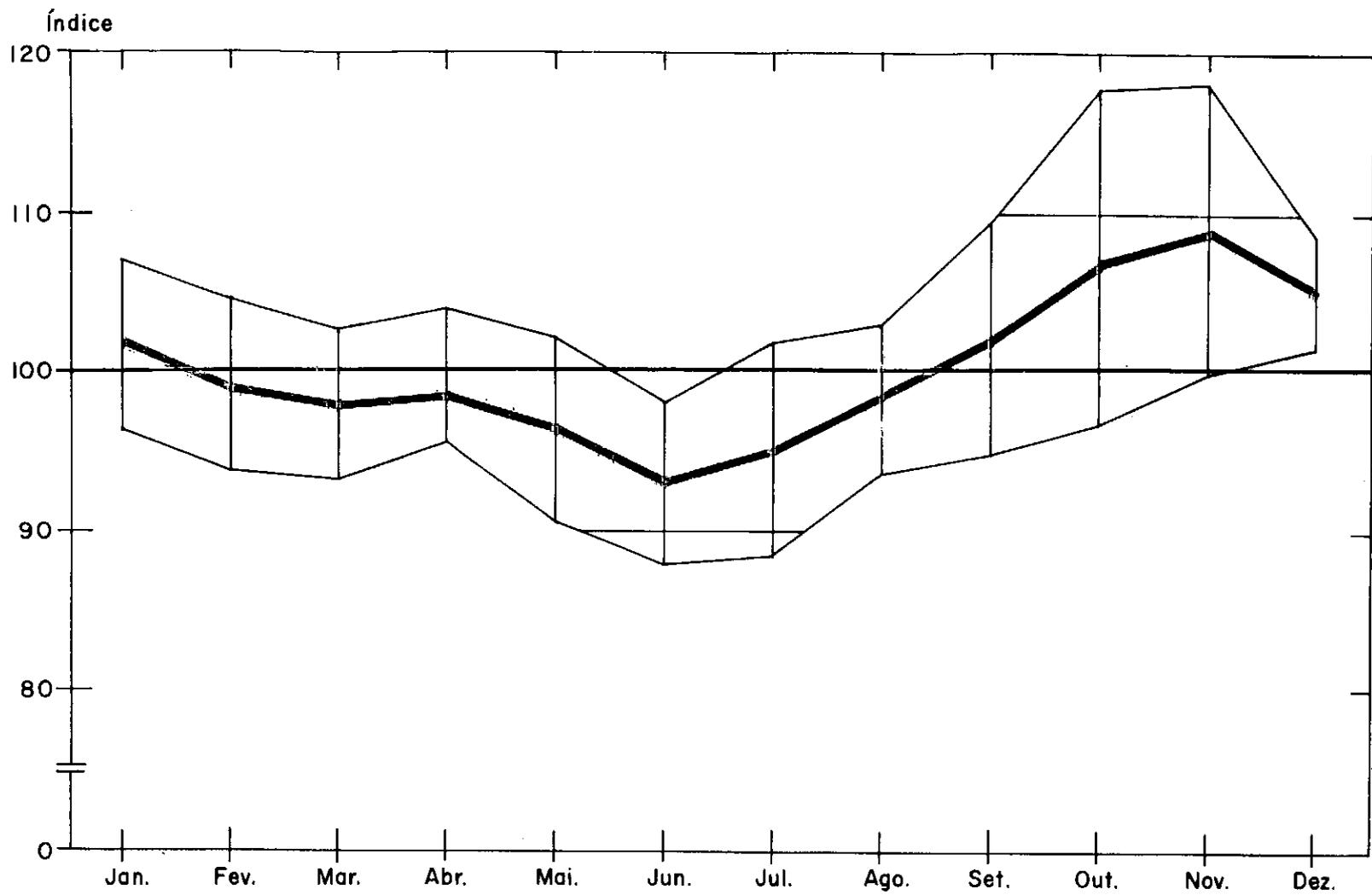


FIGURA 5. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Boi Gordo, Estado de São Paulo.

- Pecuária de Leite

- Panorama internacional

A produção mundial de leite no ano passado, segundo estimativas preliminares, situou-se em torno de 407 milhões de toneladas. Para 1980, as expectativas são de acréscimo inferior a 1%, continuando a tendência de expansão a taxas anuais decrescentes. Contribuindo para esse crescimento estão os países da Europa, Estados Unidos e Canadá. Nos países da Comunidade Econômica Européia (CEE), apesar da política de contenção da produção, persiste ainda o aumento no número de vacas em lactação. Por outro lado, União Soviética, Austrália e Nova Zelândia deverão ter suas produções reduzidas; a primeira em decorrência da baixa qualidade dos grãos para rações e as últimas em razão de dificuldades climáticas e redução no número de vacas em lactação.

O leite para industrialização vem sendo preferencialmente destinado à produção de caseína, queijos e manteiga com melhor colocação no mercado, principalmente os dois primeiros produtos.

A produção de manteiga deverá continuar crescendo em 1980, devendo atingir cerca de 6,1 milhões de toneladas que, agregada ao remanescente do ano anterior, levará a um estoque final de 782 mil toneladas. Entretanto, haverá sensível redução nos estoques da CEE em virtude de expansão na exportação. Estima-se que os maiores incrementos na produção deverão ocorrer nos Estados Unidos.

Na CEE, o leite em pó desnatado apresenta-se com produção diminuída em decorrência dos baixos preços do mercado internacional e da pequena aceitação do produto naquele mercado. Dessa forma, vem ocorrendo intensa redução nos estoques com a introdução de programas subsidiados, cujo objetivo é a destinação do leite em pó desnatado à alimentação animal e à exportação. Estima-se, no entanto, que a produção mundial será levemente superior (1,5%) à de 1979, em razão dos incrementos esperados nos Estados Unidos e Polônia.

- Situação interna

Estimativas preliminares do Ministério da Agricultura indicam para 1978 uma produção de 9,8 bilhões de litros, com queda aproximada de 6% em relação à de 1978. Também no Estado de São Paulo verificou-se o mesmo comportamento, embora em nível inferior, chegando a 1,67 bilhão de litros de leite, 2% aquém da produção verificada no ano anterior. No primeiro semestre de 1980, a quantidade produzida no Estado esteve em torno de 828 milhões de litros, cerca de 2% inferior à verificada no mesmo período de 1979.

A redução na produção foi decorrente da deterioração da relação preços recebidos/preços pagos, não possibilitando melhor alimentação do rebanho, dependente de pastagens de pauperadas pela seca e geada. Outro fator importante foi a elevação da relação de preços recebidos, carne/leite, levando razoável número de vacas leiteiras ao abate.

No primeiro semestre de 1980, continuou a alta nos custos de produção, com os preços dos insumos apresentando incrementos de 70%, 113%, 119%, 52% e 247%, respectivamente para farelo de soja, farelinho de trigo, farelo de caroço de algodão, sal grosso e sal mineral, de junho de 1979 a junho de 1980. Para vacinas contra carbúnculo, brucelose e aftosa, bem

como para rações para produção e manutenção, os incrementos foram menores, em torno de 60% a 80%. A falta de vacinas contra aftosa e de medicamentos à base de sulfa tem se constituído em problema para todo o Estado, principalmente no caso das vacinas, cuja demanda não se restringe apenas ao Estado de São Paulo.

Em abril de 1980, a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) fixou os preços, a nível de produtor, em Cr\$13,00/por litro para o leite "especial" e Cr\$8,75/por litro para o "pasteurizado magro", propiciando valor médio de Cr\$11,73 para o produtor. A partir de meados de junho de 1980, com a extinção do anteriormente denominado leite "C", o preço recebido pelo produtor passou a Cr\$13,00/por litro, 128% superior ao de um ano atrás.

De junho de 1979 a abril de 1980, o volume de leite (B+C+reconstituído) fiscalizado pelo Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SERPA - SP) foi da ordem de 822 milhões de litros, cerca de 23% inferior ao do mesmo período do ano anterior. Essa retração deveu-se à referida queda na produção, que não permitiu o cumprimento do Plano de Estocagem para safra 1979/80. Em consequência, a oferta de leite na Grande São Paulo caiu 14% de janeiro a maio de 1980 em relação ao mesmo período de 1979, chegando a haver déficit de 513 mil litros diários em abril de 1980 (quadro 58).

Vale ressaltar que a produção de derivados mais elaborados tem aumentado, enquanto que o leite em pó, com preço controlado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP), vem reduzindo sua participação relativa e não tem sido encontrado no mercado, o que juntamente com a extinção do leite C, torna mais difícil a alimentação do consumidor de baixa renda.

A reversão na relação de preços carne/leite, a partir de maio, tem elevado a oferta de leite pela pecuária de corte em regiões como Araçatuba, Marília e São José do Rio Preto, ocasionando aumento na produção, mais pela expansão no número de produtores do que por ganhos em produtividade. Quanto ao desempenho do plantel, os altos preços dos insumos e a ausência de crédito reduzem as possibilidades de maior tecnificação. Em regiões mais especializadas, verifica-se crescente necessidade de utilização de resfriadores para a conservação do leite ordenhado à tarde, e de ordenhadeiras para suprir a escassez e rotatividade de mão-de-obra especializada, com outras opções dentro e fora do setor rural.

As perspectivas para 1980 como um todo são de atingir no máximo a mesma produção de 1979, em decorrência do caráter instável do setor, já que a inexistência de crédito e dificuldades na aquisição de insumos tornaram pouco viável o desenvolvimento da atividade leiteira. Além disso, uma possível elevação nos preços da carne poderá provocar nova diminuição das remessas de leite do chamado "safrista" para o mercado.

Até agosto de 1980 espera-se atingir o total de 50.000t de leite em pó importado, que deverá ser vendido a Cr\$12,00/l a nível de varejo, para completar o abastecimento de locais mais carentes, como Nordeste, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Brasília.

(IEA, 28/07/80)

QUADRO 58. - Participação do Leite B na Distribuição Total de Leite B+C na Grande São Paulo, 1977-80
(em 1.000 litros)

Mês	1977		1978		1979		1980	
	B+C	B	B+C	B	B+C	B	B+C	B
Jan.	47.285	13.688	51.280	15.544	55.473	14.536	55.633	18.761
Fev.	37.855	13.822	58.057	18.555	51.763	13.441	42.284	17.651
Mar.	43.703	16.214	55.670	16.603	57.928	16.018	48.623	20.698
Abr.	44.933	17.202	46.684	16.240	54.769	14.632	44.012	18.295
Mai.	49.943	19.032	53.776	16.956	57.000	17.491	49.179	16.918
Jun.	45.151	17.958	57.062	19.500	51.538	18.398	47.877	17.695
Jul.	48.758	19.604	52.296	14.939	53.083	20.417
Ago.	51.192	20.388	65.716	21.209	50.944	20.280
Set.	49.907	19.518	56.504	15.412	51.083	18.190
Out.	54.430	18.976	66.334	15.680	54.512	18.591
Nov.	52.740	16.418	55.667	14.938	52.164	18.172
Dez.	53.260	16.195	55.285	14.896	67.405	21.392
Total	579.157	209.015	674.331	200.472	657.662	212.098

Fonte: Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

- Algodão

- Panorama internacional

O Comitê Consultivo Internacional do Algodão (ICAC) estima volume recorde de 65,9 milhões de fardos para safra 1979/80 (período agosto-julho), superando em 5,7 milhões de fardos a produção anterior, em decorrência principalmente do aumento de 7% na produtividade mundial (429kg de pluma por hectare).

O consumo, por sua vez, deverá chegar a 64,8 milhões de fardos, constituindo-se também em recorde, já que o anterior era de 63,2 milhões de fardos, utilizados na última temporada.

Conseqüentemente, o comércio mundial deverá superar os 20 milhões de fardos transacionados na temporada anterior, embora abaixo do recorde de 1972/73 (21,1 milhões). Exemplo disso é que os Estados Unidos reestimaram para 8 milhões de fardos sua exportação em 1979/80, ou seja, 500 mil fardos superior à estimativa realizada em janeiro p.p. e 1,9 milhão a mais que a registrada no último ano comercial.

O "Bureau of the Census" já registrou, de agosto/79 a maio/80, volume exportado de 7,5 milhões de fardos, contra 4,4 milhões verificados no período anterior, enquanto o consumo estadunidense deverá permanecer estável, em 6,4 milhões de fardos, ou mesmo diminuir.

Têm contribuído para a firmeza do mercado internacional, mesmo com a produção recorde, as grandes aquisições de algodão feitas pela China e a relutância da Rússia, segundo produtor mundial, em vender a fibra na atual estação, pois pretende formar estoques a fim de que terras cultivadas com o produto possam ser liberadas para plantio de cereais.

O consumo da China deverá apresentar aumento de 4% sobre o ano anterior, podendo chegar a 12,8 milhões de fardos. A intenção deste país também é de formar estoques em vista da expectativa de acentuado aumento no consumo, de redução na produção e de incremento à exportação de têxteis.

O mercado mundial, até abril, permaneceu firme, estabilizando-se a partir de então, em virtude da conturbada situação política no Oriente Médio e a conseqüente cautela por parte de compradores, dada a provável redução da demanda para produtos industrializados, incluindo têxteis. Essa posição foi reforçada pela pressão nos preços, em virtude de expectativa de maior produção a ser obtida em 1980/81.

A tendência dos preços de algodão nos últimos anos tem sido declinante, por força do pequeno acréscimo no consumo em relação à oferta, propiciando a formação de grandes excedentes na maioria dos países produtores.

Atualmente, fator favorável ao consumo do algodão tem sido a maior elevação das cotações do poliéster em relação àquela fibra. Comparando-se os preços de junho de 1980 aos que vigoraram em janeiro de 1979, verifica-se acréscimo de 35,2% para o poliéster e de 8,6% para o algodão. Ao final de junho, o poliéster estava cotado a US\$0,73/lb e a fibra de algodão a US\$0,80/lb.

A área mundial a ser cultivada em 1980/81, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), poderá atingir 33,1 milhões de hectares, comparados aos 32,3 milhões da última safra. Maiores expansões deverão ocorrer no México, na América Central e na África. Na Europa, poderá ocorrer diminuição, enquanto nos Estados Unidos há indicações de manutenção da área (5,3 milhões de hectares).

Considerando rendimentos normais, a produção mundial deverá igualar-se à anterior, podendo atingir 65,7 milhões de fardos. O consumo previsto, por sua vez, será ligeiramente inferior ao precedente, por força da esperada diminuição na atividade econômica mundial, em

especial nos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental, que poderá afetar o ramo têxtil.

Não se espera, entretanto, que ocorra diminuição acentuada de preços, pois a seca que no momento atinge os Estados Unidos já vem se refletindo nos negócios das principais bolsas mundiais.

- Situação interna

A elevação dos preços correntes de algodão em caroço, durante a comercialização da safra 1978/79, não foi suficiente para que houvesse ampliação da área cultivada em 1979/80, no Estado de São Paulo, tendo-se registrado, afinal, retração de 6,5% na área, com diminuição de 6,7% na produção, graças à utilização das variedades IAC-17 e IAC-18, reconhecidas de alta produtividade, não só em São Paulo, mas em toda a região meridional do País (quadro 59).

Comparativamente ao período precedente, os preços reais, por sua vez, permaneceram estáveis, e não foram considerados estimulantes pelos cotonicultores paulistas (quadro 60).

A nível nacional, a posição estatística é um pouco apertada, já que a produção de 560 mil toneladas é inferior ao consumo previsto de 578 mil toneladas. Não fosse o "carry-over" de 72 mil toneladas, o abastecimento poderia ser comprometido face à necessidade exigida pela indústria têxtil de formação de estoques de segurança, suficientes para consumo de no mínimo 3 meses (144,5 mil toneladas). Daí as reivindicações do setor têxtil quanto à possibilidade de importação, caso o consumo previsto seja efetivado.

Os estoques remanescentes ao início de fevereiro de 1981 deverão consistir de tipos inferiores oriundos da região meridional, onde a cultura foi prejudicada por condições climáticas desfavoráveis e incidência de pragas, principalmente no Paraná e São Paulo.

Esse remanescente dificilmente terá condições de ser exportado, não só pela baixa qualidade, mas também pela gravosidade dos preços, já que os níveis praticados no mercado interno, acrescidos do imposto de exportação, ainda são cerca de 10% superiores aos vigentes no mercado internacional.

Cumprido ressaltar que o pluma brasileiro vem, desde 1973, perdendo posição no mercado mundial e hoje aparece com valores insignificantes na pauta de exportação.

Nos últimos anos, tem sido dada maior atenção ao mercado interno, que se encontra em fase ascendente de consumo, passando de 291 mil toneladas em 1970 para 520 mil toneladas em 1979 (quadro 61).

Para compensar a queda nas exportações da matéria-prima, têm aumentado sobremaneira as vendas externas de manufaturados têxteis, facilitadas pelo apoio estatal na criação de condições complementares à competição com produtos similares de países com longa tradição no mercado internacional.

A dificuldade de colocação da matéria-prima no âmbito mundial, por outro lado, tem desestimulado aqueles que se dedicam a esta exploração, devido à diminuição de seu poder de barganha, por ficarem apenas à mercê da indústria têxtil nacional.

Mesmo com a maxidesvalorização cambial, em dezembro de 1979, o algodão, a exemplo de outros produtos agrícolas e agroindustriais, não teve eliminada a gravosidade dos preços, pois a correção cambial foi acompanhada de um imposto de exportação (no caso do algodão, atualmente, a alíquota é de 10% no valor FOB), ao mesmo tempo que provocou um aumento no custo dos insumos importados e/ou produzidos com matérias-primas importadas, largamente utilizados na cotonicultura.

A exemplo da safra anterior, deverá ter continuidade em 1980/81 a prática de arren

damento de terras antes ocupadas com algodão, para usinas de açúcar e álcool, graças aos incentivos a essas atividades, face às boas perspectivas do mercado açucareiro internacional, aliadas a uma estimativa de crescimento de 20% no consumo interno, e à utilização do álcool como combustível. Como as duas principais regiões paulistas que se dedicam à cana-de-açúcar - DIRAs de Ribeirão Preto e Campinas - são também as principais áreas produtoras de algodão, espera-se que haja redução de pelo menos 10% na área dedicada a esta atividade no Estado de São Paulo. Soja e milho também aparecem como fortes concorrentes, dados os retornos auferidos em 1979/80.

Os níveis de VBC's, recém divulgados, variando de Cr\$16.400/ha (para produtividade até 1.000kg) a Cr\$32.800,00/ha (superior a 1.800kg/ha), não foram considerados suficientes pelos cotonicultores paulistas. Custos operacionais estimados pelo Instituto de Economia Agrícola variam de Cr\$30.304,35 (para produtividade de 1.080kg/ha, região de Araçatuba) a Cr\$41.086,44 para a região de Campinas, para produção média de 1.785kg/ha.

A elevação nos preços do pluma em meses recentes não deverá ter efeito psicológico positivo, por não ter beneficiado diretamente os produtores, que já haviam negociado o algodão em caroço. Outrossim, foi descartada, pelo menos até setembro, a possibilidade de importação de tipos finos de fibra para atender a determinados segmentos da indústria têxtil.

(IEA, 25/07/80)

QUADRO 59. - Área Plantada, Produção e Rendimento da Cultura do Algodão, Estado de São Paulo, 1973/74 a 1979/80

Ano agrícola	Área (1.000ha)	Produção ⁽¹⁾ (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
1973/74	395,6	519,6	1.313
1974/75	368,0	489,6	1.330
1975/76	223,3	332,4	1.489
1976/77	300,1	483,8	1.612
1977/78	345,1	358,5	1.117
1978/79	283,6	507,3	1.789
1979/80 ⁽²⁾	265,3	473,4	1.784

(¹) Algodão em caroço.

(²) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 60.- Preços Médios de Algodão em Caroço, Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1976-80

(em Cr\$/arroba)

Mês	1976		1977		1978		1979		1980	
	Corrente	Real ⁽¹⁾								
Jan.	47,07	174,40	111,20	280,18	88,60	162,54	148,70	191,82	213,30	151,57
Fev.	54,30	193,31	106,80	260,63	95,20	168,89	161,80	201,14	237,00	161,53
Mar.	61,20	209,94	97,80	229,33	105,80	181,71	166,30	195,41	275,40	176,07
Abr.	66,90	221,43	100,80	227,08	120,30	199,84	164,70	186,55	289,50	175,13
Mai.	78,10	250,03	97,70	212,47	121,20	195,07	160,70	177,82	293,90	167,14
Jun.	83,20	259,13	87,50	186,60	120,30	186,90	160,40	171,91
Jul.	92,90	278,81	83,50	174,40	118,10	178,43	164,10	168,18
Ago.	104,00	300,17	82,00	169,13	120,60	177,44	170,00	164,69
Set.	113,30	315,95	82,10	166,34	121,90	174,86	181,80	163,51
Out.	120,80	328,86	82,90	163,57	125,30	174,80	196,90	168,37
Nov.	120,80	322,87	82,50	158,63	129,30	175,55	198,30	160,56
Dez.	113,30	295,93	85,00	160,05	134,70	180,10	200,20	151,07

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica em cruzeiro de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 61. - Exportações Brasileiras de Algodão em Pluma, 1973-79

Ano	Valor (US\$1.000 FOB)	Quantidade (t)	Preço médio (US\$/t)
1973	218.068	282.867	770,92
1974	90.934	83.160	1.093,48
1975	97.794	107.202	912,24
1976	6.957	5.579	1.247,00
1977	40.894	34.732	1.177,42
1978	52.759	44.515	1.185,22
1979	499	308	1.620,13

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

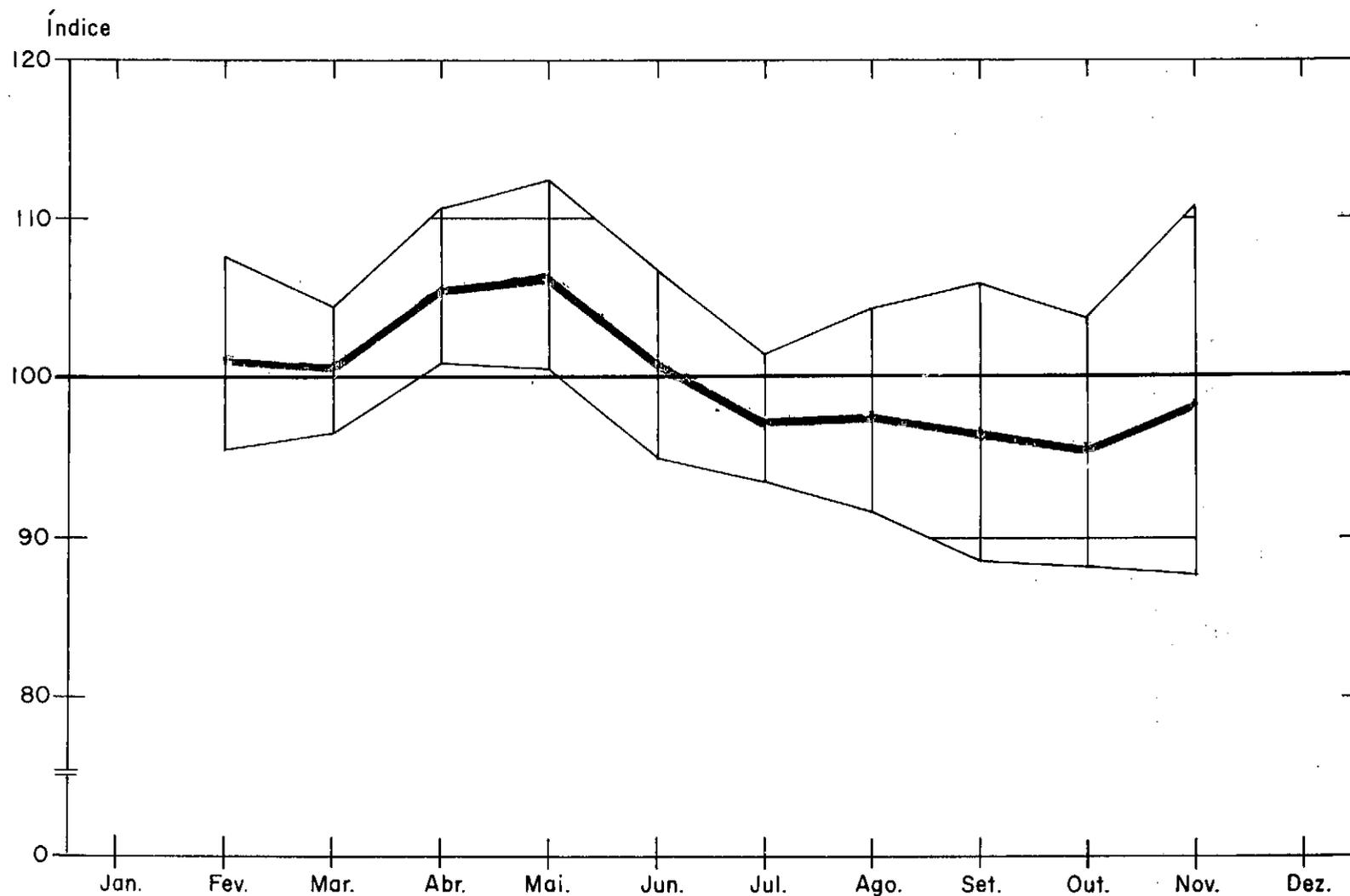


FIGURA 6. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Algodão em Caroço, Estado de São Paulo.

- Oleaginosas: Soja e Amendoim

- Panorama internacional

As estimativas da produção mundial das dez principais oleaginosas, em 1979/80, são de 176,2 milhões de toneladas, o que representa acréscimo de 14,8% em relação à produção do período anterior.

Os estoques disponíveis nos países maiores produtores, no início da safra 1979/80, eram de 13,3 milhões de toneladas, ou seja, aumento de 12,3% sobre o período precedente. Por conseguinte, as disponibilidades mundiais em 1979/80 foram de 189,5 milhões de toneladas contra 165,3 milhões de toneladas no período anterior, representando acréscimo de 14,6% (quadro 62).

Por outro lado, o consumo mundial aumentou 7,2% no período, resultando em estoques finais, em 1979/80, de 26,4 milhões de toneladas, duplicando a posição final de 1978/79.

O aumento na produção mundial decorreu, principalmente, do acréscimo estimado em cerca de 20% na produção de soja, especialmente nos Estados Unidos, os quais obtiveram 61,7 milhões de toneladas em 1979/80 contra 50,9 milhões em 1978/79 (incremento de 21%).

A produção mundial de amendoim em casca da safra 1979/80 está situada em 11,9 milhões de toneladas contra os 12,3 milhões de toneladas de 1978/79.

A previsão sobre o consumo mundial de farelos protéicos, em 1979/80, situa-se em 92 milhões de toneladas, representando aumento de 2,2% sobre o consumo anterior.

A produção mundial de óleos e gorduras prevista para 1979/80 é de 59 milhões de toneladas, pouco superior aos 58,9 milhões de toneladas obtidos no ano anterior.

Quanto ao consumo de farelo de soja, a previsão é de 56,5 milhões de toneladas ou aumento de 3,9% em relação ao ano anterior.

Esses dados indicam que a participação relativa do consumo mundial de farelo de soja sobre o consumo total de farelos protéicos foi de 62% em 1978/79 e de 61% em 1979/80. A participação média de 60% foi observada ao longo do último quinquênio, sendo que anteriormente se situava na média de 54%.

O preço médio da soja em grão em 1979 foi de US\$288,00 CIF-Rotterdam, ou US\$20,00 a mais do que em 1978, que por sua vez fora US\$13,00 inferior à média de 1977. Nos primeiros meses de 1979, ocorreram os índices mais elevados devido às quedas da cotação do dólar americano no mercado internacional, à demanda mais acentuada por tortas e farelos e à presença da China e União Soviética como compradores, fatores que já vinham ocorrendo desde o final de 1978. Entretanto, a partir de setembro de 1979, a maior oferta mundial atuou no sentido de gradativa queda de preços, situados na média de US\$264,00 nos primeiros meses de 1980 (quadro 63).

Por outro lado, para 1980/81, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima área de plantio de cerca de 29 milhões de hectares naquele País, com produção possível de 62 milhões de toneladas, caso sejam repetidas as condições climáticas favoráveis.

Assim sendo, as exportações estadunidenses poderiam confirmar, para a safra 1980/81, seus expressivos resultados no mercado mundial em 1979/80, no qual as prospecções indicam exportações de 22,7 milhões de toneladas de grãos (4,1% superior aos 21,8 anteriores); de 6,5 milhões de toneladas de farelo (12,1% superior aos 5,8 anteriores); e cerca de 1 milhão de toneladas de óleo nos dois períodos.

- Situação interna

A produção brasileira de soja em 1979/80 foi estimada pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP) entre 14,6 e 14,9 milhões de toneladas, enquanto a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) previu 15,2 milhões de toneladas. O número atualmente admitido de 14,9 milhões de toneladas significa um aumento de 49% sobre os 9,96 milhões de toneladas da safra anterior.

O Rio Grande do Sul participou com 37,6% do total, pesando o fato de que a previsão inicial de 6,2 milhões de toneladas foi revisada para 5,6 milhões de toneladas, devido a quebras de produção e produtividade, provocadas por estiagens. O Paraná ficou com 36,3% desse total e São Paulo com 8% (quadro 64).

Cotejando as exportações brasileiras em 1979 com aquelas ocorridas desde 1975, observa-se sensível diminuição na exportação de grãos e incrementos para o farelo e óleo. Para 1980, as estimativas preliminares são de 1.150.000 toneladas de grãos, 7.200.000 de farelo e 800.000 de óleo, portanto, todas superiores ao período precedente (quadro 65).

A capacidade instalada de moagem ao redor de 20 milhões de toneladas apresenta alto índice de ociosidade, com esmagamento previsto de 12 milhões de toneladas de grãos, embora essa cifra seja superior àquelas dos três anos anteriores, respectivamente 7,7 milhões de toneladas (em 1977), 8,7 (em 1978) e 8,7 (em 1979).

As necessidades internas de farelo e óleo de soja, estimadas para o ano comercial 1979/80, foram de 1,6 milhão de toneladas para o primeiro e 1,1 milhão de toneladas para o segundo, resultando em quotas mínimas mensais, a serem fornecidas pelas indústrias, de 135.000 toneladas de farelo e 90.000 toneladas de óleo.

Apesar das restrições às exportações de farelo e óleo de soja, no que se refere a este, houve alguns problemas de abastecimento, refletidos em preços, o que se procurou contornar através de subsídio.

No mercado atacadista de São Paulo, o óleo em caixas de 36 latas de 900ml teve seu preço aumentado gradativamente de Cr\$620,46 (jan.79) a Cr\$1.170,00 (out.79), ou seja, acréscimo de 88,6%. Através do subsídio, foi mantido o preço até março de 1980, reajustando-o para Cr\$1.217,00 em abril e Cr\$1.230,10 em maio, ou 77,4% sobre o mesmo mês do ano anterior (Cr\$693,36).

Quanto ao farelo, a variação de maio de 1979 (Cr\$4,23/kg) e de 1980 (Cr\$8,60/kg) foi de 103,3%.

As exportações de amendoim em grão em 1979 foram de 24,5 mil toneladas, cerca de 50% superiores às do ano anterior. Quanto ao farelo, foram de 86,1 mil toneladas, também cerca de 50% superiores às do período precedente; as de óleo, com 81,3 mil toneladas foram 35% maiores do que as registradas no ano anterior.

Para o óleo de amendoim, houve falta de matéria-prima e a cotação de Cr\$1.085,00 por caixa de 36 latas de 900ml em maio de 1980 é 95,8% superior àquela de Cr\$554,00 do mesmo mês de 1979.

O farelo de amendoim também subiu gradativamente entre janeiro e dezembro de 1979 (Cr\$3,77/kg e Cr\$6,03/kg), estando cotado a Cr\$7,40/kg em maio de 1980, ou 92,7% de acréscimo.

Para o abastecimento interno de soja em 1980/81, parece não haver problemas, porquanto a expectativa de preços baixos no mercado internacional não é estimulante para diminuir as quotas fixadas internamente em 1,4 milhão de toneladas de óleo e 2,4 milhões de toneladas de farelo.

Quanto aos preços médios recebidos pelos produtores paulistas, verifica-se que de janeiro a dezembro aumentaram de Cr\$267,20 a Cr\$468,10, apresentando em termos reais a média de

Cr\$357,91; em 1980, nos cinco primeiros meses do ano essa média corrente foi de Cr\$495,68 para Cr\$317,36 em termos reais, ou perda de cerca de 11%. (quadro 66).

Segundo levantamentos realizados pelo IEA, para soja, em abril de 1980 verifica-se uma área plantada em 1979/80 de 583,8 mil hectares (9% superior aos 535,8 mil hectares da safra anterior), com produção de 1.236 mil toneladas (com acréscimo de 45,7% sobre as 848,4 mil toneladas da safra anterior) e uma produtividade de 2.117kg/ha (superior aos 1.583kg/ha da mesma safra).

A produção brasileira de amendoim em casca em 1979/80 é estimada em 503,3 mil toneladas, 15% superior à safra passada. No Estado de São Paulo, principal produtor brasileiro, houve aumento de 18,1% na área plantada das águas e retração de 16,9% na safra da seca, em relação aos respectivos períodos precedentes.

Os preços médios recebidos pelos agricultores paulistas de amendoim em casca, por saca de 25kg, evoluíram de Cr\$168,90 em janeiro de 1979 para Cr\$215,40 em dezembro do mesmo ano, com média em termos reais de Cr\$188,89; em 1980, nos cinco primeiros meses do ano, a média corrente foi de Cr\$219,10 para Cr\$139,88 em termos reais, ou perda real de cerca de 27%.

As perspectivas de área a ser plantada com amendoim, para a safra 1980/81, não são animadoras, diante do menor plantio da seca em 1979/80 em relação a 1978/79. Parece refletir, também, o fato de que a safra das águas, com maior área e produtividade inferior àquela da temporada precedente, não satisfaz aos produtores, em relação a financiamento e preços. Persistindo essas situações, a tendência é de manutenção da área plantada ou mesmo de retração, embora o custo da semente possa induzir o plantio por produtores em dúvida.

No que concerne à soja, uma estabilização de área plantada também pode ser esperada, pelos reflexos que o mercado internacional deverá ter no sentido de menor remuneração ao produtor. Fatos internos que poderão alterar esse quadro prendem-se às possibilidades de opção pelo cultivo de milho, se este estiver com preços mais satisfatórios, por pastagens e mais remotamente por cana destinada à fabricação do álcool, na medida de vantagens que venham a ser concedidas.

A falta de chuvas nos USA, em julho, representou uma queda de 10% nas avaliações iniciais da safra de soja estadunidense de 1980/81. Como também houve quebra na produção do milho naquele País e de colza no Canadá, o que aumenta, respectivamente, a demanda por farelo de soja e óleo de soja, a situação de preços internacionais dos produtos melhorou e quanto à persistência dessa melhora as condições climáticas futuras serão de muita importância.

(IEA, 23/07/80)

QUADRO 62.- Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1975/76 a 1979/80

(em 1.000 toneladas)

Item	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
Estoque inicial	12.417	14.565	10.497	11.806	13.260
Produção mundial	134.280	125.990	146.020	153.530	176.235
Oferta total	146.697	140.555	156.517	165.336	189.495
Consumo mundial	132.132	130.058	144.711	152.076	163.055
Estoque final	14.565	10.497	11.806	13.260	26.440

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 63.- Cotações Internacionais de Soja em Grão, 1975-80

(em US\$/t CIF-Rotterdam, USA nº 2)

Mês	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	256	189	287	240	284	268
Fev.	231	192	293	239	298	275
Mar.	226	190	325	273	308	264
Abr.	229	190	390	290	300	252
Mai.	208	210	371	290	240	260
Jun.	207	244	332	278	261	...
Jul.	224	264	252	266	322	...
Ago.	243	248	230	259	302	...
Set.	227	261	205	264	292	...
Out.	211	254	209	271	283	...
Nov.	193	259	236	270	283	...
Dez.	135	269	240	278	279	...
Média anual	220	231	281	268	288	...

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 64. - Produção Brasileira e Principais Estados Produtores de Soja, 1975/76 a 1979/80

Estado	Produção 1975/76		Produção 1976/77		Produção 1977/78		Produção 1978/79		Produção 1979/80	
	1.000.000t	%								
Rio Grande do Sul	5,11	45,5	5,68	45,4	4,57	47,9	3,35	33,7	5,6	37,6
Paraná	4,50	40,1	4,70	37,6	3,15	33,0	4,00	40,2	5,4	36,3
São Paulo	0,77	6,8	0,77	6,1	0,75	7,8	0,85	8,5	1,2	8,0
Santa Catarina	0,41	3,7	0,53	4,2	0,35	3,7	0,42	4,2	0,7	4,7
Outros estados	0,44	4,0	0,84	6,7	0,72	7,6	1,33	13,4	2,0	13,4
Total	11,23	100,0	12,51	100,0	9,53	100,0	9,95	100,0	14,9	100,0

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) - SP, Departamento de Economia Rural (DERAL-PR), Ministério da Agricultura - CFP, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Safras e Mercado.

Ano	Soja em grão			Farelo de soja			Óleo de soja		
	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)	Volume (1.000t)	Valor-FOB (US\$ milhão)	Preço médio (US\$/t)
1975	3.333,3	684,9	205,47	3.133,6	465,8	148,64	267,7	152,4	569,48
1976	3.639,5	788,1	216,53	4.367,0	794,6	181,95	452,9	174,6	385,62
1977	2.586,9	709,6	274,31	5.328,9	1.145,7	214,83	487,2	274,2	562,81
1978	658,5	169,8	257,82	5.419,1	1.049,0	193,58	487,8	278,2	570,23
1979	638,5	179,5	281,15	5.175,8	1.138,0	219,87	524,5	326,8	623,03

Fonte: Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 66. - Preços Médios de Soja Recebidos pelos Agricultores Paulistas, 1976-80

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1976		1977		1978		1979		1980	
	Corrente	Real ⁽¹⁾								
Jan.	84,32	312,69	154,30	388,66	175,50	322,05	267,20	344,86	472,70	335,89
Fev.	82,10	292,28	158,80	388,10	179,00	317,56	279,00	347,08	501,10	341,53
Mar.	80,10	275,07	182,00	426,73	193,90	333,20	294,90	346,86	504,80	322,73
Abr.	80,70	267,25	202,20	455,59	209,80	348,74	298,70	338,47	498,00	301,26
Mai.	84,00	269,00	207,50	451,34	210,90	330,75	298,40	330,42	501,80	285,37
Jun.	104,40	325,55	194,80	415,68	209,60	325,84	314,10	336,13
Jul.	114,30	343,38	133,20	278,39	208,60	315,34	357,80	366,90
Ago.	116,79	337,11	145,10	299,45	207,80	305,90	394,40	382,23
Set.	132,30	368,92	140,20	284,39	218,20	313,22	421,20	378,97
Out.	146,90	400,23	146,80	289,80	238,00	332,05	457,60	391,28
Nov.	152,60	407,95	156,90	301,93	255,60	347,08	467,40	378,60
Dez.	149,90	391,90	166,30	313,24	265,40	354,98	468,10	353,06

(¹) Preços deflacionados pelo índice "2" de Conjuntura Econômica (Base:1979 = 100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

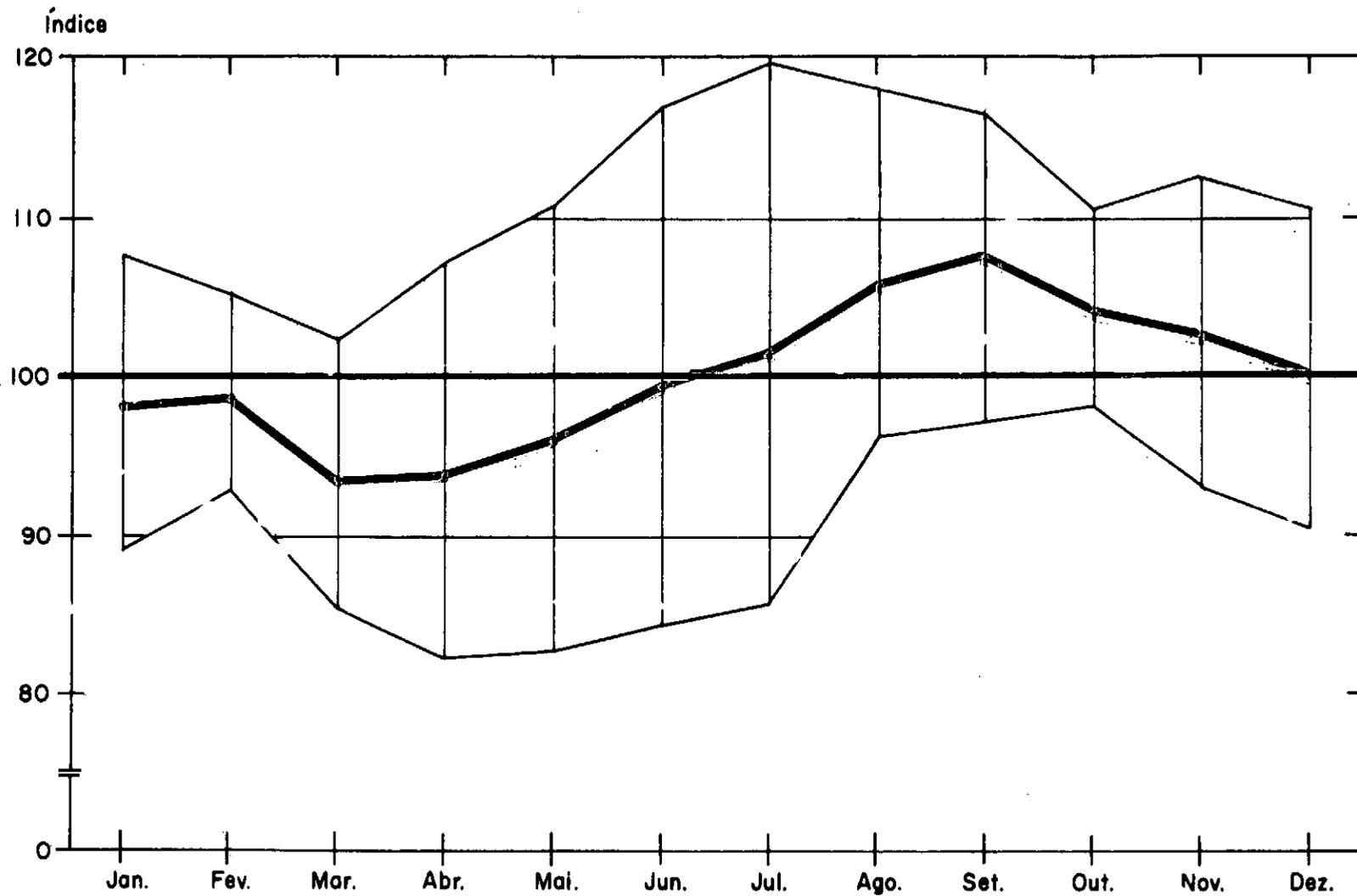


FIGURA 7. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Soja, Estado de São Paulo.

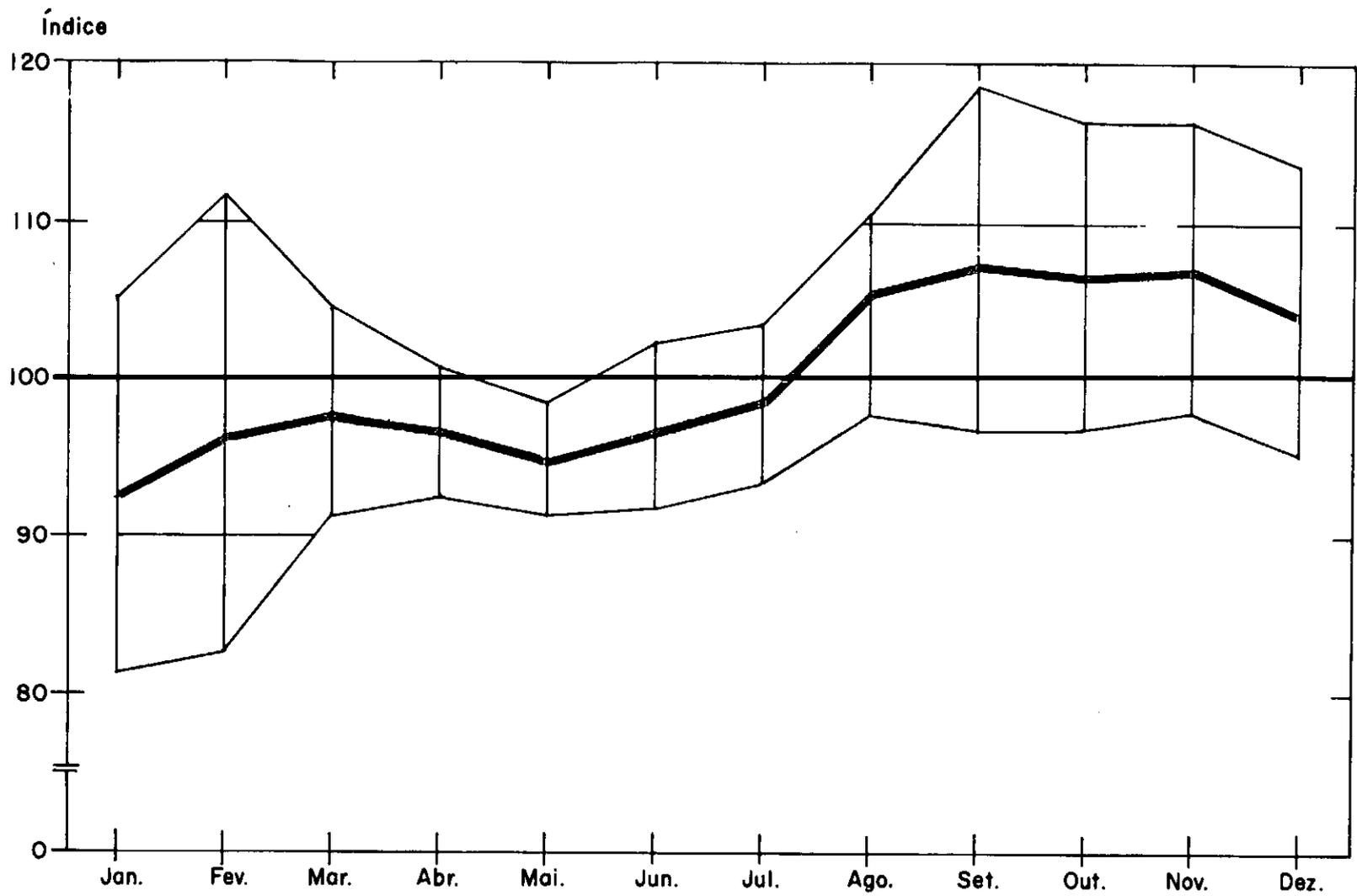


FIGURA 2. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Amendoim em Casca, Estado de São Paulo.

- Mandioca

- Panorama internacional

Da produção mundial, estabilizada em 100 milhões de toneladas, o Brasil concorre com 24,9 milhões de toneladas. Entretanto, a Tailândia, cuja safra é da ordem de 18,5 milhões de toneladas, detém cerca de 95% das exportações de produtos de mandioca.

A demanda por produtos de mandioca para ração, crescente desde 1975, recuou em 1979, devendo manter a posição em torno de 5 milhões de toneladas em 1980.

Em 1978/79, a baixa qualidade do produto tailandês, que havia deslocado outros componentes de rações de animais produzidos na Comunidade Econômica Européia (CEE), levou alguns países daquela Comunidade a tentativa de restringir as importações. Tal movimento provocou a melhora dos padrões.

A produção tailandesa sofreu com as estiagens de 1980, mantendo-se em torno de 18,5 milhões de toneladas, não obstante o aumento na área cultivada de 777 mil hectares em 1979, para 1.170 mil hectares em 1980.

Os produtos brasileiros de mandioca, para ração, têm maior procura em virtude de suas excepcionais qualidades. Entretanto, a falta de peletização em larga escala vinha impedindo que o País participasse deste mercado, cujos preços nos últimos três anos mantiveram viáveis as exportações.

- Mercado interno

Não obstante a importância dos produtos de mandioca na alimentação da população de menor renda e a crescente demanda externa por seus produtos, a cultura de mandioca tem sido pouco beneficiada pela pesquisa.

O elevado emprego de mão-de-obra, a necessidade de dois ciclos agrícolas para obtenção do retorno ao capital investido, a bacteriose de forma endêmica, os preços internos pouco estimulantes e a pouca competitividade no mercado externo, devido à elaboração inadequada, determinaram tendência decrescente na área plantada e na produção de São Paulo, desde 1963. Nos últimos cinco anos, a área plantada no Centro-Sul decresceu à taxa média anual de 40 mil hectares, e a produção à taxa de 700 mil toneladas anuais.

Em 1979 ocorreu sensível aumento na demanda de raiz e de produtos, resultando na alta dos preços. Entre outros fatores pesaram: política cambial, conferindo maior competitividade a produtos de exportação; funcionamento de unidades de peletização em São Paulo e Paraná em escala econômica; melhoria das condições no mercado externo, permitindo a realização de grandes negócios com ração e fécula de mandioca; aumento na procura interna de farinha industrial para utilização em prospecções petrolíferas; aumento da procura interna de fécula para a indústria de carnes em conserva; e afluxo de farinha de mesa do Centro-Sul para o Nordeste brasileiro, em virtude de queda de produção nessa última região em razão da seca.

A demanda potencial de raiz dos próximos dois anos do Centro-Sul deverá crescer 2,2 milhões de toneladas, em virtude de expansão da procura externa, do consumo das unidades produtoras de álcool e da necessidade de reposição dos estoques de fécula e de farinha. Entretanto, esse aumento na demanda, equivalente a mais de 25% em relação à produção esperada

para 1980 para o Centro-Sul, não deverá ser atendido.

Em 1979, o Valor Básico de Custeio (VBC) fora considerado favorável pelos agricultores, enquanto que os preços do produtor e o mercado na época da decisão de plantio não o foram. Geadas precoces surpreenderam muitos produtores deixando-os sem ramos para concretizar eventual aumento de plantio, registrando-se em São Paulo, neste período, diminuição de área de 17% em relação ao ano anterior.

No primeiro semestre de 1980, embora se tenha realizado algum plantio, a maior parte deverá ser feita no segundo semestre. Havia indicações de sensível aumento de plantio, que poderá não se realizar em decorrência do baixo valor do financiamento. Em relação ao ano anterior, em termos reais, os custos subiram 22%, enquanto que os VBC decresceram 33%.

Há boa procura por ramos da variedade "schwanbach" ou roxinha, de boa resistência à bacteriose, cujo plantio vem sendo efetuado desde os anos sessenta em Santa Catarina e Paraná. No Estado de São Paulo, foi introduzida no início dos anos setenta, estando bastante disseminada nas principais regiões produtoras. Esta variedade, que pode ser colhida com 12 a 14 meses, apresenta rendimento agrícola idêntico e rendimento industrial bastante próximo ao das variedades de 18 meses. Este ciclo menor vem diminuir importante entrave ao desenvolvimento da cultura, qual seja o elevado prazo de maturação do investimento de custeio. Outro aspecto favorável dessa variedade é a sua utilização na pecuária, tornando o agricultor menos sujeito às injunções cíclicas do mercado.

A presente safra promete ser curta, chegando até setembro. Os estoques de produtos são exíguos, não permitindo cobrir a procura durante a entressafra. Os preços acham-se em níveis relativamente elevados e o mercado apresenta-se firme. Acredita-se, também, que, dados os preços atuais da raiz, as exportações sejam mínimas, e não seja econômica a produção de álcool.

(IEA, 30/07/80)

- Cebola

A produção média de cebola brasileira no triênio 1977-79 foi de 549.646 toneladas, com a produtividade de 9,3 toneladas por hectare. A estimativa de produção em abril de 1980, realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), situa-se em torno de 667.000 toneladas, apenas 0,4% menor que a do ano anterior.

Os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina responderam por cerca de 37% da produção brasileira no triênio 1977-79. A produção referente a 1980 nesses dois estados, já colhida e comercializada, foi semelhante à de 1979 (quadro 67). Com base na semeadura deste ano, estima-se que a próxima produção poderá atingir 301.500 toneladas, que serão colhidas no início de 1981, elevando em 26% a quantidade ofertada de janeiro a maio por aqueles estados.

O Estado de Pernambuco, principal produtor do Nordeste, produziu no triênio 1977-79, em média, 12,0% do total nacional. Em 1980 sua produção poderá atingir 75.781 toneladas, iniciando-se a colheita principal em junho (quadro 67).

O Estado de São Paulo, no triênio analisado produziu, em média, 45,0% do total brasileiro. A produção de 1980 é estimada em cerca de 291.720 toneladas, com diminuição da produção pela retração da área cultivada e ocorrência de doenças fúngicas na variedade "baia piriforme", na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba (quadro 68).

A produção de bulbinho na DIRA de Sorocaba, cuja colheita ocorre de abril a junho, foi calculada, por estimativa de abril, em 84.350 toneladas, devendo reduzir-se em 20%, em virtude da ocorrência do "mal de sete voltas" ou "cachorró quente".

A produção de cebola de muda da variedade "claras precoces", das DIRAs de Campinas e Ribeirão Preto, poderá superar 100.000 toneladas. Essas regiões têm como pólos de produção os Municípios de São José do Rio Pardo e Monte Alto, respectivamente, e iniciam colheita em junho. A partir de julho têm participação decisiva no abastecimento dos mercados das principais cidades do Brasil.

No mês de outubro, finda a safra de "claras precoces" e inicia-se a colheita das "bairas piriformes" na DIRA de Sorocaba, com estimativa de produção de 96.040 toneladas. A produção de cebola "pera", em grande parte produzida no Município de Piedade, deverá predominar no abastecimento até a primeira quinzena de janeiro de 1981. Dos resultados dessa colheita dependerá o desempenho da cultura de bulbinho, a ser colhida de abril a junho de 1981.

O mercado de cebola apresentou certo equilíbrio de 1974 a 1977, havendo, relativamente, pouca variação estacional de preços. Em 1975, houve suspensão de importação de cebola, o que assegurou menor oscilação de preços e permitiu um ajuste das safras e dos estoques à quantidade demandada.

Entretanto, com a queda do volume produzido no Rio Grande do Sul em 1978, os preços tiveram forte elevação, baixaram em maio e junho com a entrada da safra de bulbinhos ("soqueira") e se elevaram, porém com menor intensidade, em julho, devido ao pouco volume de "claras precoces" disponível. A importação, que visava suprir a queda da safra gaúcha que abastece o mercado de janeiro a abril, chegou em outubro juntamente com a colheita de "claras precoces" e forçaram os preços para baixo.

Em 1979, os preços das "claras precoces" estiveram baixos em agosto e setembro e a entrada da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) no mercado, retirando parte da produção, restabeleceu a normalidade dos preços. De setembro de 1979 até o final do primeiro semestre do corrente ano, os preços estiveram em ascensão. A produção de "baia piriforme" (pera) de Piedade teve queda de safra, devido à ocorrência de granizo em 1979, forçando a entrada de Santa Catarina e Rio Grande do Sul no mercado.

Em abril, maio e junho o abastecimento, que deveria ter participação efetiva da safra

de bulbinhos da DIRA de Sorocaba, teve queda no volume produzido em virtude da ocorrência da doença "cachorro quente" ou "mal de sete voltas", fazendo com que os preços em junho subissem bastante.

Os preços reais de cebola no varejo, no período 1977-79, mantiveram-se 94% superiores ao preço do atacado (média aritmética do Estado de São Paulo, mercado tradicional). A média dos preços reais do varejo desse triênio foi Cr\$22,39 por quilograma de bulbo, em cruzei-ro de 1979 (quadro 69).

Nos primeiros cinco meses de 1980, a média dos preços reais de cebola foi de Cr\$20,36 por quilograma ao consumidor, ficando 75% acima do preço do atacado.

(IEA, 30/07/80)

QUADRO 67. - Distribuição da Produção de Cebola no Brasil, 1977-80

Estado	1977		1978		1979		1980		Participação 1977-79 (%)
	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	
São Paulo	12,1	171.150	14,7	261.393	15,7	306.915	17,0	291.720 ⁽¹⁾	45,0
Rio Grande do Sul	6,6	148.200	6,0	118.500	6,7	150.700	7,0	143.000	25,0
Pernambuco	13,0	70.728	10,2	53.420	12,8	68.139	12,1	75.781 ⁽¹⁾	12,0
Santa Catarina	7,3	49.794	8,2	47.129	8,8	94.017	7,9	97.162	12,0
Outros estados	...	49.118	...	9.768	...	49.966	...	59.431	6,0
Brasil	7,9	488.990	7,9	490.210	10,0	669.737	10,1	667.094	100,0

⁽¹⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 68. - Distribuição da Produção de Cebola nas Principais DIRAs, Estado de São Paulo, 1977-80

DIRA	1977		1978		1979		1980 ⁽³⁾	
	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)	Produtividade (t/ha)	Produção (t)
Sorocaba ⁽¹⁾	14,1	69.000	16,6	112.241	15,9	112.500	16,7	96.040
Sorocaba ⁽²⁾	13,9	54.600	15,3	79.500	17,2	96.540	16,8	84.350
Campinas ⁽¹⁾	10,1	32.850	13,4	48.681	12,7	46.875	14,7	50.340
Ribeirão Preto ⁽¹⁾	9,1	11.850	9,3	12.307	20,7	39.300	22,0	50.300
Araçatuba ⁽¹⁾	5,0	1.500	15,1	6.430	10,1	6.675	17,4	7.520
Outros estados	...	1.350	...	2.234	...	5.025	...	3.170
Estado ⁽¹⁾	12,1	171.150	14,7	261.393	15,7	306.915	17,0	291.720

⁽¹⁾ Cebola de muda.

⁽²⁾ Cebola "soqueira" ou bulbinho.

⁽³⁾ Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 69. - Preços Médios Mensais de Cebola nos Mercados Atacadista e Varejista da Cidade de São Paulo, 1977-80⁽¹⁾
(em Cr\$/kg)

Mês	1977						1978					
	MT ⁽²⁾		CEAGESP		Varejo		MT ⁽²⁾		CEAGESP		Varejo	
	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real
Jan.	2,42	6,10	2,28	5,74	6,30	15,87	9,40	17,24	10,31	18,91	13,74	25,21
Fev.	2,53	6,17	2,55	6,22	6,51	15,89	11,75	20,84	11,98	21,25	17,38	30,83
Mar.	3,21	7,53	3,20	7,50	6,64	15,57	16,37	28,11	22,54	38,71	32,35	55,56
Abr.	3,88	8,74	4,25	9,57	7,19	16,20	23,12	38,41	27,90	46,35	41,42	68,81
Mai.	4,73	10,29	4,99	10,85	8,07	17,55	10,83	17,43	12,07	19,43	24,71	39,77
Jun.	5,41	11,54	5,74	12,24	9,50	20,26	8,89	13,81	9,00	13,98	16,87	26,21
Jul.	3,11	6,50	3,06	6,39	8,01	16,73	15,93	24,07	16,82	25,41	27,19	41,08
Ago.	2,30	4,74	2,57	5,30	7,10	14,64	10,20	15,01	10,55	15,52	26,94	39,64
Set.	3,21	6,50	3,17	6,42	7,21	14,61	8,66	12,42	9,60	13,77	20,65	29,62
Out.	3,56	7,02	3,67	7,24	7,24	14,29	3,75	5,23	3,46	4,83	12,84	17,91
Nov.	3,55	6,83	3,64	7,00	7,97	15,32	2,93	3,98	2,28	3,10	8,01	10,88
Dez.	6,08	11,45	5,62	10,58	9,33	17,57	4,13	5,52	3,46	4,63	7,19	9,61

Mês	1979						1980					
	MT ⁽²⁾		CEAGESP		Varejo		MT ⁽²⁾		CEAGESP		Varejo	
	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real	Cor.	Real
Jan.	4,77	6,15	4,51	5,82	9,98	12,87	16,80	11,94	16,50	11,72	30,50	21,67
Fev.	5,10	6,34	4,80	5,97	10,48	13,03	15,10	10,29	15,20	10,36	27,33	18,63
Mar.	10,76	12,64	9,57	11,25	17,20	20,21	15,20	9,72	16,20	10,36	28,87	18,46
Abr.	12,09	13,69	10,99	12,45	20,88	23,65	20,50	12,40	21,00	12,70	34,11	20,63
Mai.	10,59	11,72	8,85	9,79	20,49	22,67	24,00	13,55	23,00	12,98	39,55	22,32
Jun.	9,24	9,88	9,78	10,46	19,75	21,13
Jul.	7,40	7,58	7,54	7,73	18,14	18,59
Ago.	4,46	4,32	5,10	4,94	14,40	13,95
Set.	5,68	5,11	5,30	4,77	11,82	10,63
Out.	11,87	10,15	11,21	9,59	16,82	14,38
Nov.	16,75	13,56	15,01	12,15	27,41	22,19
Dez.	16,99	12,82	16,90	12,75	30,74	23,20

⁽¹⁾ Deflacionado pelo índice "2" de Conjuntura Econômica, base 1979 = 100.

⁽²⁾ Mercado tradicional.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

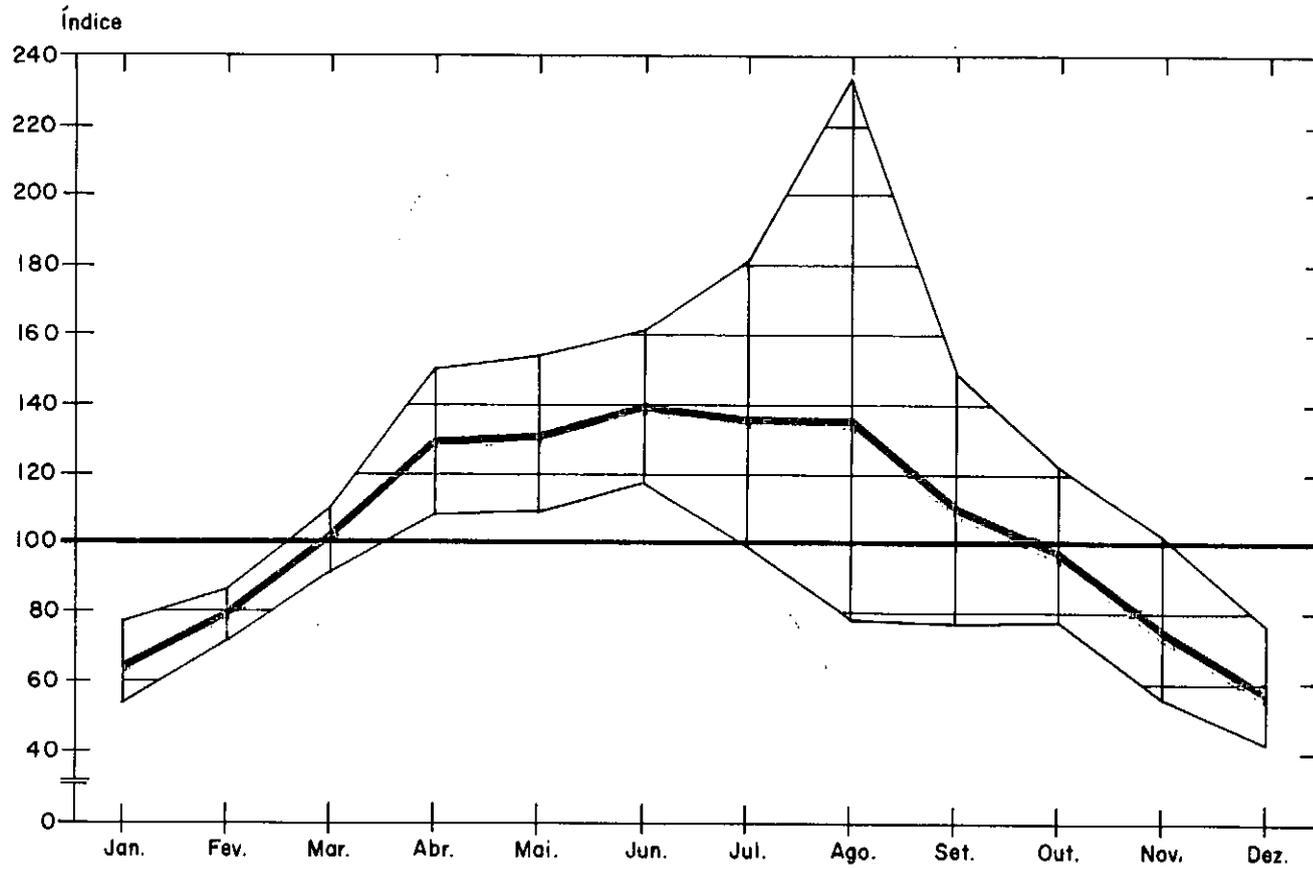


FIGURA 9. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Cebola, Estado de São Paulo.

Milho

- Panorama internacional

A firmeza no mercado internacional, em 1979, ocasionou aumento de 0,7% na área cultivada de milho nos Estados Unidos em relação ao ano anterior, evidenciando-se, portanto, o insucesso do programa "set-aside" do governo norte-americano. Com a elevação da produtividade média de 5.137kg/ha em 1978 para 5.519kg/ha em 1979, os EUA apresentaram uma das maiores safras de milho de sua história (213,7 milhões de toneladas), a qual representou 55,6% da produção mundial em 1979. Apesar da sua demanda interna por cereais apresentar-se crescente nestes últimos anos, o seu volume exportável de grãos duros em fins de 1979 era de 71,2 milhões de toneladas, dos quais 63,5 milhões de toneladas eram de milho.

As elevações nos preços de metais e as notícias da quebra de produção da safra soviética de grãos destinada fundamentalmente à alimentação animal, em setembro e outubro de 1979, provocaram altas nas cotações internacionais, favorecendo as exportações norte-americanas no período.

Com a decretação do embargo às exportações destinadas à URSS pelo governo norte-americano, no início de janeiro de 1980, o volume de grãos duros previsto para ser exportado pelos Estados Unidos reduziu-se para 66 milhões de toneladas, sendo 57,8 milhões de toneladas de milho. Visando assegurar as cotações internacionais, o governo norte-americano assumiu os contratos de exportação da maior parte do volume de milho envolvido no rompimento do acordo comercial EUA-URSS. Mesmo nestas condições, o volume exportável norte-americano foi superior em 10% ao do ano anterior, estabelecendo recorde na oferta deste cereal no mercado internacional.

A URSS, por sua vez, necessitando importar pelo menos 13 milhões de toneladas de milho para o ano de 1979/80, firmou um acordo comercial de três anos com a Argentina, a qual se compromete a exportar 4 milhões de toneladas de milho, soja e trigo, por ano. Apesar do pequeno volume exportável argentino, em decorrência das suas quebras de produção de grãos, a URSS comprou 56% do volume exportado nos primeiros cinco meses de 1980. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a Argentina reduziu seu volume exportável de milho de 5,9 milhões de toneladas em 1979 para 3,9 milhões de toneladas em 1980, sendo que 1,6 milhão de toneladas já foram embarcadas para a URSS. Apesar do embargo, outros países têm repassado grãos importados dos EUA para a URSS. Recentemente, o governo norte-americano passou a permitir tal ato, referendando o que já vinha acontecendo na prática.

As cotações internacionais de milho sofreram queda, em janeiro e fevereiro de 1980, em decorrência do embargo, acarretando severas críticas dos exportadores e agricultores norte-americanos a esta medida. Somente em março de 1980 as cotações internacionais acusaram pequena recuperação em virtude da quebra na produção argentina, mantendo-se estáveis até maio. Recentes notícias de problemas da futura safra norte-americana devido a secas no Corn Belt, altas nos preços de fertilizantes nesse país e importações brasileiras para suprir a demanda interna têm provocado pequenas altas nas cotações internacionais.

No entanto, a expansão da área semeada de milho nos Estados Unidos, 3% superior à do ano anterior e estimada em 30 milhões de hectares, o aumento de 2% na sua área cultivada de sorgo, além do "carryover" de 46 milhões de toneladas para outubro de 1980, provocam efeitos negativos nas altas das cotações internacionais, tendendo a mantê-las estáveis.

Todavia, o fato de 80% do "carryover" norte-americano encontrar-se atualmente fora do mercado, destinado ao programa de reservas de grãos daquele país, poderá proporcionar

apreensão no mercado internacional, visto que comparativamente aos demais produtores de destaque, os Estados Unidos são os únicos possuidores de reservas, com capacidade para atender, em larga escala, às necessidades mundiais.

- Situação interna

Após safra recorde brasileira em 1976/77, seguiram-se duas frustrações de produção nos anos agrícolas 1977/78 e 1978/79. O problema foi agravado em 1977/78, devido ao decréscimo da área cultivada de milho no País, em virtude dos baixos preços durante todo o período de comercialização, bem como ao preço mínimo pouco compensador. Na medida em que nessas duas safras a produção interna de milho apresentou-se inferior à demanda, teve-se que adotar o recuso de importações, da ordem de 1,5 milhão de toneladas, para cobrir o déficit da safra 1977/78, e um igual volume em 1978/79 além das liberações dos estoques do governo. No entanto, além destas quantidades terem sido inferiores à demanda potencial do País, a morosidade nas importações e na interiorização do produto acarretaram uma tendência altista nos preços.

Diante deste quadro, baseado, mais nos bons preços de comercialização do que na relação crédito de custeio (VBC)/custo de produção e no preço mínimo, a área cultivada de milho em 1979/80, no País, apresentou-se ligeiramente superior à do ano anterior (5%), criando expectativas de uma safra abundante.

No Estado de São Paulo, com uma produtividade média de 2.200kg/ha, na época em que se anunciaram as medidas institucionais de crédito de custeio, a cobertura do VBC em relação à estimativa de custo de produção era de cerca de 60%, mas a alta nos insumos modernos ocorreu da posteriormente reduziu consideravelmente aquele percentual de cobertura.

Em março de 1980, as estimativas de produção brasileira, de fontes oficiais, eram de 21,5 milhões de toneladas de milho. Com as notícias de quebras de produção da região nordestina, cerca de 500 mil toneladas, reduziam-se aquelas estimativas para 21 milhões de toneladas. Baseado em informações de uma demanda interna de 19 milhões de toneladas, aventou-se a possibilidade de exportação de 1 milhão de toneladas, a qual não se efetivou, devido à importância dada pelo governo na formação de estoques reguladores.

Nestas condições, com o excedente previsto na época, de 2 milhões de toneladas, era de se esperar uma estabilização nos preços desse cereal. A manutenção da tendência altista, até o momento, e as manifestações de carência de milho nos principais centros consumidores (Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Paraná) colocaram alguns pontos para reflexão, levantando-se três hipóteses. Uma, de que a produção não estaria ao redor de 21 milhões de toneladas, fato este que se confirmou no decorrer da safra, através de um levantamento mais acurado em todo o País; em meados de junho de 1980, esta safra foi avaliada, pela Comissão de Financiamento de Produção (CFP), em 20,2 milhões de toneladas, e segundo este mesmo órgão as estimativas mais recentes indicam uma produção da ordem de 19,5 milhões de toneladas e segundo representantes de alguns setores consumidores, mesmo estas estimativas mais recentes encontram-se com avaliações incorretas, em vista da indisponibilidade do grão no mercado. Outras duas hipóteses estariam associadas à de que a demanda interna de 19 milhões de toneladas estaria abaixo da real e a um possível estocamento do produto pelos setores produtivos e/ou atacadistas.

O grande acréscimo na demanda nacional de rações, da ordem de 31% em 1980 em relação a 1979, levou à reformulação da previsão inicial de demanda de milho no País para 20 milhões de toneladas. Se se considerar o período de 1978 a 1979, este acréscimo na demanda te

ria atingido cerca de 11%, e se se considerar o período de 1978 a 1980, teria atingido cerca de 45% (quadro 70).

A hipótese de retenção do produto torna-se significativa ao se levar em conta a grande capacidade estática de armazenamento de grãos no Estado de São Paulo, que por sua vez demanda cerca de 46% do milho do País destinado a fins comerciais. As estruturas de armazenamento de grãos no Estado, pertencentes aos setores particulares, industriais e oficiais, possuem capacidade de estocagem de 10,4 milhões de toneladas, enquanto que o volume da safra local de grãos duros é da ordem de 4,5 milhões de toneladas. Somente o Estado de São Paulo demandará, no decorrer de 1980, cerca de 45% do milho do País destinado às indústrias de rações, 50% do destinado às indústrias de moagens e cerca de 76% do consumido pela produção de óleos. Em vista da crescente demanda de rações e da previsão de déficit de milho no abastecimento interno, supõe-se uma grande retenção deste cereal através dos diversos setores, pois a escassez do produto foi sentida nos grandes centros consumidores logo no início da comercialização da safra. Embora a grande maioria dos produtores de milho do País não possuam condições financeiras e físicas satisfatórias para o armazenamento em suas propriedades, há informações de que, neste ano, o setor produtivo estaria estocando este cereal em virtude dos preços oferecidos no início da comercialização da safra serem ainda insuficientes para cobrir a elevação do custo de produção. Esta informação, no entanto, não parece correta para o Estado de São Paulo, pois encerrado o prazo de liquidação dos empréstimos bancários, verificou-se pequeno volume de pedidos para o EGF, sem nenhuma modificação quanto ao volume ofertado de milho.

Nestas condições, configurada a escassez do produto no mercado, o País viu-se novamente forçado a solucionar o problema via importações, as quais vinham sendo anunciadas apenas para o Nordeste brasileiro, com volume de 500 mil toneladas. Segundo a CFP, a quantidade de prevista a ser importada a partir de agosto de 1980 é de 700 mil toneladas, sendo 250 mil destinadas ao Nordeste, 160 mil para o Rio de Janeiro, 105 mil para o Estado de São Paulo, 110 mil para Paraná e Santa Catarina e 75 mil para Rio de Janeiro e Pernambuco. Há previsões de que a quantidade total a ser importada este ano ultrapasse 1 milhão de toneladas. Os atuais preços de importação deverão variar de Cr\$490,00 a Cr\$515,00 por saca de 60kg, CIF.

No Estado de São Paulo, os preços recebidos pelos agricultores apresentaram-se de crescentes nos três primeiros meses de 1980, talvez devido às notícias de uma "super safra" em termos nacionais. Entretanto, a partir de abril, apresentaram tendência altista, chegando nestes últimos dias a se situarem entre Cr\$350,00 e Cr\$400,00 por saca de 60kg. Apesar disso verifica-se que os preços reais de junho de 1980 são inferiores aos do mesmo mês do ano anterior (quadro 71).

O alarde causado pelas altas nas cotações de milho, especialmente no atacado, que atingiram nestes últimos dias, no Estado de São Paulo, Cr\$440,00 a saca de 60kg, é compreensível ao se levar em conta a defesa dos setores consumidores contra a elevação dos seus custos de produção. Os preços de ração pagos pelos avicultores têm-se apresentado firmemente crescentes, enquanto os recebidos por seus produtos (carne e ovos) têm-se apresentado decrescentes. Semelhante problema é enfrentado pelos setores de industrialização do óleo de milho que além do tabelamento dos preços de seus produtos sofrem uma grande concorrência com o óleo de soja.

De acordo com as estimativas finais da previsão de safra em junho de 1980 do IEA-CATI, a produção de milho no Estado de São Paulo foi reavaliada em 2,3 milhões de toneladas, 8% menor que a estimativa anterior, devido à constatação de maior decréscimo na área cultivada do Estado (-5%). Entretanto, este decréscimo foi compensado pela boa produtividade

média alcançada nesta safra (2.331kg/ha), apresentando-se cerca de 8% superior à da média alcançada na safra anterior (quadro 72).

O decréscimo na área cultivada de milho, apresentado pelas principais regiões produtoras do Estado, deveu-se em grande parte à extensão da lavoura canavieira, que nestes últimos anos vem ocupando áreas de pastagens e de culturas destinadas ao mercado interno. A DIRA de Ribeirão Preto apresentou, em relação ao ano anterior, decréscimo de 19% na área cultivada de milho; a DIRA de Campinas, 18,%; e a DIRA de São José do Rio Preto, 6,6%. Entre as grandes regiões produtoras de milho no Estado, apenas a DIRA de Sorocaba apresentou um acréscimo de 12,8% na área cultivada deste cereal. No período 1974-79, a lavoura canavieira ocupou, na DIRA de Ribeirão Preto, 63,9% das áreas anteriormente destinadas às pastagens e 32,2% das áreas das culturas destinadas ao mercado interno, sendo 13,6% de área de milho. Nas DIRAs de Bauru e Marília, a cana ocupou 71,3% das áreas de pastagens e 19,9% das áreas de produto destinado ao mercado interno, sendo 13,4% de milho. Em contrapartida, verificou-se em 1979/80 acréscimos significativos nas demais regiões do Estado, tendo em vista abastecer principalmente as crescentes demandas locais, devido à expansão das atividades avícolas e criação de animais de pequeno porte.

Considerando a estimativa de produção do País de 19,5 milhões de toneladas, o Estado de São Paulo contribuiu em 1979/80 com cerca de 11,8% da produção nacional, apresentando um dos maiores rendimentos médios estaduais. A demanda de milho no Estado, em 1980 entre o destinado ao processamento industrial e consumo na propriedade produtora (ao redor de 50% da produção do Estado), é estimada em 6,3 milhões de toneladas. Sendo assim, o Estado de São Paulo, com uma produção avaliada em 2,3 milhões de toneladas, continuará a depender dos demais estados da Federação para o seu abastecimento, especialmente do Paraná e Goiás.

- Perspectivas

No Estado de São Paulo, com uma produtividade média de 37 a 40 sacos por hectare, a cobertura do VBC em relação às estimativas de custo de produção do ano agrícola 1980/81, realizadas pelo IEA, é da ordem de 55% a 65%. Este percentual é considerado pouco estimulante para propiciar um seguro acréscimo em área. O preço médio recebido pelos produtores paulistas, de Cr\$300,00/sc.60kg, foi considerado insatisfatório no sentido de propiciar um volume adequado de recursos próprios para cobrir os custos restantes. No entanto, a tendência altista apresentada nos preços de milho até o presente momento e as notícias de que o governo estimulará os produtores a aumentarem a área cultivada através de um preço mínimo satisfatório a ser fixado poderão acarretar um acréscimo na sua área.

Neste sentido, prevê-se que se mantenha, no Estado de São Paulo, a mesma tendência de 1979/80, ou seja, acréscimos nas áreas cultivadas nas regiões de menor produção e uma estabilização ou decréscimo nas grandes regiões produtoras. Vale ressaltar que dentre as grandes regiões produtoras do Estado, com exceção de Campinas e Sorocaba, as das culturas anuais dependerão diretamente dos recursos alocados na lavoura canavieira. Na DIRA de Ribeirão Preto, a área cultivada de milho deverá sofrer também grande concorrência da soja. Na DIRA de Sorocaba, apesar da competição do feijão e da soja, prevê-se uma expansão na área cultivada deste cereal.

Em vista da existência de duas categorias de crédito para custeio, isto é, crédito integral e crédito singular, este último com menor VBC, onde não é obrigatória a utilização de 15% de seu montante no financiamento de insumos modernos, é possível que este fator

se reflita num ac̄rescimento na ārea cultivada de milho no Estado, especialmente nas pequenas la
vouras.

(IEA, 30/07/80)

QUADRO 70. - Evolução da Demanda Nacional de Milho, Período 1978-1980, e no Estado de São Paulo, 1980

Demanda	Brasil (1.000t)			1980	
	1978	1979	1980 ⁽¹⁾	São Paulo (1.000t)	Participação São Paulo/Brasil
Ração	5.850,0	6.500,0	8.500,0 ⁽²⁾	3.800	44,7
Moagem	1.390,0	1.530,0	1.600,0	800	50,0
Óleo	630,0	680,0	660,0	500	75,7
Semente	<u>260,0</u>	<u>280,0</u>	<u>400,0</u>	<u>21</u>	<u>5,2</u>
Total comercial	8.130,0	8.990,0	11.160,0	5.121	45,9
Não comercial ⁽³⁾	8.370,0	8.610,0	8.797,0	1.200	13,6
Demanda total	16.500,0	17.600,0	19.957,0	6.321	31,7

⁽¹⁾ Demanda anual no período abril/março.

⁽²⁾ Dado fornecido pelo Sindicato das Indústrias de Rações.

⁽³⁾ Produtos não industrializados.

Fonte: Comissão de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 71. - Preços Médios Mensais de Milho Receibos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1976-80
(em Cr\$/sc.60kg)

Ano	1976		1977		1978		1979		1980	
	Corrente	Real ⁽¹⁾								
Jan.	63,38	235,04	65,80	165,75	98,60	189,94	190,90	246,39	293,60	208,63
Fev.	63,40	225,71	65,60	160,33	101,80	180,61	164,90	205,14	279,40	190,49
Mar.	59,00	202,61	61,70	144,67	105,60	181,47	155,10	182,43	274,10	175,35
Abr.	52,60	174,20	60,60	136,55	117,50	195,32	154,40	174,96	277,10	167,68
Mai.	50,50	161,73	62,30	135,52	128,30	201,21	159,80	176,95	280,60	159,58
Jun.	51,90	161,84	62,30	132,94	135,50	210,65	163,00	174,44	293,80	157,88
Jul.	56,50	169,74	62,50	130,63	132,20	199,85	168,50	172,79
Ago.	61,00	176,08	62,00	127,96	129,30	190,35	193,00	187,05
Set.	61,20	170,66	63,60	129,02	133,50	191,64	223,20	200,83
Out.	62,70	170,83	77,10	152,21	145,10	202,44	245,00	209,50
Nov.	64,14	171,47	86,80	167,03	165,70	225,01	256,10	207,45
Dez.	65,30	170,73	93,00	175,18	182,00	243,43	278,40	209,98

(¹) Preços deflacionados pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 72. - Área, Produção e Rendimento da Cultura de Milho por Região, Estado de São Paulo, 1976/77 a 1979/80

DIRA	Área(ha)				Produção (sc.60kg)				Rendimento (kg/ha)			
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾
São Paulo	27.200	19.200	14.600	20.400	800.000	530.000	520.000	690.000	1.765	1.656	2.137	2.029
V.Paraíba	16.000	20.500	18.700	20.800	450.000	520.000	490.000	610.000	1.688	1.522	1.572	1.760
Sorocaba	193.000	201.500	204.800	231.100	5.800.000	4.460.000	6.110.000	6.870.000	1.803	1.328	1.790	1.784
Campinas	106.300	103.000	103.300	84.700	3.800.000	3.650.000	3.930.000	3.930.000	2.145	2.126	2.283	2.784
R. Preto	242.000	198.000	233.600	188.900	11.600.000	7.470.000	10.910.000	9.240.000	2.876	2.264	2.802	2.935
Bauru	56.300	43.500	40.800	50.700	1.800.000	1.080.000	1.400.000	1.660.000	1.918	1.490	2.059	1.964
S.J.Rio Preto	213.500	148.500	151.400	141.400	8.300.000	4.150.000	5.910.000	5.790.000	2.332	1.677	2.342	2.457
Araçatuba	113.300	78.000	113.000	105.500	4.200.000	2.450.000	4.300.000	4.690.000	2.224	1.885	2.283	2.667
P.Prudente	62.800	68.000	78.800	58.400	1.900.000	1.815.000	1.640.000	1.600.000	1.815	1.601	1.249	1.644
Marília	103.600	91.900	95.500	100.200	3.350.000	2.225.000	2.740.000	3.850.000	1.940	1.453	1.721	2.305
Total	1.134.000	972.100	1.054.500	1.002.100	42.000.000	28.350.000	37.950.000	38.930.000	2.222	1.750	2.159	2.331

⁽¹⁾ Estimativas - junho de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

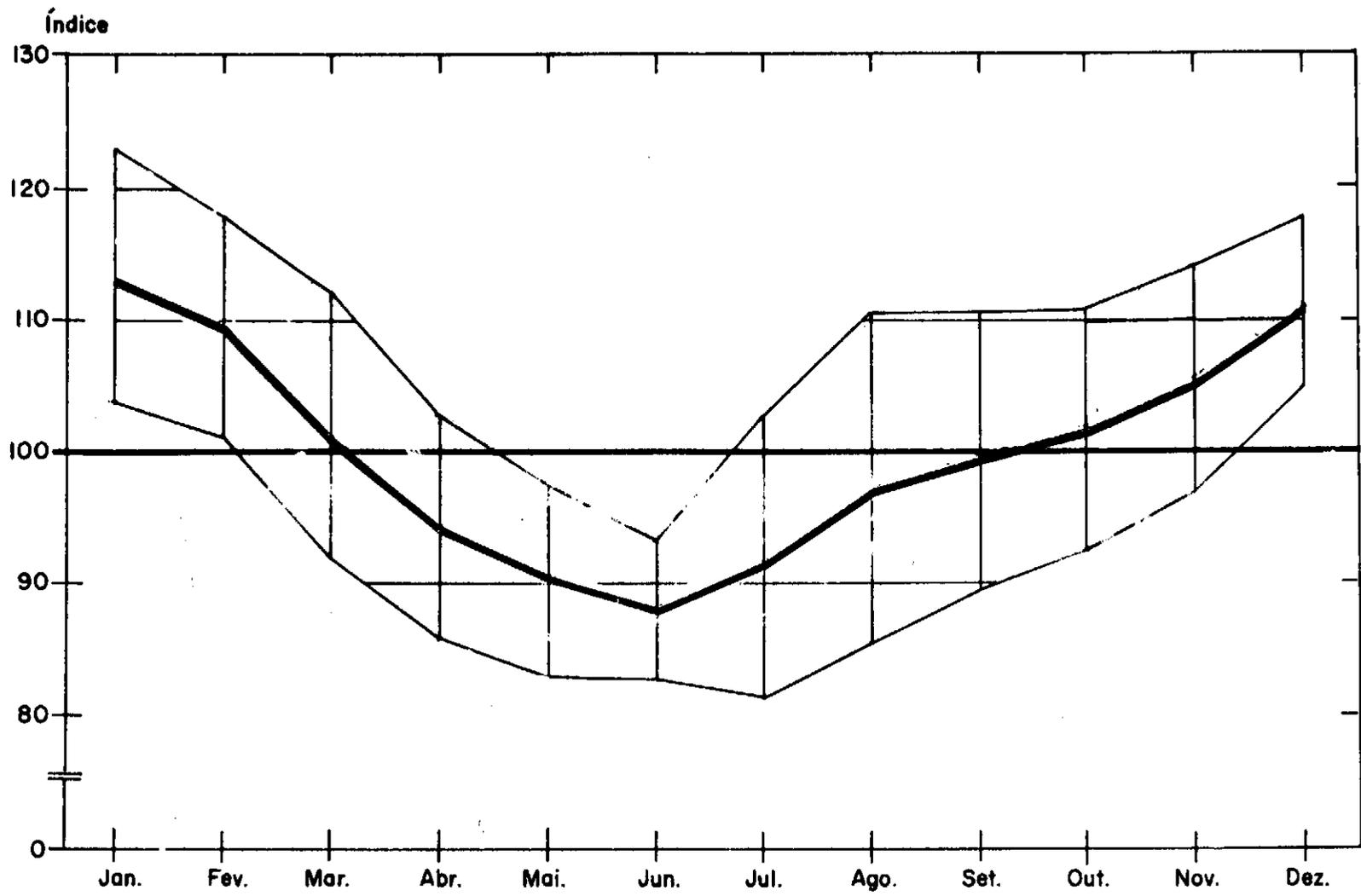


FIGURA 10. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Milho, Estado de São Paulo.

- Tomate

- Panorama internacional

A produção mundial de tomate em 1979 apresentou acréscimo de 1,7% em relação ao ano anterior, totalizando 47,9 milhões de toneladas, segundo as estimativas da Food and Agriculture Organization (FAO). Os países que tiveram maiores participações no aumento da produção mundial foram: Estados Unidos, URSS, Itália e França.

Conforme informações do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção de tomate de consumo "in natura" em 1979, nesse País, registrou pequeno aumento de 0,25% em relação à colheita de 1978. Em 1980, a área para 13 produtos hortícolas deverá crescer 10%, incluindo tomate de mesa.

O tomate industrial nos Estados Unidos, em 1979, atingiu o total de 7,3 milhões de toneladas, próximo à média anual de produção do quinquênio 1974-78 (7,2 milhões de toneladas). Em decorrência da grande oferta de produtos processados de tomate, nos últimos três anos nesse País, não se verificaram aumentos de preços desde 1977.

As exportações brasileiras de produtos derivados de tomate, em 1979, mostraram-se mais estimuladas, atingindo 8.416t. As cotações registradas variaram na faixa de US\$700,00 a US\$800,00/t FOB-Santos, superiores às verificadas em 1978.

- Mercado interno

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção brasileira de tomate, em 1979, foi de 1.500 mil toneladas. A participação do Estado de São Paulo, principal produtor do País, foi de mais de 50%, superando a de 1978.

- Tomate rasteiro

De 1974 a 1979, a cultura de tomate rasteiro apresentou retração na área plantada da ordem de 12%. Entretanto, houve aumento de 67% na produtividade média, apesar dos reveses climáticos nos anos de 1974, 1975 e 1978, registrando baixas produtividades, de 12,3t/ha, 11,5t/ha e 12,2t/ha, respectivamente (quadro 73).

Em 1979, a boa distribuição de chuvas e a ausência de problemas meteorológicos graves permitiram a produtividade média de 20,6t/ha, quase 70% superior às verificadas nos anos anteriores, tanto para tomate irrigado como não irrigado. Obteve-se uma produção relativamente grande, não absorvida em sua totalidade pelas fábricas processadoras de tomate rasteiro. Em comparação com o ano anterior, verificou-se aumento de 80% na produção. Este incremento fez com que muitos produtores de algumas regiões sofressem perdas de nível bastante elevado, pois a demora na absorção de tomate pela indústria fez com que parte da produção ficasse sem possibilidade de colheita.

O custo de produção médio de tomate rasteiro, para a safra de 1979, foi de Cr\$2,23/kg, sendo Cr\$2,89 para não irrigado e Cr\$1,98 para irrigado, segundo os cálculos procedidos pelo IEA.

Várias reuniões do Comitê de Agroindústria do Estado de São Paulo foram efetuadas, já em plena safra de 1979, a fim de reajustar o preço, de Cr\$1,75/kg, imposto pela indústria

em dezembro de 1978. Os produtores tentaram, sem resultado, o reajuste na base de Cr\$1,89/kg.

Para 1980, segundo estimativa de junho, a produção estará em torno de 485 mil toneladas, com um acréscimo de 18% em relação ao ano anterior, apesar da queda da área cultivada (15.970ha) de 20% comparativamente a de 1979.

É esperada maior produtividade (30,4t/ha) devido à generalização do uso de irrigação nos cultivos de tomate rasteiro, visto que a indústria efetivou contratos apenas com os produtores que têm adotado tal prática.

Na reunião do Comitê de Agroindústria, em janeiro do corrente ano, foi aprovado, por representantes dos agricultores e da indústria, o custo de produção de Cr\$3,08/kg para a safra de 1980. Após várias negociações, conseguiu-se o preço de Cr\$3,54, proposto pelos tomaticultores, que representa um lucro de 15% sobre o custo total. Já o aumento concedido pelo CIP foi de apenas 18,85% para a lata de massa de tomate de 150g, quando o solicitado pela indústria foi de 24,50%, e começou a vigorar a partir de 19 de julho de 1980.

A estimativa do custo operacional de produção de tomate rasteiro para 1980/81 é de Cr\$3,96/kg, para o irrigado, e de Cr\$3,61/kg, para o não irrigado. Os itens que tiveram maiores participações no custo de tomate rasteiro irrigado e não irrigado foram: defensivos 30,8% e 36,3%, adubos 27,0% e corretivos 20,8%.

O reajuste de preços de tomate "posto roça", na proporção da alta dos fatores de produção, poderá manter os produtores nessa atividade. Caso contrário, por tratar-se de cultura de alto risco e custo de produção elevado, os tomaticultores poderão buscar atividades alternativas. Ocorrendo isso, haverá redução na área de cultivo que, se compensada com aumento de produtividade, poderá atender à demanda crescente da indústria processadora de tomate.

- Tomate de mesa

Em 1979, o tomate envarado registrou área cultivada de 6.540ha, superando em 8% a observada em 1978.

O volume total de tomate envarado comercializado na CEAGESP em 1979 foi de 317 mil toneladas, o que representa aumento de 6,7% em relação às 297 mil toneladas de 1978. O preço médio, em valor real, a nível atacadista, foi de Cr\$170,62/cx., observando-se incremento de 9% em relação ao ano anterior (Cr\$156,51).

As geadas ocorridas em maio/junho provocaram queda na oferta do produto, mas não se verificou o aumento de preços esperado. Com a danificação da parte aérea da planta ocasionada pela geada houve rápida maturação dos frutos, aumentando a entrega no mercado e permitindo que o preço não atingisse níveis mais elevados. Também, a maior entrada de tomate rasteiro na CEAGESP substituiu o tomate de mesa, o que veio estabilizar, praticamente, a oferta do produto.

O levantamento da previsão de safra de junho indica que para 1980 haverá um aumento de área plantada de 1,4% (de 6.540ha para 6.630ha) e para a produção, um aumento de 9,7% (de 308,1 mil toneladas para 338,0 mil toneladas), com melhoria de produtividade de 8,3% (de 47,1t/ha para 51,0t/ha).

Verificaram-se maiores transferências interestaduais de tomate para o Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pará, Amazonas e Distrito Federal, totalizando em 1979 volume de 110 mil toneladas.

O paulistano, em 1979, pagou o preço médio, em valor real, de Cr\$14,17/kg de tomate de mesa, 2,1% superior ao de 1978, que foi de Cr\$13,80/kg (quadro 74).

O preço médio em valor real recebido pelos tomaticultores em 1979 foi de Cr\$164,20/cx., registrando aumento de 11,1% em relação ao de 1978, que foi de Cr\$147,73/cx.

A estimativa do custo operacional de tomate Santa Cruz envarado, para 1980/81, é de Cr\$265,74/cx. Os itens que têm maior participação são: mão-de-obra (26,8%), embalagem e juros bancários (33,3%), adubo e corretivo (20,6%) e defensivo (10,2%). O custo de embalagem tem encarecido bastante, com as sucessivas altas, pois a caixa, que custava Cr\$25,00 em junho de 1979, passou para Cr\$60,00 em junho de 1980.

Com a elevação dos custos, notadamente de embalagem e transporte, os produtos de qualidade inferior não se apresentam lucrativos, chegando em épocas de excesso de produção a ocasionar grandes prejuízos aos produtores.

Em virtude do elevado desembolso no custeio e alto dispêndio com a imobilização de capital, bem como dos grandes riscos representados por ocorrências climáticas desfavoráveis, não deverão ser esperadas grandes oscilações no plantio do tomate de mesa.

(IEA, 30/07/80)

QUADRO 73. - Área, Produção e Rendimento de Tomate Envarado e Rasteiro, Estado de São Paulo, 1975-80

Ano	Tomate envarado			Tomate rasteiro			Produção total (t)
	Área (ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (t/ha)	
1975	6.700	310,8	46,4	20.400	235,0	11,5	545,8
1976	6.400	296,8	46,4	16.200	250,0	15,4	546,8
1977	6.360	313,3	49,3	16.410	300,0	18,3	613,3
1978	6.065	287,1	47,3	18.640	227,0	12,2	514,1
1979	6.540	308,1	47,1	19.970	412,0	20,6	720,1
1980 ⁽¹⁾	6.630	338,0	51,0	15.970	485,0	30,4	823,0

(¹) Dados preliminares, de junho de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 74. - Volume e Preço de Tomate Envarado e Rasteiro e Volume de Extrato de Tomate Exportado, Estado de São Paulo, 1975-80

Ano	Volume			Preço médio (¹)		
	Comercializado na CEAGESP (1.000t)	Extrato exportado pelo Porto de Santos (t)		Tomate rasteiro ⁽²⁾ (Cr\$/kg)	Tomate envarado	
		Atacado (Cr\$/cx.25,5kg)	Varejo (Cr\$/kg)			
1975	250	6.741		2,24	188,15	13,91
1976	229	6.095		2,01	232,28	16,79
1977	263	10.771		1,84	183,76	14,87
1978	297	5.012		1,82	156,51	13,80
1979	317	8.416 ⁽³⁾		1,75	170,62	14,17
1980 ⁽⁴⁾	137	...		2,12	147,95 ⁽⁵⁾	11,74 ⁽⁵⁾

(¹) Valores em cruzeiro de 1979, deflacionado pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

(²) Preço recebido pelo produtor.

(³) Total exportado, inclusive por outros portos.

(⁴) Até o mês de maio.

(⁵) Média de janeiro a maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA), Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP) e Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

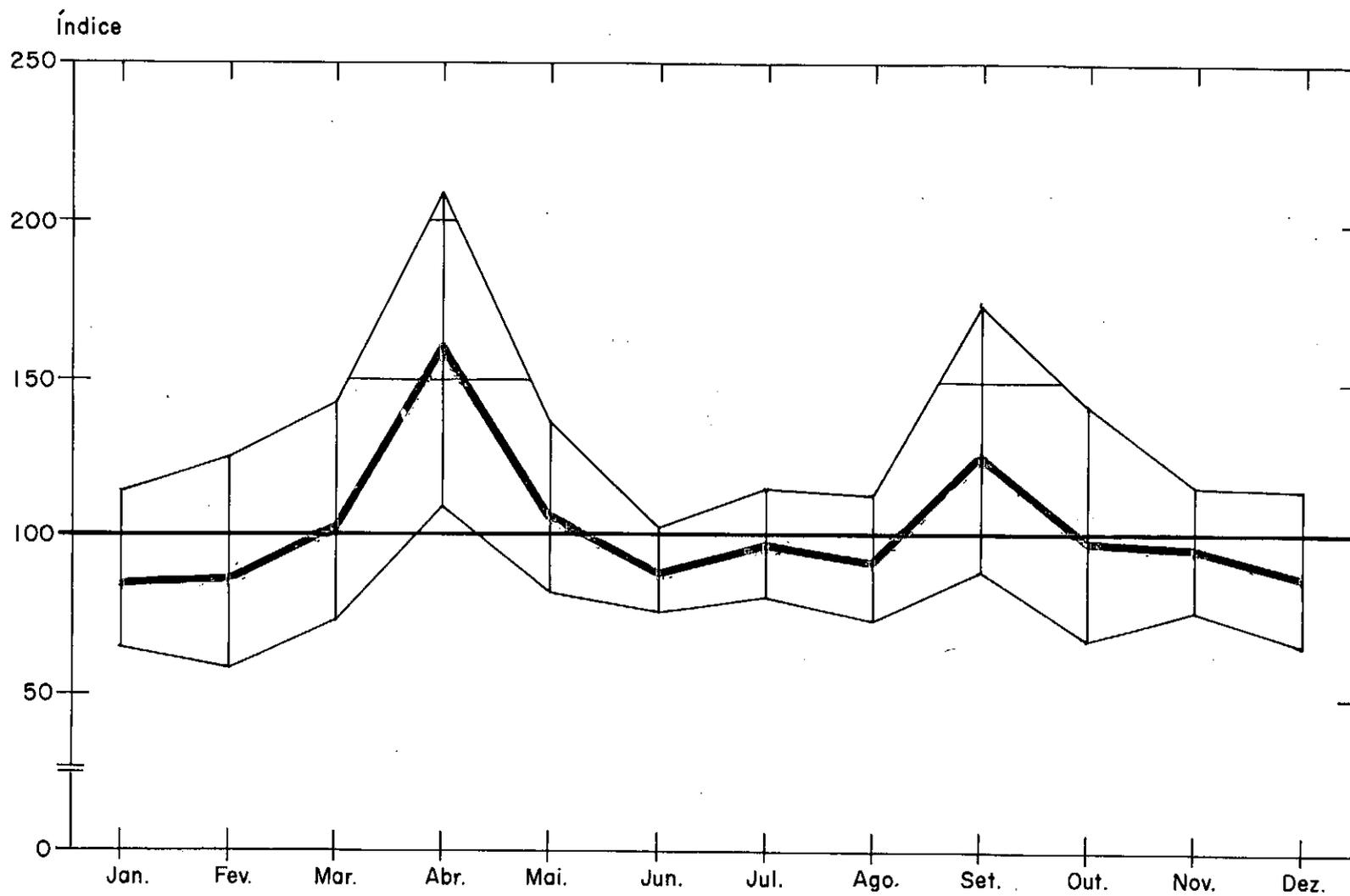


FIGURA 11. - Variação Estacional do Preço Médio no Atacado, Tomate de Mesa, Estado de São Paulo.

- Suinocultura

- Panorama internacional

A produção mundial de carne suína, em 1979, continuou em expansão, refletindo o aumento da demanda, com acréscimo de 3,5% em relação a 1978, atingindo 51,2 milhões de toneladas. As mudanças registradas na situação da oferta de carnes e de seus preços relativos influenciaram os hábitos de consumo, estimulando uma diminuição da carne bovina em favor da carne suína e de aves.

O comércio internacional de carne suína se intensificou, embora seja considerado baixo em relação à produção mundial.

Na Comunidade Econômica Européia (CEE), que em 1979 passou a ser exportador líquido, a expansão cíclica da produção de suínos continuou, principalmente devido ao rápido aumento da demanda do produto e dos preços relativamente baixos das rações, além da tendência de substituição da produção leiteira pela criação de suínos. Na CEE, a produção de carne suína aumentou 5% em 1979 e, para 1980, prevê-se crescimento de aproximadamente 3%.

Na Rússia e na Europa Oriental, o inverno rigoroso e a diminuição na oferta de rações afetaram a expansão da produção de suínos.

Nos Estados Unidos, um acentuado aumento na produção de carne suína (11%), em 1979, provocou queda nos preços. Para 1980, os produtores de suínos deverão reavaliar seus planos de produção, que estão na dependência da baixa cotação do produto e das mudanças na situação do mercado de grãos.

Nos principais centros produtores de suínos do mercado internacional (CEE, Estados Unidos, Japão, Europa Ocidental, etc), onde a oferta superou a demanda, foram tomadas medidas para sustentar os preços da carne suína, que estavam em declínio, e abaixo do nível de 1978.

Prevê-se, para 1980, que o crescimento da produção mundial de carne suína se processe a níveis inferiores aos do ano passado, com aumento de 1,5%, devido principalmente à redução nos preços deste produto e aumento no consumo de carne bovina, cujas cotações deverão apresentar-se estáveis no período.

- Situação interna

O ano de 1979 pode ser considerado como período de razoável estímulo à produção da suinocultura tecnificada. Os altos preços alcançados pelos suínos vivos e pela carne de porco e derivados, aliados à estabilização dos preços do milho, favoreceram o crescimento da rentabilidade do setor.

Estimativas preliminares indicaram, em âmbito nacional, produção em torno de 500 mil toneladas em 1979, representando crescimento de aproximadamente 13% em relação ao período anterior.

Para 1980, as expectativas indicam novos crescimentos na produção suína, estimando-se que os abates com inspeção federal no País atinjam 8 milhões de cabeças, equivalendo a 12% de incremento na produção de carne, comparativamente a 1979.

Estima-se que o rebanho suínico do Estado apresente, neste ano, incremento de 8% a 10% em relação ao anterior, quando se calculou efetivo de 1,87 milhão de cabeças.

Segundo levantamentos do IEA, a produção de carne, estimada em 64 mil toneladas no ano anterior, deverá apresentar crescimento da ordem de 6% em 1980.

O preço médio anual recebido pelos produtores em 1979 atingiu Cr\$506,00/arroba, apresentando, em valor corrente, crescimento da ordem de 90% em relação ao preço médio do ano anterior. Até maio de 1980, a cotação média da arroba do suíno gordo atingiu Cr\$777,00, ou seja, 89% superior ao preço de igual período em 1979.

Para os próximos meses, as expectativas chegam a ser contraditórias em relação à evolução dos preços recebidos pelos produtores. Pode-se esperar uma sensível queda nos preços e, conseqüentemente, na lucratividade do setor. Por outro lado, a condição que se acredita mais provável é de uma ligeira elevação nas cotações do produto, tendo em vista que a oferta de carne suína não deverá provocar uma superprodução capaz de gerar excedentes no mercado interno. É esperada queda mais acentuada na lucratividade do setor, face à provável alta nas cotações do milho e de outros insumos utilizados. As relações preço de porco/preço de milho e preço de porco/preço de ração apresentaram-se favoráveis ao produtor de suínos de 1978 para 1979, em especial no primeiro semestre: com valores de 8,09 e 4,46 em 1978; 11,13 e 5,88 em 1979; 12,26 e 5,69 até maio de 1979, respectivamente. A partir de então, observou-se uma diminuição nas relações de preços, que tende a perdurar em 1980. Nos cinco primeiros meses do ano, observou-se decréscimo de 25% na relação de preços porco-milho, em comparação ao mesmo período de 1979, enquanto que para rações a relação de preços praticamente não se modificou (9,16 e 5,84).

No varejo, os preços médios ponderados da carne suína, na Cidade de São Paulo, acompanharam as altas de preços verificadas a nível de produtor durante o ano passado, embora com menor intensidade. Já nos primeiros cinco meses de 1980, as elevações de preços da carne suína no varejo foram proporcionalmente superiores às observadas a nível de produtor. Este fato tem como principal causa o aumento na demanda do produto em substituição à da carne bovina. A nível de atacado e varejo, é provável que os preços da carne suína alcancem níveis muito elevados.

Os maiores entraves, com os quais se depara a suinocultura, para um melhor desempenho, referem-se aos altos preços dos insumos, principalmente os de alimentação, necessidade da melhoria zootécnica do rebanho e concessão de linhas de créditos especiais, atualmente escassas.

(IEA, 01/08/80)

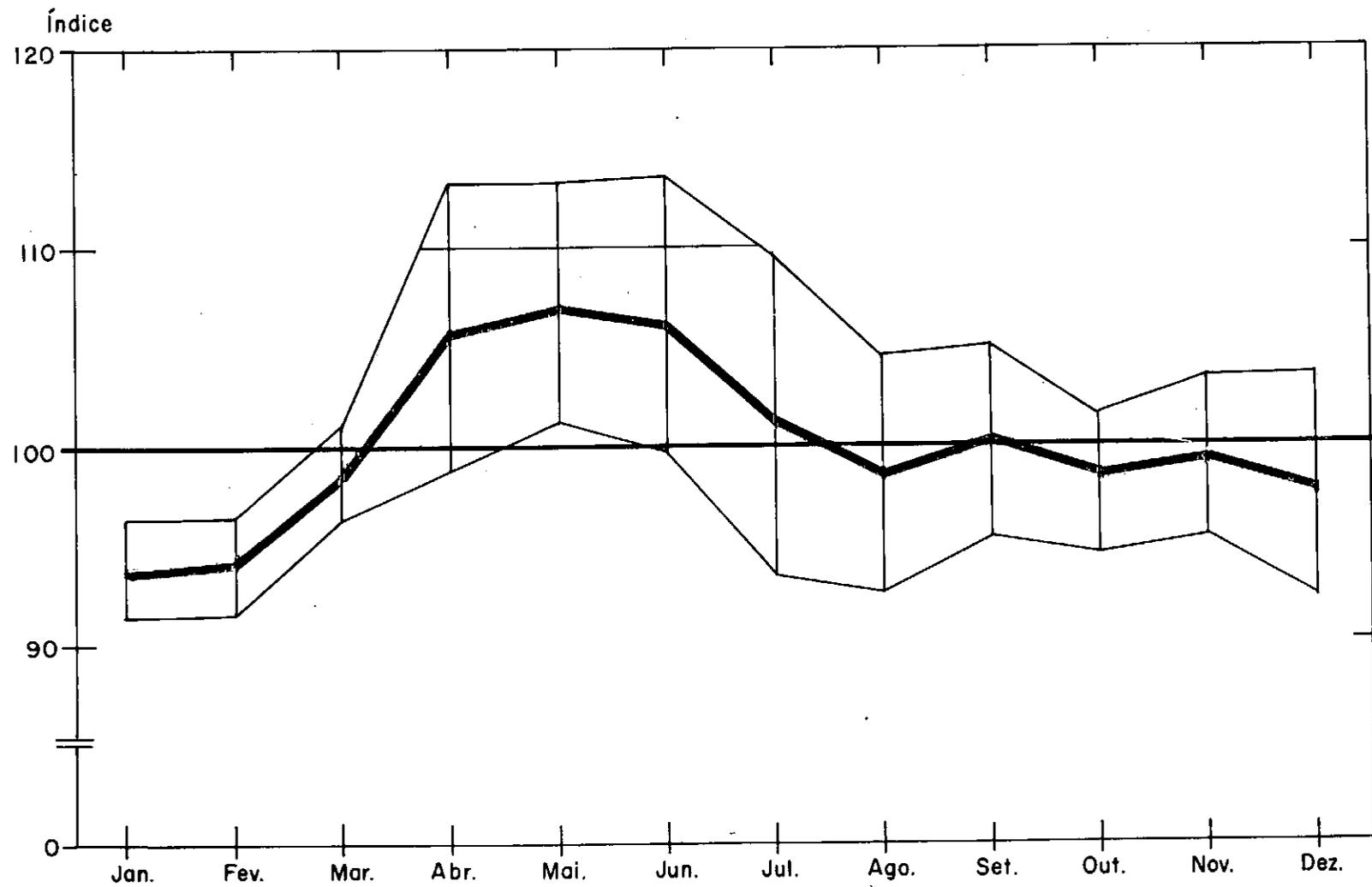


FIGURA 12. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Suíno Gordo, Estado de São Paulo.

- Avicultura

- Panorama internacional

Durante os últimos três anos, o ritmo de crescimento da produção mundial de carne de aves foi superior ao de outras carnes, aumentando sua participação no total; e segundo estimativas da FAO deve ter atingido em 1979 ao redor de 27,6 milhões de toneladas, superando em 5,7% a produção de 1978.

Dentre os principais países produtores destacaram-se, na América do Norte, os Estados Unidos, com 6,5 milhões de toneladas (10% de crescimento), e Canadá, com 15% de crescimento, atingindo 528 mil toneladas. Na Comunidade Econômica Européia (CEE), os incrementos foram mais moderados (perto de 5%) com produção de 3,7 milhões de toneladas. No Japão, o crescimento de aproximadamente 6% elevou a produção para 1,1 milhão de toneladas. A China, segundo produtor mundial, produziu 3,4 milhões de toneladas, com acréscimo de cerca de 3%. Na Rússia e Europa Oriental, o rigoroso inverno de 1978/79 reduziu a oferta de grãos para alimentação animal, não permitindo a manutenção dos altos índices de crescimento alcançados em 1978.

A produção de aves e ovos nos países em desenvolvimento vem crescendo e, com isso, a dependência desses países quanto à importação de insumos.

De modo geral, destacou-se a produção de frangos e perus, enquanto a de galinhas decresceu, em consequência da crise dos preços de ovos em importantes países produtores.

Mudanças ocorridas na oferta e nos preços relativos de diversos tipos de carnes têm ocasionado diminuição na procura de carne bovina e aumentado a de aves e a suína. Isto levou a uma alta nos preços de carne de aves no mercado internacional, onde a grande competição, notadamente entre a CEE, Estados Unidos, Brasil, China e África do Sul, limitou em parte o aumento de preços.

A oferta abundante nos principais países produtores e exportadores, beneficiada pelas condições favoráveis no que se refere à disponibilidade de alimentos para animais, vem se refletindo nos preços vigentes no comércio internacional. Essa situação levou a CEE, principal exportador de carne de aves, a continuar subsidiando em 15% a 20% dos preços vigentes no mercado interno suas exportações ao final de 1979.

Para 1980, espera-se nova expansão na produção mundial, ainda que em nível inferior à anterior. Tal refreamento deverá vir da maioria dos países desenvolvidos, especificamente da URSS e Europa Oriental, em decorrência da escassez de alimentos para animais. Na URSS, esta situação poderá ser agravada, uma vez mantido o embargo da venda de grãos imposto pelos Estados Unidos.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a produção estadunidense de aves e ovos deverá exceder os altos níveis alcançados em 1979, entretanto, como consequência da grande oferta total de carnes, notadamente a suína, no primeiro semestre de 1980 os preços dos produtos avícolas deverão situar-se abaixo dos níveis do ano anterior.

Após 1980, a tendência é de que a produção mundial de carne de aves continue crescendo, porém a um ritmo mais lento que ao final da década de 70, dependendo, ainda, de suficiente oferta de alimentos para animais.

Globalmente, as disponibilidades para exportação de carne de aves deverão ser abundantes, apesar da esperada estabilização na oferta dos Estados Unidos, CEE e Europa Oriental.

Durante 1979, o Brasil exportou mais de 81 mil toneladas de carne de frango congelada, no valor de 81,1 milhões de dólares, com acréscimos de 60% e 73% sobre o volume e valor do ano anterior, enquanto que o preço médio evoluiu 8,5%. Até março do corrente ano, fo

ram exportadas 27,5 mil toneladas, no valor de 31,4 milhões de dólares, superando igual período de 1979 em 187% no valor, 134% no volume e 23% no preço médio. Até o final do ano, as exportações brasileiras deverão atingir mais de 100 mil toneladas, dentro da previsão estabelecida por empresários do setor.

A produção mundial de ovos, continua crescendo, porém a ritmo inferior à de carne de aves. Em 1979, a produção de ovos dos 38 principais países produtores atingiu aproximadamente 27,7 bilhões de dúzias, cerca de 1,6% maior que a do ano anterior. As quedas nas produções do Sul da África, Ásia e Oceania foram compensadas por acréscimos na Espanha, Brasil, Estados Unidos, Comunidade Econômica Européia e Rússia, entre outros.

Durante o ano anterior, as exportações de ovos pelos 38 principais países produtores apresentaram declínio de 4,6%, cerca de 16,7 milhões de dúzias.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção de ovos naquele País foi, em 1979, superior à do ano anterior, principalmente devido à alta taxa de postura. No primeiro semestre de 1980, acredita-se que a produção tenha crescido à mesma taxa que a do número de poedeiras (1% a 2%). Supondo-se que os preços continuem abaixo ou iguais aos registrados no mesmo período do ano anterior, e com os atuais custos de produção altos, espera-se que a produção de ovos no segundo semestre se aproxime dos níveis verificados no ano.

Este ano foram efetivadas algumas exportações de ovos em casca, principalmente por produtores paulistas. Possivelmente continuarão, firmando o País como exportador, pois a avicultura brasileira possui condições de competitividade, apresentando níveis de produtividade semelhantes aos de países com tecnologia avançada.

- Situação interna

Estima-se que a produção brasileira de carne de frango tenha atingido em 1979, cerca de 1.019 mil toneladas, 32% superior à do ano anterior. Somando-se a esse número a produção de carne proveniente do descarte de poedeiras e reprodutoras, e de outras aves, além da que originária da avicultura não comercial, pode-se estimar uma produção de carne de aves, no País, da ordem de 1.150 mil toneladas.

Segundo estimativa do Instituto de Economia Agrícola, a produção de carne de aves no Estado atingiu, durante 1979, 327,1 mil toneladas, significando cerca de 30% da produção nacional, o que mostra uma perda na participação, apesar do aumento de 11% em relação ao ano anterior.

Conforme dados levantados pela União Brasileira de Avicultura (UBA), o alojamento de matrizes para corte no País, em 1979, atingiu cerca de 8,8 milhões de cabeças, cujo crescimento em relação a 1978 foi da ordem de 20%. São Paulo participou desse total com 2,9 milhões de matrizes (33%), que representa queda em relação ao ano anterior (39%), a despeito de que o alojamento no Estado tenha crescido cerca de 4% em 1979, com relação a 1978. No primeiro quadrimestre do corrente ano foram alojados, a nível nacional, 3,5 milhões de matrizes para corte, cujo crescimento em relação a igual período do ano anterior foi da ordem de 40%. Em São Paulo, esse alojamento atingiu 1,1 milhão de matrizes, com participação no total do País de cerca de 31%, sendo que em relação ao mesmo período de 1979, acusou idêntico crescimento.

A queda de investimentos na atividade de reprodução, pode ter provocado pequeno acréscimo no alojamento de matrizes no Estado em 1979. Aliados a esse fato, a queda na produtividade em razão de vários fatores, além dos custos de produção elevados e preços baixos

das linhagens de pintos de um dia verificados em 1979, e, ainda, a forte demanda destes em decorrência do crescimento da atividade de corte são causas da escassez dos mesmos, no mercado, a partir do final do ano passado, tendo se acentuado este ano.

A avicultura paulista mostrou saldo favorável no final de 1979, apesar de alguns entraves, como a escassez do milho, decorrente das frustrações de safras, escassez de crédito rural e de pintos de um dia para corte. O melhor desempenho coube à atividade de corte, que por características próprias permite adaptação mais rápida do setor à conjuntura. No segundo semestre do ano passado, a elevação nos preços e a relativa escassez da carne bovina levaram a avicultura de corte a uma reação, com forte demanda e preços mais remunerativos, já que a situação no primeiro semestre lhe fora adversa. O preço médio recebido pelo produtor de frango oscilou muito durante o ano, caindo cerca de 9% em valor real de janeiro a julho e recuperando 10%, em valor real até dezembro, mostrando nítida sazonalidade, apesar da grande oscilação apresentada. Em termos de preço médio, o ano de 1979 evoluiu, quando comparado a 1977 e 1978, retornando aos valores de 1976 (quadro 75).

Quanto ao poder de troca da atividade, medido pela relação de preços frango-ração, a despeito do melhor desempenho do mercado de carne de aves, deteriorou-se em 1979 quando comparado a anos anteriores, apresentando ainda grande oscilação. Isto mostra que a elevação dos preços das rações e das matérias-primas para seu preparo, especificamente o milho, foi superior à elevação do preço do produto (quadro 76).

A partir de janeiro de 1980, o preço médio recebido pelo produtor de frango começou a declinar, sendo que em maio era 23% menor em valor real (quadro 75). Em contrapartida, os preços dos principais insumos (milho, ração, pinto de um dia, vacinas, medicamentos, etc.) continuaram subindo (quadro 79). Tais fatos determinaram a queda da relação de preços frango-ração em mais de 25% (quadro 76). A queda nos preços, além de sazonal, foi gravada pela relativa estabilidade do mercado de carne bovina e pelo controle indireto dos preços do frango no varejo. O controle deu-se através de acordo entre o Governo Federal e representantes dos supermercados, abatedouros e outros agentes do ramo. Entretanto, não foram ouvidos os avicultores.

Já a produção de ovos no Estado de São Paulo, segundo estimativas do Instituto de Economia Agrícola, atingiu 597,7 milhões de dúzias, em 1979, significando acréscimo de 5% em relação ao ano anterior.

Quanto ao alojamento no País de matrizes para postura, segundo dados da União Brasileira de Avicultura (UBA), este atingiu, durante 1979, cerca de 843,7 mil cabeças (545,8 mil para ovos brancos e 297,9 mil para ovos vermelhos), com acréscimo de 10% sobre o ano anterior. No Estado de São Paulo, foram alojadas 583,2 mil matrizes (426,9 mil para ovos brancos e 156,3 mil para ovos vermelhos), 3% superior em relação a 1978 e representando 69% do total nacional.

Até abril do corrente ano, tinham sido alojadas perto de 300,6 mil matrizes para postura no País, sendo 188,3 mil em São Paulo, representando 5% de aumento no País e queda de 2% em São Paulo, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Durante 1979, o comportamento da avicultura de postura foi de relativa estabilidade, mostrando ao final do ano certo equilíbrio em termos de preços e custos. Os preços médios recebidos pelos produtores de ovos, em valores correntes, cresceram até abril, caíram em maio e junho, retomando o crescimento até dezembro, com certa atipicidade, pois, de acordo com a sazonalidade, o segundo semestre deveria registrar queda. Entretanto, em valores reais, foram inferiores aos de anos anteriores (quadro 77).

No corrente ano, durante os cinco primeiros meses, os preços acompanharam os padrões estacionais, elevando-se até abril, estabilizando-se a partir de então, mesmo apresentando pequenas quedas. De certa forma, este comportamento também é atípico, pois deveriam

permanecer evoluindo até o segundo semestre.

Quanto à relação de preços ovo-ração, esta tem apresentado tendência declinante, principalmente em 1979, e agora no corrente ano (quadro 78), face aos constantes aumentos verificados nas rações e nas matérias-primas usadas para seu preparo (quadro 79).

Problemas como diminuição na oferta de crédito rural, elevação da taxa de juros, alto custo de produção, redução do consumo podem levar a uma estabilização ou acréscimos apenas vegetativos da produção avícola, notadamente na de ovos. Nesta atividade, alguns pequenos produtores já estão se retirando e os investimentos em ampliação de plantéis estão diminuindo.

Uma alternativa para equilibrar o mercado de ovos e provocar reação nos preços a nível do produtor seria o incremento das exportações; já houve um início e podem se constituir em opção para os avicultores paulistas. Com o intuito de incentivá-la, o governo isentou as operações com o exterior do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM).

Quanto às exportações de carne de frango, estas devem continuar crescendo, pois existe demanda e os preços no mercado externo mostram alguma reação.

(IEA, 02/07/80)

QUADRO 75. - Preço Médio de Frango Recebido pelo Produtor, Estado de São Paulo, 1976-80

(em Cr\$/kg)

Mês	1976		1977		1978		1979		1980	
	Corrente	Real ⁽¹⁾								
Jan.	6,87	25,48	7,72	19,45	11,12	20,41	16,19	20,90	30,92	21,97
Fev.	6,63	23,60	7,03	17,18	11,58	20,54	16,19	20,14	30,40	20,72
Mar.	7,15	24,55	7,93	18,59	12,23	21,02	16,63	19,56	31,80	20,33
Abr.	7,06	23,38	8,98	20,23	11,69	19,43	18,86	21,37	31,17	18,86
Mai.	6,13	19,63	8,50	18,49	11,90	18,66	16,49	18,26	29,90	17,00
Jun.	6,06	18,90	8,73	18,63	11,47	17,83	16,00	17,12
Jul.	5,94	17,85	8,80	18,39	10,99	16,61	18,49	18,96
Ago.	6,68	19,28	8,90	18,37	12,69	18,68	23,64	22,91
Set.	7,14	19,91	10,18	20,65	13,61	19,54	27,61	24,84
Out.	7,61	20,73	10,65	21,02	15,11	21,08	26,68	22,81
Nov.	7,45	19,92	10,77	20,72	18,36	24,93	25,90	20,98
Dez.	7,52	19,66	11,14	20,98	18,85	25,21	26,79	20,21
Média anual	6,85	20,87	9,11	19,46	13,30	20,48	20,79	20,79

(¹) Preço corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 76. - Relação de Preços Frango-Ração, Estado de São Paulo, 1976-80(¹)

Mês	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	4,43	3,19	4,18	3,30	3,80
Fev.	4,20	2,90	4,26	3,22	3,32
Mar.	4,13	3,11	4,50	3,18	3,09
Abr.	4,08	3,49	3,63	3,23	2,95
Mai.	3,54	3,29	3,48	3,06	2,83
Jun.	3,44	3,40	3,35	2,69	...
Jul.	3,16	3,50	3,21	3,11	...
Ago.	3,05	3,55	3,31	3,76	...
Set.	3,48	3,83	3,23	3,96	...
Out.	3,44	4,03	3,59	3,50	...
Nov.	3,33	4,11	4,14	3,34	...
Dez.	3,34	4,25	3,89	3,34	...
Média anual	3,61	3,57	3,70	3,36	...

(¹) Quantidade em quilograma que se pode adquirir de ração para frango (1/3 corte inicial e 2/3 corte final), com um quilograma de frango vivo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 77. - Preço Médio Recebido pelo Produtor de Ovos, Estado de São Paulo, 1976-80⁽¹⁾

(em Cr\$/dz.)

Mês	1976		1977		1978		1979		1980	
	Corrente	Real ⁽²⁾								
Jan.	3,57	13,24	4,74	11,94	7,47	13,71	8,82	11,38	14,41	10,24
Fev.	3,64	12,96	5,20	12,71	7,84	13,91	10,20	12,69	15,51	10,57
Mar.	4,76	16,35	6,21	14,56	8,24	14,16	11,62	13,67	20,69	13,23
Abr.	5,12	16,96	6,43	14,49	8,80	14,63	12,37	14,02	21,20	12,82
Mai.	4,73	15,15	6,70	14,57	9,09	14,26	11,33	12,55	21,12	12,01
Jun.	4,95	15,44	6,87	14,66	9,40	14,61	11,50	12,31
Jul.	5,17	15,53	7,25	15,15	9,83	14,86	12,72	13,04
Ago.	5,61	16,19	6,87	14,18	10,02	14,75	13,87	13,44
Set.	5,27	14,70	6,55	13,29	9,71	13,94	13,77	12,39
Out.	5,08	13,84	6,45	12,73	8,60	12,00	13,87	11,86
Nov.	4,84	12,94	7,15	13,76	7,73	10,50	14,43	11,69
Dez.	4,59	12,00	7,50	14,13	8,40	11,24	15,17	11,44
Média anual	4,78	14,57	6,49	13,86	8,76	13,49	12,48	12,48

⁽¹⁾ Ponderado segundo os tipos.

⁽²⁾ Preço corrigido pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1979.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 78. - Relação de Preço Ovo-Ração ⁽¹⁾ no Estado de São Paulo, 1976-80

Mês	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	2,64	2,30	3,41	2,05	2,06
Fev.	2,64	2,52	3,52	2,35	1,96
Mar.	3,15	2,92	3,70	2,56	2,38
Abr.	3,39	3,00	3,19	2,74	2,33
Mai.	3,11	3,13	3,09	2,39	2,32
Jun.	3,23	3,21	3,20	2,21	...
Jul.	3,21	3,49	3,34	2,43	...
Ago.	3,05	3,30	3,01	2,52	...
Set.	2,82	3,00	2,64	2,27	...
Out.	2,73	2,97	2,34	2,12	...
Nov.	2,60	3,29	1,96	2,16	...
Dez.	2,44	3,46	1,97	2,20	...
Média anual	2,91	3,05	2,95	2,33	...

⁽¹⁾ Quantidade de ração para poedeiras que pode ser adquirida com o preço recebido por uma dúzia de ovos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 79. - Preço Médio das Principais Matérias-Primas para Rações, Mercado Atacadista de São Paulo, 1976-80

(em Cr\$/kg)

Matéria-prima	1976		1977		1978		1979		1980 ⁽²⁾	
	Corrente	Real ⁽¹⁾	Corrente	Real ⁽¹⁾						
Milho	1,21	3,69	1,38	2,95	2,12	3,26	3,14	3,14	5,65	3,62
Farelo de soja	2,01	6,12	2,66	5,68	3,04	4,68	5,13	5,13	7,93	5,08
Farelo de car. de algodão	1,58	4,81	1,94	4,14	2,63	4,05	4,08	4,08	6,75	4,33
Farelo de amendoim	1,64	5,00	2,43	5,19	2,90	4,47	4,66	4,66	6,58	4,22
Farelinho de trigo	0,59	1,80	0,75	1,60	1,12	1,72	1,57	1,57	3,02	1,94
Farinha de carne	1,88	5,73	2,92	6,24	4,08	6,28	9,12	9,12	15,23	9,76
Farinha de sangue	2,23	6,79	3,84	8,20	5,39	8,30	9,39	9,39	14,45	9,26
Farinha de ossos	2,19	6,67	2,84	6,07	4,55	7,01	11,04	11,04	20,66	13,24
Farinha de ostras	0,43	1,31	0,63	1,35	0,75	1,16	1,28	1,28	2,67	1,71

⁽¹⁾ Preço corrigido pelo índice "2" de Conjuntura Econômica, em cruzeiro de 1979.

⁽²⁾ Médias até maio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

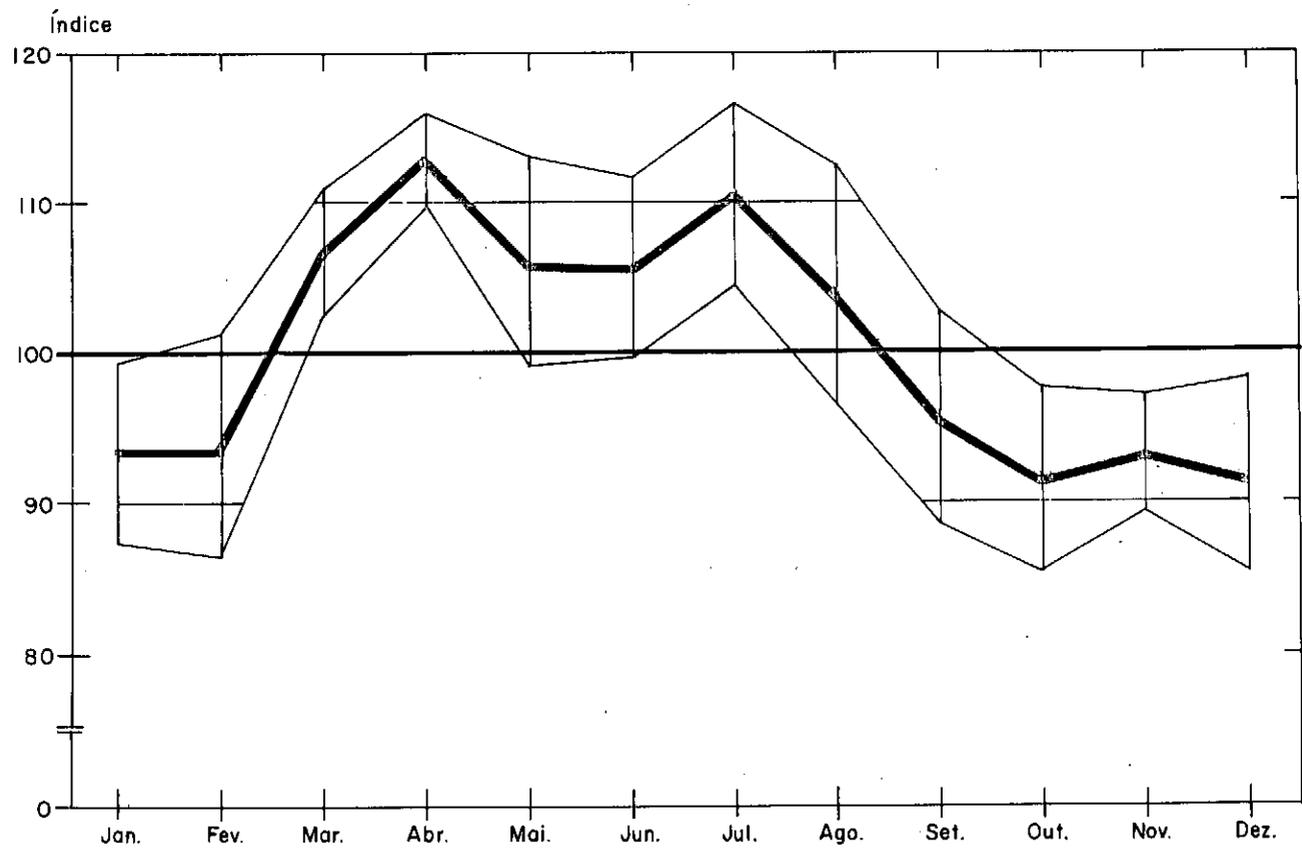


FIGURA 13. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Ovos, Estado de São Paulo.

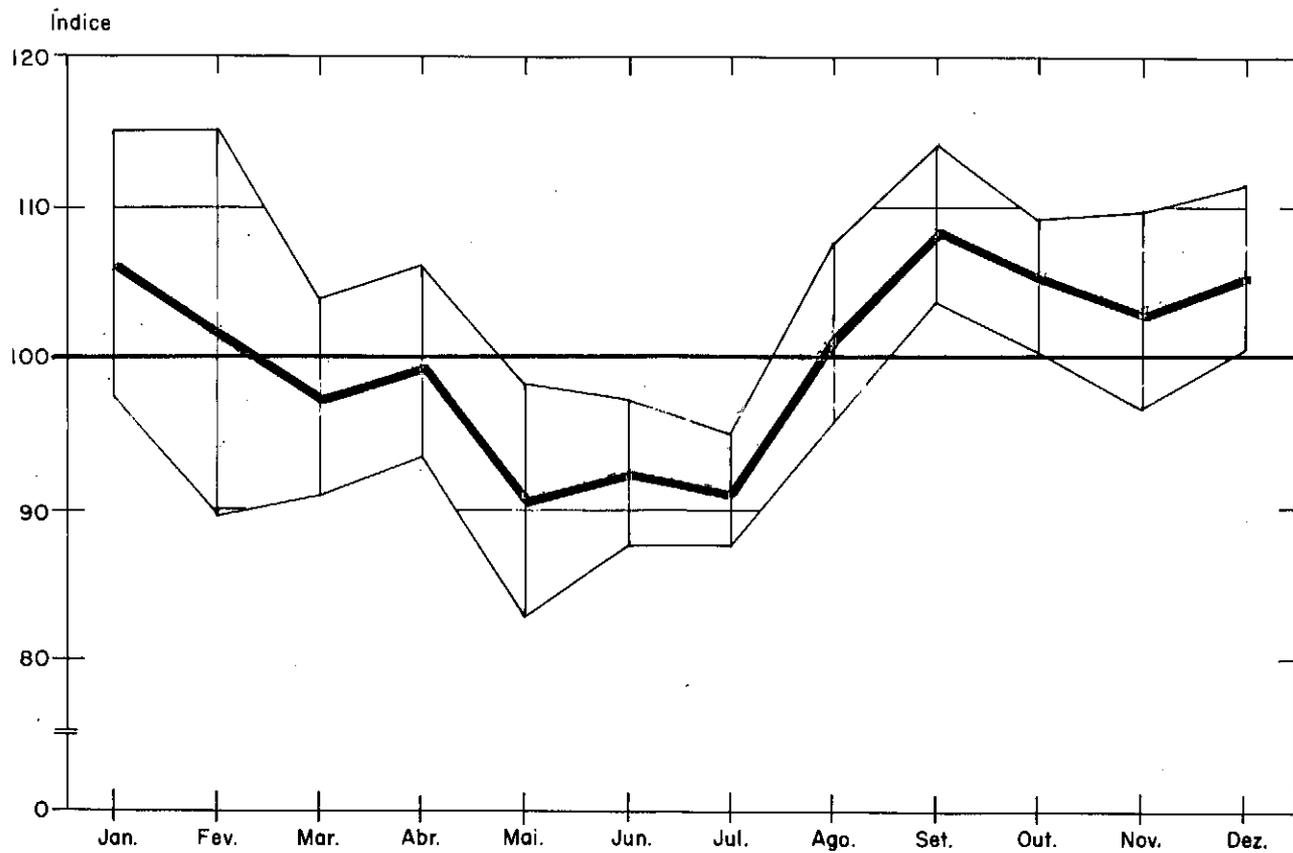


FIGURA 14. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Produtores, Frango, Estado de São Paulo.

- Silvicultura

- Panorama internacional

As exportações brasileiras de celulose, em 1979, foram de 582.540 toneladas no valor de US\$181.309 mil-FOB, contra 267.931 toneladas no montante de US\$57.484 mil-FOB em 1978, com acréscimo de 117% no volume e 215% na receita.

A grande demanda do mercado internacional fez com que o preço da tonelada de celulose, no início de 1980, chegasse a US\$460, contra US\$230 por tonelada no mercado interno, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Papel e Celulose, incentivando os exportadores brasileiros. Entretanto, esse fato tem provocado escassez do produto no mercado interno, que depende do fornecimento de matéria-prima de terceiros.

As vendas em 1977 foram de 174 mil toneladas, 148 mil em 1978 e 137 mil em 1979. Para 1980, estima-se um volume de venda da ordem de 90 mil toneladas.

Em fevereiro de 1980, foi criado um "pool" de 22 fabricantes de papelão do Sul do País, que deverá fornecer à Argentina matéria-prima para confecção de caixas de sapatos e outros artefatos, representando 300 toneladas no valor de 250 mil dólares por mês.

Embora os fabricantes de papel aleguem falta de matéria-prima, as exportações brasileiras de papel, papelão e seus derivados em 1979 alcançaram 299.739 toneladas, num total de US\$143.037 mil-FOB, contra 272.019 toneladas, no valor de US\$98.771 mil-FOB, em 1978, com acréscimo de 10%. O maior destaque foi para papel sanitário, que em 1979 atingiu a casa dos 15% sobre 1978 e 15,6% sobre 1977.

O crescimento da demanda de papel sanitário deve-se, entre outros fatores, ao aperfeiçoamento da distribuição, à entrada de novos consumidores no mercado (especialmente países africanos), à qualidade e diversificação do produto. O Brasil exportou, em 1979, 5,6 mil toneladas, contra 3 mil toneladas em 1978, representando acréscimo aproximado de 87%, quase totalmente em "jumbo-rolls" (bobinas grandes) convertidas em produtos finais nos países consumidores. A média prevista para essas exportações, para 1980, é de 25.000t/mês.

Em 1979, as exportações brasileiras de madeira e seus derivados alcançaram o total de 698.855 toneladas, no valor de US\$279.346 mil-FOB, contra 584.756 toneladas no total de US\$194.829 mil-FOB em 1978, com acréscimo de 20% no volume.

As cotações internacionais na Bolsa de Chicago apresentaram para a madeira compensada (mil pés quadrados) e em toras (mil pés longos) o preço médio de US\$185,26 e US\$208,00, respectivamente, nos primeiros meses de 1980, praticamente estáveis em relação ao período precedente.

- Situação interna

O setor de celulose deverá investir um montante da ordem de Cr\$16,5 bilhões até fins de 1990 na modernização de equipamentos e em reflorestamento, visando substituir gradativamente o óleo combustível usado no setor, por energia da biomassa. Calcula-se economia aproximada de Cr\$116 bilhões em 1990, com a substituição de 90% do óleo importado. Estima-se que o plantio adicional de 28 mil hectares de florestas nas áreas destinadas a suprir as fábricas com matéria-prima fibrosa, somado aos 100 mil hectares já existentes, resultará na economia de 564 mil toneladas de óleo combustível, em 1982.

O comércio de aparas no ano de 1979 somou um milhão de toneladas, em comparação às 884 mil toneladas em 1978.

As aparas de papel branco chegam a competir com o preço da celulose branqueada, embora sua representatividade no mercado seja pouco significativa. Esse aumento elevou a taxa de utilização do papel velho para 33% do consumo nacional de fibras.

O setor madeireiro foi seriamente prejudicado com a insuficiência dos orçamentos aprovados em 1979 pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), para novos plantios e reposição florestal. Essa escassez de recursos não permitiu que as indústrias de celulose, de chapas de fibra, serrarias e carvoejamento cumprissem seus programas mínimos de plantio, fazendo com que todo o setor de transformação, que depende de madeira, sofresse sérios prejuízos.

O bem sucedido programa de reflorestamento no Brasil, através de incentivos fiscais, nos últimos 15 anos, é considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como o maior e melhor posto em prática em todo o mundo. Entretanto, a partir de 1979, o setor de reflorestamento foi prejudicado em decorrência de atraso, por parte do IBDF, na aprovação das cartas-consultas.

Os produtores de madeira estão preocupados com a proveniente das reservas de Tucuruí, a qual, sendo comercializada sem planejamento adequado, poderá provocar desequilíbrio no mercado, pois existe um potencial da ordem de 13,4 milhões de metros cúbicos a serem extraídos em apenas três anos. Segundo técnicos da Associação Brasileira de Produtores de Madeira (ABPM), a madeira a ser extraída não poderá ser exportada, pela atual falta de condições de escoamento na área.

Existem projetos para exportação de aglomerados, havendo firma paulista investindo US\$30 milhões na construção de uma unidade localizada em Botucatu, com capacidade final de 60 mil toneladas anuais.

Os projetos das siderúrgicas a carvão vegetal também foram prejudicados, pois dos 120 mil hectares pleiteados, só foram aprovados 60 mil hectares. Entretanto, o IBDF se propõe a aprovar 70% da área pretendida, ou seja, 84 mil hectares, garantindo ao setor recursos da ordem de Cr\$2,5 bilhões, no orçamento de Cr\$12 bilhões.

O preço das terras para reflorestamento, no Estado de São Paulo, teve acréscimo aproximado de 83% passando de Cr\$21.828,00 em 1979, para Cr\$40.160,00/ha em 1980 (quadro 80). Deve-se o fato à demanda das mesmas para outras culturas de rendimento mais rápido, entre outras a cana-de-açúcar. Reflorestadores paulistas estão se utilizando de terras de outras regiões do País, destacando-se Três Lagoas em Mato Grosso do Sul, o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, o Recôncavo Baiano, além de Piauí e Amapá.

A área reflorestada com eucaliptus no Estado de São Paulo, em 1979 (1.120.936ha), teve declínio de 1,8% em relação ao plantio de 1978 (1.140.936ha). Para 1980, a previsão da área a ser plantada no Estado é de 680.173 hectares (quadro 81).

Para pinus, a área reflorestada em 1979 foi estimada em 262.436 hectares, contra 169.847 hectares plantados em 1978, num acréscimo ao redor de 55%; são previstos 186.600 hectares para 1980 (quadro 81).

O reflorestamento com "Kiri" teve decréscimo de 43% em 1979, quando foram plantados 1.801 hectares, contra 3.151 em 1978; essa redução foi mais acentuada no Vale do Paraíba. Há previsão de 2.496 hectares para 1980 (quadro 81).

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, no mês de junho de 1980, assinou contrato para aplicação de recursos da ordem de Cr\$127 milhões na execução do "Programa de Reflorestamento de Pequenas e Médias Propriedades Rurais". Celebrou, também, convênio para a execução do "Programa de Reflorestamento, Inventário e Melhoramento Genético Florestal", que terá verba no valor de Cr\$19,2 milhões para aplicação em pesquisas, em áreas subordinadas ao Instituto Florestal. Esses recursos visam criar o chamado "pomar de clonais", para a produção de sementes florestais de alto valor produtivo e econômico, a

partir de mudas enxertadas, principalmente de pinus.

A Companhia Energética de São Paulo (CESP) vem realizando estudos para a produção de metanol a partir do eucalipto. Segundo seus técnicos, a plantação de 54 mil quilômetros quadrados de eucalipto, ou seja, 2,7% da área dos cerrados brasileiros, seria suficiente para tornar o Brasil independente da importação do óleo combustível a partir de 1984. Segundo o Departamento de Papel e Celulose, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), o Brasil poderá enfrentar déficit de 500 milhões de metros cúbicos de madeira, até o ano 2.000, em virtude do emprego de combustíveis alternativos a partir da biomassa, se os projetos de reflorestamento não forem desenvolvidos para o dobro da área de plantio de essências já prevista para os próximos 20 anos.

(IEA, 30/07/80)

QUADRO 80 - Preço Médio de Terra para Reflorestamento, Estado de São Paulo, 1977-80

Ano	Valor (Cr\$/ha)		Índice ⁽²⁾
	Corrente	Real ⁽¹⁾	
1977	9.340	33.491	94
1978	14.082	36.655	103
1979	21.828	39.842	112
1980	40.160	40.160	113

(¹) Em cruzeiro de fevereiro de 1980, deflacionado pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

(²) Índice simples, base 1975=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 81. - Reflorestamento (¹) no Estado de São Paulo, 1977-80

(em hectare)

Divisão Regional Agrícola	Eucaliptus				Pinus				Kiri			
	1977	1978	1979	1980(²)	1977	1978	1979	1980(²)	1977	1978	1979	1980(²)
São Paulo	84.234	579.545	583.179	82.235	27.428	8.579	107.495	9.042	1.015	531	818	1.113
Vale do Paraíba	53.584	48.854	47.095	46.226	9.507	5.752	5.689	5.558	298	291	266	225
Sorocaba	255.438	273.635	249.415	256.286	150.489	122.586	123.456	117.391	929	289	372	104
Campinas	115.092	108.998	98.947	130.595	7.386	6.869	3.682	26.431	11	32	32	32
Ribeirão Preto	110.895	55.430	63.798	90.455	10.603	10.492	5.929	9.368	23	308	18	18
Bauru	72.996	24.195	26.840	24.818	33.768	9.412	10.102	12.696	166	128	142	160
S.J.R. Preto	20.157	16.741	16.829	15.793	-	-	-	-	243	1.511	61	601
Araçatuba	3.470	3.490	2.895	4.240	100	-	10	-	10	10	10	-
Pres. Prudente	7.047	6.099	6.874	5.856	2.279	1.041	1.047	1.018	41	41	62	62
Marília	27.679	23.949	24.724	23.669	5.167	5.116	5.026	5.096	206	10	20	181
Total	750.592	1.140.936	1.120.596	680.173	246.727	169.847	262.436	186.600	2.942	3.151	1.801	2.496

(¹) Plantio no ano.

(²) Previsão.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Café

- Panorama internacional

Segundo a 1ª estimativa do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a produção mundial para 1980/81 deverá atingir 79,6 milhões de sacas, sendo de 59,7 milhões a produção exportável (quadros 82 e 83).

Os estoques mundiais, estimados para o final do ano de comercialização 1979/80, deverão atingir 25,9 milhões de sacas, nível praticamente idêntico ao do ano anterior (quadro 84). Apesar do gradativo aumento da oferta mundial e das exportações a partir de 1976/77, observa-se, para a próxima safra, situação de equilíbrio estatístico no mercado cafeeiro, pois o consumo nos países produtores tem continuado a se elevar sensivelmente. Para o próximo ano, estima-se que os estoques finais (ao redor de 24 milhões) poderão ser quase 10% inferiores aos níveis atuais.

A participação brasileira no mercado internacional de café vem decrescendo de maneira significativa. Ressalte-se, também, que o valor da participação do café na exportação brasileira, em 1968, foi de 42%, ao passo que de 1976 para cá foi de, respectivamente, 24%, 22%, 18% e 15%. O volume exportado em 1979 foi de 12 milhões de sacas, equivalentes a pouco mais de US\$2,1 bilhões, tendo sido menor que o total exportado em 1978 quando alcançou 12,6 milhões de sacas, equivalente a 2,3 bilhões (quadro 85).

Após um período de retenção das exportações que perdurou até fevereiro de 1980, o comércio exportador reativou-se novamente aproveitando a redução substancial do preço de registro de cafés do tipo 6 para US\$1,70 e da quota de contribuição para US\$101,00 (Resoluções nºs 2 e 3 de 08/02/1980), tornando nossos preços mais competitivos. Iniciou-se, então, uma fase de expectativa de melhores preços no mercado externo, baseada na menor oferta mundial causada por conturbações político-sociais em alguns dos principais países cafeicultores da América Central e pela incidência da ferrugem. Além do aumento das cotações do café colombiano, atribuiu-se o fato à maior atuação do "Fundo de Bogotá" nas bolsas internacionais.

A importação de café verde pelos Estados Unidos, principal importador mundial, de janeiro a maio de 1980, atingiu 8.015.609 sacas de 60kg, 4% menos que no mesmo período de 1979. Desse total, 21% foi importado da Colômbia, nosso principal concorrente, 15% do Brasil e 9% do México. Por sua vez, a importação do café solúvel por aquele país atingiu, de janeiro a maio de 1980, o total de 27.609.289 libras equivalentes a 626.175 sacas de 60kg de café verde, 3% superior à do mesmo período de 1979. Desse total, 78% foram importados do Brasil, 5% da França, 4% do México e o restante de outros países.

Até junho, o Brasil exportou cerca de 7,1 milhões de sacas, superando em 1,2 milhão as vendas do 1º semestre do ano passado, produzindo receita de US\$1,3 bilhão contra US\$909,7 milhões no correspondente período anterior. Até o momento, já foram registradas para exportação cerca de 8,4 milhões de sacas, que serão embarcadas até julho (sendo 800 mil correspondentes a café solúvel).

No corrente ano, deverá ser alcançada a meta de exportação brasileira de 15 milhões de sacas; a sua receita, entretanto, dependerá da evolução do mercado no segundo semestre de 1980.

A média composta dos preços indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), em fins de 1979 e nos primeiros meses de 1980, apresentou-se em baixa; alguns observadores atribuíram o fato ao anúncio de uma grande safra na Colômbia e ao sistema de garantia de preços adotado pelo Brasil nas exportações (quadro 86).

A tendência altista dos preços no mercado internacional observada em maio foi consequência da expectativa de geadas no Brasil e auxiliada, também, pelas atividades da Pan-Café S.A., instituída legalmente a partir de 24 de junho. Essa empresa, formada a partir do grupo do Fundo de Bogotá, foi integrada por oito países latino-americanos responsáveis por 54% da oferta mundial de café: Brasil, Colômbia, México, El Salvador, Costa Rica, Honduras, Guatemala e Venezuela.

Em junho, entretanto, houve um declínio nos preços atribuídos, em parte, à não ocorrência de geadas no Brasil e, possivelmente, à venda de estoques por parte do grupo de Bogotá; além disso, tem havido retração nas compras dos torrefatores norte-americanos e europeus, que já dispõem do produto para consumo até julho.

- Situação interna

Do total de 3.285 milhões de pés e 2.940,2 mil hectares de área plantada no Brasil, São Paulo figura com 914,8 milhões de pés e 987,6 mil hectares, Paraná com 731,6 milhões de pés e 734,2 mil hectares, Minas Gerais com 868,9 milhões de pés e 597,8 mil hectares, Espírito Santo com 450 milhões de pés e 352,1 mil hectares enquanto outros estados possuem 320 milhões de pés e 268,4 mil hectares.

De acordo com a 5ª Previsão de safras, realizada em junho de 1980 pelo IEA para o Estado de São Paulo, a produção esperada para a presente safra é de 7,5 milhões de sacas beneficiadas de 60kg, calculada a partir da renda estimada no benefício de 20,2kg/sc. de 40kg em côco seco.

A produção brasileira de 1980 foi estimada no início do ano pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC) em 19,5 milhões de sacas de café beneficiado de 60kg, pouco menor do que a de 1979, que foi de 21,3 milhões de sacas (lembre-se que para o Estado de São Paulo a produção estimada era de 7,8 milhões). O Estado de Minas Gerais figurou com 4 milhões, Paraná com 3,5 milhões de sacas, Espírito Santo com 3,3 milhões de sacas e demais estados com 0,9 milhão. Essa estimativa, entretanto, poderá ser alterada de acordo com as condições climáticas.

Segundo o IBC, os estoques governamentais, em abril de 1980, eram de 6,4 milhões de sacas e o dos particulares (financiados pelos bancos) de 5,9 milhões de sacas.

Considerando-se que se pretende exportar cerca de 15 milhões de sacas, que a previsão de produção é de 19,5 milhões e que o consumo é estimado em torno de 7 milhões, a disponibilidade de café ao final do ano-safra deverá ser inferior à do corrente ano.

Com relação aos custos operacionais de produção, por saca beneficiada, o Instituto de Economia Agrícola apresentou a seguinte previsão para a safra 1979/80 com quatro níveis de produtividade por hectare: Cr\$4.660,28 para o nível de produtividade de 5 sacas beneficiadas; Cr\$3.050,56 para a produtividade de 10 sacas; Cr\$2.405,70 para a produtividade de 15 sacas e Cr\$2.001,71 para a produtividade de 20 sacas.

Para a safra 1980/81, a estimativa dos custos operacionais por saca beneficiada é de Cr\$7.243,17 para 10,4 sacas por hectare (DIRA de Ribeirão Preto); Cr\$5.623,03 para a produtividade de 12,2 sacas por hectare (DIRA de Campinas) e de Cr\$3.859,53 para a produtividade de 13,3 sacas por hectare (DIRA de Bauru). Ressalte-se que tais valores referem-se a custos operacionais, que não abrangem itens de custo fixo, exceto depreciação de máquinas.

Os preços médios recebidos pelos produtores, durante os últimos meses, sofreram a maior alta em março, de 30% sobre o do mês anterior, quando a cotação atingiu Cr\$4.707,60/saca de 60kg de café beneficiado; o mercado interno apresentou, nessa ocasião, sinais de reativação, impulsionado pelas condições conjunturais favoráveis de mercado (quadro 87).

Dentre as principais medidas adotadas nos últimos meses, em relação ao comércio do café, pode-se citar a Resolução 592 divulgada pelo Banco Central em dezembro de 1979, pela qual foi estabelecido um novo instrumento tributário, a alíquota do imposto de exportação. Essa alíquota foi fixada em 20% para o café em grão, incidente sobre os preços mínimos oficiais variáveis de Cr\$3.830 a 5.230,00, conforme a classificação. Esse mecanismo foi introduzido como decorrência da maxidesvalorização do cruzeiro visando impedir, principalmente, a queda dos preços no mercado internacional.

A Resolução nº 17 do IBC de 09/05/80, numa adequação dos preços mínimos às bases do mercado internacional, autorizou a abertura de registros "Declarações de Venda" ao exterior de café verde em grão ou seu equivalente em torrado ou torrado e moído com embarque até 31/07/80, a partir de 12/05/80, aos seguintes preços mínimos por libra peso:

a) café do tipo 6 (seis) para melhor, bebida isenta de gosto "Rio Zona", embarcados pelo Porto de Santos (SP): US\$2,00;

b) café do tipo 7 (sete) para melhor, bebida isenta de gosto "Rio Zona", embarcados pelos portos de Paranaguá (PR), Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Salvador/Ilhéus (BA) e Recife (PE): US\$1,98;

c) café do tipo 7 (sete) para melhor, bebida "Rio Zona", embarcados pelos portos do Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES), Salvador/Ilhéus (BA) e Recife (PE): US\$1,85; e

d) café do tipo 7/8 (sete/oito) para melhor, da variedade "Robusta Canillon", embarcados pelos portos do Rio de Janeiro (RJ), Vitória (ES) e Salvador/Ilhéus (BA): US\$1,75.

A Resolução nº 19 (14/05/80), para embarques dessa data até 30/06/80, manteve os preços mínimos de café solúvel em: a) qualidade "spray-dried", US\$6,30.

A Resolução nº 20 (28/05/80) acolheu, a partir de 29/05/80, o registro de declaração de vendas relativas à exportação de café solúvel para embarques dessa data até 31/07/80, aos mesmos preços mínimos fixados na resolução anterior.

A Resolução nº 21 (02/06/80) acolheu, a partir de 03/06/80 o registro de declaração de vendas de café verde ou seu equivalente torrado e moído para embarques dessa data até 31/08/80, aos mesmos preços mínimos.

A quota de contribuição foi modificada pela Resolução nº 24 de 24/06/80, fixando-se em US\$108,00/saca para o café verde, e as de café solúvel, pela Resolução nº 25 (de 24/06/80) para: a) qualidade "spray-dried", US\$2,70/lb; e b) qualidade "freeze dried" para US\$2,68/lb.

Face às baixas ocorridas ultimamente no mercado internacional, pela Resolução nº 29 (03/07/80) foi suspenso o registro de "Declaração de Vendas" de café verde ou descafeinado ou o seu correspondente torrado ou moído e de café solúvel das qualidades "spray-dried" e "freeze-dried" (liofilizado). Essa suspensão foi também adotada pela Guatemala, Honduras e México.

Em 26 de junho do corrente foram aprovadas várias medidas pelo Conselho Monetário Nacional com respeito à cafeicultura para a safra 1980/81.

O preço de garantia do café tipo 6 (seis), bebida isenta de gosto "Rio Zona", que estava fixado em Cr\$4.200,00 por saca beneficiada em 1979/80, a partir de 1º de julho foi reajustada para Cr\$6.000,00 e para Cr\$7.300,00 a partir de 1º de janeiro de 1981 (Resol. nº 27/80 do IBC). Para os cafés do tipo 7 (sete), bebida "Rio Zona" e variedade Robusta Conillon, são previstos preços de garantia de respectivamente 90% e 80% do preço de garantia fixado para o tipo 6. O nível de financiamento para comercialização foi reduzido de 80% para 65% do preço de garantia.

Para as indústrias de solúvel e de torrefação e moagem, foi aberta uma linha de financiamento para aquisição de matéria-prima no valor de 65% sobre o menor preço de garantia vigente. Além disso, outra linha de financiamento, referente ao produto acabado, beneficiará as indústrias de solúvel, as quais poderão financiar 50% do valor, em cruzeiros, da diferença

entre o preço mínimo de registro e a quota de contribuição.

Com relação ao programa de custeio da entressafra, o plano de safra 1980/81 estipulou financiamento global de Cr\$20.000,00 por hectare, distribuído entre Cr\$7.500,00 para fertilizantes, Cr\$700,00 para inseticidas, Cr\$800,00 para fungicidas, Cr\$1.000,00 para herbicidas e Cr\$10.000,00 para mão-de-obra e outros materiais.

Em julho passado foi aprovado pelo IBC o Plano Trienal de Revigoramento dos Cafes, que prevê o plantio de 150 milhões de novos pés em áreas tradicionalmente não cafeeiras; como decorrência o Estado de São Paulo não foi contemplado.

(IEA, 05/08/80)

QUADRO 82 . - Produção Mundial de Café, 1975/76 a 1980/81
(em 1.000sc.60kg)

Região e país	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81 ⁽¹⁾
América do Sul						
Brasil	22.780	9.300	17.500	20.000	22.000	21.000
Colômbia	8.220	9.300	11.050	12.600	12.200	12.400
América do Norte e Central						
México	3.784	3.330	3.500	4.141	3.610	3.700
El Salvador	2.644	2.973	2.400	3.186	2.530	1.800
Guatemala	2.203	2.213	2.541	2.827	2.550	2.700
África						
Costa do Marfim	4.534	4.867	3.320	4.667	3.917	4.166
Uganda	3.175	2.664	1.868	1.615	2.200	2.500
Ásia						
Indonésia	2.569	3.219	3.308	4.586	5.024	5.239
Outros	24.573	23.656	25.020	24.836	25.701	26.109
Total mundial	74.482	61.522	70.507	78.458	79.732	79.614

⁽¹⁾ Primeira estimativa (junho 1980).

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA)

QUADRO 83. - Produção Mundial Exportável de Café, 1975/76 a 1980/81

(em 1.000sc.60kg)

Região e país	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81 ⁽¹⁾
América do Sul						
Brasil	15.114	1.800	10.000	12.000	14.000	13.000
Colômbia	6.806	7.900	9.500	10.970	10.450	10.575
América do Norte e Central						
México	2.222	2.080	2.100	2.941	2.360	2.420
El Salvador	2.472	2.788	2.210	2.991	2.330	1.600
Guatemala	1.931	1.915	2.236	2.517	2.235	2.376
África						
Costa do Marfim	4.084	4.782	3.284	4.625	3.867	4.106
Uganda	3.151	2.634	1.838	1.585	2.170	2.470
Ásia						
Indonésia	1.605	2.579	2.586	3.802	4.224	4.399
Outros	18.591	16.717	18.290	18.020	18.609	18.776
Total mundial	55.976	43.195	52.044	59.451	60.245	59.722

⁽¹⁾ Primeira estimativa (junho 1980).

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 84. - Oferta Mundial e Distribuição de Café, 1975-1980

(em 1.000sc.60kg)

Ano safra	Estoque Inicial	Produção	Importação	Uso Doméstico	Exportação Total ⁽¹⁾	Estoque Final
1975/76	44.288	73.021	245	18.846	59.309	39.402
1976/77	39.402	62.376	246	18.732	57.743	25.548
1977/78	25.548	70.426	304	18.488	48.012	29.778
1978/79	29.778	78.401	268	19.228	63.276	25.943
1979/80	25.943	81.065	293	20.141	61.244	25.916
1980/81 ⁽²⁾	25.916	79.600	...	21.800 ⁽²⁾	59.700	24.000 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Inclui café solúvel e torrado equivalente a verde.

⁽²⁾ Estimativa do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 85 . - Exportações Mundiais e Principais Países Exportadores, 1975 a 1979

(em milhão de sacas de 60kg)

Região e país	1975	1976	1977	1978	1979 ⁽¹⁾
América do Sul					
Brasil	14,6	15,6	10,0	12,6	12,0
Colômbia	8,2	6,3	5,3	9,0	11,1
América do Norte e Central					
México	2,4	2,8	1,8	2,0	3,0
El Salvador	3,1	2,7	3,0	2,3	3,4
Guatemala	2,2	2,1	2,2	2,2	2,6
África					
OAMCAF ⁽²⁾	7,2	8,8	6,3	6,3	7,2
Uganda	2,9	2,6	2,2	1,9	2,2
Ásia					
Indonésia	2,2	2,1	2,5	3,7	3,6
Outros	15,0	15,5	13,6	14,0	14,2
Total mundial	57,8	58,5	46,9	54,0	59,3
Total mundial menos Brasil	43,2	42,9	36,9	41,4	47,3

⁽¹⁾ Preliminar.

⁽²⁾ Benin, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Madagascar, Togo e República Centro-Africana.

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC).

QUADRO 86 . - Preços Indicativos da Organização Internacional do Café (OIC), 1976 a 1979 e
Jan./79 a Mai./80

(em centavo de dólar por libra-peso) ⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves colombiano	Outros suaves	Arábica não despolpado	Robusta	Média composta
1976	157,72	142,75	149,48	127,62	142,45
1977	240,21	234,67	308,04	223,76	229,21
1978	185,20	162,82	165,29	147,48	155,15
1979					
Jan.	166,47	128,59	136,80	133,25	130,93
Fev.	136,87	123,01	128,89	132,50	127,76
Mar.	134,88	130,31	138,41	135,20	132,76
Abr.	141,88	138,63	145,13	141,80	140,22
Mai.	153,22	149,79	154,23	147,68	148,74
Jun.	197,32	193,18	189,10	188,79	190,99
Jul.	210,50	203,66	202,81	195,90	199,78
Ago.	208,54	197,45	198,01	181,94	189,70
Set.	221,08	207,20	209,84	189,51	198,36
Out.	214,39	209,59	211,28	184,34	196,97
Nov.	211,26	206,62	213,67	177,75	192,19
Dez.	204,47	194,28	213,42	176,97	185,63
Média	183,40	173,52	178,13	165,47	169,50
1980					
Jan.	184,25	168,68	213,07	162,56	177,14
Fev.	184,20	164,83	197,25	162,00	163,42
Mar.	205,19	184,38	204,12	169,89	177,14
Abr.	192,54	180,81	208,17	162,90	171,86
Mai.	202,12	190,54	215,21	174,06	182,30
Jun.	192,17	181,40	208,62	169,26	175,22

⁽¹⁾ Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e Complete Coffee Coverage.

QUADRO 87. - Preços Médios Recebidos pelos Agricultores de Café, Estado de São Paulo, 1976-80
(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	768,40	2.045,40	2.097,80	1.907,80	3.216,40
Fev.	891,40	2.153,00	1.968,60	1.970,50	3.559,70
Mar.	919,20	3.401,30	1.896,20	2.045,20	4.707,60
Abr.	1.057,70	3.763,80	1.867,90	2.211,80	5.313,30
Mai.	1.418,20	3.013,90	1.815,70	2.452,00	5.601,10
Jun.	1.423,80	2.574,90	1.956,20	2.915,40	5.444,80
Jul.	1.412,40	2.158,50	1.859,90	3.084,20	...
Ago.	1.368,70	1.908,40	1.878,20	2.806,00	...
Set.	1.446,50	1.801,20	2.013,50	2.906,00	...
Out.	1.492,20	1.741,20	1.947,00	2.893,00	...
Nov.	1.651,60	2.075,50	1.939,90	3.076,50	...
Dez.	1.792,30	2.089,00	1.893,40	3.127,80	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

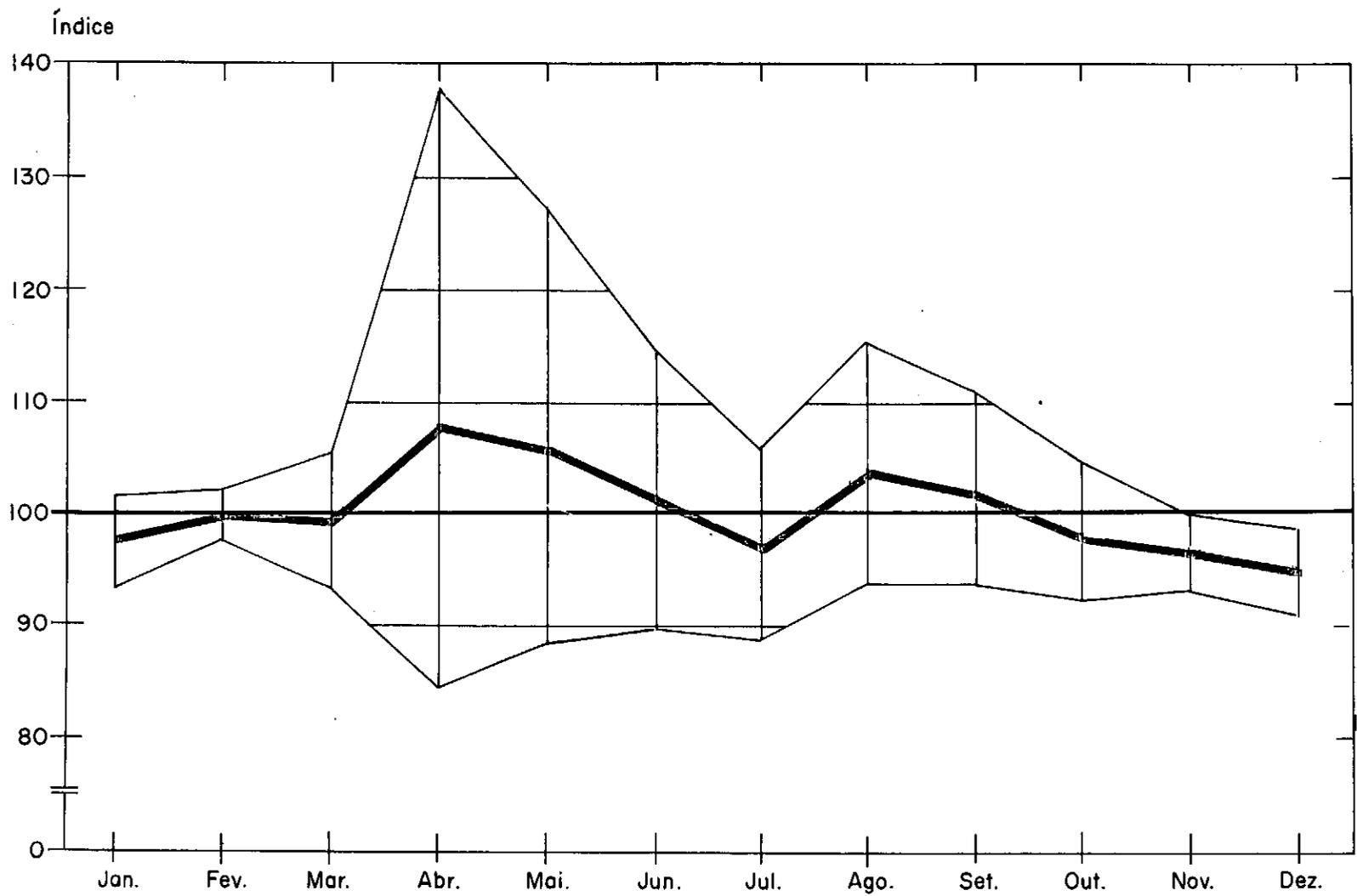


FIGURA 15. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Café em Caco, Estado de São Paulo.

- Laranja

Para o ano agrícola 1979/80, o quinto levantamento (junho/80) de previsões e estimativas de safra do IEA acusa produção de 169.6 milhões de caixas (base 250 frutos, 40kg) , ou seja, 6.784 mil toneladas, das quais cerca de 159 milhões de caixas na zona comercial. Esse volume significará incremento da ordem de 9,8% em relação à safra precedente, confirmando dados de fontes privadas, que admitem safra próxima de 165 milhões de caixas.

No ano civil de 1979, foram exportadas pelo porto de Santos 316.419 toneladas (peço líquido) de suco concentrado de laranja, com aumento de 9,5% em relação ao volume registrado de 1978. Considerando-se o período de junho de 1979 a maio de 1980, o total de suco exportado atinge 342.010 toneladas, equivalentes à cerca de 100 milhões de caixas, que acrescidas do suco consumido no mercado interno e dos estoques elevariam o processamento a 117 milhões de caixas.

Segundo a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX), as cotações médias do suco concentrado de laranja, FOB-Santos, no mercado internacional no período 1970 a 1978 elevaram-se de US\$440/t para US\$991 quando atingiu a máxima cotação, caindo em 1979 para US\$963.

Distribuiu-se, em 1979 o produto nacional para 30 países nos cinco continentes , dentre os quais, principais foram Estados Unidos (27%) do total, seguidos pela Holanda (22%), Alemanha Ocidental (12%), Canadá (9%) e Suécia (7%).

A exportação de frutas cítricas frescas em 1979, a maior dos últimos 10 anos, foi pouco superior a 1% das importações mundiais, ou seja, 5,4 milhões de caixas contra 2,7 milhões em 1978, representando avanço de 100%.

O Brasil, atualmente o segundo maior produtor mundial de laranja e o maior exportador de sucos cítricos congelados, poderá intensificar a exportação de fruta cítrica fresca, já que o potencial do mercado mundial é grande e estimado seguindo informações do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em torno de 400 milhões de caixas (18kg peso líquido).

Analisando-se a nível de atacado a safra 1978/79 verifica-se que os preços reais nos primeiros 2 meses (março e abril, 1979) estiveram inferiores àqueles registrados no período paralelo da safra anterior. A partir de maio/junho devido ao início da safra industrial 1979/80 houve menor afluxo da oferta de laranja fresca no mercado atacadista de São Paulo e este fato impulsionou os preços até outubro, os quais voltaram a decrescer até o final da safra.

Como decorrência dessa situação, verificou-se uma redução significativa nas cotações reais a nível varejista na safra 1978/79, quando comparada com a anterior (quadro 88).

Não está afastada a perspectiva de, no corrente ano, o setor citrícola proporcionar receita cambial aproximada de US\$500 milhões. Tal expectativa decorre, apesar de não se dispor de dados definitivos, da magnitude das perdas provocadas pela geada tardia na Florida (03-03-80).

O USDA não divulgou ainda as reais conseqüências desta geada, provavelmente para evitar alta exagerada nas cotações, caso necessitem importar suco. Sabe-se todavia que:

a) nesta safra as perdas devem ter atingido cerca de 15 milhões de caixas, volume porém compensado pelo aumento da previsão de safra divulgada em maio pelo USDA (267,5 milhões de caixas); b) até início de março, o rendimento industrial da safra americana, 1979/80 era estimado em 1,33 galão/cx. suco 45° BRIX, contra 1,34 galão/cx. da safra anterior sendo que após a geada o rendimento foi reduzido para 1,31 galão/cx.; c) a produção da próxima safra 1980/81 deverá estar sacrificada, porque foi afetada a florada com queda de fruto chumbinho;

também o rendimento industrial poderá ser baixo, em decorrência de maturação desuniforme.

Em resumo, tal situação reverteu as expectativas anteriores do setor pois a indústria encontra-se temerosa de não vender na temporada 1980/81 acima de 370.000 toneladas (incluindo 20 mil no mercado interno), o que resultaria em estoque crescente ao seu final.

A indefinição da indústria quanto aos preços pagos pela matéria-prima na corrente safra vinha gerando forte inquietação nos preços produtores de citros. Normalmente, em a bril já teriam vendido suas produções. Somente em 16 de junho foi firmado o acordo quanto ao esquema de comercialização da safra cítrica (laranja e suco) de 1980/81, pelo qual a in dústria pagará aos produtores Cr\$90,00/caixa de 40,8 quilos para as variedades pera, natal, valência e hamlin, conforme o seguinte esquema Cr\$20,00 no ato da assinatura do contrato de compra do pomar; Cr\$20,00 no dia 28/2/81; e Cr\$50,00 pagos em notas promissórias rurais e de 45 dias de prazo, contados a partir do final do mês de fornecimento das frutas.

Para as tangerinas, funcionará o mesmo esquema de pagamento, mas o preço a ser pa go será de Cr\$67,50/caixa e a parte em promissória de Cr\$27,50.

A esses valores será adicionado US\$0,0015/cx. a cada redução de 10 mil toneladas, caso o estoque de suco remanescente da atual safra a 31/5/81 esteja abaixo de 200 mil toneladas. Admitindo-se a hipótese de estoque nulo, o agricultor deverá receber mais Cr\$18,00 por caixa entregue.

Além dos preços, foi estabelecida uma política de vendas o qual consiste em reter a metade do volume produzido de sucos. Para tanto haverá uma cota de contribuição cambial decrescente a cada quinze dias até dezembro, além da obrigatoriedade de cada empresa estocar 50% do volume processado a fim de serem mantidos os preços externos, cujo valor mínimo de re gistro na CACEX será de US\$900,00/t-FOB - Santos.

A política de venda de suco deverá ser revista em meados de outubro, quando for divulgada a previsão de colheita da próxima safra cítrica nos Estados Unidos, para que o esto que seja liberado gradualmente, até o final da safra (maio/1981)

(IEA, 05/08/80)

QUADRO 88 . - Evolução de Preços Reais de Laranja a Nível de Atacado e Varejo na Capital, São Paulo, 1975-80
(em cruzeiro de 1979)

Mês	Atacado (Cr\$/cx.) (1)						Varejo (Cr\$/dz)					
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1975	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	53,00	67,00	88,00	119,00	97,00	72,00	15,00	16,50	15,90	18,90	10,40	9,60
Fev.	57,00	68,00	171,00	142,00	113,00	83,00	11,90	15,40	17,20	19,90	10,30	10,30
Mar.	89,00	79,00	211,00	137,00	106,00	81,00	12,30	13,30	21,00	19,90	11,40	9,90
Abr.	87,00	93,00	146,00	108,00	91,00	82,00	12,90	12,10	17,60	16,90	12,00	9,91
Mai.	58,00	80,00	102,00	78,00	94,00	72,00	12,00	11,70	16,40	12,80	11,50	8,54
Jun.	53,00	72,00	94,00	70,00	81,00	...	12,10	11,90	15,60	13,80	10,70	...
Jul.	60,00	69,00	88,00	68,00	80,00	...	12,00	12,00	14,90	12,90	10,00	...
Ago.	58,00	69,00	97,00	74,00	80,00	...	11,90	11,90	16,30	13,50	9,50	...
Set.	65,00	67,00	101,00	72,00	78,00	...	13,30	14,50	18,10	14,60	9,20	...
Out.	72,00	65,00	99,00	77,00	79,00	...	13,30	13,10	18,40	17,60	9,70	...
Nov.	70,00	67,00	115,00	95,00	74,00	...	15,60	13,70	18,80	16,00	8,80	...
Dez.	69,00	78,00	113,00	107,00	72,00	...	15,40	14,70	19,50	16,25	9,60	...

(1) Refere-se à laranja pera, principal variedade plantada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Banana

O Brasil, apesar de maior produtor mundial de banana, com volume superior a 6 milhões de toneladas, acusa reduzida exportação, representando somente 2% a 2,5% do comércio mundial, tendo ocupado, em 1978, o 12º lugar como país exportador.

A exportação brasileira encontra-se em retração, pois Uruguai e Argentina, países para os quais o Brasil já foi fornecedor exclusivo, não aumentaram suas compras, além do que, o Equador, que está apresentando fruta de melhor qualidade e melhor embalagem a preço competitivo, vem conquistando esses mercados.

Quanto aos mercados de destino, em 1979, a Argentina absorveu o maior contingente, cerca de 90% do volume total, enquanto que as compras do Uruguai foram da ordem de 9% de suas exportações (quadro 89). Vale ressaltar que, apesar do pequeno percentual (1%), o Paraguai apareceu como importador da banana brasileira.

Em termos de valor, segundo a CACEX, o preço médio FOB, em 1979, foi de US\$190,00 por tonelada, com acréscimo de 9% sobre a cotação média de 1978.

A produção brasileira de banana encontra-se difundida em todos os estados da Federação e, segundo a Fundação IBGE, em 1979 alcançou 409,3 milhões de cachos, com aumento de 1% em relação a 1978. Para 1980, estimativa de abril apontava volume da ordem de 459,2 milhões de cachos.

O Ceará liderou a produção nacional de banana em 1979, participando com 16% do total. A seguir, destacaram-se Bahia (12%), São Paulo (9%) e Pernambuco (8%), que agrupados foram responsáveis por cerca da metade da produção brasileira.

Em São Paulo, segundo o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a área plantada com bananeiras, em 1980, deverá situar-se em 38,5 mil hectares, com aumento de 1,9% em relação à área de 1979 (37,8 mil hectares), quando se apresentou 8,7% inferior à de 1978.

O mercado interno vem enfrentando sérias dificuldades que podem ser atribuídas à conjugação de uma série de fatores, a saber: alteração do ciclo de produção provocada por fatores climáticos adversos (seca em 1978, ventos fortes em janeiro de 1979 que se repetiram em fins de junho de 1980 e geada em maio de 1979), cujos efeitos se prolongaram por mais de uma safra; e um ineficiente controle de Sigatoka, provocando necessidade de uma pré-colheita, inclusive com rebaixa na qualidade do produto, devido à falta de óleo emulsionável para controle dessa enfermidade ao final de 1979 e início de 1980, agravada por acidentes com equipamentos de aplicação aérea.

Essa redução de qualidade, aliada à falta de padrões internacionais para classificação da banana, e ainda à concessão para o transporte rodoviário internacional de banana da somente a grandes empresas, constituem-se nos principais fatores para perdas em tradicionais mercados importadores.

Dessa forma, vem se verificando o direcionamento de maiores quantidades do produto para o mercado interno, provocando elevação da oferta, principalmente em São Paulo, com consequente queda nos preços (quadro 90).

Todavia, estão sendo tentadas soluções para esses problemas, destacando-se o novo decreto de padronização e classificação da fruta para exportação, visto considerar-se de fundamental importância a qualidade do produto oferecido em Buenos Aires. No tocante ao transporte rodoviário para os mercados platinos, acredita-se que somente ao final do ano, quando se encerrar o atual acordo no âmbito da ALALC, é que poderá haver solução.

O Brasil tem condições de recuperar o mercado platino. O Equador, principal concorrente, envia seu produto de navios, sendo que cada viagem chega ao Porto de Buenos Aires com grande quantidade de produto, acarretando problemas aos importadores, carentes de uma rá

pida infra-estrutura de distribuição. A chegada do produto brasileiro é feita em menores quantidades, em períodos mais frequentes, e assim os importadores encontram mais facilidade na sua distribuição. Além disso, a banana brasileira goza da preferência do consumidor argentino, em virtude de seu melhor sabor.

(IEA, 01/08/80)

QUADRO 89 . - Exportação de Banana por São Paulo, 1975-79

(em 1.000 volumes) (1)

Mês	Argentina					Uruguai				
	1975	1976	1977	1978	1979	1975	1976	1977	1978	1979
Jan.	738	311	422	465	454	30	0	14	7	-
Fev.	526	384	374	414	503	28	0	2	5	-
Mar.	704	354	416	561	571	30	0	0	20	76
Abr.	662	349	424	411	676	8	0	0	-	142
Mai.	646	362	442	536	586	6	0	0	46	59
Jun.	340	241	355	356	459	52	28	0	86	69
Jul.	275	304	379	329	422	27	29	28	109	19
Ago.	294	263	332	369	331	27	104	22	185	53
Set.	295	240	339	277	270	5	137	23	76	34
Out.	511	322	441	352	312	-	2	15	57	44
Nov.	491	338	396	454	372	-	0	30	-	17
Dez.	480	218	564	579	200	-	18	46	-	21
Total	5.962	3.686	4.884	5.092	5.172	213	318	180	591	534

(1) Cachos e caixas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 90 . - Preços Médios Mensais, Atacado e Varejo, de Banana Nanica, São Paulo, 1976-80

(em Cr\$ de 1979)

Mês	Atacado (Cr\$/tonelada)					Varejo (Cr\$/dúzia)				
	1976	1977	1978	1979	1980	1976	1977	1978	1979	1980
Jan.	3.189,00	1.537,00	1.376,00	2.710,00	1.791,00	21,00	12,00	9,40	13,20	8,90
Fev.	2.884,00	1.295,00	887,00	1.990,00	2.168,00	18,80	12,00	9,40	12,70	8,90
Mar.	1.889,00	1.852,00	1.358,00	2.294,00	1.791,00	17,40	11,40	9,10	11,60	8,10
Abr.	2.119,00	1.622,00	1.380,00	2.380,00	1.428,00	15,50	11,00	8,60	11,50	8,50
Mai.	1.345,00	1.414,00	1.380,00	2.768,00	813,00	15,30	10,30	8,00	10,70	7,40
Jun.	1.216,00	1.174,00	1.959,00	2.333,00	...	14,60	10,50	7,70	10,80	...
Jul.	1.472,00	961,00	2.268,00	1.948,00	...	14,10	10,30	8,50	10,50	...
Ago.	1.515,00	1.053,00	2.385,00	1.900,00	...	13,00	9,70	8,60	10,00	...
Set.	1.631,00	1.988,00	3.014,00	1.790,00	...	12,90	9,90	14,40	8,40	...
Out.	2.125,00	2.290,00	3.474,00	1.488,00	...	12,20	10,70	11,30	8,40	...
Nov.	1.978,00	1.886,00	3.218,00	2.147,00	...	11,68	10,30	12,42	8,30	...
Dez.	1.778,00	1.789,00	2.662,00	2.157,00	...	12,70	10,00	13,00	9,80	...

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

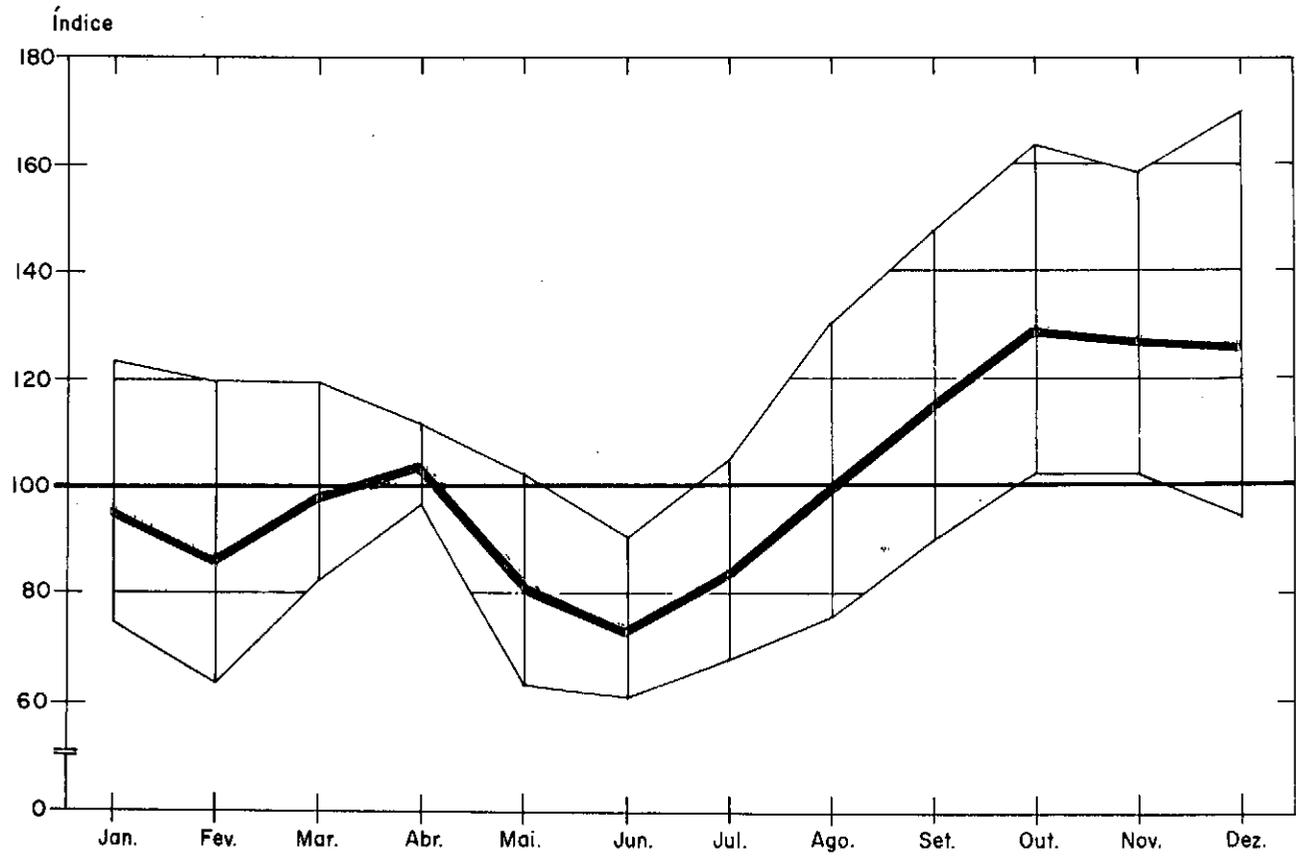


FIGURA 16. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Banana Nanica, Estado de São Paulo.

- Frutas

- Panorama internacional

A produção mundial de frutas encontra-se distribuída por vários países e de maneira bastante diferenciada, o que torna complexa uma análise generalizada do desenvolvimento global da produção e do seu comércio internacional.

Ainda que de forma isolada, algumas informações podem ser alinhadas, dentre os inúmeros acontecimentos econômicos da fruticultura internacional, de forma a permitir aos produtores brasileiros verificar perspectivas de competição no mercado externo.

No tocante às frutas tropicais, a manga produzida na África do Sul tem recebido a atenção especial do governo, que vem orientando e incentivando o plantio de variedades tardias em novas áreas, a fim de conseguir competir no mercado mundial. Igual preocupação tem mostrado o Egito, que tenciona se posicionar definitivamente no mercado europeu de frutas e legumes no período de entressafra, principalmente desenvolvendo a exportação de mangas para a Inglaterra.

Nos Estados Unidos, a produção de abacate para a safra 1979/80 foi estimada em 101 mil toneladas, apresentando redução de 26% em relação à safra anterior (138.000t) como decorrência das adversidades climáticas na Califórnia, principal estado produtor, e onde se registrou queda de 41% na produção, apontada como a menor desde 1975/76. Contudo, continuam aumentando as áreas plantadas naquele Estado, passando de 13.600ha em 1977/78 para 15.100ha em 1978/79, com estimativas crescentes para os próximos anos.

A Flórida, porém, apresentou uma previsão de incremento da produção de abacate (9%), estimando-se que tenha sido o maior volume produzido desde o recorde da safra 1975/76. Esse resultado deve-se à entrada de pés novos em produção, excelente recuperação das plantações que haviam sido danificadas pela geada em 1977 e ao acréscimo de 40% na área plantada, a qual passou de 2.200ha (1971/72) para 3.100ha (1979/80).

Para o abacaxi em conserva, as estatísticas revelam tendência decrescente nas disponibilidades mundiais da próxima safra. Segundo fontes ligadas ao setor, na África do Sul não há mais estoques de abacaxi em conserva, enquanto no Havaí os volumes excedentes também desapareceram, em decorrência da queda de produção provocada pela seca de 1978.

Os países asiáticos se defrontam com igual problema, visto que na Tailândia, maior produtor mundial de abacaxi, os volumes estocados encontram-se bastante limitados devido à severa seca em 1979, reduzindo a produção e até mesmo o tamanho dos frutos. Agravam, ainda, essa situação as políticas de fabricação e exportação, pois as indústrias locais não estão dispostas a comercializar seu produto com o exterior, a menos que o governo lhes assegure um preço mínimo capaz de cobrir os custos de produção. Da mesma forma, as Filipinas, outro dos mais importantes produtores mundiais, deve, inclusive, importar abacaxi para a safra industrial 1979/80.

Na Costa do Marfim, os estoques de abacaxi são igualmente pouco elevados e, além disso, o país tem enfrentado forte competição da Tailândia, Filipinas e Quênia e, também, a irregularidade do consumo no mercado europeu, impedindo a comercialização de pelo menos 25% do produto em 1979. Paralelamente, o mercado de suco concentrado do abacaxi vem revelando tendência de cotações firmes.

No que se refere à fruticultura de clima temperado, as últimas previsões de produção na safra 1979/80 revelam uma tendência de crescimento, embora bastante moderada no conjunto dos países produtores. As informações disponíveis sobre produções mundiais de maçã e pera mostram que os Estados Unidos continuam na liderança da produção de maçã, porém é esperada

queda de 1% em relação ao recorde alcançado na safra precedente. Com essa redução, deverá expandir-se a demanda pelos produtos industrializados.

Concomitantemente, prevêem-se consideráveis aumentos nas exportações para a Europa, Hong Kong e Canadá, este um dos mais importantes clientes do mercado americano.

Quanto à produção da pera americana, a previsão final para a safra 1979/80 é de 803,1 mil toneladas, 10% superior à de 1978/79, observando-se, também, para o mercado de pera, um aumento na oferta da fruta processada, em detrimento da fruta fresca.

Da mesma forma que para a maçã, as vendas externas de pera fresca têm mostrado tendência de elevação, tanto para o Canadá, como para a Europa, em vista das transações registradas nos dois primeiros meses da safra 1979/80, superiores em 9% às do mesmo período do ano anterior.

Os estoques de maçã, em janeiro de 1980, na Itália, foram estimados em 994 mil toneladas, o que representa acréscimo de 11,5%; igualmente, para a pera foram calculadas elevações de 7% (193.000t) relativamente ao mesmo período de 1979.

Condições climáticas bastante favoráveis e expansão das áreas plantadas estão contribuindo para o desenvolvimento das macieiras na Nova Zelândia, onde é esperada produção de 8,6 milhões de caixas contra 7,5 milhões de caixas em 1978/79. Também aumentos na produção de pera são estimados para a safra 1979/80 ao redor de 385 mil caixas (361 mil caixas em 1978/79). Têm sido estimulantes as previsões das exportações de maçãs e peras, que deverão ser superiores em 11,1% e 9,2% respectivamente às verificadas no ano anterior.

De outra parte, na Austrália estão previstas retrações nas produções de maçã (4%) e pera (7%) para safra 1979/80, estimando-se em 280.000t a de maçã, e em 125.000t a de pera, confirmando uma tendência de redução nos últimos anos, embora as vendas externas continuem crescendo.

O Chile deverá elevar suas exportações de maçã para a Comunidade Econômica Européia, que absorverá 45% do volume total exportado, em decorrência da ampliação das cotas de importação impostas pela CEE; as remessas estão estimadas entre 65.000t a 70.000t contra as 42 mil toneladas do ano precedente.

Na Argentina, principal exportador de maçã e pera para o mercado brasileiro e europeu, a produção de maçã em 1979/80 deve alcançar um recorde de 1 milhão de toneladas, 2,9% superior às 972.000t de 1978/79, porém 32% e 61% acima da produção média dos últimos 5 e 10 anos respectivamente. No que se refere à pera, a estimativa para esta safra (146.000t) representa queda de 8,7% sobre a colheita do último ano.

Os produtores de frutas frescas argentinas estão encontrando sérios problemas, nas exportações, dado que o Brasil e a CEE estão impondo limitações de importações, agravados pela sobrevalorização do peso argentino frente às demais moedas. Outro grande problema são as altas contínuas nos custos internos de produção e de transporte.

A despeito das restrições, o governo argentino espera elevar as exportações de maçã de 73.500t para 95.000t para a CEE e de 160.000t para 200.000t para o Brasil nesta safra, enquanto as exportações de pera deverão se manter constantes.

Os informes mundiais relativos à uva são bastante escassos. A única previsão de produção disponível é a dos Estados Unidos, cujas estimativas finais são de 4,74 milhões de toneladas, representando queda de 4% relativamente à safra 1978/79, em consequência da redução de quase 50% na produção de Washington (95.000t), onde as videiras foram bastante prejudicadas por um intenso inverno e calor muito forte em julho de 1979. Houve, também, um declínio em New York (2º estado produtor) da ordem de 10%. Em contrapartida, a Califórnia, principal produtor, apresentou produção acrescida de 7% em relação à safra passada. Desde 1978, a área plantada mostra tendência de redução em todo o País para as três categorias de uva (de mesa, passa e de vinho). Assim, a uva de mesa passou de 125.500ha em 1978 para 124.300ha em 1979, e

a área ocupada pela uva de vinho de 125.400t para 125.000t.

Por outro lado, a demanda de uva "in natura" vem aumentando, como mostram os últimos dados de outubro de 1979 (9% superior ao mesmo período de 1978).

- Situação interna

Os informes disponíveis de mais longo prazo mostram que a produção de figo, pêssego, caqui e uva situavam-se em áreas produtoras próximas à Capital, maior centro consumidor desses produtos na região Centro-Sul do País. Atualmente, tais regiões, dentre as quais pode-se destacar Itaquera, Valinhos, Atibaia, São Roque e Vinhedo, contam com quase 80% de suas terras urbanizadas, devido à valorização imobiliária, tendendo a deslocar essas culturas, bem como outras de clima temperado, para novas áreas ao Sul do Estado, planas e mecanizáveis, ainda que mais distantes.

No tocante ao número de pés cultivados no período de 1973 a 1979, observou-se crescimento para figo (2,7% a.a.), para pêssego de mesa (4,9% a.a.) e uva fina de mesa (0,8% a.a.); e redução para uva industrial (8,5% a.a.), uva de mesa (1,5% a.a.), caqui (3,0% a.a.) e pêssego industrial (3,9% a.a.).

No mesmo período (1973 a 1979), a produção mostra taxas geométricas crescentes para maçã (9,8% a.a.), figo (2,8% a.a.), uva de mesa (2,0% a.a.) e uva fina de mesa (5,1% a.a.); índices decrescentes foram observados para caqui (-0,2% a.a.), pêssego para mesa (-4,1% a.a.), pêssego para indústria (-3,3% a.a.) e uva para indústria (-4,7% a.a.) (quadro 91).

Relativamente às entradas na CEAGESP no período 1974 a 1979, principal ponto de formação de preços ao nível de atacado na Região Centro-Sul, verificam-se índices crescentes de oferta para maçã, figo, uva de mesa e uva fina de mesa. Ofertas decrescentes para caqui e pêssego de mesa (quadro 92).

Para todas as frutas (tropicais e temperadas), os preços reais no mercado atacadista de São Paulo declinaram em 1979 relativamente a 1978.

Entre as frutas de clima temperado, a análise do período 1974 a 1979 revela que as cotações de preços ao nível de atacado mostram tendência crescente para caqui, maçã, uva de mesa e uva fina de mesa. Para figo e pêssego de mesa, mostram-se ligeiramente declinantes, com a ressalva de tratar-se de ano civil, tanto para oferta como para preços ao nível de atacado, de modo que devem ser vistas com reservas.

No caso da uva comum de mesa (niagara), a oferta de maior volume de fruta, devido ao adiantamento da colheita, no período de preços mais elevados (novembro e dezembro), tem feito com que a média ponderada dos preços acuse valores ascendentes. O mesmo pode ser dito no tocante aos preços da uva fina de mesa (itália), cujo aumento nas quantidades ofertadas em função da ampliação do número de pés em produção têm permitido reduzir as necessidades de importação.

A despeito da menor oferta de pêssego, foram registrados preços mais baixos a nível de atacado. Uma das possíveis causas pode ser a diminuição do número de pés em produção, devido à mudança da cultura para novas áreas, resultando em pomares que ainda não atingiram produtividade expressiva e os remanescentes nas antigas áreas estão sendo descuidados quanto à poda e aos aspectos fitossanitários e, portanto, apresentando produto de qualidade inferior. Outra causa plausível seria a substituição pela nectarina que, nos últimos anos, vem apresentando grande expansão na área, na produção e na aceitação por parte do consumidor.

A análise para o grupo de frutas de clima tropical em 1979, frente a 1978, mostra que a maior diminuição de preços reais verificou-se para mamão (23%), mesmo com menor volume ofertado, revelando a substituição pelo "mamão papaya", variedade mais aceita para consumo

"in natura". Cotação descendente verificou-se também para manga (14%), cuja produção paulista diminuiu, enquanto registrou-se um afluxo maior na oferta (28%) devido às entradas de fora do Estado e, possivelmente, à menor industrialização paulista. Vale ressaltar que o abacate, cujo volume ofertado e produção permaneceram constantes, teve o preço declinante (6%), o que pode levar à hipótese de que tenha diminuído o consumo per capita relativo a esta fruta (quadro 93).

Em São Paulo, o "Convênio do Pêssego" permitiu aos persicultores receberem Cr\$16,20/kg do produto na roça, tipos A e B, e Cr\$9,60/kg para tipo C, na safra 1979/80. O fluxo de matéria-prima para indústria teve início no final de novembro de 1979, concentrando-se as aquisições em dezembro e término em fevereiro de 1980, estimando-se, em caráter preliminar, aquisições industriais de 2,1 mil toneladas da produção paulista, cuja oferta vem se retraindo de ano para ano.

Nesta safra, são as pequenas e médias empresas compraram pêssego industrial em São Paulo, pois as grandes transferiram suas operações para perto da maior zona produtora de matéria-prima, em Pelotas (RS), onde os preços pagos aos produtores são mais baixos.

No Rio Grande do Sul, a indústria teria adquirido cerca de 35 mil toneladas do produto, de modo que a produção brasileira de pêssego em calda situar-se-ia ao redor de 37 milhões de latas (1kg).

No tocante à maçã, a produção nacional continua a mostrar-se ascendente, uma vez que em 1970 a área plantada era de 2.700ha, enquanto em 1979 atingiu 13.500ha, proporcionando produção da ordem de 46 mil toneladas na safra 1979/80, das quais São Paulo, que ocupa a segunda posição, participou com 9 mil toneladas em área de 2.000 hectares.

Na Região Sul do Estado, dominada pelo Vale do Rio Paranapanema, o clima favorável propicia a precocidade da colheita (dezembro a início de março), em período de escassez de maçãs, quando os preços são altos, enquanto que Santa Catarina e Argentina iniciam as colheitas somente em princípios de março.

Neste ano, em virtude de interesses comerciais mais amplos, o Brasil não suspendeu as importações da Argentina na época de colheita interna, encerrada em abril. Mesmo assim, as importações se reduziram devido a custos crescentes após a maxidesvalorização do cruzeiro, de forma que os produtores nacionais conseguiram comercializar bem sua safra, facilitada pela vantagem comparativa de preços e por se tratar de produto recém-colhido.

Em 1979, segundo a CACEX, a receita obtida com exportações de frutas frescas atingiu 9 milhões de dólares com acréscimo de 100% em relação ao ano precedente, sem se considerarem as vendas de castanha do Brasil, castanha de caju, banana e citrus.

A Argentina figura como a maior importadora de abacaxi, melão, melancia e morango, e o Mercado Comum Europeu maior importador de limão, maracujã, mamão e goiaba.

Há indicações de que os acréscimos nas exportações serão mantidos, com ampliação e conquista de novos mercados, pois a isenção do ICM nas exportações foi também estendida, a partir de 19 de julho de 1980, para as seguintes frutas: abacate, ameixa, caqui, figo, limão, mamão, manga, melão, melancia, morango, nectarina, pomelo, tangerina e uvas finas de mesa.

É difícil prever-se o comportamento da futura safra de frutas em São Paulo antes da ocorrência das floradas, devendo-se notar, todavia, que até o momento o clima se mostra favorável ao bom desenvolvimento da produção, que no caso da uva, figo e pêssego deverá ser precoce.

QUADRO 91. - Produção e Número de Pês de Frutas de Clima Temperado, Estado de São Paulo, 1972-80
(em 1.000 unidades)

Ano	Maça		Caqui		Figo ⁽¹⁾		Pêssego de mesa		Uva de mesa		Uva para indústria	
	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Tonelada	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Tonelada
1972	1.074	508	900	2.900	1.700	16,0	506	5.600	38.700	13.700	13.100	25.200
1973	1.203	573	900	3.000	1.700	17,9	450	5.700	38.500	14.700	11.450	23.000
1974	1.113	563	960	3.400	1.900	17,4	440	5.200	38.400	15.000	10.300	18.300
1975	1.440	756	880	3.200	1.800	17,1	510	6.600	35.620	14.100	7.800	21.100
1976	1.261	736	825	2.790	1.900	16,1	485	4.750	35.410	15.610	7.600	21.100
1977	1.194	447	830	2.995	1.900	15,8	485	4.340	34.180	14.220	7.040	17.630
1978	869	841	791	3.095	1.970	15,4	485	4.370	34.005	14.440	7.100	17.530
1979	665	1.003	750	2.955	2.000	21,2	510	4.440	35.100	16.567	6.705	17.250
1980 ⁽²⁾	912	1.201	725	2.645	2.030	18,8	515	4.730	34.120	13.150	6.810	15.400

(¹) Inclui figo para indústria.

(²) Estimativa de novembro de 1979 - preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 92. - Quantidades Comercializadas na CEAGESP e Preços Médios Anuais de Algumas Frutas, Mercado Atacadista, São Paulo, 1976-79

(em cruzeiros de 1979)

Espécie	Unidade	Quantidade total (1.000 unidades)				Preço médio ponderado (Cr\$/unidade)			
		1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
Abacate	cx. 25kg	543	536	1.018	1.194	158,40	124,50	127,80	121,10
Caqui	cx. 26kg	377	567	436	253	161,50	145,90	180,50	159,00
Figo	engradado	1.624	2.430	2.247	2.419	29,60	28,40	31,30	26,00
Mamão	duplo(33kg)	1.023	1.764	1.816	1.651	166,70	114,50	149,80	116,00
Manga	cx. 23kg	256	535	436	561	170,60	134,80	220,40	189,80
Pêssego	cx. 3kg	2.040	2.274	1.645	1.840	59,70	43,40	65,90	65,10
Uva niagara	cx. 8kg	2.061	4.228	2.283	3.371	90,50	96,10	126,00	98,68
Uva itália	cx. 8kg	933	1.195	1.204	1.515	192,00	204,80	214,50	210,00
Tangerina cravo	cx. 30kg	500	497	782	539	73,10	90,30	90,50	65,80
Tangerina ponçã	cx. 30kg	1.708	1.481	1.891	1.961	76,80	91,80	95,20	75,20
Maça nacional	cx. 17kg	232	232	228	546	188,90	283,40	258,70	258,80

Fonte: Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP).

QUADRO 93. - Produção e Número de Pês de Algumas Frutas de Clima Tropical, Estado de São Paulo 1972-80
(em 1.000 unidades)

Ano	Goiaba para indústria		Abacate		Abacaxi		Limão		Mamão		Tangerina ⁽¹⁾		Manga	
	Pê	Tonelada	Pê	Caixa	Pê	Fruto	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa	Pê	Caixa
1972	1.800	25.000	1.060	2.700	111.000	51.500	3.400	5.500	4.100	2.430	5.000	8.340	600	1.800
1973	1.400	28.300	1.360	3.600	108.000	58.300	4.100	7.200	4.700	2.900	6.000	9.400	670	2.300
1974	1.150	22.000	1.380	3.500	91.600	51.900	4.800	8.400	4.200	2.600	6.700	10.700	670	2.200
1975	1.520	43.100	1.360	3.700	86.500	48.700	4.500	8.000	4.600	2.800	7.690	12.130	630	2.050
1976	1.175	34.700	1.660	3.620	63.500	35.300	4.620	9.400	9.300	4.300	8.690	15.060	530	1.630
1977	955	25.130	1.656	3.610	65.500	31.100	4.520	9.100	11.980	7.620	8.480	14.420	560	1.550
1978	900	24.700	1.641	3.840	57.425	27.450	4.525	10.355	11.590	8.050	8.630	14.570	647	1.938
1979	867	33.390	1.983	3.810	60.945	27.225	4.070	9.340	10.200	8.270	10.014	15.424	473	1.617
1980 ⁽²⁾	860	46.550	1.960	4.030	53.880	24.900	3.430	8.100	10.410	7.780	7.675	15.565	360	1.195

⁽¹⁾ Inclui cravo, ponkan, mexerica e murcote.

⁽²⁾ Estimativa preliminar.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

- Batata

A cultura de batata é feita no Centro-Sul em três principais épocas de cultivo: nas águas, colhida geralmente nos quatro primeiros meses do ano; na seca, colhida de maio a julho; e no inverno, colhida de agosto a dezembro.

No cômputo nacional, a produção das águas cresceu nos últimos seis anos a média de 25 mil toneladas por ano.

O sistema de produção de caráter familiar vem, em geral, empregando sementes "filhas de caixas", ou seja, filhas de batata semente certificada provenientes do plantio da seca. De outra parte, as empresas produtoras, em sua maioria, empregam batatas sementes certificadas.

No Centro-Sul, Minas Gerais sobressai entre os estados que mais expandiram sua produção nos últimos anos, atingindo 265.500t em 1980. O Paraná destaca-se entre os que apresentaram maiores reduções, não obstante manter-se como maior produtor, atingindo no mesmo ano a cifra de 321.200t. O Estado de São Paulo manteve ligeiramente crescente sua participação na produção do citado período, com 194.400 toneladas no presente ano agrícola.

Em São Paulo, essa produção se concentrou mais nas DIRAs de Sorocaba, Campinas e Capital, apresentando-se em expansão apenas na região de Marília; entretanto, dada sua posição geográfica e seu volume, esta DIRA tem apenas expressão regional. Nas demais DIRAs, a produção acha-se estabilizada ou com ligeira tendência declinante (quadro 94).

A última produção paulista da safra das águas foi igual à média dos três anos anteriores, diminuindo 8% em relação ao volume produzido no último ano.

Durante a última safra das águas, no mercado paulistano, onde se concentra mais da metade do produto do Centro-Sul, o abastecimento foi realizado na maior parte com batata originária do sul mineiro, do Paraná e, em menor escala, pela produção paulista.

A produção de batatas comuns da média mogiana destinou-se mais ao interior do Estado e à região Centro-Oeste. A produção de lisas, oriundas do Paraná, fluiu normalmente para os principais centros de consumo. A pequena safra do sul paranaense, no presente ano, esteve praticamente ausente do suprimento da Capital, destinando-se com maior frequência ao interior, em virtude dos baixos preços vigentes no mercado paulistano, já dominado pela lisa mineira.

Os preços durante a safra das águas situaram-se, inicialmente, abaixo da média dos últimos anos, em termos reais, aumentando à medida que se aproximava o fim da safra. No geral, a receita proporcionada ao setor produtivo foi suficiente apenas para remunerar suas despesas variáveis.

A nível nacional, as produções da seca e inverno, juntas, cresceram nos últimos seis anos à taxa bastante superior à das águas, atingindo em média 75 mil toneladas/ano.

No Centro-Sul, os principais estados produtores mantiveram sua participação nos últimos anos, com exceção do Paraná, cuja cultura foi atingida pela estiagem nos dois anos anteriores, ocasionando grandes prejuízos para os produtores. No presente ano, em que o tempo correu relativamente favorável à cultura, sua produção foi ainda menor, perdendo seu lugar de maior estado produtor de batata da seca.

Em São Paulo, o plantio de batata da seca, que normalmente se estende de janeiro a abril, diminuiu bastante em janeiro, na principal região produtora, Sorocaba, em virtude do excesso de chuvas. A colheita foi, com isso, um pouco retardada, ganhando força em fins de maio-junho.

O abastecimento de batata da seca nos principais centros de concentração e consumo do País esteve a cargo das produções paulista e paranaense. A produção mineira, que normalmen

te atingia 25% das ofertas, este ano mostrou pouca participação.

Os preços, que se apresentaram em alta durante todo o período, em termos reais alcançaram, em fins de junho, os maiores níveis dos últimos 13 anos.

A safra de inverno no Centro-Sul, devido ao elevado risco de geadas, desenvolveu-se mais em São Paulo, tendo se expandido mais nas DIRAs de Campinas - São João da Boa Vista, Vargem Grande do Sul - Sorocaba - Ibiúna, Itapetininga - e Capital - Moji das Cruzes e Suzano (quadro 94).

O plantio de inverno de 1979 foi bastante grande em São Paulo, atingindo cifra 35% superior à média dos três anos anteriores. Mesmo com a diminuição da produção em decorrência das geadas de 30 de maio, 19 de junho e 18 de julho, além de granizo em pontos isolados, os preços recebidos pelos agricultores atingiram níveis relativamente baixos. Em Minas Gerais, a safra de inverno, que vinha se desenvolvendo nos últimos anos, em 1979 estendeu-se por novas áreas, sofrendo bastante com as geadas.

O presente plantio de inverno, conquanto não se disponha de dados oficiais, deverá sofrer sensível redução em relação aos anos anteriores. Os revezes econômicos sofridos no ano passado por certo número de produtores, a alta dos insumos e, sobretudo, as exigências para a realização do financiamento agrícola advindas de recentes normas do PROAGRO, colaboraram para alijar grande parte dos agricultores da produção de batata.

Esta sistematização vem recebendo críticas de produtores de batata quanto à forma de indenização e alíquota de cobertura do sinistro, além de ter alijado do sistema securitário firmas que vinham atendendo satisfatoriamente o produtor.

Os preços da batata semente certificada, cuja participação no custo é de 40% a 53%, elevaram-se 91% nos 12 meses que precederam maio último, época em que se deu a decisão de plantio, acusando a partir de então maiores altas. Adubos e corretivos, que participam com 12,5% a 22,5% no custo da produção da batata, receberam no referido período alta de 182%; combustíveis e lubrificantes subiram 145% no período; defensivos, participando entre 5% e 20% do custo, registraram no período alta de 102%, enquanto que os preços do produtor elevaram-se somente 74%, nesse período.

Os preços da batata de inverno, com a redução esperada de oferta, deverão, a partir de julho, acentuar a tendência altista observada nos meses anteriores, mantendo-se elevados, seguramente, até o final do presente ano.

(IEA, 25/07/80)

QUADRO 94 . - Área Plantada de Batata, Estado de São Paulo, 1976/77 a 1979/80

(em 1.000ha)

DIRA	Das águas				Da seca				De inverno			
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79
São Paulo	2,9	3,3	3,0	2,9	2,3	2,2	2,1	1,3	2,4	0,8	1,0	1,8
Vale do Paraíba	0,5	0,4	0,4	0,4	0,2	0,2	0,3	0,4	1,2	0,5	0,6	1,0
Sorocaba	5,2	5,3	5,6	5,0	3,8	4,6	4,9	4,6	2,2	2,2	2,3	2,7
Campinas	3,4	3,7	3,2	3,1	1,7	1,9	2,0	1,2	1,2	1,3	1,7	2,2
Ribeirão Preto	-	-	-	-	0,9	0,9	0,3	0,6	0,6	0,2	0,6	0,7
Bauru	0,1	0,2	0,1	0,1	-	-	0,1	-	0,1	0,1	0,1	0,1
São José do Rio Preto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Araçatuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Presidente Prudente	-	-	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marília	0,2	0,1	0,6	0,4	0,4	0,4	-	-	0,4	0,2	0,1	0,4
Estado	12,3	13,0	13,0	12,0	9,3	10,2	9,7	8,1	8,1	5,3	6,4	8,9

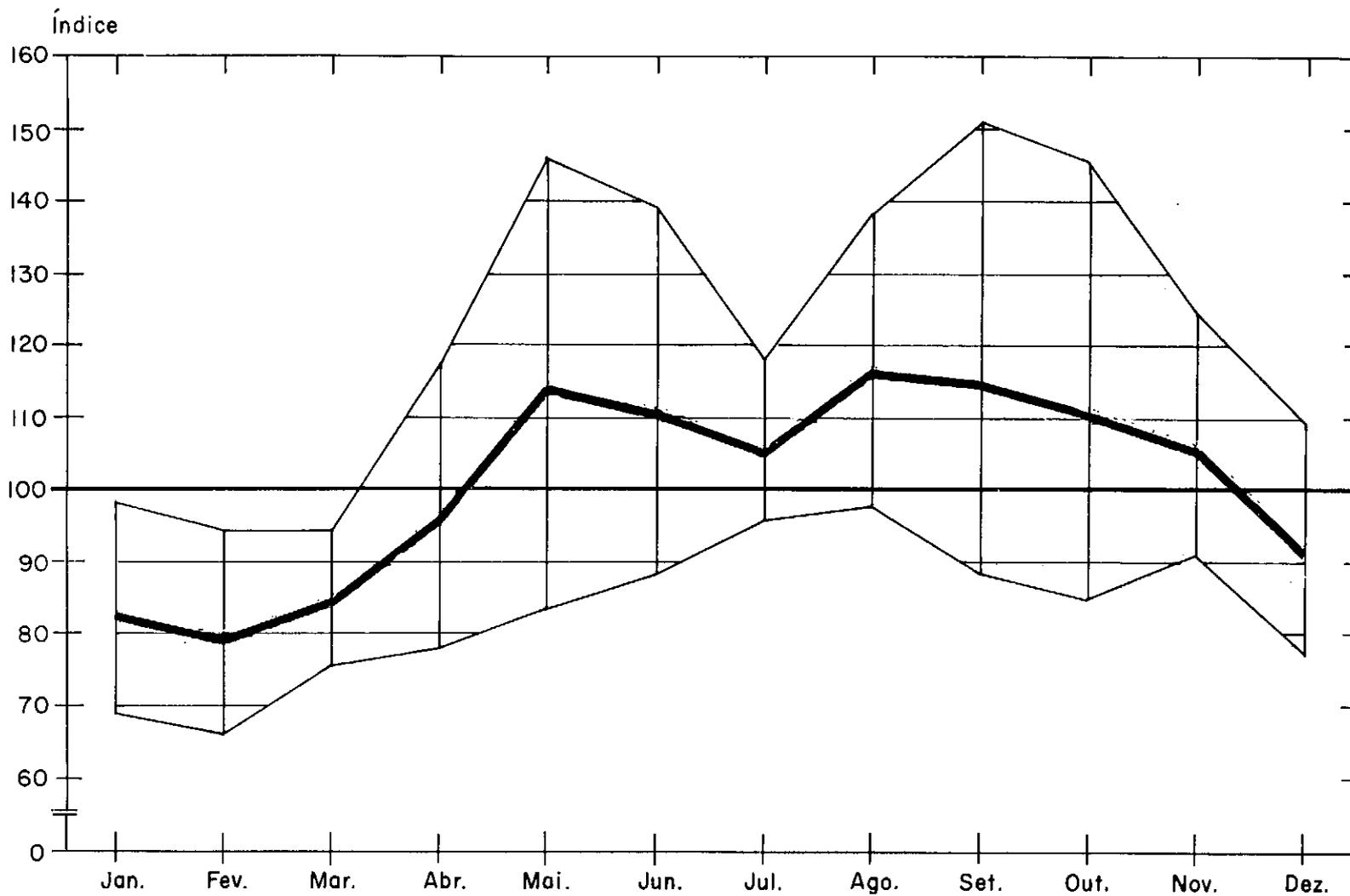


FIGURA 17. - Variação Estacional do Preço Médio Recebido pelos Agricultores, Batata, Estado de São Paulo.

- Arroz

Na safra 1979/80, a produção nacional de arroz em casca, de acordo com a previsão de junho da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), está estimada em 9,8 milhões de toneladas, com acréscimo de 29,7% em relação à anterior (7,6 milhões de toneladas), a despeito das quebras verificadas por adversidades climáticas em diversas regiões produtoras, especialmente nos estados do Ceará, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte. Problemas com colheita e movimentação da safra foram assinalados apenas nas zonas de fronteira agrícola, como no Estado do Mato Grosso.

Esse volume deverá ser suficiente para atender à demanda interna de 8,7 milhões, calculada pela Comissão de Financiamento da Produção (CFP), descartando-se, assim, a necessidade de importação, como se verificou em 1979 (720,8 mil toneladas) e nos três primeiros meses de 1980 (35,0 mil toneladas).

Na Região Centro-Sul, constatou-se, de forma generalizada, aumentos de área, de produção e de rendimento médio em todos os estados, com exceção do Rio de Janeiro. No Estado de São Paulo, o levantamento de safra do Instituto de Economia Agrícola (IEA) aponta sensível aumento de produtividade da cultura, cerca de 37% em relação à safra de 1978/79, e de 27% em relação à média dos últimos cinco anos, em grande parte decorrente das boas condições climáticas durante o ciclo vegetativo (quadro 95).

Embora as áreas plantadas nas DIRAs produtoras de arroz de sequeiro variem de ano para ano, a área no Estado manteve-se, em 1979/80, praticamente igual à da safra anterior, não alterando, em essência, a tendência de diminuição iniciada em meados dos anos 60. Todavia, observa-se, em relação a 1978/79, aumentos significativos de área nas DIRAs de Campinas, Ribeirão Preto, São Paulo e São José do Rio Preto, compensando as reduções observadas em outras regiões produtoras. No Vale do Paraíba, onde predomina a cultura irrigada, também registrou-se acréscimo de área, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos.

Essa última região, na safra 1979/80, contribuiu com 7% da produção e 5% da área cultivada com arroz no Estado, tendo apresentado rendimento 41% superior à média estadual (quadros 96 e 97).

Conquanto a produção de sementes da Secretaria de Agricultura e Abastecimento tenha aumentado 43,3% e a das firmas produtoras de sementes certificadas tenha duplicado, para o plantio da safra 1979/80, em relação à de 1978/79, sua utilização pelos produtores foi estimada em 39%; a maior parcela é, ainda, proveniente de semente de produção própria, de outros orizicultores ou de maquinistas, o que pode estar afetando o rendimento da cultura.

Na safra recém terminada, as sementes para cultura de sequeiro mais empregadas foram as variedades indicadas pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, quais sejam, IAC 1246, IAC 47 e IAC 25, seguidas em menor proporção por Batatais e Prataço precoce.

O abastecimento do Estado, ao final de 1979 e princípio de 1980, foi mantido com: a) produto originário do Rio Grande do Sul, cuja aceitação pelos consumidores paulistanos vem se ampliando; b) com arroz proveniente de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principalmente, para atendimento das regiões interioranas; e c) pela venda de arroz importado, através de leilões na Bolsa de Cereais de São Paulo.

Para 1980, estima-se que o produto sulino deverá responder por 45% do arroz consumido no Estado de São Paulo, enquanto admite-se uma participação dos estados centrais da ordem de 40% das necessidades, de forma que apenas a parcela restante será suprida pela produção paulista.

Quanto aos preços recebidos pelos agricultores em São Paulo, verifica-se que, após terem atingido um pico em janeiro de 1980, apresentaram-se decrescentes até abril, quando voltaram a elevar-se, embora situando-se, em termos reais, aquém dos valores observados desde o início de 1978. Entretanto, a tendência do mercado é de pequenos acréscimos em preços correntes, pois, a partir de junho, a fim de agilizar a comercialização, o Governo Federal tomou medidas no sentido de sustar o crédito para maquinistas (EGF) e, em meados de julho, começou a expirar o prazo para pagamento dos empréstimos de custeio agrícola (quadro 98).

Para o próximo ano agrícola, tendo em vista os valores estipulados para o Valor Básico de Custeio (VBC) e as estimativas de custo operacional do IEA, verifica-se que foi mantida, comparativamente à safra anterior, a mesma relação (62%) entre o VBC e o custo, o que sugere influência semelhante desse fator na decisão de plantio.

Quanto à capacidade de beneficiamento de arroz e de condições para sua armazenagem, não existem problemas no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, obstáculos para ampliação da produção. De outra parte, como o risco da cultura de sequeiro é muito grande para o emprego de adubo, cujos preços continuam em alta, seu uso não deverá se intensificar de modo a contribuir para a melhoria do rendimento, que certamente ficará na dependência de condições climáticas favoráveis.

Outrossim, apesar das características de risco da cultura de sequeiro, os resultados obtidos na safra colhida podem ser considerados excelentes nas principais regiões produtoras. Além disso, o preço mínimo para a safra 1980/81, com acréscimo real da ordem de 13%, pode ser julgado estimulante ao plantio, fazendo com que a expectativa seja de ampliação da área plantada (talvez 5%), contrapondo-se ao resultado apontado no modelo nerloviano. Entretanto, um aumento de produção somente deverá ocorrer caso se repita o alto rendimento registrado em 1979/80.

(IEA, 07/08/80)

QUADRO 95. - Evolução do Rendimento Agrícola de Arroz, por DIRA, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1979/80

(em kg/ha)

DIRA	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
São Paulo	1.000	1.171	1.211	1.188	1.463	1.147	1.167	706	1.286	984
Vale do Paraíba	1.571	1.851	1.766	2.165	1.796	1.709	2.042	2.000	2.400	1.973
Sorocaba	800	1.318	1.215	1.566	1.268	1.417	1.077	678	770	1.101
Campinas	715	1.373	1.329	1.385	1.134	1.434	1.259	1.023	1.270	1.600
Ribeirão Preto	585	1.326	1.139	976	757	1.445	891	696	1.449	1.430
Bauru	627	1.190	1.005	1.304	945	1.286	1.038	652	591	1.241
São José do Rio Preto	415	1.264	944	1.113	877	1.280	845	618	1.207	1.465
Araçatuba	756	1.294	1.181	1.609	909	1.419	1.445	879	892	1.479
Presidente Prudente	798	1.426	1.454	1.491	918	1.226	1.063	519	321	1.157
Marília	-	-	-	1.244	993	1.248	885	386	286	1.008
Estado	625	1.312	1.121	1.252	974	1.354	1.307	720	1.025	1.403

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 96. - Evolução da Área Cultivada de Arroz, por DIRA, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1979/80

(em mil hectares)

DIRA	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
São Paulo	10,2	8,2	10,4	10,1	8,2	6,8	3,6	3,4	2,1	6,1
Vale do Paraíba	19,1	18,8	19,7	19,4	16,7	16,5	11,9	12,3	13,0	14,9
Sorocaba	52,5	47,8	49,4	49,8	61,5	85,5	39,0	51,8	44,0	31,6
Campinas	44,5	40,2	42,9	39,0	52,9	52,7	34,3	35,2	30,0	40,5
Ribeirão Preto	125,7	114,5	121,2	123,0	134,7	108,8	57,9	55,2	41,2	51,2
Bauru	64,1	58,0	62,7	13,8	12,7	14,0	7,8	11,5	7,1	8,7
São José do Rio Preto	183,7	164,7	165,2	124,0	130,0	170,2	98,0	81,5	74,3	86,8
Araçatuba	36,5	30,6	31,0	26,1	23,0	48,2	27,4	29,0	37,0	21,5
Presidente Prudente	20,3	20,2	16,5	16,1	19,6	45,5	27,1	18,5	14,0	8,3
Marília	-	-	-	43,4	54,4	72,1	40,0	43,5	37,7	25,6
Estado	556,6	503,0	519,0	464,7	523,7	620,3	347,0	341,9	300,4	294,6

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 97.- Evolução do Volume de Produção de Arroz, por DIRA, Estado de São Paulo, 1970/71 a 1979/80
(em mil toneladas)

DIRA	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80
São Paulo	10,2	9,6	12,6	12,0	12,0	7,8	4,2	2,4	2,7	6,0
Vale do Paraíba	30,0	34,8	34,8	42,0	30,0	28,2	24,3	24,6	31,2	29,4
Sorocaba	42,0	63,0	60,0	78,0	78,0	121,2	42,0	35,1	33,9	34,8
Campinas	31,8	55,2	57,0	54,0	60,0	75,6	43,2	36,0	38,1	64,8
Ribeirão Preto	73,8	151,8	138,0	120,0	102,0	157,2	51,6	38,4	59,7	73,2
Bauru	40,2	69,0	63,0	18,0	12,0	18,0	8,1	7,5	4,2	10,8
São José do Rio Preto	76,2	208,2	156,0	138,0	114,0	217,8	82,8	50,4	89,7	127,2
Araçatuba	27,6	39,6	36,6	42,0	30,0	68,4	39,6	25,5	33,0	31,8
Presidente Prudente	16,2	28,8	24,0	24,0	18,0	55,8	28,8	9,6	4,5	9,6
Marília	-	-	-	54,0	54,0	90,0	35,4	16,8	10,8	25,8
Estado	348,0	660,0	582,0	582,0	510,0	840,0	360,0	246,3	307,8	413,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 98.- Preço Médio Mensal Recebido pelos Agricultores, Arroz em Casca, Estado de São Paulo, 1976-80
(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	1976		1977		1978		1979		1980	
	Corrente	Real ⁽¹⁾								
Jan.	123,23	490,35	117,80	296,72	200,30	367,56	327,60	422,81	700,50	497,76
Fev.	119,40	425,06	115,10	281,30	222,00	393,85	320,50	398,71	637,80	434,70
Mar.	101,20	347,53	109,20	256,04	252,10	433,21	324,50	381,68	616,80	394,34
Abr.	96,20	318,58	125,80	283,45	264,80	440,17	340,40	385,73	601,70	364,03
Mai.	95,40	305,51	143,00	311,05	268,00	420,30	352,40	390,22	628,20	357,08
Jun.	96,40	300,60	149,70	319,44	272,00	422,85	358,80	383,97	674,80	362,44
Jul.	97,70	293,51	153,50	320,82	275,00	415,71	385,70	395,51
Ágo.	100,80	290,96	155,60	321,12	278,80	410,42	431,60	418,29
Set.	104,30	290,84	163,40	331,46	285,80	410,26	492,80	443,40
Out.	108,40	295,33	169,10	333,82	300,20	418,83	559,70	478,59
Nov.	109,90	293,80	186,00	357,92	315,40	428,28	607,20	491,84
Dez.	144,00	298,05	197,90	372,76	239,30	320,07	661,60	499,01

(¹) Preços deflacionados em cruzeiro de 1979 pelo índice "2" de Conjuntura Econômica.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

projeções de oferta agrícola

5

5 - PROJEÇÕES DE OFERTA AGRÍCOLA

As projeções de oferta de produtos vegetais, para o ano agrícola 1980/81, foram obtidas através de estimativas de área plantada, utilizando-se o modelo de ajustamento parcial de Nerlove, sendo o ajustamento por funções exponencial e linear. A área plantada foi utilizada como variável dependente, uma vez que a efetiva produção obtida num ano é, em geral, diferente da anteriormente planejada pelos produtores, devido a fatores climáticos.

Com base na área estimada, para cada produto, foram consideradas três hipóteses de rendimento para o cálculo da produção, obtendo-se estimativas pessimista, média e otimista, conforme o rendimento considerado: baixo (o menor dos últimos 5 anos), médio (a média dos anos considerados normais no período) e alto (o maior dos últimos 5 anos), respectivamente.

Em relação às áreas plantadas em 1979/80, espera-se acréscimos para: amendoim, 11,0%; café, 1,6%; cana-de-açúcar, 7,4%; cebola, 9,8%; feijão, 15,7%; mamona, 45,7%; mandioca, 7,3%; milho, 6,6%; soja, 12,4%; e tomate rasteiro, 7,0%. Perdas em área cultivada poderão ser verificadas para: algodão, -16,7%; arroz, -12,0%; banana, -11,7%; batata, -1,1%; e tomate envarado, -1,6%. A área cultivada com laranja deverá se manter estável, esperando-se um rendimento mais elevado para o próximo ano, devido à mudança na faixa etária dos pés em produção (quadro 99).

Agregando-se esses produtos, a área cultivada do Estado de São Paulo deverá expandir-se em 4,6% no ano agrícola 1980/81, atingindo um total de 5.985 mil hectares.

Em termos de oferta de produtos agrícolas, obtidas através do rendimento médio estimado, espera-se as seguintes variações: algodão, -22,1%; amendoim, 1,5%; arroz, -25,6%; banana, -13,6%; batata, -16,1%; café, 7,1%; cana-de-açúcar, 14,4%; cebola, -1,6%; feijão, 3,2%; laranja, 4,9%; mamona, 50,2%; mandioca, 66,6%; milho, -1,9%; soja, 2,0%; tomate envarado, -3,0%; e tomate rasteiro, -10,2%.

Para os produtos animais, as estimativas também foram obtidas pelo modelo de Nerlove, e a variável dependente foi a quantidade produzida; é de se esperar as seguintes variações: carne bovina, 0,2%; carne suína, 4,2%; leite, -5,3%; e ovos, 4,1% (quadro 99).

Obter-se-á, se verificadas as projeções, acréscimo de 12,2% na tonelagem de produtos vegetais a ser produzida no Estado de São Paulo, em relação a 1979/80. Considerando-se também os produtos animais, a quantidade física produzida pela agricultura paulista variaria de 11,7%.

Levando-se em conta as projeções de oferta obtidas através dos rendimentos físicos mais baixos do período 1975/76 a 1979/80 - projeções pessimistas - verificar-se-á retração de 10,0% na quantidade produzida de produtos vegetais no Estado de São Paulo em 1980/81. Convém ressaltar que esses rendimentos foram observados em anos bastante anormais, isto é, durante

te atingidos pelas adversidades climáticas.

Se se verificarem os rendimentos mais altos do período, haverá elevação de 24,9% na tonelagem de produtos agrícolas de origem vegetal em 1980/81.

(IEA, 23/07/80)

Produto	Área 1979/80 (1) (1.000ha)	Projeção área 1980/81 (1.000ha)	Rendimento estimado ⁽²⁾ (kg/ha)			Projeção de oferta 1980/81 (1.000t)			Produção 1979/80 ⁽²⁾ (1.000t)
			Baixo	Médio	Alto	Pessimista (S ₁)	Média (S ₂)	Otimista (S ₃)	
Algodão	265,3	221,0	1.117	1.669	1.789	247,0	369,0	395,0	473,4
Amendoim ⁽³⁾	210,8	234,0	1.319	1.567	1.715	309,0	367,0	401,0	361,6
Arroz (em casca)	311,5	274,0	720	1.212	1.433	197,0	332,0	393,0	446,4
Banana	38,5	34,0	15.832	17.316	19.130	538,0	589,0	650,0	681,8
Batata ⁽⁴⁾	28,3	28,0	13.329	15.328	17.703	373,0	429,0	496,0	511,2
Cafê	987,6	1.003,0	150	500	517	150,0	502,0	519,0	468,8
Cana-de-açúcar ⁽⁵⁾	1.237,8	1.330,0	50.966	64.338	72.380	67.785,0	85.570,0	96.265,0	74.820,0
Cebola ⁽⁶⁾	17,3	19,0	10.494	15.093	16.861	199,0	287,0	320,0	291,7
Feijão ⁽³⁾	401,9	465,0	463	630	706	215,0	293,0	328,0	283,8
Laranja	533,0	-	-	-	-	-	7.218,0	-	6.880,0
Mamona	19,9	29,0	1.067	1.214	1.404	31,0	35,0	41,0	23,3
Mandioca ⁽⁷⁾	35,4	38,0	19.370	20.616	21.713	736,0	783,0	825,0	470,0
Milho	1.030,0	1.098,0	1.750	2.240	2.434	1.922,0	2.460,0	2.673,0	2.507,4
Soja	583,8	656,0	1.334	1.923	2.117	875,0	1.261,0	1.389,0	1.236,0
Tomate envarado	6,3	6,2	43.375	48.533	49.238	269,0	301,0	305,0	310,2
Tomate rasteiro	15,8	16,9	12.204	25.490	30.380	206,0	431,0	513,0	480,0
Carne bovina	-	-	-	-	-	-	446,0	-	445,1
Carne suína	-	-	-	-	-	-	61,0	-	63,7
Leite	-	-	-	-	-	-	1.588,0 ⁽⁸⁾	-	1.627,3 ⁽⁸⁾
Ovos	-	-	-	-	-	-	622,0 ⁽⁹⁾	-	597,7 ⁽⁹⁾

⁽¹⁾ Baseada no 4º levantamento, abril de 1980, IEA-CATI.

⁽²⁾ Rendimento estimado a partir da área colhida.

⁽³⁾ Das águas e da seca.

⁽⁴⁾ Incluída a produção de inverno em volume semelhante a 1978/79.

⁽⁵⁾ Para indústria.

⁽⁶⁾ De muda e de soqueira.

⁽⁷⁾ Para indústria e para mesa.

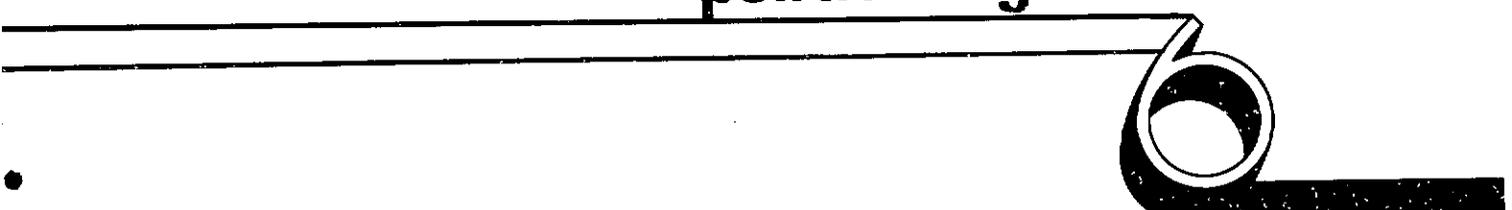
⁽⁸⁾ Milhões de litros.

⁽⁹⁾ Milhões de dúzias.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

IEA

política agrícola



A política econômica executada no Brasil a partir do início de 1979 definiu como prioridades o setor agrícola, a ampliação das exportações e o problema energético, estabelecidas diante dos graves problemas econômicos enfrentados pelo Brasil após 1976, em termos de taxas de inflação, crescentes déficits no balanço de pagamento e aumento rápido da dívida externa. Estes problemas teriam sido agravados com as frustrações das safras nos anos agrícolas de 1977/78 e 1978/79, que empurraram os índices de custo de vida para cima, agravaram a nossa balança comercial em função da redução dos níveis de exportações agrícolas e forçaram importações de milho, arroz, feijão, carne bovina, leite e trigo (chegando próximo de US\$1,5 bilhão em 1979), objetivando atender à demanda interna e frear a elevação dos preços desses produtos no mercado doméstico.

Detectaram-se, também, como componentes autônomos da aceleração do processo inflacionário, os consideráveis déficits do setor público provocados, principalmente, pelos elevados subsídios dados pelo Governo ao setor produtivo (via crédito, isenções fiscais e preços de insumos importados e nacionais) e aos consumidores (via subsídio direto ao trigo e outros produtos importados e mesmo produzidos no País), pela velocidade das empresas estatais em se diversificarem e crescerem às taxas elevadas, que além de elevar o déficit do setor público, pressionaram a balança comercial, através de níveis crescentes de importações de insumos e bens de capital, para concretizar os seus projetos de grande magnitude.

Deve-se, também, ressaltar a participação do custo do petróleo importado na elevação do déficit do balanço de pagamento. O Brasil, dependendo em 80% de petróleo importado, que passou de US\$12,00 por barril no início de 1979 para US\$26,00 a US\$35,00 por barril em maio de 1980, deverá no corrente ano consumir 55% da receita das exportações para pagar esse produto vital ao nosso desenvolvimento.

Ao lado desses fatos, verifica-se que os agudos desequilíbrios no balanço de pagamentos brasileiro, após 1974, são decorrentes dos mecanismos acumulativos da dívida externa, contraída no período de forte expansão da economia brasileira, e da elevação dos preços no mercado internacional de bens intermediários, matérias-primas (principalmente petróleo) e dos bens de capital.

Foi nesse contexto que no início de 1979 o Governo Federal elegeu a agricultura como um dos setores prioritários, para que o setor desse as seguintes contribuições básicas: estabilização dos preços dos produtos agrícolas no mercado interno; descompressão dos índices de custo de vida, visando uma redução no crescimento do Índice Geral de Preços; recuperação e aumento das exportações do setor primário e produção de energia a partir da biomassa, que pudesse substituir, de modo crescente, os derivados líquidos de petróleo.

Elaboraram-se, a partir daí, mudanças nas políticas de crédito rural, PROAGRO, Preços Mínimos, exportação, cambial, do imposto territorial rural e de preços de insumos, que ob

jetivavam a expansão do setor agrícola a curto prazo, para atingir as metas que se esperava da agricultura, no ano agrícola 1979/80.

Essa política agrícola defrontou-se, desde logo, com o conflito de objetivos que o setor deveria atender a curto prazo, quais sejam, a produção de alimentos para o mercado interno, ampliação da produção de produtos agrícolas exportáveis e de produtos energéticos. Isto em função da descapitalização que vinha sendo enfrentada pelos agricultores de quase todo o País, da dificuldade da realocação dos recursos produtivos a curto prazo, bem como pela falta de informações tecnológicas para elevar a eficiência dos produtores de alimentos para o mercado interno e para certas culturas produtoras de energia.

A política levada adiante pelo Governo Federal resultou numa expansão da ordem de 5% para a área das culturas anuais (algodão herbáceo, amendoim das águas e da seca, arroz, feijão das águas e da seca, mamona, milho e soja) e no aumento da produção agregada em cerca de 16% a 18%, de acordo com a última previsão de junho da Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Devido às excelentes condições climáticas prevaletentes no período de setembro de 1979 a junho de 1980, observou-se um ganho de rendimento para quase todas as culturas, fazendo com que o setor recuperasse os níveis de produção para além de sua tendência histórica. Em relação às produções do ano anterior, observa-se, segundo previsões de junho de 1980, um acréscimo de 4% a 7% para algodão, 8% para amendoim, 25% a 29% para arroz, 2% a 6% para mamona, 2% para mandioca, 22% a 24% para o milho e de 43% a 46% para soja; e decréscimo de 3% a 7% para o feijão.

Notam-se, pois, importantes expansões em alguns produtos, enquanto o feijão, apesar dos estímulos de preço, continua sendo um problema a ser equacionado, com a solução de outras variáveis que afetam a produção. Pode-se assim dizer que medidas de estímulo da política econômica, complementadas pela ocorrência de condições climáticas favoráveis durante o ano agrícola, facilitaram a obtenção de bons resultados em alguns objetivos da política agrícola traçada.

Analisando-se os mesmos resultados sob o prisma do Estado de São Paulo, verifica-se, segundo a previsão de abril de 1980 do Instituto de Economia Agrícola, que os agregados cresceram 2,4% e 23,1%, respectivamente para a área cultivada e produção. Os produtos que tiveram acréscimo na área cultivada no período de 1978/80 foram: amendoim das águas 18%; arroz em casca, 3,7%; feijão das águas e da seca, respectivamente, 13% e 15,2%; e a soja 9,0%. Houve redução de 6,5% na área cultivada com algodão; de 16,9%, com amendoim da seca; de 2,0%, com mamona; e de 2,3%, com milho.

Em volume, os maiores acréscimos de produção foram alcançados por arroz (45%), soja (45,7%), feijão das águas e da seca (14,5% e 31,9%), e milho (10%), enquanto foram observados decréscimos para algodão (-6,7%), amendoim das secas (-5,1%) e mamona e mandioca (-4,5%). No Estado de São Paulo, tal como observado no resto do País, verificou-se crescimento na produção, basicamente, através de ganhos de produtividade, dadas as ótimas condições climáticas durante o ciclo das culturas em análise. Considerando-se o grupo dos 16 principais produtos vegetais, de ciclo anual e perene, nota-se que a área cultivada expandiu-se apenas em 1,6%, enquanto a produção cresceu 7,6%.

O relativo sucesso dos objetivos da safra de 1979/80 não deve levar o Governo a uma posição de imobilismo, ao contrário, é preciso manter o crescimento da agricultura, pelo menos por duas razões: de um lado, deve-se reconhecer que o comportamento do clima foi fundamental na safra de 1979/80; de outro lado, o crescimento acelerado e sustentado da área cultivada ainda se afigura como a principal responsável pelo atendimento da crescente demanda de alimentos, exportações e energia a partir da biomassa vegetal, dada a lentidão com que cresce a produtividade.

Quanto ao próximo ano agrícola (1980/81), as decisões de plantio deverão estar bas

tante influenciadas pelas relações de troca da agricultura com os setores industrial e serviços, principalmente os fornecedores de insumos. Considerando-se o período de maio de 1979 a abril de 1980, o índice geral de preços recebidos pelos agricultores no Estado de São Paulo elevou-se 89,7%. Em contrapartida, de acordo com os índices mensais de preços pagos pela agricultura paulista elaborados pelo IEA, houve uma elevação de 182% para os fertilizantes, 112% para os inseticidas e fungicidas, 145% para os combustíveis e lubrificantes, 84% para os salários rurais e 72% nos preços de máquinas e equipamentos.

Nesse ano agrícola, os produtores se defrontarão com acréscimos de custos variáveis para os produtos abrangidos pelos preços mínimos de 70% a 126%, com valor médio em torno de 90%, de acordo com estimativas iniciais do IEA.

Outros fatores que acabam afetando a renda do agricultor e inevitavelmente suas decisões futuras sobre o plantio estariam associados à política comercial, à manipulação do recém-criado imposto de exportação e à política de tabelamento dos preços nos mercados domésticos. Além dos fatores citados, influem, também, a disponibilidade de crédito, o impacto das novas taxas de encargos incidentes sobre os financiamentos agrícolas, os níveis dos VBCs e dos preços mínimos para a próxima safra. Todos esses elementos são fundamentais no processo de tomada de decisões de plantio, para o ano agrícola que se inicia.

A contribuição da agricultura em aumentar a oferta de alimentos continua sendo uma das metas básicas a ser perseguida pela política econômica do Governo, agora agravada pelas elevadas taxas de inflação interna, que atingiu o patamar de 99,2% nos 12 meses de julho a junho. Por outro lado, o elevado déficit observado na balança comercial, em 1979, da ordem de US\$2.717 milhões, um saldo negativo na conta de serviços de aproximadamente US\$7.600 milhões e um déficit da balança comercial nos cinco primeiros meses de 1980 atingindo US\$1,8 bilhão têm levado o Governo a implementar políticas de restrição às importações e de estímulo às exportações, para que em 1980 o País encerre a balança comercial em equilíbrio. Decorre daí a prioridade que o Governo Federal vem dando à exportação de produtos agrícolas e os estímulos ao subsetor agrícola exportador, a fim de que, para 1981, o volume das exportações agrícolas apresente uma contribuição significativa na obtenção de superávit na balança comercial do País. Ao mesmo tempo, o Governo Federal vem exigindo maior contribuição da agricultura para ajudar a solucionar o problema energético, que atualmente consiste em atingir a meta nacional de produção anual de 10,7 bilhões de litros de álcool (o equivalente em termos caloríficos a 170.000 barris de petróleo/dia), a partir de 1985, para atender às demandas de mistura de álcool anidro à gasolina e de álcool hidratado para a rota especializada em álcool. Em 1980, a produção nacional de álcool prevista é da ordem de 4,1 bilhões de litros. Além desta produção de álcool basicamente de cana-de-açúcar, deve-se esperar uma possível triplicação da mesma até 1990, utilizando não somente cana-de-açúcar, mandioca, milho e sorgo sacaríneo, como também a madeira.

Assim, torna-se necessário, desde já, definir políticas de apoio e investimento aos vários segmentos do setor agrícola, a fim de que se possa compatibilizar as metas do setor num período mais longo.

A expectativa governamental relativa ao desempenho do setor agrícola, compatível com as metas delineadas, é desafiante para um setor que tem potencial para atendê-lo. Entretanto, é necessário que a médio e longo prazos sejam canalizados maciços investimentos no desenvolvimento de novas tecnologias agrícolas, na elevação da capitalização do setor, através de uma garantia de preços mínimos estimuladora, que objetive garantir a renda do setor, e de uma política de preços de insumos e equipamentos que mantenha relação compatível com o que se observa no mercado internacional.

- Comércio Exterior

A articulação da economia brasileira com a economia internacional tem sido, nos últimos anos, um dos principais centros de atenção dos meios governamentais, empresariais e financeiros, devido aos crescentes desequilíbrios no balanço de pagamentos brasileiro após 1974. Em 1979, o déficit do balanço das transações correntes ficou em torno de US\$10,3 bilhões, sendo que US\$2,72 bilhões se constituíram em déficit na Balança Comercial.

Para 1980, as autoridades traçaram como meta o equilíbrio da balança comercial, mantendo importações e exportações ao nível de US\$20 bilhões. Deste modo, o déficit no balanço de transações correntes ficaria em torno de 8,5 a 9 bilhões de dólares, por conta do déficit na conta de serviços, sobrecarregada especialmente pelas rendas de capital (lucros, dividendos e juros). Para fazer frente a esse déficit e, ainda, às amortizações de dívidas anteriores (em torno de 7 bilhões de dólares), o ajuste pela conta capital se daria através de 1,8 a 2 bilhões de dólares, decorrentes de investimentos estrangeiros diretos, mais US\$2 bilhões provenientes de programas de crédito para importação já contratados, restando cerca de US\$12 bilhões para serem captados a título de empréstimos no mercado financeiro internacional. Além de que as reservas do País, em dezembro de 1979, eram de US\$9,4 bilhões.

Nesse contexto, o equilíbrio na balança comercial desempenha o importante papel de não agravar a situação de nossas contas externas. Esta questão assume maior relevância na medida em que as pressões dos meios financeiros internacionais são no sentido de induzir o Brasil a recorrer ao FMI para suavizar os problemas do balanço de pagamentos, medida que tem encontrado resistência por parte do governo brasileiro, devido às consequências políticas e sociais que dela decorrem.

O desempenho da balança comercial no primeiro quadrimestre de 1980 evidencia que as exportações vêm tendo o comportamento previsto, pois cresceram cerca de 30% em relação ao mesmo período do ano passado. As vendas de produtos básicos cresceram 33% no período (destaques para o café, com crescimento de 30% na quantidade e 90% no valor exportado e para o açúcar demerara, com 60% e 216% de incremento nas exportações em quantidade e em valor, respectivamente). Na área dos semimanufaturados, houve uma queda de 10% em valor e 8% em volume, devido ao fraco desempenho das vendas de óleo de soja em bruto. Os manufaturados apresentaram um desempenho considerado acima das expectativas, apresentando incremento de 41% em valor, devido, em boa medida, à elevação dos preços alcançados, já que em volume o crescimento foi de apenas 23%.

Com relação às importações, segundo dados preliminares, o desempenho neste quadrimestre está bem longe das previsões, pois cresceram cerca de 40% de janeiro a abril. Os maiores aumentos se devem aos produtos químicos com 71% e produtos minerais com 52%, incluindo-se neste último o petróleo, e aos metais, com 29%. As explicações para esse incremento são, de um lado, uma ligeira elevação nas quantidades importadas de matérias-primas com objetivo de formar estoques, diante da previsão de alta nos preços ao longo do ano e, de outro lado, o aspecto principal, que é o acréscimo nos preços das matérias-primas em geral, que se bem paralelamente aos aumentos nos preços do petróleo.

Dois fatores são complicadores no equilíbrio da Balança Comercial: do lado da contenção das importações, a forte dependência de nosso parque industrial às compras no exterior, de modo que restrições muito severas neste item podem provocar uma recessão de grandes proporções; do outro lado, o eventual contingencionamento nas exportações de certos produtos agrícolas, com objetivo de não pressionar os preços internos, visto que a taxa de inflação no País beira o patamar de 100% ao ano.

Mesmo diante desse quadro, as previsões são otimistas. Pelo lado das exportações,

espera-se um desempenho ainda melhor até o final do ano, dado que o forte das exportações de origem agrícola se dá no segundo semestre, especialmente da soja e seus derivados, e que a política de incentivos à exportação de manufaturados continuará a ser dinamizada. Pelo lado das importações, prevê-se que até o fim do ano não deverão haver pressões no sentido de formação de estoques, face aos reiterados pronunciamentos oficiais no sentido de que a desvalorização cambial do ano se situará em torno de 40%, e que as importações deverão arrefecer-se, dada a política monetária e a de "contenção" efetuada pela CACEX. As previsões mais otimistas indicam que o déficit na balança comercial deverá se situar em torno de US\$1,5 bilhão, com as exportações atingindo US\$23 bilhões e as importações chegando a US\$24,5 bilhões.

Do lado da política cambial, a política de minidesvalorizações implantada em 1968 provocou uma sobrevalorização do cruzeiro, gerando deterioração das relações de troca com o exterior. Essa situação exigia das autoridades governamentais incentivos crescentes para a exportação, principalmente de manufaturados, o que provocava protestos dos parceiros comerciais do Brasil alegando "dumping" e um comportamento discriminatório no caso das importações, face à existência do depósito prévio.

Em 1979, foram feitas as mais sérias alterações na área cambial desde a implantação da política de minidesvalorizações, iniciando-se com a chamada mini-reforma cambial de janeiro, que se constituía de um conjunto de medidas para que em prazo de 4 a 5 anos fossem eliminados os estímulos fiscais para a exportação, o mesmo ocorrendo com o depósito compulsório sobre as importações. Para alcançar esse objetivo, haveria uma compensação com a aceleração das desvalorizações cambiais. Essas desvalorizações, para 1979, deveriam ultrapassar em 6% aquela que se obteria dentro do critério de se ajustar a paridade com o dólar levando em conta a inflação brasileira e a americana. Em dezembro de 1979 foi promulgada a maxidesvalorização do cruzeiro, associada a medidas como a eliminação do crédito prêmio do IPI e do depósito prévio, assim como a implantação do imposto de exportação para alguns produtos agropecuários. Entre outros objetivos da maxidesvalorização, havia o desejo de estimular as exportações via estímulo cambial, assim como a redução de sobretaxas e barreiras não tarifárias impostas pelos países industrializados. O governo criou o imposto de exportação para que os preços dos produtos primários não tivessem quedas de cotação no mercado externo, no caso dos produtos em que o Brasil é um exportador importante, e para não estimular a exportação de bens de consumo doméstico e elevação dos preços no mercado interno.

O imposto de exportação, instituído juntamente com a maxidesvalorização, sofreu modificações no decorrer do período, em função da evolução da conjuntura econômica e política. Em alguns casos, por exemplo da soja e derivados, o imposto foi extinto diante da mobilização dos produtores, sendo substituído por quotas de exportação, além do enquadramento do farelo e do óleo no regime de tabelamento.

Após a última regulamentação do imposto de exportação (Resolução nº 617 do BACEN), para a maior parte dos produtos agrícolas sobre os quais ainda há incidência houve uma redução nas alíquotas, fixadas sobre o preço FOB. Note-se que para alguns produtos derivados da laranja e da mamona voltou a sistemática do estabelecimento das pautas de valores mínimos. É interessante notar que, se persistir a tendência da sobrevalorização do cruzeiro, a margem de manobra governamental para estímulos fiscais à exportação tende a diminuir muito. Os principais produtos primários sujeitos ao imposto de exportação são: café (além do confisco cambial), cacau e derivados, suco de laranja, óleo de mamona, fumo, algodão e açúcar.

A partir da maxidesvalorização de dezembro de 1979, o cruzeiro tem sido desvalorizado, com uma periodicidade (quase) mensal, e com a desvalorização em 16/05/80 o acumulado do ano chegou a 21,53%. Vale lembrar que, entre as medidas tomadas em dezembro de 1979, foi fixada uma correção cambial de 40% para 1980, calculada sobre a hipótese bastante otimista de queda na taxa de inflação, durante 1980. A inflação acumulada de janeiro a maio atinge

32,7%, o que leva a crer que dificilmente a meta inicial de controle da inflação em torno de 55% será atingida. Essa alta taxa de inflação interna deverá levar a uma sobrevalorização do cruzeiro, se mantida a mencionada pré-fixação da desvalorização cambial para 1980. Outro fator que poderá ter como conseqüência a perda de competitividade das exportações brasileiras é a recuperação do dólar americano no mercado financeiro internacional a partir de março, desde que mantida a política de paridade com o dólar americano.

Na questão das alterações cambiais, vale lembrar que de janeiro/79 a janeiro/80 o cruzeiro foi desvalorizado em 103%. Se, de um lado, esse é um fator que estimula as exportações, ao mesmo tempo provocou uma alta sensível nos preços dos insumos importados utilizados na produção agrícola. Nessa situação, foram tomadas algumas medidas que atenuariam o problema, como: enquadramento dos defensivos agrícolas na sistemática de controle de preços do CIP, e isenção do imposto de 15% nas operações financeiras para aquisição de divisas (IOF), na importação de matérias-primas para produção de fertilizantes, fertilizantes, pesticidas e sementes.

Resta saber até que ponto os ganhos líquidos dessas medidas beneficiarão o setor produtivo, já que as elevações nos preços dos produtos agrícolas decorrentes da alteração cambial foram em parte inibidas pela instituição do imposto de exportações e pela elevação nos preços dos insumos agrícolas.

- Preços Mínimos

A política de preços mínimos vem sendo exercida no Brasil desde 1945, tendo passado por diversas fases em que foram, gradativamente, superadas algumas restrições que impediam sua operacionalização mais efetiva. Nesta última década, tem-se, teoricamente, procurado orientá-la no sentido de um enfoque de longo prazo, embora na prática isso nem sempre tenha acontecido, na medida em que muitas vezes inverteu-se essa visão de longo prazo, ora em função de problemas na administração da política monetária, ora em função de priorizar outros setores da economia, ou mesmo dentro do próprio setor agrícola onde, na maioria das vezes, estimularam-se uns poucos produtos em detrimento dos demais. De qualquer modo, o objetivo central dessa política é tentar reduzir o risco de preço das diversas atividades agrícolas, garantindo a renda do setor agrícola.

Para que isso ocorra é necessário procurar situar os preços mínimos entre os custos de produção e os preços de mercado.

A efetivação de tal política deve se dar em dois instantes do tempo. No primeiro, o estabelecimento dos preços mínimos deverá interferir na expectativa de preços pelo agricultor, no sentido de definir um piso sobre o qual não haveria redução nos preços; no segundo, quando o Governo deverá efetuar compras ou vendas nos picos de baixa ou alta. Importante passo na efetivação da política de preços mínimos foi o seu desligamento do crédito de custo, possibilitando alterar os preços sem necessariamente alterar o crédito rural ⁽¹⁾.

Por outro lado, a instabilidade de preços de onze produtos agrícolas no período 1948/76, no Estado de São Paulo, mostra que, com exceção do café e algodão, tais produtos podem ser separados, grosso modo, em três grupos: um grupo de produtos cujos preços sofrem alterações diretamente em função de razões estritamente de ordem interna; outro com produtos cujos preços variam tanto em função dos preços externos quanto dos preços internos (classificados como produtos intermediários); e o último onde entrariam os produtos cujos preços va

⁽¹⁾ Medida disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional em maio de 1979.

riam mais em função de alterações nos preços externos. A diferença existente nos indicadores dos três grupos é significativa, sendo que os produtos do primeiro grupo (mandioca, feijão, cebola, batata e arroz) têm maior instabilidade de preços, contra os produtos do segundo grupo (milho, amendoim e algodão) que apresentam menores instabilidades de preços, reduzindo-se mais para produtos que têm participação efetiva ao longo do tempo nas exportações (soja e cana, este último com preço administrado), sugerindo que, apesar de os preços externos apresentarem-se instáveis muitas vezes, mesmo assim funcionam como redutor da instabilidade dos preços internos, papel que poderia ser exercido pela política de garantia de preços mínimos, principalmente para o caso dos produtos que compõem o 1º grupo.

A análise da variação percentual entre os custos variáveis estimados para a safra 1980/81 e os custos variáveis efetivos da safra 1979/80 mostra que a menor variação ficou por conta do arroz de sequeiro da região de Ribeirão Preto (67%) e a maior variação ficou para a mamona (126%), sendo que, regra geral, os percentuais gravitam em torno de 90%, podendo-se atribuir essas altas ao processo inflacionário na economia brasileira e que afetam os insumos utilizados pela agricultura, gerando pressões altistas em seus custos (quadro 100 coluna 12).

Para a safra que ora se finda, os preços mínimos foram estimulantes, relativamente aos custos variáveis, para soja e arroz de sequeiro, garantindo margens altas; entretanto, já para algodão, milho, mandioca, feijão e amendoim, as margens remunerativas foram bastante pequenas quando não irrelevantes; e por último, foram francamente desestimulantes para mamona e sorgo, quadro 100 coluna 5.

Para a safra 1980/81, a relação entre custos variáveis e preços mínimos (coluna 10) mostra que os preços mínimos estabelecidos são francamente estimulantes para mandioca, soja, milho e feijão; estimulantes para algodão e arroz; ainda estimulantes, porém menos, para sorgo e mamona; e desestimulantes para amendoim.

Com relação às possíveis margens remunerativas (quadro 106) para esse ano, comparadas às margens de 1979/80, estas aumentarão para algodão, milho, mamona, mandioca, sorgo e feijão, diminuindo um pouco para soja e arroz e mantendo-se constantes para amendoim.

Os resultados apresentados mostram que existe a intenção de manter a ótica de longo prazo, além de incentivar bastante a produção de alimentos, como no caso da mandioca e feijão. O incentivo ao milho, por sua vez, reflete o objetivo de produção de matéria-prima fundamental para inúmeros setores agroindustriais.

- Crédito Rural

Entre os instrumentos de política econômica acionados pelo governo para operacionalizar a prioridade conferida ao setor agrícola, continua destacando-se o crédito rural, em que pesem as dificuldades de compatibilização com a política monetária.

No ano passado, a perspectiva de amplos limites de financiamento do plantio, ao lado da garantia de preços mínimos mais elevados, relativamente aos anteriormente oferecidos ao setor, geraram de início expectativas altamente favoráveis no meio rural. Não obstante, a posterior elevação dos preços dos insumos e da mão-de-obra veio reverter em parte aquelas expectativas, produzindo certa frustração, felizmente compensada pelas condições climáticas particularmente favoráveis que prevaleceram durante o ano agrícola, com efeitos benéficos sobre o rendimento das culturas e a renda dos agricultores.

Uma avaliação mais precisa do desempenho do crédito rural em 1979, no momento, é impossível pela inexistência de dados estatísticos completos. Na sua falta, informações obtidas para o período de janeiro a setembro permitiram estimar os montantes dos financiamentos nas modalidades de custeio, investimento e comercialização, durante o ano (quadro 101).

As estimativas mostram que, em termos reais, houve expansão do crédito rural, no Estado de São Paulo, particularmente das operações de custeio, que elevaram-se em 27%, enquanto os financiamentos para investimento e comercialização cresceram respectivamente cerca de 5% e 6%, enquanto as aplicações totais elevaram-se em torno de 15%, em relação a 1978.

Essa evolução mostra claramente que o crédito foi um dos principais instrumentos para dinamização do setor agrícola; todavia, é interessante observar que, aparentemente, não se verificou a esperada resposta ao crédito, em termos de expansão de área cultivada (quadro 102). Enquanto, para culturas anuais, o crédito de custeio, em termos reais, expandiu-se 48% (comparando-se os primeiros 9 meses dos anos), a área cultivada em São Paulo cresceu apenas 0,6% de 1978 para 1979, valendo destacar o caso do algodão e do milho, que embora tenham absorvido 63% mais de crédito, tiveram as áreas plantadas reduzidas de 6,5% e 2,3%, respectivamente, e o caso do feijão, a única cultura que apresentou expansão de áreas similar à do crédito, da ordem de 13%. Observe-se que o crédito de custeio dirigido às culturas perenes reduziu-se, registrando-se, simultaneamente, pequenas variações de área, sugerindo que a política de crédito premiou as culturas anuais, deixando em segundo plano aquelas já implantadas e para as quais o próprio mercado vem oferecendo estímulos suficientes para um bom desempenho, como café, cana e laranja.

Analisando-se as respostas das culturas anuais à expansão do crédito algumas possíveis explicações podem ser aventadas: em primeiro lugar, os custos de produção por unidade de área à época do plantio sofreram sensível elevação, relativamente à safra anterior, persistindo esse comportamento durante o período de produção, especialmente no caso das culturas mais dependentes dos chamados insumos modernos. Em segundo lugar, como consequência de frustrações de safras anteriores, os produtores estavam bastante descapitalizados, havendo assim uma razão adicional para se valerem das facilidades de financiamento oferecidas pelo governo (quadro 103).

Aparentemente, portanto, o concurso desses dois fatores - maior necessidade de recursos de giro e situação de descapitalização - aliados a um terceiro, a tendência à substituição de capital próprio por capital externo ao setor, inerente à política de crédito rural altamente subsidiado, fez com que a área cultivada na safra 1979/80 se expandisse apenas 0,6%, apesar da apreciável expansão do crédito concedido à agricultura, que atingiu no global 15%, em termos reais, considerando-se 21 produtos.

Quanto ao Valor Básico de Custeio (VBC), outro elemento-chave da política de crédito, verifica-se que embora a fixação dos VBCs para a safra 1979/80 tenha, a princípio, parecido um razoável avanço em relação à situação de anos anteriores, proporcionando na ocasião cobertura superior a 60% dos custos variáveis para a maioria das culturas anuais, a elevação dos preços dos insumos resultou em sensível redução dessa relação, que para a maior parte dos produtos ficou na faixa dos 50% e 60% (quadro 103).

Para a próxima safra, as principais alterações da política de crédito rural são a diante sumariadas e comentadas. As estimativas de custos de produção, para o ano agrícola 1980/81, mostram acréscimos consideráveis em relação aos verificados na safra 1979/80. Em decorrência, se se pretendesse que os VBCs cobrissem a totalidade dos custos variáveis, haveria necessidade de que fossem elevados em mais de 200%, em alguns casos, e em pouco menos nos demais. Como é evidente, isso colidiria com a política antiinflacionária em vigor. Na atual conjuntura, em que pese a prioridade agrícola e as manifestações tranquilizadoras das autoridades responsáveis pela condução da política econômica - no sentido de que não haverá restrição de crédito para a agricultura - um tal reajuste não poderia ser esperado, uma vez que a política de crédito agrícola em alguma medida tem que se subordinar à política macroeconômica. Refletindo esse fato, os VBCs recentemente fixados asseguram coberturas dos custos variáveis médios estimados em proporção variando de um mínimo de 50% para a mamona a um

máximo de 85% para a soja (quadro 103). Aliás, essas coberturas não são, grosso modo, muito diferentes das que vigoraram na última safra. Mas, enquanto os produtores de feijão terão 100% do VBC financiado, os de soja terão 80%; para os demais produtos, os produtores terão crédito de 100% do VBC, com exceção dos grandes produtores que receberão cobertura creditícia de 80% do Valor Básico de Custeio (CMN - 25/06/80).

Anteriormente ao reajuste dos VBCs, já haviam sido alterados os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito rural, que sofreram elevação diferenciada em função da classificação do produtor e da finalidade do crédito, valendo notar que o financiamento de fertilizantes continua beneficiando-se de juros nulos, visando facilitar o uso desse insumo, cujos preços elevaram-se substancialmente. Por outro lado, o financiamento está agora parcialmente sujeito à correção monetária segundo as ORTNs, além da taxa de juros. Aparentemente, as elevações de custos financeiros referidas, numa conjuntura inflacionária como a atual, não alteram de modo significativo o caráter subsidiado, que de longa data vem caracterizando a política de crédito rural (quadro 104)

Uma última alteração nessa política deve ser mencionada: a eliminação da corresponsabilidade do produtor rural (endossante) e seus avalistas no pagamento da nota promissória rural, na eventualidade de que seus emitentes não saldem a dívida perante o banco em que houver sido descontada (Lei 5.754/79).

- Seguro Rural e PROAGRO

- Programa da garantia da atividade agropecuária

O Programa da Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) sofreu, durante a segunda metade de 1979 e a primeira de 1980, diversas alterações por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), divulgadas através de Resoluções e Cartas Circulares do Banco Central do Brasil (BACEN).

Segundo decisão do Conselho Monetário (BACEN - Carta Circular 550), a margem de cobertura do PROAGRO será de 80% do VBC para todos os produtos, sendo que um adicional de 1% será mantido para os produtores que não tenham recebido cobertura por parte do programa nos últimos três anos e para novos mutuários; nos demais casos, o adicional a ser cobrado será de 3% do valor financiado. Quanto à cobertura da parcela de recursos próprios dos produtores agrícolas declarados no contrato de financiamento, permanece em suspenso sua operacionalização, pois essa última decisão altera a Lei 6.685 de 3 de setembro de 1979, pela qual o PROAGRO cobria 100% do financiamento concedido pelas instituições financeiras e, também, a parcela de recursos próprios dos produtores.

Com o intuito de evitar duplicação de cobrança, o BACEN comunicou, recentemente, aos agentes financeiros o fato de ser facultativa a adesão ao PROAGRO nos créditos de custeio agrícola ou pecuário, quando a exploração estiver sujeita à outra modalidade de seguro, fato esse que já vinha ocorrendo no Estado de São Paulo, com diversas culturas seguradas pela COSESP.

A redução da cobertura de 100% para 80% e a nova sistemática dos adicionais de cobrança visam levar o produtor agrícola a participar mais dos riscos inerentes às atividades, obrigando-o a adequar melhor as explorações de acordo com as condições climáticas prevalentes.

- Seguro rural

Em 1979, a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP) operou por intermédio de seu Departamento de Seguro Rural, com a modalidade de seguro agrícola de riscos múltiplos para as culturas de algodão, amendoim, banana, batata, milho, soja, trigo, tomate e videira; seguro de florestas; seguro pecuário para eqüinos e bovinos; e, ainda, seguro temporário de vida para pequenos produtores mutuários do BANESPA e CEESP.

O apoio assistencial foi proporcionado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e BANESPA S.A. (Serviços Técnicos e Administrativos), contando com o apoio financeiro, quanto à captação de prêmios e pagamento de indenizações, do Banco do Estado de São Paulo S.A., Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica do Estado de São Paulo S.A.

Note-se o grande número de seguros na cultura do algodão, representando cerca de 98% do número total realizado no ano agrícola 1978/79 e 80% do total de prêmios arrecadados, refletindo a obrigatoriedade do seguro nessa atividade, efetuado no ato de aquisição da semente, cujo comércio constitui monopólio da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. O mesmo pode ser dito quanto ao número de sinistros ocorridos, onde cerca de 85% do total dizem respeito à cultura do algodão, embora com relação ao total de indenizações pagas isso represente 42% do total (quadro 105).

O total das indenizações pagas para todas as culturas foi 63% superior ao total de prêmios arrecadados, sendo que o número total de sinistros ocorridos foi de apenas 6,0% do número de seguros realizados. Quanto à relação entre as indenizações pagas e os prêmios arrecadados, notam-se altos índices para as culturas de soja, banana, batata, trigo, tomate e milho, frente às culturas de algodão, amendoim e videira.

Segundo a COSESP, o número de seguros realizados tem decrescido substancialmente nos últimos anos, o que se explicaria pela presença do PROAGRO, sua obrigatoriedade e sua amplitude em termos de garantia. Ajudaria a explicar esse decréscimo até então, o fato de que restavam dúvidas quanto às disposições da Circular nº 511/80 do BACEN, tornando facultativa a adesão ao PROAGRO de culturas já sujeitas à outra modalidade de seguro obrigatório, porém nada estabelecendo sobre seguro rural facultativo.

Para o ano agrícola 1980/81, as taxas estabelecidas pela COSESP são: para o algodão 2,5%; para amendoim, milho, soja, banana e videira 5,0%; e para batata e tomate 8,0%; incidindo sobre valores calculados para efeito de indenização, baseados em custos operacionais de produção. No caso do seguro de eqüinos e bovinos, na sua modalidade mais procurada, seguro de vida anual, essa taxa variará entre 5% e 6% sobre o valor do animal. Quanto ao seguro de florestas, modalidade iniciada em 1979, as apólices cobrem riscos múltiplos com taxas entre 1% e 2%, incidindo sobre o valor comercial estimado da floresta. Para o trigo, devido ao alto risco da produção em nosso Estado, a COSESP não irá mais operar com cobertura de seguro nessa cultura.

- Tributos na Agricultura

- Imposto territorial rural (ITR)

Dentre as alterações referentes aos tributos pagos pelo setor agrícola cabe destacar a realizada no Imposto Territorial Rural (ITR), pretendendo tornar este imposto um instrumento fiscal mais efetivo, com a finalidade de promover maior eficiência no uso da terra.

Assim, como estímulo ao aumento da produtividade do solo, este imposto pode ter re

dução de até 90% de um valor básico. Parte dessa redução (até 45%) seria devida a maior ou menor grau de utilização da terra, medido pela relação entre a área efetivamente utilizada e a área aproveitável total do imóvel rural. Outra parcela da redução de até 45% dever-se-ia ao grau de eficiência na exploração, medido pela relação entre o rendimento agrícola ou número de cabeças de animais por hectares, conseguido para cada produto explorado e os correspondentes índices de rendimento fixados pelo INCRA, mediante Instrução Especial.

Por outro lado, o imóvel rural que oferecer grau de utilização da terra inferior ao limite determinado pelo INCRA será penalizado através da alíquota a ser aplicada, a qual será multiplicada por coeficientes de progressividade: no primeiro ano 2; no segundo 3; no terceiro ano e seguintes 4.

Há de se observar que no caso do grau de eficiência, os índices regionais de produtividade deverão situar-se acima dos níveis médios regionais, para que este estímulo surta efeito.

Com a introdução do Módulo Fiscal (MF), expresso em hectares e determinado para cada município, a sistemática do cálculo do ITR foi bastante simplificada, permitindo a padronização dos imóveis rurais quanto à sua dimensão, em âmbito municipal, uma vez que não se leva mais em conta o tipo de exploração conduzido no imóvel. Em função do número de módulos fiscais, a alíquota variará de 0,2% (2 módulos) até 3,5% para propriedades acima de 100 módulos.

A regulamentação desse imposto deu-se através do Decreto nº 84.685, de 6 de maio de 1980, e o INCRA disporá em Instrução Especial sobre o procedimento administrativo para apuração dos créditos e das infrações à legislação do imposto sobre a propriedade territorial rural, das taxas e contribuições por ele administradas, bem como a formalização, revisão e cumprimento das respectivas exigências.

- Imposto de circulação de mercadorias (ICM)

Das modificações introduzidas no ICM para 1980, ressalta a fixação pelo Senado Federal de novas alíquotas máximas. Pela Resolução nº 129 de 28/11/79, estas alíquotas foram majoradas para as operações internas e interestaduais nas regiões Sudeste e Sul de 14% para 15% em 1980, 15,5% em 1981 e 16% em 1982 e exercícios subsequentes; nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de 15% para 16% em 1980 e anos seguintes. Nas operações de exportação, manteve-se a mesma alíquota de 13%, inclusive para os exercícios posteriores (quadro 107).

Em Resolução posterior, do Governo Federal ⁽²⁾, foram baixados novos limites para a alíquota (11%) quando de operações interestaduais com mercadorias enviadas para fins de industrialização ou comercialização. Nestas mesmas operações, quando promovidas pelos contribuintes das Regiões Sudeste e Sul com destino às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, a alíquota será de 10% em 1980; 9,5% em 1981; 9% em 1982 e exercícios subsequentes.

Com exceção da redução das alíquotas nas hipóteses já comentadas como resultado da política federal, o que se verifica com relação ao ICM é a preocupação do governo estadual, através de medidas específicas, em aumentar a arrecadação desse imposto visando angariar maiores receitas. Assim é que, para os produtos agrícolas, visualiza-se essa mesma situação,

(2) Resolução nº 07/80 - O Estado do Espírito Santo, para efeito de aplicação de alíquotas mais reduzidas nessas operações, foi incluído como estado pertencente à Região Nordeste.

tendo em vista as seguintes modificações introduzidas no Regulamento do ICM - RICM, que deverão onerar ainda mais o produtor. A fim de estimular a exportação de hortifrutigranjeiros, o Ministério da Fazenda efetuou o Convênio ICM 09/90 com as Secretarias de Fazenda Estaduais, isentando a partir de 1º de julho de 1980 as saídas para o exterior de legumes, ovos e frutas com exceção do abacaxi.

Da relação dos produtos hortifrutícolas cuja saída, efetuada por quaisquer estabelecimentos, estava isenta do ICM para as operações internas e interestaduais, foram excluídos o alho, a maçã e a pera, que a partir de 1980 sofrerão incidência do imposto⁽³⁾. O mesmo decreto para a retirada da isenção alcançou, também, alguns pescados, ovas de peixes, crustáceos e moluscos.

No caso de produtos agrícolas beneficiados pelo diferimento, foi acrescentada para o algodão em caroço mais uma hipótese em que a saída deste produto deixa de ter o lançamento do imposto transferido (diferido). Assim, o algodão em caroço passou também a sofrer incidência do imposto nas saídas para a indústria localizada em território paulista cabendo, agora, ao remetente recolher o imposto devido antes da remessa deste produto.

- Imposto sobre operações financeiras (IOF)

O governo federal visando restringir importações e diminuir os meios de pagamentos⁽⁴⁾ modificou significativamente o IOF, introduzindo em abril de 1980 sua incidência sobre operações de câmbio e as referentes a títulos e valores mobiliários. Com estas novas medidas, foi revogada a legislação anterior⁽⁵⁾, na qual as operações de crédito rural até o valor de 50 vezes o maior salário mínimo vigente no país constavam do benefício da isenção.

Atendendo a deliberações do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central do Brasil regulamentou a instituição do presente imposto⁽⁶⁾, incluindo o crédito rural no capítulo referente às operações não tributáveis. Para as operações de créditos de custeio e de investimento não há incidência do imposto. Nas operações de crédito de comercialização, não há incidência nos seguintes casos: a) em operações até 50 vezes o MVR; b) crédito concedido à cooperativa ou a órgãos públicos (diretos ou autarquias); c) crédito concedido por cooperativa a associado; e d) crédito de pré-comercialização como extensão de custeios, formalizado no mesmo instrumento.

Deste modo, a incidência do imposto recai, com alíquota de 0,6%, em operações para crédito de comercialização quando não enquadradas nos itens mencionados acima.

(IEA, 28/07/80)

(3) Decreto Estadual nº 14.737 - 15/02/80.

(4) Decreto Lei nº 1.783 (abril/80).

(5) Decreto Lei nº 914.

(6) Resolução BACEN - nº 619 (maio/80) e Carta Circular BACEN - nº 451 (junho/80).

QUADRO 100. - Rendimento, Custos Variáveis Efetivos e Estimados por Hectare, Custos Variáveis Efetivos e Estimados por Quilograma, Preços Mínimos por Quilograma, Relações Custos Variáveis/Preços Mínimos e Custos Variáveis Estimados/Custos Variáveis Efetivos, Estado de São Paulo, Safras 1979/80 e 1980/81

Produto	Safrá 1979/80					Relação 3/4 (5)
	Custo variável efetivo (CrS/ha)	Rendimento- (¹) (kg/ha)	Custo variável efetivo (CrS/kg)	Preço mínimo (CrS/kg)		
	(1)	(2)	(3)	(4)		
Algodão TM - DIRA Campinas	22.658,20	1.860	12,18	13,46		0,90
Soja TM - DIRA Ribeirão Preto	7.117,20	2.220	3,21	7,34		0,44
Milho TM - Sub-região Rib. Preto	7.406,70	2.820	2,63	3,09		0,85
Arroz sequeiro TM - DIRA Rib. Preto	6.706,91	1.440	4,66	7,56		0,62
Mamona TMA - Sub-região P. Venceslau	7.415,86	1.150	5,45	6,34		1,02
Mandioca TMA - Sub-região Assis	8.710,40	13.000	0,67	0,73		0,92
Sorgo TM - Sub-região Jaboticabal	9.384,48	2.820	3,33	2,63		1,27
Feijão águas TMA - DIRA Sorocaba	10.279,17	720	14,28	15,00		0,95
Amendoim águas TM - DIRA Rib. Preto	18.362,20	2.200	8,35	8,40		0,99

Produto	Safrá 1980/81					Relação 6/1 (11)
	Custo variável estimado (CrS/ha)	Rendi- mento (²) (kg/ha)	Preço mínimo (CrS/kg)	Relação 6/7 (9)	Relação 9/8 (10)	
	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	
Algodão TM - DIRA Campinas	40.002,13	1.785	31,68	22,41	0,71	1,77
Soja TM - DIRA Ribeirão Preto	12.854,93	2.100	11,00	6,12	0,56	1,81
Milho TM - Sub-região Rib. Preto	14.351,17	2.820	7,90	5,09	0,64	1,94
Arroz sequeiro TM - DIRA Rib. Preto	11.198,33	1.200	12,00	9,33	0,78	1,57
Mamona TMA - Sub-região P. Venceslau	16.760,83	1.200	14,67	13,97	0,95	2,26
Mandioca TMA - Sub-região Assis	19.472,83	20.000	1,80	0,97	0,54	2,24
Sorgo TM - Sub-região Jaboticabal	17.975,84	3.120	7,10	5,76	0,81	1,92
Feijão águas TMA - DIRA Sorocaba	18.866,93	960	30,00	19,65	0,66	1,84
Amendoim águas TM - DIRA Rib. Preto	31.933,78	2.425	13,00	13,17	1,01	1,74

(¹) Rendimento obtido do 49 levantamento de Previsões e Estimativas de Safras, de abril de 1980, do Instituto de Economia Agrícola.

(²) Rendimento extraído das matrizes de custos operacionais, estimados para 1980/81, pelo Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 101. - Crédito Rural, Concedido por Finalidade, Estado de São Paulo, 1977

Finalidade	Valor (em Cr\$1.000) ⁽¹⁾			Variação (%)	
	1977	1978	1979 ⁽²⁾	1979/1978	1980/1979
Custeio	60.997.348	63.540.835	80.659.260	4,2	26,9
Investimento	24.309.680	24.728.324	26.072.400	1,7	5,4
Comercialização	50.015.582	53.492.185	56.878.460	7,0	6,3
Total	135.322.610	141.761.344	163.610.120	4,8	15,4

⁽¹⁾ Deflacionado para abril de 1980 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Dados finais dos três primeiros trimestres e estimativa do Instituto de Economia Agrícola para o 4º trimestre.

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 102. - Área Cultivada e Crédito de Custeio Agrícola, Principais Culturas do Estado de São Paulo 1978 e 1979

Cultura	Área cultivada			Crédito de custeio ⁽¹⁾		
	1978 (1.000ha)	1979 (1.000ha)	Variação 1979/1978 (%)	1978 (Cr\$1.000)	1979 (Cr\$1.000)	Variação 1979/1978 (%)
Algodão	283,6	265,3	-6,5	2.658.296	4.338.633	63,2
Amendoim	203,4	210,8	3,6	888.542	1.558.363	75,4
Arroz	300,4	311,5	3,7	789.424	1.157.608	46,6
Batata-inglesa	31,8 ⁽²⁾	20,1 ⁽³⁾	...	1.255.308	1.231.912	-1,9
Cafê	1.014,7	987,6	-2,7	3.248.002	3.125.579	-3,8
Cana-de-açúcar	1.214,7	1.237,8	1,9	5.940.412	4.462.472	-24,9
Feijão	351,5	401,9	14,3	789.160	890.856	12,9
Frutas cítricas	516,4 ⁽⁴⁾	533,0 ⁽⁴⁾	3,2	1.927.670	2.128.309	10,4
Mandioca	39,1	35,4	-9,5	49.323	58.876	19,4
Milho	1.054,5	1.030,0	-2,3	2.300.865	3.753.012	63,1
Soja	535,8	583,8	9,0	1.863.453	3.545.205	90,2
Trigo	204,8	167,0	-18,5	1.427.576	1.254.825	-12,1

⁽¹⁾ Apenas 1º, 2º e 3º trimestres, valor deflacionado para abril de 1980 pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica.

⁽²⁾ Valor das águas, da seca e de inverno.

⁽³⁾ Cultura das águas e da seca.

⁽⁴⁾ Apenas laranja.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola e Banco Central do Brasil.

QUADRO 103. - Comparação entre Valor Básico de Custeio e Custo Variável de Produção das Principais Culturas Anuais, Estado de São Paulo, 1979/80 e 1980/81

Cultura	1979/80					1980/81		
	VBC (Cr\$/ha)	Custo variável		VBC/Custo variável		Custo variável estimado (1) (Cr\$/ha)	VBC (Cr\$/ha)	VBC/Custo variável (%)
		Estimado(1) (Cr\$/ha)	Efetivo (Cr\$/ha)	Estimado (%)	Efetivo (%)			
Algodão (TM)(Região de Campinas)	14.717,00	16.613,28	22.658,20	88,6	65,0	40.002,13	29.700,00	74,2
Amendoim das águas (TM)(Região de Ribeirão Preto)	9.962,00	17.621,11	18.362,20	56,5	54,2	31.933,78	18.900,00	59,2
Arroz sequeiro (TM)(Sub-região de Barretos)	3.825,00	5.720,50	6.706,91	66,9	57,0	11.198,33	7.000,00	62,5
Feijão das águas (TMA)(Sub-região de Itapeva e Avaré)	4.864,00	8.898,25	10.279,17	54,7	47,3	18.866,93	11.300,00	59,9
Mamona (TMA)(Sub-região de Presidente Venceslau)	4.508,00	7.302,70	7.415,86	61,7	60,8	16.760,83	8.400,00	50,1
Mandioca (TMA)(Região de Assis)	7.000,00	8.736,44	8.710,40	80,1	80,4	19.472,83	12.300,00	63,2
Milho (TM)(Região de Ribeirão Preto)	4.767,00	6.565,80	7.406,70	72,6	64,4	14.351,17	10.000,00	69,7
Soja (TM)(Região de Ribeirão Preto)	4.703,20	6.434,70	7.117,20	73,1	66,1	12.854,93	12.200,00	85,0
Sorgo (TM)(Região de Ribeirão Preto)	4.672,00	7.433,16	9.384,48	62,8	49,8	17.975,87	9.600,00	74,7

(1) Estimativa anteriormente ao plantio.

Fonte: Manual de Crédito Rural, Instituto de Economia Agrícola e Gazeta Mercantil de 26/06/80.

QUADRO 104. - Encargos Financeiros em Créditos Rurais ⁽¹⁾, Brasil, Dezembro de 1979

(em porcentagem)

Finalidade e tipo de produtor	Correção monetária	Juros	Total de encargos anuais para 1980
Mini produtor e pequeno produtor			
Custeio	(40% das ORTNs) 19	5	24
Investimento	(50% das ORTNs) 24	5	29
Demais produtores			
Custeio	(60% das ORTNs) 28	5	33
Investimento	(70% das ORTNs) 33	5	38
Comercialização			
Descontos	(60% das ORTNs) 28	5	33
Pregos mínimos	(50% das ORTNs) 24	5	29

⁽¹⁾ Com exceção das áreas de atuação da SUDENE e SUDAN e Programas Especiais.

Fonte: Resolução 590, dezembro/79 e Carta Circular 383, janeiro/80 - BACEN.

QUADRO 105. - Comportamento das Diversas Modalidades de Seguro Agrícola, Estado de São Paulo, 1978/79

Cultura	Seguros realizados		Sinistros ocorridos		Relação S/P (%)
	Nº	Prêmio arrecadado(P) Cr\$	Nº	Indenizações pagas(S) Cr\$	
Algodão	18.824	36.291.811,00	997	31.651.889,00	87,21
Amendoim	22	253.711,00	3	68.482,00	26,99
Banana	20	655.190,00	16	4.131.185,00	630,53
Batata	31	606.009,00	22	3.605.138,00	594,90
Milho	25	437.615,00	6	957.077,00	218,70
Soja	100	1.957.580,00	50	15.708.221,00	802,43
Trigo ⁽¹⁾	89	3.855.024,00	57	16.807.697,00	435,99
Tomate	21	177.918,00	9	457.484,00	257,13
Videira	160	1.475.569,00	28	1.070.436,00	72,54
Total	19.292	45.710.427,00	1.188	74.457.609,00	162,86

⁽¹⁾ A cultura do trigo apresentava em 31/12/79, quatro sinistros pendentes no valor de Cr\$731.716,58.

Fonte: COSESP - Departamento de Seguro Rural, Relatório Anual 1979.

QUADRO 106. - Margens Remunerativas Relativamente aos Preços Mínimos, Estado de São Paulo, 1979/80 e 1980/81⁽¹⁾

(em percentagem)

Produto	Margem remunerativa		Margem remunerativa, 1980/81 em relação a 1979/80
	1979/80	1980/81	
Algodão TM - DIRA Campinas	10	29	aumenta
Soja TM - DIRA Ribeirão Preto	56	44	diminui
Milho TM - Sub-região Ribeirão Preto	15	36	aumenta
Arroz sequeiro TM - DIRA Ribeirão Preto	38	22	diminui
Mamona TMA - Sub-região Presidente Venceslau	2	5	aumenta
Mandioca TMA - Sub-região Assis	8	46	aumenta
Sorgo TM - Sub-região Jaboticabal	27	19	aumenta
Feijão águas TMA - Sorocaba	5	34	aumenta
Amendoim águas TM - Ribeirão Preto	1	1	constante

⁽¹⁾ A margem remunerativa é calculada com base na relação custos variáveis e preços mínimos.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 107. - Alíquotas Máximas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias, por Regiões do Brasil, 1977-82

(em percentagem)

Região	Operação	1977 ⁽¹⁾	1978 ⁽¹⁾	1979 ⁽¹⁾	1980 ⁽²⁾	1981 ⁽²⁾	1982 ⁽²⁾ (e seguintes)
Sudeste e Sul	Interna	14	14	14	15	15,5	16
	Interestadual	14(11)	14(11)	14(11)	15(11)	15,5(11)	16(11)
	Exportação	13	13	13	13	13	13
Norte e Nordeste	Interna	15	15	15	16	16	16
	Interestadual	15(11)	15(11)	15(11)	16(10)	16(9,5)	16(9)
Centro-Oeste	Exportação	13	13	13	13	13	13

⁽¹⁾ Conforme Convênio ICM 44/76, nas operações interestaduais, foi reduzida a base de cálculo do imposto nas saídas promovidas por contribuintes das regiões Sudeste e Sul, em 21,428%, e Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em 26,666%, o que resulta para estas regiões alíquotas de 11%.

⁽²⁾ Nas operações interestaduais que destinem mercadorias a contribuintes para fins de industrialização ou comercialização aplica-se a alíquota menor. Nestas mesmas operações, o Estado do Espírito Santo, para efeito da aplicação de alíquota mais reduzida, foi incluído como estado pertencente à região Nordeste.

Fonte: Resolução n^{os} 98/76, 129/79 e 7/80, do Senado Federal.

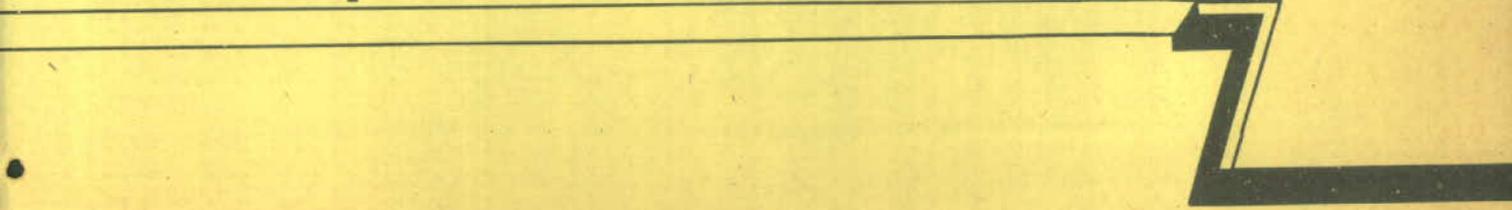
QUADRO 108. - Preços Mínimos e Relação Percentual Para as Safras 1979/80 e 1980/81, Estado de São Paulo

Produto	Preços mínimos 1979/80	Preços mínimos 1980/81	Relação percentual 79/80-80/81 (%)	Unidade
Algodão	201,90	475,20	135	15kg
Soja	440,40	660,00	50	60kg
Milho	185,40	474,00	156	60kg
Arroz	453,60	720,00	59	60kg
Mamona	380,40	880,20	131	60kg
Mandioca	733,00	1.800,00	146	t
Sorgo	157,80	426,00	170	60kg
Feijão	900,00	1.800,00	100	60kg
Amendoim	210,00	325,00	55	25kg

Fonte: Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados do Conselho Monetário Nacional (CMN).

IEA

desempenho da agricultura paulista



7 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

- Valor da Produção Agrícola

Estimativas de preço e produção de 26 dos principais produtos da agricultura paulista, referentes à safra 1979/80, resultam em decréscimo de 7,2% em termos reais no valor bruto da produção em relação a 1978/79. Ao se excluir o café, essa taxa passa para -6,6%, a despeito da queda de 7,9% observada na produção desse produto. Considerando-se somente a variação quantitativa da produção entre 1978/79 e 1979/80, a preços de 1978/79, a agricultura paulista apresenta acréscimo de 4,5%; excluindo-se o café, essa taxa passaria a 7,4% (quadro 109).

Os 20 produtos vegetais apresentam, entre esses dois anos, decréscimo de 5,5%; subtraindo-se o café, tem-se -4,0%.

Em conjunto, os seis produtos animais deverão experimentar decréscimo de 10,4% em relação a 1978/79.

Globalmente, o valor da produção agrícola está avaliado em pouco mais de Cr\$254 bilhões, 77,2% acima do observado em 1978/79 (Cr\$143,3 bilhões). Os produtos vegetais responderam por 68,1% desse total, e os produtos animais pelos 31,9% restantes.

Quanto à importância relativa dos diferentes produtos, em termos de participação no valor da produção agrícola do Estado, verifica-se que o café ocupa a primeira posição (18,5%), seguindo-o a cana-de-açúcar (16,8%) e a carne bovina (14,1%). Nesta safra, esses 3 produtos, mais ovos e aves para corte (8,8%), leite (7,4%) e laranja (6,0%) responderam por 71,6% do total do setor. Desses produtos, apresentam ganhos em valores reais: cana-de-açúcar (3,2%), leite (6,1%) e laranja (2,9%); outros aumentos foram verificados para limão (40,5%), arroz (37,8%), feijão (28,5%), trigo (20,0%), tomate rasteiro (15,1%), soja (7,6%) e mandioca (5,4%). Entre os que registraram perdas, em termos reais, destacam-se: uva (-33,0%), tomate envarado (-31,6%), amendoim (-31,4%), cebola (-28,2%), tangerina (-27,4%), batata (-24,5%), banana (-22,5%), algodão (-22,4%), ovos (-20,9%), chã verde (-17,1%), mamona (-16,6%), casulo (-15,4%), carne suína (-14,5%), milho (-14,2%), aves para corte (-14,0%), carne bovina (-12,1%) e café (-9,5%) (quadro 110).

- Indicadores de Preço e de Quantidade

Esperam-se, para este ano, variações em termos reais da ordem de -8,7% no índice geral de preços, e de 5,5% no índice de produção física dos 21 produtos constantes das séries históricas do IEA, considerando-se como base o período 1966-70 (quadro 111).

Para o grupo de produtos de origem vegetal, espera-se decréscimo de 9,5%, em pre

ços reais, e um aumento de 7.6% na quantidade produzida. Subtraindo-se o café, os índices de preço se retraem em relação a 1978/79 para -13,7%, e os índices de quantidade se expandem 13,4%. Contribuem para esses resultados as quedas em preços reais observadas para: café, cana-de-açúcar, laranja, milho, ovos, soja, algodão, arroz, batata, carne suína, amendoim, cebola, tomate, banana, casulo, chá verde e mamona; e os acréscimos de produção verificados para: cana-de-açúcar, laranja, milho, soja, feijão, arroz, amendoim e tomate.

Os produtos de origem animal, na safra 1979/80, revelam diminuição nos preços reais (-7,3%), enquanto as quantidades produzidas praticamente mantiveram-se inalteradas.

Para esse grupo, observam-se as seguintes variações, em preços reais: carne bovina (-12,9%), leite (5,09%), ovos (-22,1%), carne suína (-11,4%) e casulo (-11,8%). Em termos de quantidade, verifica-se: 0,9% para carne bovina e leite; -3,5% para carne suína; -4,1% para casulo; e a mesma produção de 1978/79 para os ovos.

Relativamente a preços, os produtos tradicionais, em transição e modernos, apresentaram decréscimo em termos reais, em relação a 1978/79, de 0,9%, 9,3% e 13,0%, respectivamente.

Quanto à quantidade produzida, os produtos tradicionais e os modernos cresceram 31,8% e 10,7% respectivamente, enquanto os produtos em transição decresceram 7,3%.

- Índices de Área e de Rendimento

A área cultivada do Estado de São Paulo cresceu 1,6% em relação ao ano anterior, enquanto o rendimento aumentou 9,8%, para as principais 16 culturas (quadro 112).

O aumento na área agregada cultivada com cana-de-açúcar, laranja, soja, feijão, arroz, amendoim e banana foi maior que o decréscimo verificado com café, milho, algodão, batata, cebola, tomate e mamona.

Para o ganho no rendimento, com exceção de algodão, café, chá verde e mamona, todos os demais produtos contribuíram positivamente.

Agrupando-se os produtos segundo o nível de tecnologia adotada (produtos modernos, em transição e tradicionais), observam-se acréscimos de área cultivada de 9,1% e 2,9% para os tradicionais e os modernos, respectivamente, e redução de 2,1% na área dos produtos em transição. Para o grupo dos tradicionais, contribuiu a expansão da área de arroz (3,7%) e feijão (14,3%), e para os modernos, laranja (3,2%) e soja (9,0%).

Em relação ao rendimento médio dos 3 grupos verificou-se ganho em relação a 1978/79: tradicionais (20,0%), modernos (12,4%) e em transição (3,4%).

(IEA, 06/08/80)

QUADRO 109. - Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista, Final do Ano Agrícola 1978/79 e Estimativa Preliminar 1979/80

Produto	Quantidade (1.000t)		Preço (Cr\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cr\$1.000)		Valor real de 1979/80 ⁽³⁾ (Cr\$1.000)
	1978/79	1979/80 ⁽¹⁾	1978/79	1979/80 ⁽²⁾		1978/79	1979/80	
Cafê	508,8	468,8	3.200,00	6.000,00	sc.60kg	27.136.000	46.880.000	24.560.104
Cana-de-açúcar	63.460,0	72.300,0	340,97	589,61	tonelada	21.637.956	42.628.803	22.332.931
Carne bovina	445,1	448,9	721,50	1.200,00	arroba	21.409.310	35.912.000	18.814.045
Leite ⁽⁴⁾	1.677,3	1.692,5	5,50	11,04	litro	9.225.150	18.685.200	9.789.045
Laranja	6.181,2	6.880,0	51,00	90,00	cx.40,9kg	7.726.500	15.176.471	7.950.847
Hilho	2.277,0	2.507,4	195,00	290,00	sc.60kg	7.400.250	12.119.100	6.349.112
Ovos ⁽⁵⁾	597,7	597,7	13,25	20,00	dúzia	7.919.525	11.954.000	6.262.617
Áves para corte ⁽⁵⁾	327,1	327,1	19,50	32,00	quilograma	6.378.450	10.467.200	5.483.693
Soja	848,8	1.236,0	354,60	500,00	sc.60kg	5.016.408	10.300.000	5.396.098
Algodão	507,3	473,4	170,00	270,00	arroba	5.749.400	8.521.200	4.464.198
Feijão	230,6	283,8	752,90	1.500,00	sc.60kg	2.893.646	7.095.000	3.717.021
Arroz	307,8	446,4	430,20	780,00	sc.60kg	2.206.926	5.803.200	3.040.256
Batata ⁽⁷⁾	520,2	511,2	370,00	543,00	sc.60kg	3.207.900	4.626.360	2.423.718
Carne suína	63,7	61,5	514,50	870,00	arroba	2.184.910	3.567.000	1.868.726
Amendoim	333,8	361,6	187,70	227,00	sc.25kg	2.506.170	3.283.328	1.720.113
Cebola	310,3	291,7	346,50	505,00	sc.45kg	2.389.310	3.273.522	1.714.975
Trigo	223,1	233,1	324,00	710,40	sc.60kg	1.204.740	2.759.904	1.445.894
Tomate envarado	308,1	310,2	6,40	8,30	quilograma	1.971.840	2.574.660	1.348.846
Uva de mesa	132,5	133,5	92,20	117,00	cx.8kg	1.527.063	1.952.438	1.022.869
Tomate rasteiro	412,0	480,0	1,75	3,30	quilograma	721.000	1.584.000	829.846
Banana	614,1	681,8	1.500,00	2.000,00	tonelada	921.150	1.363.600	714.380
Tangerina	629,3	635,0	51,00	70,00	cx.40,8kg	786.625	1.089.461	570.761
Limão	373,3	330,5	33,00	100,00	cx.40,8kg	301.934	810.049	424.379
Mandioca	492,0	470,0	570,00	1.200,00	tonelada	280.440	564.000	295.476
Casulo	4,9	4,7	67,10	113,00	quilograma	328.790	531.100	278.240
Chá verde	41,8	42,1	4,20	6,60	quilograma	175.560	277.860	145.569
Mamona	24,4	23,3	6,00	10,00	quilograma	146.400	233.000	122.067
Valor total da produção (26 produtos)				(crescimento real = -7,2%)		143.353.353	254.032.456	133.085.826
Valor total da produção sem café (25 produtos)				(crescimento real = -6,6%)		116.217.353	207.152.456	108.525.722
Valor total da produção de origem vegetal (20 produtos)				(crescimento real = -5,5%)		95.907.218	172.915.956	90.589.459
Valor total da produção de origem vegetal s/cafê (19 prod.)				(crescimento real = -4,0%)		68.771.218	126.035.956	66.029.355
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)				(crescimento real = -10,4%)		47.446.135	81.116.500	42.496.367
Valor total da produção a preços 1978/79				(crescimento físico = 4,5%)		143.353.353	149.863.625	...
Valor total da produção sem café a preços 1978/79				(crescimento físico = 7,4%)		116.217.353	124.860.958	...

(¹) Quarta estimativa de safra, abril de 1980.

(²) Estimativas preliminares, baseadas em informações disponíveis até junho de 1980.

(³) Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica, de julho de 1979 a junho de 1980.

(⁴) Milhões de litros.

(⁵) Milhoes de dúzias. Mantida em 1979/80 a produção anterior.

(⁶) Mantida em 1979/80 a produção anterior.

(⁷) A safra de inverno de 1979/80 foi estimada como sendo igual à de 1978/79.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 110.- Variação Percentual na Área Plantada, Produção, Rendimento, Preço e Valor da Produção de 26 dos Principais Produtos da Agricultura Paulista entre os Anos Agrícolas 1978/79 e 1979/80⁽¹⁾

Produto	Participação percentual		Variação percentual entre 1979/80 e 1978/79						
	no valor		Área	Produção	Rendimento	Preço		Valor	
	1978/79	1979/80				Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾
Cafê	18,93	18,45 >	- 2,67	- 7,86	-13,77	87,50	- 1,77	72,76	- 9,49
Cana-de-açúcar	15,09	16,78 x	1,90	13,93	8,01	72,92	-12,37	97,01	3,21
Carne Bovina	14,93	14,14 x	...	0,85	...	66,32	8,92	67,74	-12,12
Leite	6,44	7,36 >	...	0,91	...	100,73	5,09	102,55	6,11
Laranja	5,39	5,97 >	3,21	11,31	6,00	76,47	- 7,55	96,42	2,90
Milho	5,16	4,77 x	- 2,32	10,12	12,74	48,72	-22,09	63,77	-14,20
Ovos	5,52	4,71	...	0,00	...	50,94	-20,91	50,94	-20,92
Aves para corte	4,45	4,12	...	0,00	...	64,10	-14,05	64,10	-14,03
Soja	3,50	4,05 x	8,96	45,62	33,73	41,00	-26,13	105,33	7,57
Algodão	4,01	3,35 >	- 6,45	- 6,68	- 0,28	58,82	-16,79	48,21	-22,35
Feijão	2,02	2,79 >	14,34	23,07	7,64	99,23	4,38	45,19	28,45
Arroz	1,54	2,28 >	3,70	45,03	39,80	81,31	- 5,01	62,95	37,76
Batata	2,24	1,82 x	-11,35	- 1,73	11,17	46,76	-23,12	44,22	-24,45
Carne suína	1,52	1,40	...	- 3,45	...	69,10	-11,41	63,26	-14,47
Amendoim	1,75	1,29	2,53	8,33	3,23	20,94	-36,64	31,01	-31,36
Cebola	1,67	1,29	- 6,99	- 5,99	1,07	45,74	-23,65	37,01	-28,22
Trigo	0,84	1,09	-18,46	4,48	28,19	119,26	14,87	119,09	20,02
Tomate envarado	1,38	1,01 >	- 3,08	0,68	3,86	29,69	-32,19	30,57	-31,59
Uva de mesa	1,07	0,77	3,57	0,75	0,29	26,90	-33,51	27,86	-33,02
Tomate rasteiro	0,50	0,62 x	-21,00	16,50	47,47	88,57	- 1,14	119,69	15,10
Banana	0,64	0,54	1,85	11,02	10,90	33,33	-30,15	48,03	-22,45
Tangerina	0,55	0,43	- 3,91	0,91	- 7,89	37,25	-28,10	38,50	-27,44
Limão	0,21	0,32	-15,72	-11,47	1,13	203,03	58,76	168,29	40,55
Mandioca	0,20	0,22	- 9,46	- 4,47	4,14	110,53	10,29	101,11	5,36
Casulo	0,23	0,21	...	- 4,08	...	68,40	-11,77	61,53	-15,37
Chã verde	0,12	0,11	0,00	0,72	- 4,08	57,14	-17,62	58,27	-17,08
Mamona	0,10	0,09	- 1,97	- 4,51	- 2,58	66,67	-12,67	59,15	-16,62

⁽¹⁾ Quarta estimativa de safra, abril de 1980.

⁽²⁾ Deflator estimado em função da variação do índice "2" de Conjuntura Econômica, de julho de 1979 a junho de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 111.- Índices de Preços Reais e de Quantidade Produzida, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, Estado de São Paulo, Anos Agrícolas 1977/78 a 1979/80⁽¹⁾

Grupo ⁽²⁾	Nº de produtos	Preço					Quantidade				
		1977/78	1978/79	1979/80 (³)	Evolução (%)		1977/78	1978/79	1979/80 (⁴)	Evolução (%)	
					1978/79	1979/80				1977/78	1978/79
Produtos tradicionais	6	119,61	127,32	126,20	6,45	- 0,88	62,51	73,19	96,46	17,08	31,79
Produtos em transição	7	198,00	197,13	178,82	-0,44	- 9,29	105,16	121,70	112,80	15,73	- 7,31
Produtos modernos	8	124,95	121,89	106,09	-2,45	-12,96	172,86	200,30	221,72	15,87	10,69
Produtos de origem animal	5	147,33	175,81	163,06	19,33	- 7,25	125,41	126,84	127,28	1,14	0,35
Produtos de origem vegetal	16	157,34	156,45	141,59	-0,56	- 9,50	125,94	148,32	159,61	17,77	7,61
Produtos de origem vegetal sem café	15	138,15	132,40	114,32	-4,16	-13,66	123,35	145,70	165,21	18,12	13,39
Geral sem café	20	141,52	148,33	132,21	4,81	-10,87	124,11	138,78	151,29	11,82	9,01
Geral	21	154,07	162,78	148,61	5,65	- 8,70	125,77	141,30	149,04	12,35	5,48

⁽¹⁾ Índices construídos pelo método de Laspeyres, ponderação fixa no período base. Índices de preços ponderados pela produção média do período 1966-70; preços transformados em cruzeiro de 1975 pelo índice "2" de Conjuntura Econômica. Índices de quantidade ponderados pelos preços médios do período 1966-70. Base de comparação igual à de ponderação.

⁽²⁾ Composição dos índices anuais: Índice "1" - Produtos tradicionais: arroz, feijão, mamona, bovinos, leite e suínos; Índice "2" - Produtos em transição: banana, cebola, milho, amendoim, mandioca, café e chá; Índice "3" - Produtos modernos: batata, laranja, tomate, cana, casulo, soja, algodão e ovos; Índice "4" - Produtos animais: carne bovina, carne suína, casulo, leite e ovos; Índice "5" - Produtos de origem vegetal: amendoim, algodão, arroz, banana, batata, cana-de-açúcar, café, chá, cebola, feijão, laranja, mamona, mandioca, milho, soja e tomate; Índice "6" - Produtos de origem vegetal sem café; Índice "5", excluindo-se o café; Índice "7" - Geral sem café: composto dos índices "4" e "6"; e Índice "8" - Geral composto dos índices "1", "2" e "3", ou "4" e "5".

⁽³⁾ Preço e deflator preliminares.

⁽⁴⁾ Baseados na 4ª estimativa de safra, abril de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 112.- Índices de Área Plantada e Rendimento, por Grupo de Produtos e Evolução Percentual, Estado de São Paulo, entre os Anos Agrícolas 1977/78 a 1979/80

Grupo (1)	Nº de produtos	Índice de área plantada(2)					Índice de rendimento(3)				
					Evolução (%)					Evolução (%)	
		1977/78	1978/79	1979/80 (4)	1978/79 1977/78	1979/80 1978/79	1977/78	1978/79	1979/80 (4)	1978/79 1977/78	1979/80 1978/79
Produtos tradicionais	3	73,19	60,85	66,38	- 16,86	9,09	110,75	128,55	154,23	16,07	19,98
Produtos em transição	7	80,60	85,89	84,10	6,56	-2,08	116,22	127,93	132,30	10,08	3,42
Produtos modernos	6	181,22	192,89	198,56	6,44	2,94	91,98	126,98	142,76	38,05	12,43
Produtos de origem vegetal sem café	15	99,85	102,49	105,03	2,64	2,48	106,10	128,06	144,90	20,70	13,15
Produtos de origem vegetal	16	104,99	108,19	109,88	3,05	1,56	109,84	127,60	140,09	16,17	9,79

(1) Composição dos grupos, rodapé (2) do quadro 111.

(2) Índice simples, base 1966-70 = 100.

(3) Índices construídos pelo método de Paasche.

(4) Baseados na 4ª estimativa de safra, abril de 1980.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

Coordenação:

Natanael Miranda dos Anjos
Afonso Negri Neto
Antonio Ambrosio Amaro
Mauro de Souza Barros
Minoru Matsunaga
Nelson Batista Martin
Paul Frans Bemelmans
Paulo Edgard N. de Toledo
Persio de Carvalho Junqueira
Salomão Schattan

Comissão Editorial:

Ismaí Florencio Pereira
Antônio Augusto B. Junqueira
Francisco Alberto Pino
Paulo David Criscuolo
Paulo Edgard N. de Toledo
Paul Frans Bemelmans
Sebastião Nogueira Junior

Editoração:

Antônio Augusto B. Junqueira
Devancyr Aparecido Romão
Celuta Moreira Cesar Machado
Maria Rosa Sartori Brandão

Datilografia:

Adnéa Ali Fakh
Elaine Orso
Wilson Roberto de Paulo Cardoso

Processamento de Dados:

Julio Humberto Jimenez Ossio

Capa:

Denise Pereira de Castro

Equipe Técnica

Estimativa de Custo Operacional:

Alfredo A. Bessa Júnior
Denise Chabaribery
José Edson Rosolen
José Roberto Viana de Camargo
Minoru Matsunaga
Nilda T. Cardoso de Mello
Roberto de Assumpção

Desempenho da Agricultura:

Rosa Maria Pescarin Pellegrini
Abel Ciro Minniti Igreja

Mercado de Fatores:

Fertilizante:
Célia Regina R. P. Tavares Ferreira
Trator e Terra:
Antonio José Braga do Carmo
Defensivo:
Antonio José Braga do Carmo
Célia Regina R. P. Tavares Ferreira
Mão-de-obra:
Ana Elisa Brito Garcia
Malíria Norico Otani
Maria Carlota Meloni
Sérgio Gomes Vassimon
Semente:
Ana Maria Futino
Maria Carlota Meloni

Projeções de Oferta Agrícola:

Rosa Maria Pescarin Pellegrini
Fernando A. de Almeida Séver

Política Agrícola:

Alceu de Arruda Veiga Filho
Elcio Umberto Gatti
Gabriel Luiz S. Peixoto da Silva
José Ricardo C. de Mello Junqueira
José Sebastião de Lima
Nelson K. Toyama
Maria Auxiliadora de Carvalho
Maria Tanajura Cruz Gimenez
Nelson Batista Martin

Mercado de Produtos:

Trigo:
Ana Maria Futino
José Ricardo C. de Mello Junqueira
Feijão:
Alfredo Tsunehiro
Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshii
Caná-de-açúcar:
Luiz Flávio Barbosa Cancegliero
Abel Ciro Minniti Igreja
Pecuária de Corte:
Clotilde Cantos
Roxana Maria Moraru Topel
Pecuária de Leite:
Yuly Ivete Mizaki de Toledo
Flávio Loureiro Paes Júnior
José Carlos Gomes dos Reis Filho
Algodão:
Sebastião Nogueira Junior
Oleaginosas: Soja e Amendoim:
Domingos Desgualdo Netto
José Roberto Vicente
Mandioca:
Paulo Augusto Wiesel
Ana Maria M. Pires de Camargo
Cebola:
Waldemar Pires de Camargo Filho
Ana Maria M. Pires de Camargo
Tomate:
Lidia Hatue Ueno
Laura Olitta de Souza Barros
Milho:
Ana Maria Futino
Maria Elisa Benetton Junqueira
Avicultura:
Nelson Giuliatti
Suínocultura:
Clotilde Cantos
Maura Maria Demétrio Santiago
Silvicultura:
Antonio Roger Mazzei
Café:
Maria de Lourdes do Canto Arruda
Luiz Henrique O. Piva
Laranja e Banana:
Vitória da Silva Pereira Biller
Frutas:
Vitória da Silva Pereira Biller
Elisabeth Alves
Denise Navas Viani
Batata:
Paulo Augusto Wiesel
Arroz:
Michael David Holzhaecker
Maria de Fátima Parker